

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

Bruno Kegler

**REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, VISIBILIDADE E PERMANÊNCIA DO  
ACONTECIMENTO PÚBLICO *TRAGÉDIA KISS (SANTA MARIA, BRASIL, 2013)***

Porto Alegre  
2016

Bruno Kegler

Tese

**REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, VISIBILIDADE E PERMANÊNCIA DO  
ACONTECIMENTO PÚBLICO *TRAGÉDIA KISS (SANTA MARIA, BRASIL, 2013)***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Weber

Porto Alegre  
2016

### CIP - Catalogação na Publicação

KEGLER, BRUNO

REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, VISIBILIDADE E  
PERMANÊNCIA DO ACONTECIMENTO PÚBLICO TRAGÉDIA KISS  
(SANTA MARIA, BRASIL, 2013) / BRUNO KEGLER. -- 2016.  
231 f.

Orientadora: MARIA HELENA WEBER.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e  
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Redes de Comunicação Pública. 2. Acontecimento  
Público. 3. Morte. 4. Boate Kiss. 5. Comunicação  
Pública. I. WEBER, MARIA HELENA, orient. II. Título.

Bruno Kegler

Tese

**REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, VISIBILIDADE E PERMANÊNCIA DO  
ACONTECIMENTO PÚBLICO *TRAGÉDIA KISS (SANTA MARIA, BRASIL, 2013)***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Informação.

Aprovado em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Weber (Orientadora) – PPGCOM/ UFRGS

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Augusto Locatelli - UFSC

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto – UNISINOS

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ada Cristina Machado Silveira - UFSM

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Benetti Machado– PPGCOM/ UFRGS

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Muller - PPGCOM/UFRGS (suplente)

Para Jaque e Murilo.  
Amo vocês, todos os dias.

## AGRADECIMENTOS

A Jaque, amor que cultivo todos os dias. Pela paciência, pelo suporte emocional e logístico, pela mãe que és para o nosso filho. Por acreditar que era possível. Por entender o meu momento.

Ao Murilo, meu filho querido, que chegou em meio à jornada doutoral. Pelos abraços, pelas brincadeiras e palhaçadas, por todos os “eu te amo”.

Aos meus pais, Clovis e Soni, por ensinarem que o conhecimento é o principal bem. Pela confiança e apoio, pelas acolhidas nas sextas-feiras.

Ao Daniel, meu irmão, pelo apoio de sempre e, em especial, nesses últimos meses.

A minha família “emprestada”, Jeferson, Cleonice, Eric e William, a minha eterna gratidão.

A minha madrinha Dóris, que partiu em 2014. Esteve sempre presente na minha vida. Pelo amor à docência.

A Milena, pelo exemplo de competência, pelos saberes compartilhados, por oferecer os sinais e permitir descobrir.

Aos colegas do Nucop: Sandra, Marja, Denise, Leandro, Tiago, Fiorenza, Ana Javes, Marcelo, Camila e Fabiana, pelas tardes de debates e por tudo que aprendi com cada um.

As professoras Ada, minha primeira orientadora, e Márcia Benetti, pelas contribuições na qualificação do projeto e por aceitarem participar da defesa da versão final.

Aos professores do PPGCOM\UFRGS – Rudimar Baldissera, Valdir Morigi, Karla Muller, Alex Primo – com quem pude aprender em sala de aula.

A Coordenação do PPGCOM\UFRGS, por aceitar a prorrogação do prazo de defesa. Aos servidores, pelo atendimento das minhas demandas.

A Capes, que me auxiliou com bolsa de estudos durante um ano desta jornada.

Ao Sr Paulo Carvalho, da AVTSM, por atender a minha solicitação e entender a razão desta pesquisa.

Ao Mello e a Nina, pela amizade e acolhida em Porto Alegre.

A UNISC que me possibilita exercer a docência e me proporcionou estar em tantos lugares nestes últimos anos. Aos meus alunos, por me ensinarem tanto.

Das utopias  
Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença das estrelas!  
(Mário Quintana)

## RESUMO

### **REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA, VISIBILIDADE E PERMANÊNCIA DO ACONTECIMENTO PÚBLICO *TRAGÉDIA KISS* (SANTA MARIA, BRASIL, 2013)**

Este estudo tem como temas centrais as noções de acontecimento público e de comunicação pública. O problema de pesquisa destina-se à análise da configuração das redes de comunicação que constituem o acontecimento público, formadas a partir do acionamento de temas limítrofes entre interesses públicos e privados. A hipótese que norteia esta investigação é de que a visibilidade e a permanência do acontecimento público *Tragédia Kiss* são sustentadas por Redes de Comunicação Pública, pois estas potencializam o debate sobre a responsabilidade, o julgamento, a legislação e a assistência do Estado aos sobreviventes e familiares das vítimas da tragédia. Entre visibilidades desejadas e indesejadas, são estabelecidos pactos e disputas nos pontos nodais em que as subjetividades dos interlocutores encontram-se. Neste sentido, o objetivo geral de pesquisa é: analisar a configuração das Redes de Comunicação Pública sobre a *Tragédia Kiss*. Os objetivos específicos são: a) identificar as principais instituições e atores do acontecimento a partir da sua vinculação/ modo como foram atingidos/responsabilizados; b) identificar os processos de visibilidade constitutivos do acontecimento público *Tragédia Kiss*; c) identificar a dinâmica dos processos comunicacionais sediados em torno de temas de interesse público relacionados à *Tragédia Kiss*; d) identificar episódios estruturantes do acontecimento, dos quais derivam os temas acionados pelos atores nos processos comunicacionais em rede; e) definir eixos/categorias estruturais que permitam a análise da configuração do acontecimento público a partir das Redes de Comunicação Pública. A tese está estruturada em três partes: primeiramente, é realizada a descrição do objeto de pesquisa, com a discriminação da *Tragédia Kiss*, a cronologia do acontecimento, a relação com tragédias similares e os processos judiciais em curso. A segunda parte, com o referencial teórico, é dividida em três capítulos. No primeiro, estão diferentes acepções do público - na oposição dicotômica com o privado -, que visam delinear normativamente o horizonte tensional entre os termos, nos processos comunicacionais estabelecidos entre os atores. No segundo capítulo, estão as noções de esfera pública, esfera de visibilidade e de discussão pública, de opinião pública, de públicos – sociabilidade; de comunicação pública e de Redes de Comunicação Pública. O último capítulo teórico é dedicado à compreensão de acontecimento público; e sobre o impacto da morte coletiva. Na terceira parte, estão as referências metodológicas, formadas por pesquisa histórico-descritiva, com base na genealogia, e a técnica de pesquisa documental, de onde resultou o acervo de dados que serviram à análise; em seguida, a análise do funcionamento das redes do acontecimento público *Tragédia Kiss*, a partir das categorias visibilidade e permanência. Os resultados obtidos apontam para a confirmação da hipótese, pois mostram a manutenção do debate por intermédio da atividade das redes, em mídias tradicionais e alternativas.

**Palavras-chaves:** Redes de Comunicação Pública. Acontecimento público. Morte. Boate Kiss.

## ABSTRACT

### **PUBLIC COMMUNICATION NETWORKS, VISIBILITY AND PERMANENCE OF THE KISS NIGHTCLUB TRAGEDY PUBLIC EVENT (SANTA MARIA, BRAZIL, 2013)**

This study has as central themes the public event notions and the public communication. The research problem is intended to analyze the communication networks configuration that make up the public event, formed from the actuation borderline issues between public and private interests. The hypothesis that guides this research is that the visibility and permanence of Kiss Nightclub Tragedy public event are supported by Networks of Public Communication, as they potentiate the debate on responsibility, judgment, legislation and State assistance to survivors and families of the victims from the tragedy. Between desired and unwanted visibilities, pacts and disputes are laid down in the nodal points where the subjectivities of the interlocutors are inserted. In this sense, the overall research objective is: to analyze the Public Communication Networks configuration on the Kiss Nightclub Tragedy. The specific objectives are: a) identify the main institutions and actors of the event from their own connection/ how they have been affected / accountable; b) identify the constituent visibility process of the public event Kiss Nightclub Tragedy; c) identify the dynamics of communication processes based around issues of public interest related to Kiss Nightclub Tragedy; d) identify structuring episodes of the event, of which derive from the issues triggered by the actors in network communication processes; e) define axes\ structural categories that allow the analysis of the public event configuration from the Public Communication Networks. The thesis is structured in three parts: first, the description of the research object is carried out with discrimination of the Kiss Nightclub Tragedy, the event chronology, the relationship with similar tragedies and legal proceedings in course. The second part, with the theoretical framework, is divided into three chapters. In the first, there are different meanings of public - in dichotomous opposition with the private -, aimed at delineating normatively the horizon tension between the terms, in the communication processes established between the actors. In the second chapter, there are the public sphere notions, visibility sphere and public discussion, public opinion, public - sociability; public communication and public communication networks. The last theoretical chapter is devoted to understanding the public event; and the impact of collective death. In the third part, there are the methodological references, formed by historical and descriptive research, based on genealogy, and documentary research technique, which resulted in the data collection that served the analysis; then the analysis of the functioning of the Kiss Nightclub Tragedy public event networks, from the visibility and permanence categories. The results point to the confirmation of the hypothesis, because they show the maintenance of the debate through the networks' activity, in traditional and alternative media.

**Keywords:** Public Communication Networks. Public Event. Death. Kiss Nightclub.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Legenda .....	137
Figura 2 – Atores da Rede de Comunicação Pública Tragédia Kiss .....	138
Figura 3 – Site da AVTSM.....	140
Figura 4 – Fanpage da AVTSM .....	141
Figura 5 – Tenda da vigília da AVTSM .....	141
Figura 6 – Ação beneficente ONG Para Sempre Cinderelas.....	144
Figura 7 – Perfil no Facebook Fora Schirmer .....	145
Figura 8 – Logomarca da comunidade Kiss que não se repita .....	145
Figura 9 – “Não ao esquecimento” .....	146
Figura 10 – Capa do Movimento Carta ao Tribunal Penal Internacional.....	147
Figura 11 – Logomarca da Associação Ahh... Muleke .....	147
Figura 12 – Justiça – Abrace Santa Maria.....	148
Figura 13 – Manifestação no dia 28 de janeiro de 2013, Santa Maria, RS .....	150
Figura 14 – Homenagem em placa na Rua dos Andradas.....	152
Figura 15 – Mobilização para pintura de silhuetas de corpos, em frente à Prefeitura de Santa Maria.....	152
Figura 16 – Silhuetas de corpos pintadas na rua .....	153
Figura 17 – Grafite: proprietários e Estado -“omissão mata” .....	154
Figura 18 – Camiseta: dois anos sem justiça.....	155
Figura 19 – Pétalas de rosas na calçada.....	155
Figura 20 – Ao som do helicóptero, pétalas de rosa.....	155
Figura 21 – Imagem de O Globo .....	160
Figura 22 – Bonner em frente à boate Kiss .....	162
Figura 23 – Imagens dos jornais de Santa Maria .....	162
Figura 24 – Matéria sobre história das vítimas (Zero Hora) .....	163
Figura 25 – Infográfico sobre o fluxo de pessoas na boate Kiss .....	164
Figura 26 – Relatos sobre os sobreviventes.....	165
Figura 27 – Protesto pelo <i>impeachment</i> do Prefeito de Santa Maria.....	176
Figura 28 – Manifestação no Legislativo de Santa Maria, RS, 31 de maio de 2013.....	178
Figura 29 – Protesto e pichação na Câmara de Vereadores de Santa Maria .....	180
Figura 30 – Manifestação gráfica e simbólica em frente ao MP, RS .....	186
Figura 31 – Manifesto de familiares, 29 de maio de 2014 .....	188
Figura 32 – Charge: Movimento Santa Maria do Luto à Luta .....	189
Figura 33 – Charge: Justiça versus Ministério Público, RS .....	190
Figura 34 – A “mordaca” da Justiça.....	190
Figura 35 – Charge: Crítica ao Ministério Público, RS.....	192
Figura 36 – Diagrama visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss.....	201
Figura 37 – Foto atual da fachada da boate Kiss.....	216

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
ART	- Anotação de Responsabilidade Técnica ()
AVTSM	- Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria
CDM	- Centro Desportivo Municipal
Celac	- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
Crea	- Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
CTG	- Centro de Tradições Gaúchas
DC	- Departamento de Criminalística
DI	- Departamento de Identificação
DML	- Departamento Médico-Legal
EUA	- Estados Unidos da América
Famurs	- Federação das Associações de Municípios
GLP	- Gás Liquefeito de Petróleo
IGP-RS	- Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul
LP	- Laboratório de Perícias
NBR	- Normas Brasileiras
NFPA	- Associação Nacional de Proteção Contra Incêndios (EUA)
Nucop	- Núcleo de Comunicação Pública e Política
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMSM	- Prefeitura Municipal de Santa Maria
PSOL	- Partido Socialismo e Liberdade
RS	- Rio Grande do Sul
SBT	- Sistema Brasileiro de Televisão
Sedufsm	- Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria
Sigpi	- Sistema Integrado de Gestão de Prevenção de Incêndio
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
TICs	- Tecnologias de Informação e de Comunicação
TPCI	- Treinamento de Prevenção e Combate a Incêndio
UE	- União Europeia
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
Unifra	- Centro Universitário Franciscano
Unisc	- Universidade de Santa Cruz do Sul
Unisinos	- Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>PARTE I - A TRAGÉDIA KISS, UM ACONTECIMENTO PÚBLICO</b> .....	21
<b>CAPÍTULO 1 – O OBJETO DE PESQUISA</b> .....	21
1.1 DESCRIÇÃO DA TRAGÉDIA NA BOATE KISS.....	22
1.2 EIXOS ESTRUTURAIS E CRONOLOGIA .....	24
1.3 TRAGÉDIAS SIMILARES .....	32
1.4 DA (POSSÍVEL) RESPONSABILIDADE DO ESTADO .....	33
1.5 INDICIAMENTOS E PROCESSOS JUDICIAIS .....	38
<b>PARTE II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	44
<b>CAPÍTULO 2 - SENTIDOS E LIMITES DO PÚBLICO E DO PRIVADO</b> .....	44
2.1 DICOTOMIA ENTRE PÚBLICO E PRIVADO .....	45
2.2 DEMOCRACIA E POLÍTICA: O IDEAL E O FACTUAL.....	49
2.3 BIOPOLÍTICA: LIMITES E CONFLUÊNCIAS .....	53
<b>CAPÍTULO 3 - VISIBILIDADE E COMUNICAÇÃO PÚBLICA</b> .....	59
3.1 MEDIAÇÃO DO PÚBLICO E DO PRIVADO.....	59
<b>3.1.1 Opinião pública e públicos</b> .....	64
<b>3.1.2 A Comunicação e os públicos</b> .....	70
3.2 ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA .....	74
<b>3.2.1 Mdiatização e condicionamentos à visibilidade</b> .....	78
<b>3.2.2 Da visibilidade alternativa à cena midiática</b> .....	83
<b>3.2.3 Os jogos óticos: entre visibilidades e invisibilidades</b> .....	87
3.3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA .....	92
<b>CAPÍTULO 4 – ACONTECIMENTO PÚBLICO E MORTE COLETIVA</b> .....	101
4.1 ACONTECIMENTO PÚBLICO.....	101
4.2 ACONTECIMENTO: FATO E SENTIDO.....	104
4.3 ACONTECIMENTO MUDIÁTICO .....	107
4.4 A CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DO ACONTECIMENTO.....	110
4.5 A MORTE PÚBLICA COMO ACONTECIMENTO.....	114
<b>4.5.1 Da morte em público ao inominável</b> .....	115
<b>4.5.2 O impacto da tragédia: a desprivatização do luto</b> .....	117
<b>4.5.3 A noticiabilidade da morte</b> .....	119
<b>PARTE III – VISIBILIDADE E PERMANENCIA DO ACONTECIMENTO PÚBLICO</b> .....	122
<b>CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA</b> .....	122
5.1 MÉTODO GENEALÓGICO E PESQUISA DOCUMENTAL.....	122
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	127
<b>5.2.1 Levantamento e organização documental</b> .....	127
<b>CAPÍTULO 6 - REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA TRAGÉDIA KISS</b> .....	131
6.1 CONSTITUIÇÃO DAS REDES .....	13
<b>6.1.1 Rede de Comunicação Social</b> .....	139
<b>6.1.2 Redes de Comunicação Midiática</b> .....	157
<b>6.1.3 Redes de Comunicação Política</b> .....	166

<b>6.1.4 Rede de Comunicação do Poder Judiciário do RS</b> .....	183
<b>6.1.5 Rede de Comunicação Científica</b> .....	196
<b>6.1.6 Rede de Comunicação Religiosa</b> .....	197
<b>6.1.7 Rede de Comunicação Mercadológica</b> .....	198
<b>6.2 DINÂMICA COMUNICACIONAL DAS REDES</b> .....	200
<b>6.3 VISIBILIDADE E PERMANÊNCIA O ACONTECIMENTO</b> .....	202
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	211
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	217
<b>ANEXOS</b> .....	224
<b>ANEXO A – MATERIAL IMPRESSO</b> .....	225
<b>ANEXO B – MATERIAL AUDIOVISUAL</b> .....	228
<b>ANEXO C – PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b> .....	230

## INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o trágico incêndio ocorrido em 27 de janeiro de 2013, na Boate Kiss, situada na Rua dos Andradas, no centro da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil. O acontecimento daquela noite de festa, vitimou 242 pessoas, na maioria jovens, e feriu mais de 600. Entre vítimas diretas e indiretas, mais de duas mil pessoas, atualmente, ainda recebem atendimento de saúde em virtude das sequelas deixadas pelas queimaduras ou pela inalação de fumaça tóxica, além de acompanhamento psiquiátrico aos sobreviventes e familiares das vítimas.

A morte coletiva é o elemento decisivo do acontecimento Tragédia Kiss, sobretudo, porque levou à morte muitos jovens, em sua maioria estudantes universitários, o que potencializa o seu impacto. Não se trata apenas da relação do homem com a morte, que tende a negá-la, alimentando, para si, a crença na sua imortalidade. Como diz Mannoni (1995, p. 54), “o vivo não se adapta à morte, esta o apanha sempre de surpresa”. Sobretudo, a morte de jovens, cujos pais jamais terão a reparação pela ausência dos filhos que já não estão junto a eles.

Enquanto fenômeno acontecimental, o sinistro ocorrido em Santa Maria, há pouco mais de três anos, é instigante, pois, complexo, faz revelações acerca do passado da boate, resgata a memória de outras tragédias, mobiliza atores públicos e privados, tensionamentos e crises institucionais, incita a mídia a mostrar, suscita o debate permanentemente, tendo potencial de desencadear transformações políticas e sociais. O acontecimento referido provocou rupturas e os saberes que o presidem não o esclarecem plenamente, não encerram os sentidos e ainda não mostra o horizonte de possíveis que pode desencadear-se. Daí que, o conceito de acontecimento é, para além de descritivo, *problematizador* (FRANÇA, 2012)

As lacunas relativas à responsabilidade pela tragédia ocorrida na boate, em Santa Maria, envolvem e deixam sob suspeição, direta ou indiretamente, atores públicos e privados, pois conduz a uma série de questionamentos. Entre eles, podem ser listados: de quem é a responsabilidade? Da legislação ineficaz? Se esta é a causa, quem deve responder? Ou, as normas eram eficazes, mas os proprietários não cumpriram? Por que a boate estava em atividade mesmo tendo apenas uma porta de saída? Por que havia espuma tóxica no sistema de isolamento acústico? A fiscalização não percebeu os riscos que o estabelecimento oferecia aos frequentadores? Ou não houve fiscalização? De quem, do Corpo de Bombeiros ou da Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM)? Ou, ainda, do Ministério Público? Por que o

extintor de incêndio não funcionou? A culpa foi dos músicos que usavam nos shows um artefato pirotécnico? Faltou informação sobre os materiais utilizados no isolamento acústico e no show pirotécnico? A culpa foi do resgate realizado pelo Corpo de Bombeiros sem os equipamentos necessários? Ou teria sido o efetivo insuficiente para aquela situação? Por que a boate seguia funcionando mesmo estando vencido o alvará de incêndio?

Nas Redes de Comunicação Pública, o debate sobre a responsabilidade pela tragédia permanece, mesmo após o início dos processos judiciais. Das opiniões e versões dos atores, públicos e privados, produz-se “aparentemente vários acontecimentos, tornando plural algo que estaria ligado a um fato primeiro, que se esfumaça” (PRADO, 2013, p. 504). Em pontos nodais diversos, as interpretações dos atores se encontram, na busca por credibilidade, em pactos e disputas, em nome do interesse público. Está em jogo o aplacamento das diferenças, o exercício da hegemonia, em prol do controle do acontecimento e da hegemonia sobre a opinião pública.

O problema de pesquisa cerca a constituição do acontecimento público, a partir da participação do Estado e demais públicos como constituintes de Redes de Comunicação Pública, as quais podem estabelecer a permanência do debate público, bem como, do próprio acontecimento. Em geral, os questionamentos que circundam a problemática da pesquisa estabelecem-se em relação a: Qual o tipo de acontecimento? Quais aspectos permitiriam compreendê-lo enquanto acontecimento público? Quais as implicações ao Estado e qual a participação dos públicos na sua constituição? O que revelam os processos comunicacionais, desencadeados pela tragédia, sobre as tensões entre o público e o privado? Quem participa dos processos de comunicação pública? A visibilidade e o debate público incidem sobre a constituição permanente do acontecimento?

Do conjunto de questionamentos e sua contextualização teórica e empírica, o problema de pesquisa, ao qual se deseja responder, é o seguinte: Diante da Tragédia Kiss e a partir da sua cronologia, atores e temas em debate, como se constituem e quais são as Redes de Comunicação Pública deste acontecimento público? A hipótese é que a visibilidade e a permanência do acontecimento público Tragédia Kiss são sustentadas por Redes de Comunicação Pública e, estas, potencializam o debate sobre a responsabilidade, o julgamento, a legislação e a assistência do Estado aos sobreviventes e familiares das vítimas da tragédia. Nessa direção, esta pesquisa analisa a configuração das Redes de Comunicação Pública do acontecimento público Tragédia Kiss, as quais incidem sobre a sua constituição.

O objetivo geral de pesquisa é: analisar a configuração das Redes de Comunicação Pública sobre a Tragédia Kiss, partindo da hipótese de que elas contribuem para a

permanência do debate e do próprio acontecimento público. Os objetivos específicos são: a) identificar as principais instituições e atores do acontecimento a partir da sua vinculação/modo como foram atingidos/responsabilizados; b) identificar os processos de visibilidade constitutivos do acontecimento público Tragédia Kiss; c) identificar a dinâmica dos processos comunicacionais sediados em torno de temas de interesse público relacionados à Tragédia Kiss; d) identificar episódios que sejam estruturantes do acontecimento, dos quais derivam os temas acionados pelos atores nos processos comunicacionais em rede; e) definir categorias que permitam a análise da configuração do acontecimento público, a partir das Redes de Comunicação Pública.

Este estudo se justifica pela proposta de discussão sobre a noção de acontecimento público, conceito que, a exemplo da comunicação pública, ainda não alcança o consenso, como verificado durante a elaboração do estado da arte da pesquisa. Além disto, este estudo está entre as teses e dissertações em desenvolvimento ou já defendidas do Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que abordam o termo e buscam a análise da configuração desse tipo de acontecimento.

O tema da comunicação pública também é objeto de reflexão de teses e dissertações, defendidas ou em andamento, no Nucop. Para além da comunicação realizada pelo Estado, a perspectiva abordada contempla processos comunicativos que privilegiam temas de interesse público e mobilizam diversas arenas e atores, na esfera pública. Nesta direção, entende-se que situar o protagonismo dos públicos e avaliar a sua contribuição para a manutenção da visibilidade e do debate, acerca da tragédia, é uma perspectiva relevante e inovadora, pois a maioria das análises sobre comunicação pública aborda práticas realizadas pelo Estado.

A pesquisa se justifica pela possibilidade de aprofundar a compreensão sobre o tema da comunicação pública, com uma abordagem distinta da que foi seguida na dissertação de mestrado do autor, na qual a análise contemplou as práticas comunicacionais das prefeituras municipais em seus portais na internet. Durante o mestrado, e já no doutorado, foram elaborados e publicados textos sobre o tema, que visaram contribuir para a discussão sobre o conceito. O estudo de termos e conceitos correlatos, como público, esfera pública e opinião pública permitiu ampliar o olhar e vislumbrar os caminhos propostos nesta pesquisa.

A tese foi estruturada em três partes, sendo a primeira relativa ao objeto de pesquisa, com intuito de descrever a Tragédia Kiss, sua cronologia e a sua relação com tragédias similares, além de apresentar um panorama sobre as responsabilizações em curso, referentes a indiciamentos, denúncias, processos e julgamentos. A segunda parte apresenta o referencial

teórico, distribuído em três capítulos: “Os sentidos e os limites do público”, “Esfera de visibilidade e comunicação pública” e “Acontecimento público e a morte coletiva”. A terceira parte da tese aborda a “Visibilidade e permanência do Acontecimento Público”, e constitui-se por dois capítulos “Metodologia” e “Redes de Comunicação Pública da Tragédia Kiss”.

Da definição do problema, dos objetivos e dos argumentos que justificam este estudo, o referencial teórico parte da discussão, no capítulo dois, sobre os sentidos do público, qualificador dos dois conceitos centrais. Em primeiro, está a oposição dicotômica com “privado”, termos cujos sentidos não são intercambiáveis, ainda que suas fronteiras se acionem e se redefinam constantemente. Em seguida, delineiam-se os sentidos e as tensões relativas à sobreposição de um domínio ao outro, os quais emergem ou impactam as relações entre Estado e sociedade.

Compreende-se que termo *público*, em diferentes e complementares significações, pois este se relaciona ao poder estatal (BOBBIO, 2000, 2001; DAHL, 2001), possui qualidade de visível (ARENDDT, 1999), em oposição ao segredo, além de ser atribuído ao domínio da vida que se passa em público, em prol do bem comum (ARENDDT, 1999). Em atuante, refere-se como forma de sociabilidade de atores sociais (ESTEVEVES, 2011). Além disso, discutem-se as noções de esfera pública (HABERMAS, 2003) e de opinião pública (TARDE, 1992)<sup>1</sup>, em íntima relação com os públicos e com a comunicação pública.

A partir disto, são estabelecidos os horizontes teóricos que se relacionam e definem os conceitos de comunicação pública e de acontecimento público, temas dos capítulos seguintes, e que permitam a análise dos processos comunicacionais protagonizados pelos atores das Redes de Comunicação Pública. Entre as principais referências do capítulo dois, estão Arendt (1999), Bobbio (2000, 2001), Esteves (2011), Gomes (2008), Sennett (2014) e Tarde (1992).

A noção de comunicação pública é discutida no terceiro capítulo e contempla duas perspectivas teóricas balizadoras. Uma dimensão normativa ou ideal, com base em Esteves (2011), que orienta o olhar sobre a segunda, a dimensão fática ou empírica, que apresenta resistências à primeira. Ela é apreendida em sua relação com a função política do espaço público, enquanto âmbito de defesa dos interesses sociais perante o Estado, e contempla os processos comunicacionais estabelecidos a partir de temas fundados no interesse público, no âmbito da esfera de visibilidade pública e da esfera de discussão pública (GOMES, 2008). Estes dois conceitos, também debatidos no segundo capítulo, conduzem a uma perspectiva mais pragmática, ante as noções teóricas de espaço público (ESTEVEVES, 2011) e de esfera

---

<sup>1</sup> A obra de Gabriel Tarde foi originalmente publicada em 1901.

pública (HABERMAS, 2003), para a reflexão sobre as Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007), sediadas em torno da cena midiática.

A compreensão sobre comunicação pública, neste estudo, não nega o protagonismo do Estado, que como abordam Brandão (2007), Duarte (2007), Monteiro (2007) e Zémor (1995), tem o dever constitucional de informar e de promover a participação dos cidadãos. Porém, a reflexão incorpora os múltiplos atores, públicos ou privados, que protagonizam os processos de comunicação pública. Nessa perspectiva, a dimensão empírica está ancorada na formulação conceitual de Weber (2007, 2011), que ressalta os pressupostos normativos da primeira, mas salienta que a comunicação pública não está isenta de interesses particulares, corporativistas, partidários ou eleitorais, os quais tensionam o interesse público constantemente na busca por visibilidade e credibilidade. Tensões, estas, que são evidenciadas nas relações visibilidade *versus* segredo, particular *versus* coletivo, partidário *versus* estatal.

Entende-se que a visibilidade e a reverberação são sustentadas por Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007) e potencializam a possibilidade de debate acerca dos temas trazidos à superfície pelos atores do acontecimento. Os múltiplos protagonismos resultam de visibilidades desejadas (planejadas) ou indesejadas (provocadas), alternando-se as posições óticas (LANDOWSKI, 1992) e tensionando, constantemente, os limites do público e do privado. Nesta direção, o debate público é instaurado exatamente quando temas limítrofes acionam interesses públicos e privados, como no acontecimento Tragédia Kiss, e dependem de visibilidade e de continuidade para que a verdade seja exposta. Esta dinâmica comunicacional tem um efeito cumulativo, que incide sobre o próprio acontecimento.

A noção de acontecimento público é apreendida a partir de três movimentos. Em primeiro, a discussão sobre os sentidos de público, no capítulo que inaugura o referencial teórico, que conduz à caracterização da qualidade “pública”, do acontecimento Tragédia Kiss. Em segundo, a discussão sobre acontecimento público, com base em Quèrè (2011), Weber (2011) e Coelho (2013). Neste horizonte discursivo, a noção de “público”, vinculada ao acontecimento Tragédia Kiss, está estruturada em três sentidos: relativo à visibilidade, ao domínio comum; ao impacto e às ações do Estado, previstas ou não; à mobilização social em resposta ao acontecimento. Imbricadas, as três dimensões sustentam processos comunicacionais que configuram Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007), as quais dinamizam as relações entre os atores, porque revelam, esclarecem, expõem as lacunas relativas às causas, questionam, incluem novos sentidos, construindo permanentemente o acontecimento.

Em terceiro, a discussão sobre o acontecimento, que não é somente midiático, nem tampouco jornalístico. Por esta razão, as principais referências são Quèrè (2005) e Babo-Lança (2007), que exaltam a conjunção entre fato e sentido para a compreensão dos fenômenos acontecimentais. Reúne, assim, as causas e as consequências, considerando-se as rupturas ocasionadas, o impacto e as reações dos sujeitos afetados, direta ou indiretamente, pelo acontecimento.

A “publicidade” do acontecimento ajusta-se aos diferentes sentidos acionados pelo termo nas relações entre Estado, mídia e sociedade. A publicidade está ligada à responsabilidade, direta ou indireta, do Estado, seja pela ineficiência da legislação, negligência ou falha na fiscalização, impotência para interromper as atividades da casa noturna incendiada, diante das sucessivas irregularidades documentais, desde a sua fundação, ou incapacidade de punir todos os responsáveis, lacunas e dúvidas sobre as quais o debate se mantém, mesmo após a fase de judicialização. Também tem relação à visibilidade e à permanência da tragédia, ligadas às revelações do acontecimento, que abalam a credibilidade do Estado, instituições e governantes implicados, à midiaticização – nas mídias tradicionais, mas também em mídias alternativas, a tragédia “percorreu” o mundo - e às relações estabelecidas entre os atores do acontecimento que protagonizam, voluntária ou involuntariamente, as Redes de Comunicação Públicas desencadeadas pela tragédia. Essas redes perpassam múltiplas arenas de visibilidade e de debate, como a mobilização social (público enquanto forma de sociabilidade), vinculada ao luto e à expectativa pela responsabilização dos culpados pelas mortes, sejam eles do poder público ou do poder privado.

Desde o início do acontecimento (incêndio), a mídia e o jornalismo contribuíram para ampliar a visibilidade, atualizando as informações conforme elas eram apuradas, aprofundando o conhecimento das questões problemáticas; a generalidade do tema, abarcou disputas pela imagem pública, a mobilização dos públicos e aumentou horizonte de possíveis após a tragédia. As rotinas de produção da imprensa foram alteradas através do deslocamento de equipes de jornalismo e celebridades dos principais telejornais nacionais à cidade para produção de entrevistas e reportagens, transmissões ao vivo e criação de editoriais. A relação de vítimas, os hospitais para onde foram levadas, as versões de autoridades do município e do estado (RS), o processo investigativo e de judicialização, os desdobramentos – as ações e discursos daí decorrentes, as manifestações e homenagens; tudo fora midiaticizado.

O acontecimento extrapolou os noticiários e passou tematizar programas de variedades, que evidenciavam o drama dos sobreviventes e das famílias das vítimas, as

histórias de vida daqueles que morreram, os sonhos interditados. Além disto, em mídias alternativas e digitais, diversificam-se os produtores de informação e, outros conteúdos, são disponibilizados e compartilhados; ressignificados, a partir das notícias, ou produzidos, independentemente, delas.

Considera-se, nesse cenário, a centralidade das mídias tradicionais hegemônicas - rádio, jornal e televisão - em torno das quais se constitui a esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008). Porém, diante da complexidade do acontecimento, das relações e interesses tensionados, da rede de atores que o constitui e mantém a sua visibilidade e reverberação, por meio da comunicação pública, opta-se pelo alargamento do espectro de observação dos fenômenos midiáticos (VERÓN, 2014).

Assim, para a análise da dinâmica constitutiva das Redes de Comunicação Pública, são considerados, também, mídias digitais, alternativas e radicais (DOWNING, 2004), enquanto suportes comunicacionais com potencial de mobilização social e de agendamento midiático. Neste horizonte, estão, por exemplo, camisetas, cartazes, grafismos, pinturas nas ruas e fachadas de prédios. Estes meios de expressão, alternativos, são utilizados, principalmente, pelos grupos sociais, os públicos (ESTEVES, 2011), formados após e em decorrência da tragédia. Tais estratégias de visibilidade podem resultar da assimetria no acesso às mídias hegemônicas, se comparadas ao poder de agendamento midiático e jornalístico de outras redes, como a política.

O impacto político do acontecimento pôde ser percebido já no dia da tragédia. Os líderes do Poder Executivo nacional e estadual estiveram em Santa Maria para prestar solidariedade e comunicar as providências. A presidente do Brasil, Dilma Roussef estava no Chile, em reunião entre a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a União Europeia (UE), e interrompeu a sua agenda para ir até Santa Maria; o governador do estado do Rio Grande do Sul (RS) à época do incêndio, Tarso Genro, também se deslocou até à cidade.

No decorrer dos dias surgiram fatos relativos ao Estado e à política, como a troca de acusações entre o governador do RS e o prefeito de Santa Maria, César Augusto Schirmer; o indiciamento deste no primeiro inquérito elaborado pela Polícia Civil (RS); a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no poder legislativo municipal; a ocupação do plenário da Câmara Municipal de Vereadores por manifestantes, a exoneração de servidores públicos municipais e estaduais (do Corpo de Bombeiros), a reelaboração (e, posterior,

flexibilização) da legislação estadual de segurança contra incêndio (pela criação da chamada de Lei Kiss<sup>2</sup>); as tensões e contradições entre os discursos de representantes desses poderes.

À luz da noção de biopolítica (FOUCAULT, 2004), compreende-se que o Estado é tensionado pela instabilidade provocada pelo acontecimento trágico, uma vez que suas instituições e normatizações se mostram ineficazes no caso da boate Kiss. Esta incapacidade de proteger a vida é constantemente acionada pela comunicação pública, com o protagonismo dos públicos e da mídia, que amplia e contribui para manter esta sensação, exigindo respostas e justificativas do Estado, sobretudo nos âmbitos municipal e estadual.

Por fim, há a mobilização social e a ação dos públicos (ESTEVEVES, 2011), formados principalmente por sobreviventes, familiares e amigos das vítimas, que protestam, realizam homenagens às vítimas, disputam e constroem espaços de visibilidade, desenvolvem projetos sociais, promovem e participam de eventos sobre temas de interesse público, relacionados à tragédia, suscitam e mantêm o debate acerca da tragédia. As suas ações e discursos incluem e reforçam sentidos ao acontecimento e são apropriados por outros atores da Rede de Comunicação Pública, contribuindo para a manutenção da visibilidade e o debate público, pois fazem com que outros atores do acontecimento cedam à esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008). A morte, neste acontecimento, representa o elo simbólico vinculante dos públicos, que se desdobra na gestão do trauma, na luta por justiça e para que outras tragédias semelhantes não aconteçam. A ação dos públicos é uma especificidade e um dos elementos estruturais do acontecimento Tragédia Kiss.

A metodologia, utilizada nesta tese, pauta-se pela genealogia e pesquisa documental em busca da constituição histórico-descritiva e análise do acontecimento público Tragédia Kiss. No capítulo cinco são apresentadas as etapas metodológicas da pesquisa, utilizadas para a análise da constituição do acontecimento público Tragédia Kiss, dos atores e Redes de Comunicação, estes que, em busca de visibilidade e credibilidade, pautam temas de interesse público e privado na esfera de visibilidade pública.

As Redes de Comunicação Pública, desencadeadas pelo acontecimento Tragédia Kiss, mobilizam atores e mantêm-se permanentemente pelas relações comunicacionais estabelecidas, confluências e disputas, na busca por sensibilizar e mobilizar a opinião pública. Dela participam: Redes de comunicação social (sociedade civil organizada, entidades de

---

<sup>2</sup> RS. Rio Grande do Sul. **Lei complementar nº 14.376**, de 26 de dezembro de 2013. (atualizada até a Lei Complementar n.º 14.690, de 16 de março de 2015). Estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegis/Comp/Lec% 20n%C2% BA% 2014.376.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegis/Comp/Lec%20n%C2%BA%2014.376.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2016.

representação, grupos organizados, organizações sociais); Comunicação política (governo, parlamento, partidos e políticos); Comunicação do Judiciário (poderes vinculados ao Judiciário e a diferentes esferas jurídicas); Comunicação científica e educacional (instituições de ensino, centros de pesquisa, agências de fomento); Comunicação mercadológica (empresas e organizações privadas); Comunicação religiosa (instituições, grupos, igrejas, seitas que fazem circular discursos esotéricos, espirituais, religiosos), Comunicação Midiática (organizações de produção e circulação de produtos jornalísticos, publicitários e de entretenimento (WEBER, 2007). Esta tipologia será balizadora na identificação dos atores, dos interesses que participam da Rede de Comunicação Pública, bem como da identificação da própria rede.

Entende-se que, a visibilidade e o debate desencadeados pela Rede de Comunicação Pública acrescentam novos sentidos ao acontecimento, resgatam questões obscurecidas ou negligenciadas, exigindo reações e respostas, mantendo, em aberto, o horizonte de possíveis da tragédia. A Rede de Comunicação Pública abarca as tentativas de controle e de fechamento dos sentidos, de um lado, e por outro lado, as que tentam manter em tela as perguntas acerca da responsabilidade pela tragédia, para as quais as respostas trazidas pelas instituições estatais nas investigações, denúncias e condenações, parecem insuficientes.

## **PARTE I**

A primeira parte deste estudo, “A TRAGÉDIA KISS, UM ACONTECIMENTO PÚBLICO”, visa apresentar o objeto de pesquisa. Está organizada em quatro subcapítulos: Descrição da tragédia na boate Kiss; Tragédias similares; Da (possível) responsabilidade do Estado e, Indiciamentos e Processos Judiciais.

### **A TRAGÉDIA KISS, UM ACONTECIMENTO PÚBLICO**

#### **CAPÍTULO 1 – O OBJETO DE PESQUISA**

A apresentação do objeto de pesquisa está organizada em quatro subcapítulos. Inicia-se com a contextualização da tragédia na boate Kiss, na madrugada de 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria. São dados sobre a boate Kiss, a festa que ocorria na noite fatídica e as circunstâncias que teriam contribuído para o desfecho trágico. Em seguida, apresenta-se a cronologia do acontecimento público Tragédia Kiss. São reunidos eventos episódicos estruturantes do acontecimento e das Redes de Comunicação Pública, os quais balizam a análise comunicacional empreendida nesta tese. Em terceiro, estão listadas tragédias similares passadas, cuja memória é acionada pela Tragédia Kiss, ou que ocorreram pós 27 de janeiro de 2013 e que resgatam a lembrança do sinistro em Santa Maria. Elas também tematizam o debate, sobretudo, quanto às consequências políticas ocasionadas e à responsabilização judicial. Na quarta seção, são apresentados dados dos inquéritos elaborados pela Polícia Civil-RS e relatório do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea-RS) sobre a possível responsabilidade do Estado – Corpo de Bombeiros, Ministério Público-RS e Prefeitura Municipal de Santa Maria (PFSM) – mas que não resultaram em denúncias à Justiça Civil e à Militar. Ainda assim, são incorporados e mantidos no debate sobre a responsabilidade criminal. Por fim, são listados os indiciamentos, os processos judiciais, absolvições e condenações já julgadas. São os elementos institucionais do debate público que, apropriados pelos atores das Redes de Comunicação Pública, mantêm a visibilidade e acrescentam novos sentidos ao acontecimento.

## 1.1 DESCRIÇÃO DA TRAGÉDIA NA BOATE KISS

A boate Kiss, localizada na cidade de Santa Maria, RS, Brasil, sediava e promovia festas para o público universitário. Estava dividida em três ambientes: a área principal, um espaço vip e uma pista de dança. Na noite da tragédia, ocorria a festa “Agromerados”, organizada por estudantes dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Tecnologia de Alimentos, Zootecnia, Tecnologia em Agronegócio e Pedagogia, todos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Com ingressos a R\$15,00 (quinze reais), a festa teve início às 23h de sábado, dia 26 de janeiro de 2013, tendo como principais atrações as bandas “Gurizadas Fandangueira”, “Pimenta e seus Comparsas”, além dos DJs Bolinha, Sandro Cidade e Juliano Paim.

De acordo com as investigações da Polícia Civil (RS), por volta das 3h, do dia 27, durante o show da Banda Gurizada Fandangueira, no salão principal, o vocalista Marcelo de Jesus dos Santos acendeu um fogo de artifício chamado “chuva de prata”, cujas fagulhas atingiram a espuma que fazia parte do sistema de isolamento acústico da casa noturna, colocada acima do palco. Ao perceberem que as fagulhas haviam provocado fogo, músicos e seguranças da boate tentaram acionar um extintor de incêndio que estava próximo ao palco, porém ele não funcionou. Em poucos minutos, o fogo e a fumaça, altamente tóxica, se alastraram, causando pânico, correria e mortes.

A espuma não continha tratamento antichamas, era composta por poliuretano, que é inflamável e libera gases de alta toxicidade durante a combustão, como o cianeto. De acordo com a necropsia, a toxicidade dos gases foi responsável pela maioria das mortes, provocadas por asfixia, pela inalação.

Ainda, de acordo com o inquérito da Polícia Civil, outros aspectos compõem o cenário que contribuiu para acentuar o grande número de vítimas. Em condições ideais de segurança, respeitando-se todos os quesitos obrigatórios, segundo a legislação vigente à época, a boate Kiss teria capacidade, com lotação máxima, para 769 pessoas; número, esse, inferior aos indícios da lotação daquela noite, que seria de, no mínimo, 864, no momento do incêndio. Entretanto, considerando-se o número de atendimentos nos hospitais e de vítimas que

prestaram depoimento na Polícia Civil, bem como documentos arrecadados no local, após a tragédia, indicam que estavam no interior da boate, durante a tragédia, mais de 1000 pessoas.

A presença de grades afixadas no piso, que direcionavam os frequentadores à região onde se localizavam os caixas, próximo à entrada\saída do prédio, teria dificultado a fuga do local no momento do incêndio. As investigações também apontaram que o extintor de incêndio, localizado próximo ao palco, acionado pelo vocalista da Banda Gurizada Fandangueira, assim que o fogo iniciara, não funcionou.

O fogo de artifício, denominado chuva de prata, era indicado para uso em ambientes externos. Conforme apurado, o artefato foi comprado pelo produtor da banda, em Santa Maria, dois dias antes do incêndio. Além disto, a Kiss não tinha autorização para a realização de shows com pirotecnia.

Somam-se ainda, a ausência de sinalização de saída na região do salão central, pista de dança 2, acessos aos Sanitários e nos Sanitários (item 4.13.3.1, B da NBR 9077/2001); de iluminação junto ao piso, que pudesse ser visualizada com a presença de fumaça (item 4.13.2.3 da NBR 9077/2001, que remete ao item 3.11 da NBR 10898/1999); de luminárias pisca-pisca (intermitentes) ou equipamento similar nas saídas (item 5.1.2.2 da NBR 10898/1999); e de iluminação que auxiliasse no reconhecimento de obstáculos que pudessem dificultar a circulação (itens 5.1.1 e 5.1.2 da NBR 10898/1999), conforme está definido nas Normas Brasileiras (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As portas, de acesso e descarga, precisariam ter 4,4m de largura total; porém, a porta de descarga, que era interna, tinha vão de 3,05 m, portanto, menor do que o estabelecido pela NBR 9077/2001 (p. 131); além de o local ter apenas metade, das oito unidades de passagem, conforme regulamentado pela NBR 9077/2001. As rotas de saída não poderiam ter mais de 10m de extensão; porém, todas as rotas da boate tinham distância superior a 10m e, por fim, de acordo com a NBR 9077/2001, a edificação deveria ter, pelo menos, duas saídas; porém, como as portas de descarga levavam ao mesmo acesso à rua, considerou-se a existência de uma saída apenas.

Por fim, a conduta dos bombeiros que atenderam à ocorrência foi questionada pelo inquérito da Polícia Civil, sobretudo, por não terem impedido que civis ingressassem no local, sem proteção adequada, para a retirada de sobreviventes. Cinco jovens teriam falecido em tentativas de salvamento. O apontamento no inquérito foi feito em conformidade com o preceituado no artigo 29, parágrafo 2º<sup>3</sup>, do Decreto Lei n.º 1.001 de 21 de outubro de 1969, o

---

<sup>3</sup> Art. 29. O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. [...] § 2º A omissão é relevante

Código Penal Militar Brasileiro (BRASIL, 1969). <sup>4</sup>No total, o incêndio provocou houve 242 mortes<sup>5</sup> e mais de 600 pessoas ficaram feridas. Atualmente, mais de duas mil pessoas, ainda, recebem atendimento de saúde em razão das sequelas decorrentes das queimaduras, da inalação de fumaça tóxica ou pela necessidade de assistência psiquiátrica.

## 1.2 EIXOS ESTRUTURAIS E CRONOLOGIA

A reconstituição do acontecimento público, Tragédia Kiss, passa pela adoção de critérios e de objetivos orientados pela lente teórica com que se olha para ele. Este exercício não tem a pretensão, portanto, de apreender a totalidade de fatos novos gerados desde o incêndio. Complexo, engloba fatos derivados do incêndio de 27 de janeiro de 2013, mais ou menos previstos, e o exercício aqui empreendido consiste em elencar aqueles em que são acionados temas limítrofes entre interesses públicos e privados, os quais tematizam a configuração das Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007), que mantêm a visibilidade e o debate público, decisivos para a constituição permanente do acontecimento em tela.

A visibilidade – em mídias hegemônicas e alternativas – das versões e opiniões dos atores das redes de comunicação que configuram o acontecimento, neste sentido, é tida como decisiva para a manutenção da memória da tragédia e para que se alcance uma crescente de generalidade, até que se reconheça a condição de problema público (QUÉRÉ, 2011), com potencial de motivar a mobilização de grupos sociais diversos e espacialmente dispersos, para vigiar os trâmites investigativos e judiciais, promover a reflexão sobre temas e perspectivas obscurecidas, ou negligenciadas, desencadear reações dos atores públicos envolvidos, e transformações que venham a suprir as lacunas que permitiram a emersão do acontecimento.

Além disso, considera-se que a visibilidade do acontecimento Tragédia Kiss não se restringe aos meios de comunicação massivos, pois contempla, também, outros suportes, digitais – sites pessoais e institucionais, sites de redes sociais, blogs – e alternativos – camisetas, mobiliário urbano, grafitismos e pinturas em ruas, em tapumes e em edificações; banners e cartazes que recebem charges. Estas são formas estratégicas de obtenção de visibilidade elaboradas e utilizadas, principalmente, pelos grupos sociais que formam a Rede

---

como causa quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; a quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; e a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco de sua superveniência (BRASIL, 1969, sic).

<sup>4</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.001**, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De11001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De11001.htm)>. Acesso em: 01 maio 2016.

<sup>5</sup> Foram confirmadas, na data do incêndio, 231 mortes; outras 11 pessoas vieram a falecer nos dias seguintes.

de Comunicação Social do acontecimento. Tratam-se, neste caso, de mídias alternativas radicais (DOWNING, 2004), que permitem observar as dinâmicas sociais desencadeadas após o acontecimento.

Diante desses aspectos, foram definidos três eixos de sustentação do acontecimento público, dos quais derivam os episódios estruturantes do acontecimento público e que tematizam os processos comunicacionais nas Redes de Comunicação. A definição dos eixos de análise na configuração das redes de comunicação consiste em sistematizar os fatos que estruturam o acontecimento público marcado pela morte coletiva, alocando-os, posteriormente, na linha do tempo que será apresentada a seguir.

Para tanto, foram buscados fundamentos no referencial teórico, partindo-se do pressuposto de que, neles, podem ser organizados os fatos mais significativos quanto ao acionamento de temas limítrofes entre o público e o privado e à atividade das redes de comunicação, em múltiplas arenas. São estruturantes, pois, vinculados ao interesse público, abrangem a comunicação pública.

Para além da causa e da intenção dos atores envolvidos no/pelo acontecimento, interessam as consequências, os sentidos produzidos, as reações e respostas, por exemplo, daqueles que têm de suportar a dor do luto, da morte de um filho, familiar ou amigo. Trata-se da diversidade de perspectivas que o mesmo fato pode ter entre os vários atores, o que remete a múltiplas versões e opiniões que pluralizam o debate, geram visibilidades desejadas e indesejadas, argumentos que confluem e que conflitam, na disputa pela credibilidade.

Compreende-se que a definição desta estrutura permite organizar os episódios que constituem o acontecimento público, dos quais emergem os processos comunicacionais entre os atores. Ademais, tem-se a percepção que viabiliza a identificação dos atores, bem como a descrição das suas atividades, tipos de mídias utilizadas e a dinâmica comunicacional das Redes, através das inter-relações, em visibilidades desejadas e indesejadas, entre os atores do acontecimento. Diante desses aspectos, foram definidos os três eixos principais do acontecimento público trágico: consequências políticas, impacto da tragédia, e judicialização.

O eixo denominado *consequências políticas* considera como premissa do Estado de direito, com regência constitucional, que toda a ação estatal esteja emoldurada pela normatização vigente. Portanto, o interesse público é determinado pelo previsto em lei. A ação do indivíduo-cidadão-consumidor também está regida pelos limites e liberdades que a legislação prevê, na relação com o Estado, com outros cidadãos ou em relações contratuais com organizações mercadológicas.

Está implícita, aí, a confiança nas leis, na competência de o poder legislativo criar normas eficazes para o que se destinam a regular. Também, nas instituições públicas que concedem as licenças e que fiscalizam os estabelecimentos comerciais sistematicamente. Este selo estatal, de certa forma, legitima o lugar, assegura a fidúcia necessária ao seu funcionamento.

Porém, o ordenamento jurídico que emoldura as relações entre Estado, mercado e sociedade não é estático, mas, sim, repleto de tensionamentos, que conduzem a atualizações sistemáticas, conforme as condições impostas pelo contexto. O Estado, enquanto mediador entre a liberdade econômica e a igualdade democrática, arbitra através da criação de leis para regular os limites do avanço dos interesses privados sem que se sobreponham ao público, e vice-versa.

Acontecimentos trágicos, como o incêndio da boate Kiss, colocam a credibilidade do Estado, instituições e governos sob suspeição. A morte coletiva, ocorrida dentro de um empreendimento formal - autorizado pelo poder público a funcionar - denuncia os limites da burocracia na mediação entre os diversos interesses que se entrecruzam nas relações estabelecidas pelos atores envolvidos, públicos e privados. O impacto é potencializado pela dimensão biopolítica do acontecimento, pois a morte coletiva denuncia a incapacidade de os dispositivos estatais protegerem a vida.

Neste sentido, entre as *consequências políticas* estão os fatos que envolvem governos, partidos políticos e servidores públicos municipais e estaduais, desencadeados pelo acontecimento. Podem ser exemplos, a troca de acusações entre governantes de diferentes esferas de poder; instauração de comissão parlamentar de inquérito (CPI); divergências entre atores que pertencem à mesma instituição ou rede de comunicação; as exonerações de servidores públicos municipais; mudanças na legislação relativa à prevenção e proteção contra incêndio. Em meio a ocorrência desses fatos e sentidos adicionados ao debate, os atores se vinculam simbolicamente. Em visibilidades desejadas e indesejadas, são constituídas as Redes de Comunicação Pública.

**O impacto da tragédia** está relacionado à morte coletiva de jovens, em uma noite que seria de festa. É o segundo maior incêndio, em número de vítimas, da história do país. Impressiona, igualmente, pela brutalidade com que essas vidas foram ceifadas, na inesquecível madrugada de 27 de janeiro de 2013.

A relação do homem moderno com a morte é de incompreensão e de recusa. O falecimento que se espera é ao final da vida, solitário, escamoteado a um quarto de hospital, na reclusão da intimidade da família (MANNONI, 1995). Sem dor, sem sofrimento, assim se

deseja, lucidamente, o próprio fim. A morte representa o fim da vida corpórea, implica na ausência permanente daquele que convalesceu. Para os pais que perdem os filhos, o vazio da ausência é insubstituível, pois é parte de si, da sua descendência que deixa de existir. Pegos de surpresa, a perda se torna mais traumática, o luto tende a ser mais doloroso e lento, até que novas conexões afetivas possam ser estabelecidas. Pelas rupturas afetivas que provoca, exige passibilidade (QUÉRÉ, 2005), pois há que suportar as suas consequências.

Nos locais onde as mortes trágicas ocorreram, homenagens e protestos são incorporados ao cotidiano, principalmente nos dias seguintes ao acontecimento. Grupos sociais são organizados, como associações, ONG's e movimentos sociais. Além de homenagens, que compõem a iconografia mortuária da Tragédia, as dinâmicas sociais desempenham função política, ao pressionarem os poderes responsáveis por respostas e responsabilizações.

Interessam à mídia e ao jornalismo, pois são de interesse público e têm amplo potencial de dramatização; as tragédias são submetidas a processos de midiaticização. Quão mais impactantes, mais imprevisíveis, mais atores envolvidos, maior é a repercussão e o potencial de agendar os noticiários, nacional e internacionalmente. Além de organizar o acontecimento, histórias são contadas, heróis e vilões são indicados, o drama do luto é “desprivatizado”. Alteram-se as redações e rotinas dos principais telejornais, celebridades do telejornalismo, cadernos especiais e homenagens são acrescentados às edições impressas, outros mudam a sua identidade visual e incorporam a cor preta em sinal de luto. Em virtude dessas considerações, são buscados, nesta direção, os fatos que asseguram a visibilidade da morte coletiva, em processos de midiaticização e na atividade dos grupos sociais formados após a tragédia. Entre eles, principalmente, os cerimoniais de despedida, imagens e símbolos que constituam a simbologia da morte, a midiaticização do luto e do sofrimento.

O eixo definido como *judicialização* reúne os fatos relativos aos documentos institucionais, elaborados durante as investigações e pela Polícia Civil (RS), Ministério Público (RS) e Justiça Civil e Militar (RS). Incluem-se as causas da tragédia, as solicitações de indiciamento, as denúncias – aceitas e as recusadas pelo poder judiciário – das revelações feitas pelos inquiridos sobre o passado da boate Kiss, as quais geraram os processos judiciais dos réus. Incluem-se, igualmente, opiniões, protestos, acusações, que possam ser motivados pelo arquivamento de processo, a prisão ou a soltura dos réus, durante as audiências realizadas nos fóruns da Justiça (RS), condenação ou absolvição de réus, outros processos judiciais que possam surgir após a tragédia.

Incluem-se os inquéritos policiais, os crimes em que se enquadram as solicitações de denúncia, as denúncias aceitas ou rejeitadas pelo Poder Judiciário, as condenações e absolvições após os julgamentos. Trata-se, portanto, dos processos resultantes, mas, também, da recusa de indiciamentos solicitados nos relatórios dos inquérito policiais.

Finalmente, a partir desses procedimentos entende-se que seja possível a identificação dos atores e das Redes, bem como a sistematização da visibilidade e do debate, originários dos eixos temáticos estruturantes. A seguir, o resultado dessa etapa, reunido em uma linha do tempo, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Linha do tempo – a constituição do acontecimento público

<b>FUNCIONAMENTO DA BOATE KISS</b>	
<b>DATAS</b>	<b>AÇÕES E DOCUMENTOS</b>
Junho de 2009	Prefeitura recebe projeto de reformas no prédio onde a Kiss funcionaria. Após análise do arquiteto da prefeitura, são solicitadas 29 modificações para adequação à legislação vigente para este tipo de estabelecimento.
Julho de 2009	Emissão do Plano de Prevenção e Combate a Incêndio, pelo Corpo de Bombeiros
	Inauguração da boate Kiss – começa a funcionar sem alvará de localização
Agosto de 2009	Emissão do alvará de incêndio, pelo Corpo de Bombeiros
Ago-Dez/2009	A boate recebe quatro multas da prefeitura municipal, por não ter alvará de localização.
Abril de 2010	Alvará de localização é finalmente emitido pela Prefeitura Municipal.
Agosto de 2010	Vencimento do alvará de incêndio. A Kiss ficou até agosto de 2011 sem este alvará, quando houve a renovação. Na data do incêndio, ele estava vencido novamente.
2011	Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta entre MP (RS) e proprietários da Kiss, em virtude do excesso de ruído.
<b>O INCÊNDIO DA BOATE KISS</b>	
<b>OCORRÊNCIAS</b>	
26/01/2013	23 horas - Início da festa “Agromerados”
27/01/2013	
2h30	Início do incêndio, durante o show da banda Gurizada Fandangueira.
Madrugada	Resgate das vítimas realizado pelo Corpo de Bombeiros.
	Participação de voluntários no processo de resgate
	Encaminhamento de feridos para os hospitais de Santa Maria e de municípios do RS.
	Definição do Centro Desportivo Municipal (CDM) para colocação dos corpos, reconhecimento das vítimas pelos familiares e sepultamento coletivo.

	Foram confirmadas 231 mortes. Outras 11 faleceram depois, em decorrência dos ferimentos
<b>CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS</b>	
<b>PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS</b>	
27.01.2013	Do Chile, presidente Dilma Rousseff anuncia que interromperá sua agenda naquele país e retornará ao Brasil para assistir às famílias das vítimas da tragédia.
	Chegada do governador do RS, Tarso Genro, e discurso público
	Chegada da presidente Dilma Rousseff, em Santa Maria e decreta luto oficial de três dias, no país.
	Prefeito de Santa Maria, César Schirmer decreta luto oficial de 30 dias.

(continuação)

29.01.2013	Entrevista coletiva do prefeito César Augusto Schirmer. Pronunciamento dura cerca de treze minutos e ele se retira sem responder aos jornalistas. Ocupou o seu lugar, o secretário municipal de Comunicação e Relações de Governo, Giovani Mânica ( <i>in memoriam</i> ) <sup>6</sup> .
31.01.2013	Governador Tarso Genro acusa PMSM: “qualquer leigo que olhasse uma boate como a Kiss não permitiria o alvará”, local que classificou como “estrutura predatória da vida humana”.
	Prefeito Cesar Schirmer rebate Governador “não se pode jogar palavras ao vento [...]. Não queria guerra política, mas se necessário...”.
05.02.2013	Tarso Genro volta a referenciar a responsabilidade da prefeitura, ao dizer que quem abre ou fecha um estabelecimento é o prefeito. E que “administrador sério, honrado, ele não sai se safando”.
28.02.2013	É aprovada no poder legislativo municipal a instauração da CPI da Kiss.
25.03.2013	Cerca de 250 pessoas se reuniram na Praça Saldanha Marinho, em frente à Prefeitura Municipal, em Santa Maria, para pedir a renúncia do prefeito.
<b>IMPACTO - REPERCUSSÃO MIDIÁTICA</b>	
<b>PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS</b>	
27/01/2013	Imprensa nacional se desloca para Santa Maria.
10 horas	A primeira entrada ao vivo com imagem e som para o canal Globo News
	Imprensa internacional noticia a tragédia em Santa Maria, em países como Inglaterra, Estados Unidos, Itália, França, Espanha, Argentina, Cuba, França, Japão e China
28.01.2013	Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, é apresentado ao vivo de Santa Maria.
	Na Rede Bandeirantes de TV, o jornalista Ricardo Boechat cobra providências do governador do estado do RS, Tarso Genro.
29.01.2013	Entrevista do Major Gerson da Rocha Pereira, comandante do Corpo de Bombeiros de Santa Maria, foi interrompida após ligação do Governo do Estado, sob a alegação de que as informações passariam a ser centralizadas.
03.02.2013	Programa Fantástico, da Rede Globo, constrói uma réplica da boate Kiss para esclarecer o que ocorrera na noite do incêndio.

<sup>6</sup> Giovani Mânica faleceu em 21 de abril de 2016, em um acidente de carro, no município de São Gabriel (RS).

25.06.2013	Divulgação do áudio de conversa entre vereadores sobre suposta “blindagem” do prefeito Cezar Schirmer nas investigações da CPI.
29.06.2013	Em entrevista ao jornal Diário de Santa Maria, Giovani Mânica, secretário de comunicação e relações de governo, anuncia que deixará o cargo. Entre as razões está a discordância com a postura do Prefeito Municipal, que ele tipifica como pouco ágil e transparente.
04.11.2015	Seminário mil dias, em Brasília. Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que debate os mil dias da tragédia da boate Kiss. Foram convidados sobreviventes da tragédia e familiares das vítimas, representantes do Ministério Público do RS, da Prefeitura de Santa Maria, do Governo do Rio Grande do Sul, do Ministério da Saúde, Ministério Público da União, Ministério Público do Trabalho e os delegados responsáveis pela investigação.
<b>IMPACTO - REPERCUSSÃO SOCIAL</b>	
<b>PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS</b>	
28.01.2013	Cerca de 30 mil pessoas realizam caminhada em homenagem às vítimas, em Santa Maria. Cerca de nove caminhadas foram registradas nos dias seguintes à tragédia, mobilizando em torno de 20 mil pessoas.
23.02.2013	Criação da Associação dos Familiares das Vítimas e sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM).

(continuação)

31.05.2013	Manifestantes distribuem pizzas aos vereadores em reunião da CPI da Kiss, em Santa Maria.
31.05.2013	Protestos em Porto Alegre e em Santa Maria, devido à decisão da justiça de soltar os réus.
22.06.2013	Cerca de 30 mil manifestantes ocupam as ruas de Santa Maria. Mobilizado pelo Diretório Central Estudantil (DCE), as reivindicações estavam no transporte público e no pedido de renúncia dos vereadores que compunham a CPI da Kiss.
26.06.2013	Início da ocupação do plenário da Câmara de Vereadores de Santa Maria.
1º.07.2013	Manifestantes desocupam a Câmara de Vereadores de Santa Maria.
30.06.2013	Assinatura do acordo para a desocupação do prédio da Câmara de Vereadores. Entre as exigências, a exoneração do procurador jurídico do poder legislativo municipal, Robson Zinn.
1º.08.2013	Sede da Prefeitura de Santa Maria é pichada por manifestantes.
14.10.2013	Protestos em frente ao MP (RS) em Santa Maria.
25.01.2014	Início do 1º Congresso Internacional Novos Caminhos, organizado pela AVTSM.
27.02.2014	Manifestantes pintam silhuetas de corpos na rua em frente à sede da prefeitura de Santa Maria. Momentos depois, as pinturas foram encobertas por uma camada de asfalto colocada por funcionários da prefeitura.
09.12.2014	Protesto em frente ao prédio da boate Kiss.
27.02.2015	Manifestantes afixam cartazes e cruzeiros brancos em frente ao prédio do MP (RS)
<b>JUDICIALIZAÇÃO</b>	
28.01.2013	Dois músicos da banda Gurizada Fandangueira e os dois proprietários da boate Kiss são presos temporariamente. A prisão foi prorrogada por 30 dias, em 1º.02.2013.
1º.03.2013	Prisão temporária dos quatro detidos é transformada em prisão preventiva.
22.03.2013	Polícia Civil (RS) apresenta relatório do primeiro inquérito do incêndio da boate Kiss.
22.03.2013	Após o seu indiciamento pela Polícia Civil, Prefeito de Santa Maria classifica o inquérito de “aberração jurídica” e, a tese, de “ridícula”.

02.04.2013	Primeira denúncia do Ministério Público. Ao todo, oito pessoas são denunciadas criminalmente pelo incêndio e mortes.
19.08.2013	MP denuncia oito bombeiros por tragédia na boate Kiss.
18.07.2014	Polícia Civil (RS) divulga o segundo inquérito da investigação sobre o incêndio da boate Kiss.
05.12.2014	Apresentação da segunda denúncia do MP (RS)
02-3/06/2015	Julgamento dos oito bombeiros réus no caso do incêndio na boate Kiss. Foram condenados os oficiais Moisés Fuchs (ex-comandante do Corpo de Bombeiros de Santa Maria) e o capitão Alex Camillo. O primeiro por prevaricação e por falsidade ideológica e, o segundo, por falsidade ideológica.
22.06.2015	Publicação da sentença do julgamento dos bombeiros condenados no caso Kiss.
1º.09.2015	Justiça estadual condena o Major Gerson Pereira da Rosa, chefe do Estado-Maior dos Bombeiros na data da tragédia, por inserir documento no plano de prevenção contra incêndio da boate após a tragédia.
02.09.2015	MP (RS) denuncia três familiares das vítimas da tragédia da boate Kiss, pelo crime de calúnia. A denúncia foi motivada pela representação de três procuradores.
26.01.16	Réus entram com ação judicial contra prefeito e ministério público
26.01.16	Familiares recorrem à Corte Internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA), para que o Estado seja responsabilizado pela tragédia.

Reunidas, essas materialidades comunicacionais, aos documentos institucionais coletados – inquéritos policiais, legislações municipais e estaduais, relatórios técnicos – foi constituída a cronologia do acontecimento público Tragédia Kiss, descrita nesta linha do tempo. Foram contemplados aspectos sobre o passado da casa noturna, desde a sua fundação, revelados após o incêndio e que incidem sobre o debate público pós-tragédia. Além deles, fatos posteriores que atendem aos critérios supracitados e que permitem a identificação dos múltiplos protagonismos e a configuração das Redes de Comunicação Pública do acontecimento.

A organização desses fatos não intenciona representar a totalidade do acontecimento Tragédia Kiss, nem tampouco é interesse qualificar a relevância destes, em relação a outros, que possam ter ficado de fora da seleção. Entende-se que, para esta pesquisa, a relevância destes fatos está em proporcionar um quadro estrutural e analítico do acontecimento Tragédia Kiss, no sentido de permitir ver a configuração das Redes de Comunicação Pública, as quais mantêm a visibilidade e o debate público permanente sobre os temas de interesse público que deles derivam.

### 1.3 TRAGÉDIAS SIMILARES

De acordo com a classificação da Associação Nacional de Proteção Contra Incêndios (NFPA), dos Estados Unidos da América (EUA), o sinistro da Kiss é o terceiro na lista dos mais fatais do mundo, entre os ocorridos em casas noturnas. O mais letal ocorreu em Boston, na boate Coconut Grove, em 20 de novembro de 1942, quando morreram 492 pessoas e mais de 600 ficaram feridas. O local estaria superlotado e o fogo teria iniciado em um objeto decorativo. Em segundo, e mais recente, está o registro do incêndio na discoteca de Luoyang, na China, em 25 de dezembro de 2000. O fogo pode ter iniciado em um shopping, devido a um problema elétrico, se alastrando até a pista de dança da boate, vitimando fatalmente 309 pessoas.

A tragédia na boate Kiss também se insere no registro das maiores tragédias motivadas pela utilização de pirotecnia em ambientes fechados. Em Bangcoc, na Tailândia, ocorreu um incêndio na Santika Club, no ano de 2009. Como na boate Kiss, a casa noturna tinha apenas uma saída, o que dificultou que as pessoas deixassem o local. Além disto, a casa noturna não tinha todas as licenças necessárias para funcionar.

No mesmo ano, em Perm, na Rússia, uma explosão durante a queima de fogos de artifícios vitimou fatalmente 150 pessoas na Lame Horse Club. Em 2008, na boate Wuwang, em Shenzhen, na China, 43 pessoas morreram em decorrência de um incêndio iniciado durante um show de pirotecnia. O número de vítimas teria sido agravado pela má iluminação e a existência de só uma saída. Em 2003, a boate The Station, em Rhode Island, nos Estados Unidos, foi o cenário de um incêndio que vitimou, fatalmente, 100 pessoas. O fogo iniciou quando a banda Great White utilizava pirotecnia em seu show. O empresário da banda, responsável pela organização do show pirotécnico, foi condenado a quatro anos de prisão.

Em Buenos Aires, na Argentina, no dia 30 de dezembro de 2004, a casa de shows República Cromañón também sediou um evento trágico, motivado por incêndio. Em circunstâncias semelhantes às da boate Kiss, o fogo se iniciou após o acendimento de um artefato pirotécnico no salão principal. Lá, morreram 194 pessoas e 1432 ficaram feridas. Os processos judiciais se prolongaram por cinco anos e, até que houvesse uma sentença, as manifestações e as homenagens às vítimas persistiram. Como consequência política, o então prefeito de Buenos Aires Aníbal Ibarra deixou o cargo, dois anos depois e após sofrer processo de *impeachment*, sob a acusação de negligência na fiscalização de casas noturnas. À

época, o então presidente argentino, Néstor Kirchner foi duramente criticado por não se manifestar publicamente nos cinco dias que sucederam à tragédia.

Entre os incêndios ocorridos no Brasil, o da boate Kiss é o segundo em número de óbitos, atrás apenas do sinistro no Gran Circus, em Niterói, no Rio de Janeiro (RJ), que vitimou mais de 500 pessoas, em 17 de dezembro de 1961. Motivado pelo desejo de vingança ao dono do circo que o teria demitido dias antes, o mentor do atentado teria sido Adilson Marcelino Alves (o Dequinha) e a execução do plano contou com o auxílio de dois comparsas – José dos Santos, o “Pardal”, e Walter Rosa dos Santos, o “Bigode”, além das companheiras dos dois. Estima-se que, naquele dia, cerca de 3000 pessoas assistiam ao espetáculo circense, sendo, a maioria crianças.

Se o sinistro, em Santa Maria, aciona a memória de outras tragédias, ela também passa a ser acionada por acontecimentos posteriores à sua ocorrência. No dia 30 de outubro de 2015, em Bucareste, na Romênia, um incêndio de grandes proporções na casa de shows Club Colectiv, motivado por um artefato pirotécnico, provocou 46 mortes e deixou mais de 200 pessoas feridas.

Estima-se que o local estava superlotado no momento da tragédia, quando 500 pessoas assistiam a um show de rock. A repercussão política culminou na renúncia do primeiro-ministro da Romênia, Victor Ponta, que já sofria acusações de corrupção, e que anunciou a sua saída devido ao clamor popular<sup>7</sup> e aos protestos contra a corrupção, nos dias seguintes à tragédia, que levaram milhares de manifestantes às ruas<sup>8</sup>. Devido às circunstâncias, as comparações à tragédia na boate Kiss são inevitáveis, tanto em relação às causas, quanto em relação à repercussão política e às mobilizações sociais.

#### 1.4 DA (POSSÍVEL) RESPONSABILIDADE DO ESTADO

O alcance da compreensão sobre a configuração das Redes de Comunicação Pública - constituídas pelo e constituintes do acontecimento Tragédia Kiss - passa, também, pela discussão sobre a possível responsabilidade do Estado, que é constantemente referenciada nos protestos em busca de justiça, organizados pelos grupos sociais formados após a tragédia. Também é argumento de defesa de um dos sócios da boate Kiss, que sustenta que o poder Executivo Municipal, o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público, RS, teriam vistoriado a

<sup>7</sup> Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/internacional/1446628662\\_186088.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/internacional/1446628662_186088.html) e de [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/31/internacional/1446288528\\_416175.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/31/internacional/1446288528_416175.html)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/morre-mais-uma-vitima-do-incendio-em-boate-na-romenia.html>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

casa noturna e tinham ciência de todas as irregularidades apontadas como responsáveis pela mortalidade do sinistro.

Neste sentido, foi realizada a busca de dados junto aos inquéritos elaborados pela Polícia Civil-RS e ao relatório técnico emitido pelo Crea-RS, que descrevem e apontam as possíveis causas e responsabilidades estatais na ocorrência da Tragédia, mas que não foram acolhidas nas denúncias aceitas pela Justiça-RS. São dados que fazem regressar à abertura da boate Kiss, no ano de 2009, relativos à obtenção e à manutenção das licenças necessárias para o exercício das suas atividades, até a ocorrência do sinistro.

Estão incluídas, portanto, a concessão e a manutenção de alvarás emitidos pela Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado por promotores do MP-RS com os proprietários da casa noturna, em 2011, para ajustamento do sistema de isolamento acústico da boate. Todos eles são constituintes do acontecimento e estão no cerne das mobilizações sociais, pois são relacionados à responsabilidade pela tragédia.

Em junho de 2009, a Prefeitura Municipal recebeu um projeto de reforma, sem ampliação, para o prédio onde a boate Kiss seria instalada. Antes, naquele local havia um curso preparatório para o vestibular. O arquiteto Rafael Escobar de Oliveira, então responsável pelo Escritório da Cidade, analisou o projeto e apontou 29 modificações necessárias à correspondência com a legislação, o que incluía itens de segurança como a abertura de saídas de emergência.

Ainda assim, a boate entrou em operação, no mês seguinte, tendo recebido seis autuações da PMSM, que totalizaram cerca de R\$15.000,00 (quinze mil reais). Durante os primeiros nove meses de atividade, a boate Kiss teria funcionado sem o alvará de localização. Ademais, a Polícia Civil-RS argumentou que a Prefeitura não poderia tê-lo emitido, uma vez que o alvará sanitário estava vencido e o projeto arquitetônico, com 29 irregularidades, ainda não havia sido aprovado.

O alvará de localização foi expedido pela PMSM em 14 de abril de 2010, mesmo sem a realização das reformas, sob a justificativa de que a licença para a realização de reformas não era uma exigência para a concessão daquele documento. Segundo o inquérito da Polícia Civil-RS, da sua criação, até a data da tragédia, a Kiss tinha sócios de fachada, ou seja, havia pessoas que eram proprietárias apenas “no papel”, enquanto que as atividades eram exercidas e os ganhos administrados por outros. Isto foi apontado pelo MP-RS, nas três modificações contratuais da Boate, incluindo a criação da sociedade que originou a casa noturna,

denominada Santo Entretenimento Ltda. Em virtude disto, o MP-RS ofereceu denúncia contra sete pessoas pelo crime de falsidade ideológica.

Para obter o alvará de localização – que autoriza a realização de uma atividade em determinado local – e regularizar a abertura da Boate, junto à PM, os proprietários teriam fraudado a “consulta popular” necessária para a obtenção desse documento. De acordo com a Polícia Civil, foi constatado que as assinaturas foram colhidas junto a pessoas que somente trabalhavam durante o dia em empresas situadas nas proximidades da Kiss, além de conhecidos ou amigos dos sócios, que não residiam, nem trabalhavam nas imediações. Diante dos indícios de irregularidade, o MP-RS denunciou 34 pessoas por falsidade ideológica, entre sócios e pessoas que assinaram o documento, que ainda aguardam julgamento.

Outro detalhe revelado pelas investigações, é que a Kiss funcionou de forma irregular, pelo menos em nove situações, havendo conivência dos agentes fiscais. Além dos nove meses em atividade sem alvará de localização, em 2009, como já referenciado, em três períodos a boate funcionou sem o alvará que deveria ser concedido pelos Bombeiros. Também houve períodos em que o estabelecimento funcionou sem alvarás sanitário e ambiental e, apesar de ter sido multada seis vezes, a Boate nunca foi fechada para que as irregularidades fossem corrigidas. Em razão disso, a Polícia Civil-RS pediu o indiciamento de quatro servidores públicos municipais; pedido que foi arquivado pelo MP-RS.

Além das irregularidades em alvarás expedidos pela Prefeitura Municipal, o inquérito policial também sinalizou problemas em dois, cuja competência para a expedição cabe ao Corpo de Bombeiros. Segundo a Polícia Civil-RS, eles não poderiam ter sido emitidos, devido às irregularidades na Boate. Um dos alvarás foi liberado mesmo tendo sido detectada, em vistoria, a existência de apenas uma porta de saída. Cinco bombeiros foram denunciados na Justiça Militar por fiscalização inadequada, mas o MP-RS entendeu que a conduta não teve relação com as mortes.

Até a tragédia, em Santa Maria e nos municípios do interior do RS, era usual a emissão, pelos bombeiros, de alvarás de proteção contra incêndio por meio de um *software* denominado Sistema Integrado de Gestão de Prevenção de Incêndio (Sigpi), criado com o objetivo de agilizar o processo. Porém, no caso da Kiss, o PPCI foi gerado a partir de informações fornecidas pelos proprietários da Boate, sem a avaliação de um técnico. A Polícia Civil-RS apontou no inquérito deficiências no sistema, que privilegia a quantidade à qualidade.

Outro aspecto do inquérito diz respeito ao número de portas que havia na boate Kiss. A legislação vigente, no RS, na data da tragédia, previa que as casas noturnas deveriam ter

duas saídas, e que elas estivessem em lados opostos na edificação. A boate Kiss tinha apenas uma e de tamanho insuficiente – segundo o laudo do Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS), a saída deveria ter 4,40 metros de comprimento – para permitir que as pessoas saíssem rapidamente –, mas a porta da Kiss tinha 2,56 metros. Segundo o inquérito da Polícia Civil (RS), havia duas passagens que levavam ao hall de entrada, onde havia a única saída, composta de duas aberturas. Segundo o relatório elaborado pelo Crea-RS, a legislação contra incêndio vigente era pouco clara e precisa, permitindo interpretações diversas. Isto justificaria a obtenção do alvará mesmo com uma porta de saída.

Os peritos do IGP-RS também apontaram problemas na sinalização de emergência da danceteria. Há vestígios de que não havia placas de sinalização em todos os ambientes, mas não foi possível afirmar se as luzes de emergência funcionaram na data da tragédia, pois elas ficaram completamente destruídas. Outro aspecto observado foi a ausência de iluminação no piso, que pudesse ser vista mesmo com a fumaça, o que pode ter confundido as vítimas que se dirigiram aos banheiros, achando que era a saída.

Os funcionários e seguranças da boate Kiss deveriam ter sido submetidos a treinamento para atender ao público e para agir de forma adequada em situações emergenciais, para que o Corpo de Bombeiros emitisse o alvará. Porém, eles não foram capacitados, nem dispunham de meios de comunicação na noite do incêndio que pudesse agilizar a circulação de informações para reduzir os riscos em caso de tumulto. O Crea-RS aponta que “essa falta de preparo foi um componente importante que agravou as deficiências do sistema de evacuação”.

Somam-se, ainda, alguns aspectos referentes ao trabalho de resgate realizado durante o incêndio, pois a estrutura, do Corpo de Bombeiros, teria sido insuficiente para efetuar o trabalho, uma vez que faltaram máscaras de oxigênio para a retirada das vítimas. De um total de 21 respiradores autônomos, estariam no local de seis a oito. Para a Polícia Civil, se tivessem todos na operação daquela noite, poderiam ter retirado mais pessoas com vida. Essa condição levou à inclusão do comandante do 4º Comando Regional dos Bombeiros, o tenente-coronel Moisés da Silva Fuchs, no inquérito que fora encaminhado à Justiça Militar, para que ele fosse investigado por homicídio culposo, devido à suposição de que teria havido negligência. O caso foi arquivado.

Outro apontamento que envolve a responsabilidade do Corpo de Bombeiros está na participação de civis no resgate das vítimas. Conforme a Polícia Civil-RS, existem provas de que, pelo menos, cinco pessoas, que estavam na festa e que auxiliaram no resgate, teriam morrido ao tentar retirar sobreviventes do interior da Boate. O inquérito ainda revela que civis

teriam sido estimulados a participar dos resgates, inclusive recebendo equipamentos dos bombeiros para enfrentar o incêndio e a fumaça. Por conta disto, foi solicitado à Justiça Militar que sete militares fossem indiciados por homicídio culposo. O MP-RS arquivou a denúncia por entender que não havia como individualizar a conduta de cada bombeiro.

O Corpo de Bombeiros também foi citado devido à participação societária do bombeiro Roberto Flavio da Silveira e Souza na empresa Hidramix, que instalou barras antipânico na Kiss. Ele foi exonerado da Brigada Militar, pois, enquanto militar, não poderia ser sócio ou proprietário de empresa. A Polícia investigou se havia favorecimento, por parte dos bombeiros, à Hidramix, nas vistorias e na liberação de alvarás, mas concluiu sem indiciamentos.

Além do Corpo de Bombeiros, também vinculado ao poder público do RS e apesar de não estar entre os indiciados no inquérito elaborado pela Polícia Civil-RS, o MP-RS é questionado quanto à responsabilidade pela tragédia. Isto porque, em novembro de 2011, foi assinado um TAC com aos proprietários da boate Kiss. O acordo estabelecido objetivava resolver o problema da poluição sonora, reclamada por vizinhos da casa noturna. Em virtude disto, foi instalada a espuma inflamável no teto da danceteria.

Este episódio motivou o advogado de Elissandro Spohr a protocolar uma notícia-crime contra o promotor responsável pelo TAC, alegando omissão e negligência. Segundo o promotor, ele não recomendou a colocação de espuma e a instalação ocorreu após a sua vistoria, portanto, não passou por seu crivo. O pedido de investigação foi arquivado pelo MP (RS), mas a Lei Kiss (nova lei contra incêndio, elaborada após a tragédia em Santa Maria) prevê alteração neste tipo de acordo, que passa a ser viabilizado mediante aval e fiscalização do Corpo de Bombeiros.

Os problemas estruturais do prédio em que se localizava a boate não se restringiam à inexistência de saídas alternativas. A boate também não tinha janelas e o sistema de exaustão estava bloqueado por janelas basculantes lacradas e paredes de alvenaria, o que impediu a saída da fumaça, aumentando a concentração e a toxicidade, tornando a fumaça mais letal, conforme apontamento do relatório do Crea-RS. Para compensar a falta de janelas, deveriam ter sido instalados chuveiros automáticos, denominados *sprinklers*, e sistema automático de saída de fumaça. Essas determinações são previstas pela ABNT.

Do conjunto de dados aqui expostos, identificam-se os atores e instituições que compõem as Redes de Comunicação Política e comunicação judiciária do acontecimento Tragédia Kiss. O protagonismo pode ser voluntário – enquanto porta-voz institucional – ao expressar a versão sobre os fatos que competem ao ator ou instituição. Por exemplo, ao

delegado responsável pelas investigações, cabe a responsabilidade de esclarecer todos os aspectos constantes no relatório do inquérito desenvolvido pela Polícia Civil-RS. Ou involuntário, relacionado à visibilidade concedida por outro ator por meio de menção ou acusação sobre a possível responsabilidade em veículos de mídia ou em outros meios de comunicação.

## 1.5 INDICIAMENTOS E PROCESSOS JUDICIAIS

Os processos referentes ao incêndio na boate Kiss estão distribuídos nas esferas criminal, cível e militar. Na esfera criminal, são réus no processo principal os sócios da boate Kiss, Elissandro Spoh (Kiko) e Mauro Hoffmann, e dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira - o vocalista Marcelo de Jesus dos Santos e o produtor Luciano Augusto Bonilha Leão. Eles respondem por homicídio com dolo eventual e por tentativa de homicídio.

Além das deficiências no sistema de segurança contra incêndio e no prédio da boate, outros componentes vinculados à responsabilidade dos proprietários teriam sido decisivos para a gravidade do sinistro. Em primeiro, conforme o relato de testemunhas, a porta de saída foi bloqueada pelos seguranças nos primeiros instantes após ter iniciado o incêndio. A medida seria um procedimento corriqueiro, baseado em ordem dada por Kiko e Mauro Hoffmann, para que os clientes fossem direcionados aos caixas e pagassem a comanda antes de sair, segundo a denúncia do MP-RS. Minutos depois, após confusão entre seguranças e público, a porta teria sido aberta.

A soma do número de vítimas fatais com as pessoas que foram atendidas em hospitais totaliza 864 pessoas. Segundo o IGP-RS, a capacidade de lotação máxima da boate chegaria a 769 pessoas, número maior do que o previsto no PPCI do último alvará, 691. Segundo o inquérito da Polícia Civil-RS, nem os bombeiros nem a Prefeitura de Santa Maria sabiam desse número, pois o documento, com esse cálculo, teria sido introduzido na pasta da Kiss, após a tragédia.

Os proprietários da boate Kiss também respondem pela utilização de espuma sem tratamento antichama no sistema de revestimento acústico colocado acima do palco. O inquérito aponta que, segundo testemunhas, o material foi colocado por dois funcionários da boate, seguindo ordem de Kiko, em 2012. A obra teria sido executada sem supervisão técnica. O IGP constatou que a espuma era composta por poliuretano, que é inflamável e libera gases tóxicos, como o cianeto, durante a combustão. De acordo com a necropsia, a inalação dos gases tóxicos foi responsável pela asfixia e morte da maioria das vítimas.

Em relação à responsabilidade da banda Gurizada Fandangueira, respondem criminalmente o produtor, Marcelo Bonilha Leão e o vocalista, Marcelo de Jesus dos Santos. Intrigou aos

investigadores o fato de o vocalista não ter comunicado sobre o incêndio, já que ele estava com o microfone em mãos. Segundo a Polícia, isto poderia ter minimizado os riscos do sinistro e, para o MP (RS), tanto o vocalista quanto o produtor da banda teriam assumido o risco de matar ao não adotarem este procedimento. Além disso, no show foi utilizado fogo de artifício indicado para ambientes externos. Segundo o inquérito policial, baseado no relato do comerciante que efetuou a venda, a opção pelo produto teria sido motivada pelo custo, visto que era cerca de 20 vezes mais barato do que o produto apropriado para ambientes fechados.

Há provas testemunhais, vídeo e laudo pericial de que o fogo iniciou durante o show da banda Gurizada Fandangueira, quando o vocalista acionou o artefato pirotécnico. As fagulhas atingiram a espuma colocada no teto, acima do palco, iniciando as chamas. Segundo a Polícia Civil-RS, a Kiss não tinha permissão para a realização deste tipo de show, no entanto eles seriam frequentes. O vocalista ainda tentou apagar as chamas, junto com os seguranças da boate, mas o extintor de incêndio que estava ao lado do palco não funcionou. O Crea-RS considera que este fato foi decisivo para que o fogo e a fumaça se alastrassem, uma vez que as chamas poderiam ter sido imediatamente contidas, se o extintor estivesse em condições perfeitas de funcionamento. De acordo com o relato de funcionários da Kiss à Polícia Civil-RS, os extintores eram retirados das paredes por Kiko, pois prejudicavam a decoração.

Os três oficiais que eram responsáveis pela emissão dos alvarás foram denunciados à Justiça Militar por emissão de declaração falsa para alterar a verdade em documento público, como estabelecido no artigo 312<sup>9</sup>, do Código Penal Militar Brasileiro (BRASIL, 1969). São eles: o ex-comandante do 4º Comando Regional de Bombeiros, tenente-coronel Moisés da Silva Fuchs; o ex-chefe da sessão de prevenção de incêndios tenente-coronel Daniel da Silva Adriano e o capitão Alex da Rocha Camillo. O sargento Renan Severo Berleze foi acusado pela prática do mesmo crime, mas optou por um acordo com a justiça e teve o seu processo suspenso. Eles teriam incluído documentos junto ao PPCI da boate Kiss, após a tragédia.

O equívoco, segundo os promotores, teria sido fazer constar que o sistema de prevenção e proteção contra incêndio da Kiss havia sido inspecionado e aprovado “de acordo com a legislação vigente”, sendo que, pelo contrário, eles dispensaram, entre outros itens que são exigidos pela lei, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e o treinamento de funcionários da boate.

---

<sup>9</sup> Art. 312. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar: [...] (BRASIL, 1969, sic).

Além dos oficiais, foram denunciados os soldados Gilson Martins Dias, Vagner Guimarães Coelho e Marcos Vinicius Lopes Bastide; o sargento Renan Severo Berleze e o aluno-sargento Sérgio Roberto Oliveira de Andrades, todos pelo artigo 324<sup>10</sup>, do Código Penal Militar Brasileiro (BRASIL, 1969). Para o MP-RS, em inspeções feitas em 2011, não foi mencionada a necessidade de instalação de uma central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), exigência normativa da ABNT e pelo Decreto Estadual nº 37.380, de 28 de abril de 1997 (RS, 1997), alterado pelo Decreto nº 38.273, de 09 de março de 1998<sup>11</sup>.

Por crime de falsidade ideológica, respondem 11 pessoas<sup>12</sup>, por fatos ligados à propriedade da boate Kiss, que, na sua fundação, teria sócios de fachada. Na primeira denúncia formalizada pelo MP (RS), apenas os dois primeiros foram incluídos<sup>13</sup>, pelo crime de falso testemunho, por omitirem que Eliseo Jorge Spohr era sócio da boate. No aditamento à denúncia original, apresentado pelo MP (RS), em 05 de dezembro de 2014, a acusação passou a ser por falsidade ideológica, além de terem sido incluídos os demais nomes.

Também por crime de falsidade ideológica, 34 réus foram denunciados na segunda versão apresentada pelo MP (RS)<sup>14</sup>. O crime estaria na fraude da “consulta popular” realizada para a obtenção do alvará de localização, para a abertura da Kiss, em 2009. Na esfera cível, respondem por improbidade administrativa quatro oficiais do Corpo de Bombeiros<sup>15</sup>. Segundo a acusação, eles seriam os responsáveis pela implementação de um sistema de prevenção de incêndios que se mostrou ineficaz no caso da Kiss e que pode causar prejuízos ao Estado. A outra ação que tramita na esfera cível é coletiva e trata da indenização dos familiares<sup>16</sup>.

<sup>10</sup> Art. 324. Deixar, no exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar: [...] (BRASIL, 1969).

<sup>11</sup> RS. Rio Grande do Sul. Decreto Estadual nº 37.380, de 28 de abril de 1997. Disponível em: <[www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2013/02/D27-461.pdf](http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2013/02/D27-461.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2016.

<sup>12</sup> Éltton Cristiano Uroda (ex-sócio da Kiss), Volmir Astor Panzer (contador da boate), Elissandro Spohr (sócio da boate), Mauro Hoffmann (sócio da boate), Tiago Flores Mutti (ex-sócio da Kiss), Cíntia Flores Mutti (ex-sócio da Kiss), Alexandre Silva da Costa (ex-sócio da Kiss), Ângela Aurélio Callegaro (ex-sócio da Kiss), Eliseo Jorge Spohr (ex-sócio da Kiss), Marlene Teresinha Callegaro (ex-sócio da Kiss) e Jackson Heitor Panzer.

<sup>13</sup> Éltton Cristiano Uroda (ex-sócio da Kiss), Volmir Astor Panzer (contador da boate).

<sup>14</sup> Elissandro Callegaro Spohr, Tiago Flores Mutti, Santiago Mugica Mutti, Cíntia Flores Mutti, Éltton Cristiano Uroda, Alexandre Silva da Costa, Eliseo Jorge Spohr, Adão José Figuera, Gládis das Chagas Guimarães, Valmir Rodrigues César, Maria Rebeca Brites Acosta, Christian Weber, Marco Aurélio Ribas Guimarães, José Gilmar Chagas, José Carlos Santos de Oliveira, Lenir Maciel Flores Mossate, José Eliseu Campos, Itamaraju Soares Xavier, Marco Antônio Pereira Duarte, Mário César da Silva Dutra, Rodrigo de Moraes Capa, Kátia Daiane Martins Cabreira, Erick Albertani Pampuch, Renise Haesbaert Fernandes, Lothar Heinz Stoeber Júnior, Luiz Felipe Ribas Niederauer, Tânia Elizabete Basso dos Santos, Volnei Trevisan, Enoílso Cocco, Felipe da Luz Ferreira, Samir Almeida Hajar, Diego Guerreiro Fontella, Dani Luíza Passoelo e Ana Carla Soares Bueno.

<sup>15</sup> O capitão Alex da Rocha Camillo, Altair de Freitas Cunha (ex-comandante do 4º Comando dos Bombeiros), Daniel da Silva Adriano (bombeiro reservista) e Moisés da Silva Fuchs (ex-comandante do 4º Comando de Bombeiros).

<sup>16</sup> Os réus desta ação são Angela Callegaro, Marlene Callegaro, Eliseo Spohr, Elissandro Spohr, Mauro Hoffmann, Santo Entretenimento, EJS Participações e Assessoria Empresarial, Novaportal Comércio de Autopeças, Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Santa Maria.

Por fim, na Justiça Militar (RS), respondem pelo crime de inobservância da lei, regulamento ou instrução, três soldados e dois sargentos do Corpo de Bombeiros<sup>17</sup>. Os cinco foram incluídos pela responsabilidade de fiscalização da casa noturna e, conseqüentemente, por não terem apontado as irregularidades do local em vistoria feita no ano de 2011. Pelo crime de prevaricação, responde o ex-comandante do 4º Comando de Bombeiros<sup>18</sup>, por não ter aplicado sanções ao sargento<sup>19</sup>, sócio da empresa Hidramix, que prestou serviços à Kiss. Por fim, por inserir declaração falsa, com a finalidade de alterar a verdade, em documento público, respondem outros dois oficiais<sup>20</sup>.

Desde meados de agosto de 2015, o juiz Ulysses Fonseca Louzada, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Maria atua exclusivamente nos processos originários da tragédia, mas, ainda assim, os julgamentos devem ocorrer somente em 2016. Na Justiça Militar, o julgamento ocorreu no início do mês de junho de 2015 e foram condenados o capitão Alex da Rocha Camillo e o major Moisés da Silva Fuchs.

Moisés da Silva Fuchs foi condenado por prevaricação e falsidade ideológica. A primeira condenação foi por não punir o subordinado que atuava na empresa Hidramix; a segunda, pela concessão de alvará à casa noturna, em 2011, sem considerar a legislação vigente e a ausência de Treinamento de Prevenção e Combate a Incêndio (TPCI). A pena recebida foi de um ano e seis meses de reclusão, mas recorrerá da decisão em liberdade.

Também em razão desse documento, Alex da Rocha Camillo foi condenado por falsidade ideológica, sendo responsabilizado pela inclusão de declaração falsa na documentação da boate Kiss, que dá a entender que o alvará havia sido emitido com base na legislação vigente, mas não fora, pois os funcionários da boate não receberam TPCI. A pena é de um ano de reclusão, mas vai recorrer da decisão em liberdade<sup>21</sup>. Os demais foram absolvidos, entretanto, no caso do tenente-coronel da reserva Daniel da Silva Adriano, a promotoria vai recorrer da decisão.

Após o julgamento dos recursos enviados pelo MP-RS, a Justiça Militar decidiu pela ampliação da pena de dois réus que haviam sido condenados em primeira instância, além da inclusão da condenação de um terceiro réu, que havia sido absolvido. O ex-comandante dos

---

<sup>17</sup> Gilson Martins Dias, Marcos Vinícius Lopes Bastide e Vagner Guimarães Coelho (soldados dos Corpo de Bombeiros), Renan Severo Berleze e Sérgio Roberto Oliveira de Andrades (sargentos do Corpo de Bombeiros).

<sup>18</sup> Moisés da Silva Fuchs.

<sup>19</sup> Roberto Flávio da Silveira e Souza. Após o incêndio, ele foi expulso da corporação.

<sup>20</sup> Daniel da Silva Adriano (tenente-coronel da reserva) e Moisés Fuchs. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/01/dois-anos-apos-tragedia-reus-no-caso-kiss-podem-depor-em-2015.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policial/noticia/2015/06/publicada-a-entenda-do-julgamento-do-caso-kiss-na-justica-militar-4786830.html>>. Acesso em: 01 set. 2015.

bombeiros do município, tenente-coronel Moisés da Silva Fuchs, teve a condenação elevada para quatro anos e cinco meses de prisão, incluindo-se a pena por prevaricação, que havia sido suspensa. O capitão Alex da Rocha Camilla teve a pena ampliada para dois anos, por ter assinado documento onde constava que a boate Kiss estava em condições de funcionar. Já o tenente-coronel Daniel da Silva Adriano, absolvido no primeiro julgamento, no segundo foi condenado a dois anos de prisão, por falsidade ideológica, porque assinou o primeiro alvará da boate, em 2009<sup>22</sup>.

No início de setembro de 2015, dois pais de vítimas da tragédia<sup>23</sup> foram denunciados pelo MP-RS por calúnia, processo que passou a tramitar na 4ª Vara Criminal de Santa Maria. Eles são acusados de afixarem cartazes em alguns locais da cidade com a imagem de um promotor de justiça<sup>24</sup>, atribuindo-lhe o crime de prevaricação. O crime prevê pena de detenção de até dois anos, além de multa; o processo, porém, é passível de suspensão condicional, mediante acordo entre as partes envolvidas proposto em lei. Em audiência realizada em 7 de outubro de 2015, foi proposto aos réus um acordo, que incluía a apresentação trimestral em juízo, manter os endereços atualizados, doação de um salário mínimo regional (cada) e retratação pública com texto em jornal aprovado pelo MP. O acordo proposto foi recusado pelos dois réus.

Na esfera cível, o processo que trata da acusação de improbidade administrativa de quatro bombeiros de Santa Maria, está em fase inicial. Já a ação que trata da indenização dos familiares das vítimas já teve a primeira decisão favorável aos familiares, mas os réus recorreram. Não há prazo previsto para a conclusão desta ação.

No dia 25 de janeiro de 2016, a defesa de um dos sócios da boate Kiss, o Kiko, ingressou com uma ação indenizatória contra o poder público. O argumento é de que ele está sendo responsabilizado, tanto na esfera pública quanto na criminal, por erros ou incompetência do poder público. O valor seria cobrado de 15 pessoas ou instituições, que teriam tido participação na liberação das licenças de funcionamento da boate Kiss, totalizando 40 salários mínimos, o que corresponde a R\$ 529.000,00. Entre os citados, estão o prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer, servidores municipais, bombeiros, um promotor de justiça do MP-RS, o estado do RS e o município de Santa Maria<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/12/justica-militar-eleva-penas-e-condena-mais-um-bombeiro-pelo-caso-kiss.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

<sup>23</sup> O presidente do Movimento Santa Maria do Luto à Luta, Flávio José da Silva; e Sérgio da Silva, presidente da AVTSM.

<sup>24</sup> O promotor de justiça é Ricardo Lozza.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/Trag%C3%A9dia%20Santa%20Maria/2016/1/578188/Exsocio-da-Boate-Kiss-entra-com-acao-pedindo-indenizacao-de-entes-publicos>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Por fim, a Associação dos Familiares das Vítimas e sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) ingressou com um processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob a alegação de que o direito à justiça foi violado pelo Estado brasileiro, no caso da boate Kiss, pois não houve processo judicial contra nenhum agente do Estado envolvido na tragédia. Na mesma linha da ação movida pelo sócio da boate Kiss, supracitada, argumentam que o poder público sabia das irregularidades, mas não impediram o funcionamento. Portanto, a casa noturna não atuava de forma clandestina, seu funcionamento era público e passava a “aparência de legalidade”<sup>26</sup>.

No capítulo seis desta tese, são apresentados, em sua totalidade, os atores da rede de comunicação pública do acontecimento. Na parte a seguir, apresentam-se os pressupostos teóricos, organizados em três capítulos: no primeiro, a abordagem acerca dos sentidos e limite do público e do privado; em seguida, as noções de esfera de visibilidade pública e de comunicação pública; e, por fim, a discussão conceitual sobre acontecimento público.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/01/familiares-de-vitimas-da-kiss-edem-julgamento-em-tribunal-internacional.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

## **PARTE II**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A segunda parte compreende a fundamentação teórica deste estudo. É composta por três capítulos: **CAPÍTULO 2 - SENTIDOS E LIMITES DO PÚBLICO E DO PRIVADO**, **CAPÍTULO 3 – VISIBILIDADE E COMUNICAÇÃO PÚBLICA** e, **CAPÍTULO 4 – ACONTECIMENTO PÚBLICO E MORTE COLETIVA**.

#### **CAPÍTULO 2**

##### **SENTIDOS E LIMITES DO PÚBLICO E DO PRIVADO**

O objetivo deste capítulo é compreender os sentidos do público, para definir aqueles que se inserem no horizonte discursivo proposto neste estudo, que trata dos processos de comunicação pública que configuram um acontecimento público. Inicia-se com a caracterização de público e privado, enquanto termos de uma dicotomia (BOBBIO, 2001), para definir as diretrizes da oposição que se mantêm estáveis nas relações em que os limites de um e de outro são tensionados. Com isto, em síntese, pretende-se situar que, mesmo que as fronteiras dos dois domínios sejam oscilantes, os sentidos dos termos não são intercambiáveis. Em Sennett (2014) e Arendt (1999) resgatam-se as primeiras aparições da oposição, no século XV, até a configuração dos Estados modernos, nos séculos XVIII e XIX, quando é sinalizado o desequilíbrio entre as dimensões privada e pública da vida humana, na sobreposição da primeira sobre a segunda, na formação das sociedades modernas.

Sobre democracia e política, são abordadas as premissas relacionadas ao exercício do poder público, ou seja, vinculado às decisões do Estado, as quais são confrontadas pelos condicionamentos impostos pelo contexto político contemporâneo (BOBBIO, 2000, 2001; DAHL, 2001). Por fim, o capítulo aborda a noção de biopolítica (FOUCAULT, 2014), que auxilia na compreensão sobre as relações entre política e economia - oposição em que a dicotomia entre público e privado se replica (BOBBIO, 2001) - e a responsabilidade do Estado no acontecimento analisado. Nesta direção, são compreendidos os limites e confluências entre os dois domínios, que definem e tensionam o interesse público.

## 2.1 DICOTOMIA ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

Há uma grande dicotomia quando a distinção permite, em primeiro, considerar que a pertença a um, impossibilita a pertença ao outro. Se é público, não pode ser privado, não há a possibilidade de coabitar as duas esferas, nem de haver “meio público” ou “semiprivado”. Em segundo, porque ao mesmo tempo em que é total, inclui, em um ou em outro extremo, todos os entes da disciplina a que se refere, também é principal, pois faz convergir outras dicotomias em sua direção, que são, em relação a ela, secundárias. Os limites de um domínio definem os do outro: a esfera do privado termina onde inicia a do público. A ampliação de um implica, necessariamente, a retração do outro, o que conduz ao tensionamento constante entre as fronteiras de um e de outro. E, em terceiro, um aciona o outro constantemente, como ao dizer interesse público, faz-se a referência ao não privado; e que o segundo termo de uma dicotomia pode ser definido pela negação do primeiro (o termo forte), como ocorre na relação entre direito público e direito privado (não público). Por fim, os termos de uma dicotomia são reciprocamente excludentes, delimitam-se e condicionam-se mutuamente.

Público e privado são termos que se definem a partir das suas relações/oposições. A polissemia do público se estende a diversos campos científicos, refletida na diversidade de usos, relações e sujeitos que a ele se vinculam ou o disputam, enquanto qualificador designativo. Discutir os sentidos do termo, para o estudo da comunicação pública, está em selecionar aqueles que caracterizam este tipo de comunicação, cujo debate conceitual não alcança um consenso no âmbito acadêmico. Em suma, antes de definir o sentido de *público* adotado neste estudo acerca da comunicação pública, exclusiva de regimes democráticos, faz-se necessário a compreensão da dicotomia, a partir do resgate histórico dos sentidos dos termos.

Ainda que, no decorrer da história, como será explanado a seguir, os sentidos dos termos, e as fronteiras dos objetos que delimitam, sejam variáveis, público e privado preservam-se em relação dicotômica, portanto, seus sentidos não são intercambiáveis. A confluência dos dois, na comunicação pública, seja pelo interesse eleitoral, estratégias de governabilidade ou de preservação da imagem pública, é analisada, invariavelmente, numa perspectiva crítica, de denúncia aos movimentos de apropriação privada do público.

As primeiras aparições do termo público, em inglês, remontam ao século XV, por volta de 1470, e identificam o público com o bem comum na sociedade (SENNETT, 2014). Sete décadas depois, conforme Sennett (2014), já havia sido acrescentado ao sentido de

público a noção de “aquilo que manifesto e está aberto à observação geral” e, em 1542, o termo privado aparece com sentido de “privilegiados” relativos ao alto escalão do governo.

A oposição entre público e privado, registrada no século XVII, já se aproximava do seu uso atual; público enquanto o que é aberto à observação de qualquer pessoa, portanto, visível, compartilhável; enquanto, que, privado indicava uma região protegida da vida, como a família e os amigos, no domínio reservado, privativo. Portanto, a “publicidade” ligada à visibilidade, ao domínio comum; enquanto que privado remete à “privacidade”, privativo, aquilo que é particular e protegido do domínio comum. Na França, há semelhanças na semantização e historicidade do termo. Converge, mas não se confunde, com a separação entre o sentido de público ligado à visibilidade; e privado, ao segredo, à reserva, inerente à distinção entre regimes democráticos e autocráticos.

No Renascimento, era usado para designar aquilo que é do bem comum e do corpo político, sentidos bem abrangentes. Aos poucos, passou a designar, também, “uma região especial da sociabilidade” (SENNETT, 2014, p. 34), tendo a primeira aparição, em meados do século XVII, e estava ligado ao público-plateia de peças de teatro, composto por pessoas de elite, cujas origens não eram aristocráticas ou mercantis, ou que tentavam negar, para conseguir se aproximar da corte.

Os sentidos de “quem era o público” e de “onde se estava quando se saía em público”, foram ampliados no início do século XVIII, tanto em Londres, quanto em Paris. A consolidação e a ampliação da classe burguesa fizeram com que a origem familiar não fosse mais negada e o estilo de vida cosmopolita fosse valorizado. Portanto, a sociabilidade ainda não tinha o caráter político que os “públicos”, enquanto atores sociais, viriam a assumir no desenvolvimento da modernidade.

Durante o século XVIII, o sentido moderno do termo público designa “uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital” (SENNETT, 2014, p. 35). No comportamento e na crença, os cidadãos das capitais do século XVIII tentavam definir o que era exigência de civilidade, a vida pública, no convívio e confronto entre as diferenças; e exigências da natureza, a vida privada. Ademais, a maior mobilidade espacial possibilitava o encontro e a convivência de pessoas e de grupos distintos, fazendo com que o sentido de “público”, aquele fora do âmbito familiar (privado), passasse a abranger esta diversidade.

Para definir o domínio público, Bobbio (2001) busca, no campo jurídico, o ingresso dos termos na história do pensamento político e social do Ocidente. Segundo ele, deu-se na

distinção entre direito público e direito privado, que é acompanhada da supremacia do primeiro sobre o segundo. Posteriormente, com o uso contínuo, alcança o status de “grande dicotomia”, ao perpassar diferentes disciplinas, nas quais delimita, representa e organiza o próprio campo de investigação. Sejam quais forem as origens dos termos dessa distinção, diz Bobbio (2001), quando aplicados à dicotomia clássica do campo jurídico denotam o convívio social onde já há a separação entre o que é do indivíduo ou grupo particular e aquilo que é pertencente à coletividade, o “bem” (a posse) comum, de um poder central e de outros periféricos.

Para Arendt (1999), a vida humana, com o surgimento da cidade-estado, na Grécia Antiga, passa a ser separada em duas esferas, a vida privada, a qual já existia e que era vista como necessidade biológica, assim como para todos os outros animais; e a vida pública, exercida fora do âmbito familiar, uma vida em comum com os demais indivíduos de uma coletividade. Esta divisão coloca limites, necessários, entre as duas esferas, que representa a cisão entre o social (companhia natural) e o político, onde o primeiro limitava o segundo.

Somente a afirmação na primeira, ou seja, a libertação das necessidades, permitiria a liberdade no mundo, a atuação na esfera da vida que se passa fora da família, a esfera pública. O mundo comum transcende a noção de compartilhamento espacial e temporal. Ele se estabelece como elo entre passado, presente e futuro, e está condicionado à aparição pública. Ou seja, a publicização ilumina e determina os aspectos que compõem o domínio comum – público –, vinculando-o à ideia de transcendência. Os dois domínios sinalizam a oposição entre a esfera da necessidade e a da liberdade. A esfera social, neste contexto, não corresponde à que surge e que encontra a sua força política nos estados modernos, onde a definição dos limites entre as esferas pública e privada é complicada.

O ingresso, no domínio público, objetiva a “perpetuação” orientada ao interesse público, que não se confunde com admiração pública, vinculada ao interesse privado. Neste sentido, o processo de reclusão em domínios privados, contrapõe-se à diversidade do domínio público. O público, nesta direção, afirma-se pela disponibilidade de sujeitos privados para o encontro com os outros, em prol de uma solução comum, em benefício de uma construção coletiva do mundo. Fechar-se em um mundo particular e privativo, significa estar só, abster-se de existir, sem que seus interesses e necessidades também sejam os de outros (ARENDR, 1999).

Aos poucos, com a constituição das sociedades modernas, o envolvimento com a vida pública foi perdendo relevância e a família passou a ser o refúgio seguro ante o domínio público, que teve seu valor moral esvaziado. Segundo Sennett (2014, p. 37), houve um

equilíbrio entre “a geografia pública e privada no Iluminismo”, mas “contra isso toma grande relevo a mudança fundamental nas ideias de público e privado que se seguiram às grandes revoluções no final do século, e a ascensão de um capitalismo industrial nacional em tempos modernos”. Segundo ele, a vida pública teve “morte” gradual durante o século XIX com o conjunto de transformações geradas pelas revoluções e as novas formas do capitalismo industrial. Nessas sociedades, denominadas sociedades de massa, dos séculos XIX e XX, ocorria a ampliação do domínio privado e, conseqüentemente, a redução do domínio público.

Com o desequilíbrio entre a vida privada e a vida pública, uma vez que a estabilidade estava associada à primeira, a esfera íntima se torna o refúgio e o espaço para buscar a felicidade, perante o acelerado processo de industrialização, especialmente na França (SENNETT, 2014). A esfera privada se amplia e as “pequenas coisas” adquirem relevância como se fossem o último recanto puramente humano do mundo. O alargamento do privado não o torna público, não constitui um domínio público; pelo contrário, significa que o domínio público foi quase completamente mingüado. Como sentencia Canetti (2005, p. 295), “no silêncio, rompem-se todos os ensejos para a metamorfose. É por meio da fala que se tecem as relações entre os homens: no silêncio, tudo se enrijece”. As transformações sociais, impulsionadas por atores sociais, encontram um entrave na ausência de subsídios ao debate.

A esta discussão, incorporam-se outros elementos, contemporâneos, que também se relacionam com o distanciamento entre os dois domínios. Sobretudo, quanto à relação entre Estado e sociedade, cujos domínios também oscilam em uma ou outra direção. São os movimentos de publicização do privado, demarcados pela ampliação da esfera estatal sobre a esfera particular, privada e de privatização do público, representada pela revanche da sociedade perante o Estado (BOBBIO, 2001).

Porém, com o desenvolvimento e a complexificação das sociedades modernas, o Estado passa a atuar na mediação dos interesses de grandes grupos da sociedade civil, como os partidos políticos que, organizados em torno de seus objetivos, buscam coalizões. Por isto, o Estado contemporâneo é “articulado em seu interior por organizações semissoberanas, como as grandes empresas, as associações sindicais, os partidos” (BOBBIO, 2001, p. 27). O Estado, enquanto mediador desses conflitos atua, por meio do dispositivo que lhe cabe, que é a regulamentação. As tensões se renovam constantemente em movimentos de privatização do público e de publicização do privado.

Como consequência da formação desse conjunto de potentados e interesses conflitantes, pode-se relacionar o desinteresse dos cidadãos pela política, o descrédito de instituições e de governantes, a ausência de uma cultura de participação política, a falta de

espaços e de oportunidades para a participação civil no debate e nas decisões estatais\governamentais e a configuração do jogo político partidário, com o enfraquecimento da ideologia partidária e as coalizões realizadas em busca de apoio eleitoral e para a aprovação de projetos de governo. É nesta direção que a discussão seguinte se encaminha.

## 2.2 DEMOCRACIA E POLÍTICA: O IDEAL E O FACTUAL

A diferenciação primordial entre um sistema democrático e um sistema não democrático é a presença, no primeiro, do conjunto de regras do jogo (BOBBIO, 2000). Essas regras, desenvolvidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo, mais elaboradas se comparadas às de outros sistemas de governo, emolduram a relação entre Estado e sociedade e, em diversas nações, estão previstas na Constituição de Estado. Com isto, assegura-se a obstrução a medidas arbitrárias do Estado, tendo este, antes, as premissas a serem seguidas, sob pena de responsabilização dos governantes que não as cumprirem.

As regras constitucionais podem ser revisadas, e o são, assim como as constituições democráticas são diversas, de nação a nação. Neste sentido, entre as suas funções e acréscimos, estão: assegurar os direitos e garantias exigidos para o funcionamento das instituições políticas supracitadas; a proteção dos direitos da maioria e das minorias, bem como a neutralidade, para que os interesses de cidadãos ou de grupos cidadãos sejam privilegiados em detrimento de outros; a atribuição de responsabilidade aos líderes políticos na sua escala de atribuições; a eficácia da ação dos governos, por meio de cláusulas que evitem impasses demorados para questões mais ou menos complexas; a compreensão, por parte dos cidadãos, das atribuições dos seus governos (DAHL, 2001). Nesta direção, compreende-se que a responsabilidade do Estado é normativa, ao elaborar as leis e emoldurar a ação, e institucional, ao fiscalizar e ao punir em caso de descumprimento das normas.

Para que essas funções sejam desempenhadas, tem-se um conjunto de instituições políticas necessárias, as quais passam pelo funcionamento regular do Estado, os direitos dos cidadãos e as formas legítimas de obtenção de cargo nos poderes Executivo e Legislativo. De acordo com Dahl (2001), as instituições políticas exigidas pela democracia representativa, ou democracia poliárquica, “o governo de muitos”, são seis: funcionários eleitos pelos cidadãos para controlar as decisões do governo sobre a política; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão, ou seja, o direito de se expressar sem o risco de sofrer punições, mesmo que a crítica se dirija ao governo; fontes de informação diversificadas, ligada à

pluralidade midiática; autonomia para as associações, incluindo-se partidos políticos e grupos de interesse; e cidadania inclusiva, que está relacionado à garantia dos direitos individuais.

Esses aspectos se adequam a uma característica das democracias representativas, que é tendência inversamente proporcional entre o tamanho da população e a participação dos cidadãos nas esferas políticas decisórias. Dahl (2001) denomina isto de “lei do tempo e dos números”, que consiste na delegação cada vez maior do poder aos governantes eleitos, quanto mais cidadãos houver em uma unidade democrática. Sumariamente, é uma medida compensatória e quer dizer que as deliberações que respeitam à coletividade são realizadas indiretamente pelos concernidos, por intermédio dos representantes que eles mesmos elegeram pelo voto, prevalecendo a vontade da maioria.

A definição dos benefícios da democracia ocorre na contraposição às formas de governo autocráticas, e as diferenciações apontam para a definição de democracia “caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2000, p. 30). Desta contraposição, listam-se algumas vantagens da democracia que, sinteticamente, estão em impedir o exercício de governo autoritário e perverso; a garantia e a proteção aos cidadãos de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não podem proporcionar; a liberdade individual ampla (não irrestrita); promove o desenvolvimento humano mais plenamente do que qualquer outra alternativa viável; só os governos democráticos podem garantir igualdade política; e a prosperidade maior nos países democráticos (DAHL, 2001).

As condições para a realização desses pressupostos, que definem os limites e a abrangência do poder estatal, são variáveis de nação a nação, de modo que, adotando-se uma designação valorativa, pode-se dizer que uma sociedade é mais ou menos democrática do que outra, em dado momento. Do conjunto de variáveis que interferem nesta qualificação, coloca-se a de assegurar a participação de um grande número de cidadãos na tomada das decisões e utilizar a regra da maioria (como forma de representação da vontade coletiva). Além destas, outras duas, que estão em íntima relação com o direito (ou a obrigação) de votar, Bobbio (2000) inclui que, aqueles que participam das decisões, tenham alternativas para realizar a escolha e haja condições para fazê-la, o que remete ao direito de liberdade de expressão e de associação.

Tais condições resgatam a premissa democrática do exercício do poder público em público. O público, nesta direção, assume dois sentidos distintos. O primeiro, de pertencente à coisa pública, ao Estado, inerente à esfera de decisão estatal. “O Estado é o “poder público”. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a

todos os cidadãos” (HABERMAS, 1984, p. 14). O segundo, de visível, em oposição ao privado. Como diz Bobbio (2000), o público é a regra e o segredo é a exceção. Quer dizer, mesmo em regimes democráticos, o segredo se faz presente e é autorizado, desde que enquanto medida de exceção e limitado no tempo.

A publicidade é tida como uma condição para o controle do povo sobre o governo, mas varia conforme a abrangência do poder. Nos municípios, o poder tende a ser mais visível e as relações mais diretas do que em âmbito federal, devido à proximidade espacial entre governantes e governados. Quão maior a circunscrição, maior a dependência da mediação da imprensa e de publicações institucionais para que o poder se faça “em público”. Não se confunde, portanto, com o problema relacionado à natureza do poder político, que é o poder público, no sentido da grande dicotomia, representado pelo Estado, mesmo quando não age em público.

Diante desses aspectos, tem-se um horizonte normativo em que constam pressupostos ideais. As premissas conceituais do sistema democrático, aqui listadas, são universais e estabelecem os requisitos necessários à satisfação das condições mínimas para o seu funcionamento. Ademais, na relação dicotômica entre o público e o privado, situam um horizonte onde se equilibram as duas dimensões, tendo-se a soberania do Estado e do governo, concedida e avalizada pelos cidadãos por meio do voto.

Entretanto, numa perspectiva mais pragmática, elas podem se chocar com as dificuldades impostas pela formação do jogo político contemporâneo, também variável de nação a nação. Neste sentido, tratam-se de transgressões às normas, práticas cuja legislação não prevê, cujo exame permite interpretações diversas, ou, ainda, inerentes ao jogo político contemporâneo, em que as disputas e as alianças partidárias provocam a refeudalização do Estado ou a constituição de “um balcão de negócios” onde cargos e benefícios são negociados e decisões são tomadas, em reuniões privadas. Tudo isso configura formas de sobreposição de interesses privados ao público e é nesta direção que a discussão se encaminha nos próximos parágrafos.

Os delitos cometidos por governantes, como apropriação privada dos bens públicos, são, logicamente, mantidos sob sigilo. Porém, há casos que são revelados, seja pela investigação institucional ou mesmo pelo jornalismo. Estas revelações desencadeiam escândalos políticos e causam perturbação na opinião pública. Dependendo das áreas e responsabilidades comprometidas pelo crime, as consequências podem ser trágicas e, nestes casos, as revelações, quão mais antecipadas, podem ter caráter preventivo. O problema não

está, portanto, na concepção do sistema democrático, mas na contravenção das regras (BOBBIO, 2000).

Em relação ao exercício do poder público em público, há outros aspectos a comentar. Há mecanismos de controle da publicidade governamental, os quais conduzem à opacidade do poder, por meio da reserva estratégica de informações e a oferta de outras que desviam a atenção para questões menos urgentes. Segundo Bobbio (2000, p.19), a maioria dos homens tende a lembrar-se mais das “próprias feridas”, o que permite interpretar que o debate de temas de interesse público esbarra, também, nos interesses privados de cada indivíduo pertencente a uma coletividade.

Além disto, de outro lado, a relação público x privado é tensionada pela ampliação do uso de dispositivos de vigilância por quem detém o poder do Estado, como, por exemplo, por meio de pesquisas de opinião e o uso das tecnologias informacionais, pois, nunca as diferenças foram tão visíveis (WOLTON, 2010), devido à superexposição da vida privada nas redes de comunicação digitais, acesso que pode conduzir ao controle do povo pelo Estado, em vez de o contrário.

O problema da sobreposição do privado ao público aparece também associado à “partidocracia” (BOBBIO, 2000), uma vez que os partidos são as forças políticas em regimes democráticos. O termo designa a superposição das partes sobre o todo, relativo à organização e à atuação partidária na distribuição de cargos, em acordos políticos informais, cujas razões não são tão explícitas ou justificáveis ao cidadão comum. Os partidos políticos constituem o que Bobbio (2000) chama de grande mercado político, pois são eles que angariam recursos para financiar as campanhas eleitorais junto a empresas e a pessoas que realizam doações, que chegam a somas vultosas. Um governo comprometido com grupos econômicos ou com a distribuição de cargos entre partidos apoiadores fica como “um potentado entre outros, nem sempre é o mais forte” (BOBBIO, 2000, p. 153).

O grande mercado político é complementado pelo pequeno mercado político, em que os cidadãos eleitores investidos de função pública se tornam clientes, ou seja, trocam seu voto por benefícios pessoais. Aqui, mais uma vez, uma relação de natureza pública é transfigurada, na tensão entre as regras visíveis e as regras clandestinas do jogo político. Tanto no grande como no pequeno mercado político, o voto de permuta se sobrepõe, gradualmente, ao voto de opinião. Neste sentido, questiona Bobbio (2000, p. 154), talvez, o equívoco esteja na crença “de que os indivíduos, uma vez investidos da função pública de escolher os seus representantes, escolheriam os melhores”. Além disto, pode-se complementar, na crença de que os candidatos e os partidos estariam empenhados em serem os melhores, tendo-se a

mesma premissa do interesse público. Ainda assim, pondera Bobbio (2000, p. 119), “deve pois haver alguém que chame para si a tarefa de representar a memória coletiva”, para defender o interesse público.

Estas são algumas das premissas democráticas e, também, alguns dos condicionamentos da política democrática contemporânea, aplicados ao contexto em que se desenvolve esta tese. As oposições entre os termos, aqui desenvolvidas, para a discussão específica das relações entre o Estado e a sociedade, resgatam sentidos diversos do público, dentre os quais está aquilo que é de responsabilidade do Estado, a visibilidade e o público, enquanto ente coletivo.

Imbricadas, elas conduzem ao uso axiomático ou valorativo dos termos público e privado (BOBBIO, 2001), que, dicotômicos, recaem em juízos opostos. Assim, a atribuição de “público” recebe valoração positiva, enquanto que a qualificação “privado” recebe qualificação negativa, ao designar a privatização do público, a conduta orientada por interesses privados. Essas distinções, limites e aproximações, são balizadoras para a análise do acontecimento em tela, pois a responsabilidade do Estado é questionada em procedimentos que antecedem – e são revelados após o incêndio – e sucedem a tragédia, que teve consequências políticas, como a instauração de CPI e exonerações de secretários de governo e cargos em comissão, no âmbito do município. Em meio aos fatos, opiniões e versões dos atores envolvidos ou diretamente interessados, constitui-se o debate sobre a responsabilidade, onde o interesse público é constantemente tensionado.

### 2.3 BIOPOLÍTICA: LIMITES E CONFLUÊNCIAS

Em um país regido pelo regime democrático, há condições a serem satisfeitas, ou seja, critérios democráticos mínimos a serem atendidos, além de instituições que assegurem o funcionamento do sistema e a demanda de participação efetiva dos cidadãos no governo e na vida política, de modo geral. A compreensão, sobre a responsabilidade e a ação do Estado, enquanto gestor do interesse público, incorpora reflexões intrínsecas a uma democracia representativa. Contudo, considerando-se que, no conjunto de sociedades democráticas, são variáveis as limitações e as tendências de alcance institucional, dada à historicidade e às particularidades da realidade vivida, a discussão é direcionada ao contexto democrático em que se insere esta tese, observando-se os limites e as possibilidades de aproximação conceitual.

Esta responsabilidade relaciona-se à legitimidade constitucional do Estado para reger e controlar a vida social, estabelecendo os deveres e assegurando as liberdades individuais. Portanto, o Estado regula, também, o que se pode fazer individualmente ou em grupo, para pessoas físicas ou juridicamente constituídas. Como diz Foucault (2004, p. 88), na “arte liberal de governar, essa liberdade de comportamento está implicada, é convocada, tem-se necessidade dela, vai servir de reguladora, mas para tanto tem de ser produzida e tem de ser organizada”. Logo, a liberdade é produzida a cada instante, nos momentos em que o Estado arbitra a segurança e a liberdade, a partir do acionamento constante do sentido de perigo para colocar o indivíduo em permanente tensão em relação à vida, ao futuro, à realidade. Por isto, mesmo em um Estado de direito, com regência constitucional, a relação entre governo e sociedade não é isenta de tensionamentos. São constantes e renováveis as tensões, historicamente constituídas, que dinamizam e reorganizam as fronteiras entre as dimensões pública, relativa à responsabilidade do Estado pelo bem comum, e privada, relativas ao âmbito particular, à vida que se passa no âmbito familiar e íntimo.

Essas relações podem ser compreendidas a partir do uso axiológico dos termos, que conduz a duas concepções diversas da relação entre público e privado, definidas, segundo Bobbio (2001), como o primado do privado sobre o público e o primado do público sobre o privado. Neste sentido, o primado do privado sobre o público remete ao alargamento da esfera privada sobre a esfera pública (redução do Estado aos mínimos termos), ou seja, a maior autonomia da esfera privada (particular) do indivíduo frente ao Estado. Em contraponto, o primado do público sobre o privado representa a reação contra a concepção liberal do Estado e, conseqüentemente, a derrota do Estado mínimo. “Ele se funda sobre a contraposição do interesse coletivo ao interesse individual e sobre a necessária subordinação, até à eventual supressão, do segundo ao primeiro” (BOBBIO, 2001, p. 24), assumindo que o ente coletivo – a nação, a classe, o povo – deve prevalecer ao indivíduo, ou seja, como regra geral entre todas as teorias do primado do público, o todo deve vir antes das partes. Logicamente, na direção oposta, o primado do público sobre o privado significa o avanço da interferência do Estado, por meio da regulação, sobre o comportamento dos indivíduos e grupos infraestatais.

Está em oposição à emancipação da sociedade civil em relação ao Estado, conquistada pela classe burguesa, durante a constituição dos Estados democráticos modernos. Com isso, o primado do público sobre o privado é interpretado como a vitória da política sobre a economia, pois resulta da ampliação da intervenção do Estado na regulação da economia, em

movimentos que são denominados de “publicização do privado”<sup>27</sup> e são característicos das sociedades democráticas contemporâneas. Por outro lado, este processo é complicado pelo inverso, que representa “a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos” (BOBBIO, 2001, p. 27).

Trata-se de relações que tornam cada vez mais fluidas as barreiras entre o público e o privado e, no limite, convergentes ou imperceptíveis. Para o Estado, este cenário conduz à sofisticação dos métodos de intervenção, que não se confunde com a tirania de regimes de governo não democráticos, cujo poder é absoluto e que tem como prática legítima a ocultação e a reserva de informações. Tendo-se como pressuposto a liberdade da economia, de um lado, e a igualdade democrática, de outro, o desafio está em definir até que ponto os interesses privados podem avançar sem que representem perigo ao interesse público, e vice-versa. Esse contexto será interpretado à luz da noção de biopolítica, com base em Foucault (2004).

O objetivo de Foucault (2004) é mostrar como o liberalismo fundamenta a inteligibilidade da biopolítica. A proposta esteve em revisar os pressupostos do liberalismo clássico, e em suas versões contemporâneas, o liberalismo alemão dos anos 1948-1962 (ordoliberalismo) e o neoliberalismo americano da Escola de Chicago, para então chegar à biopolítica. Assim, o termo surge com a reflexão sobre o Estado moderno, o qual acumula, ao longo dos séculos, funções governamentais de controle de fenômenos que tocam diferentes estágios da vida dos indivíduos e das populações, do nascimento à morte, “em uma palavra, assumiu a função de produção e reprodução da vida das populações” (CANDIDO, 2013, p. 149). Entende-se que tais funções seriam estritamente ligadas, e até justificadas, à premissa do interesse público.

A biopolítica consiste, então, enquanto elemento político estratégico, em um conjunto de biopoderes organizados em torno de distintos saberes<sup>28</sup>, sobretudo aqueles que permitem a quantificação e organização e classificações estatísticas, que quantificam e categorizam a realidade. Objetiva o controle de processos biológicos coletivos, entre os quais estão a reprodução, a longevidade, a natalidade e a mortalidade (CANDIDO, 2013) e, intenta, suprir as limitações da descrição dos micropoderes, por meio dos dispositivos de controle do corpo e dos indivíduos. Estes, exemplificados por casas prisionais, escolas, fábricas, hospitais, forças

---

<sup>27</sup> Neste sentido, traz-se a discussão acerca da biopolítica na Tragédia Kiss, onde economia e política cruzam-se no debate público e na constituição do acontecimento público.

<sup>28</sup> Considera-se que estes distintos saberes cercam a Tragédia Kiss representados pelas instituições e áreas de conhecimentos envolvidos antes, durante e depois do acontecimento, como política, economia, segurança, comunicação. Estes são retratados neste estudo enquanto atores envolvidos no acontecimento.

armadas, etc., organizados em torno da adaptação da diversidade de homens aos aparelhos de produção. A serviço, portanto, da produção capitalista, não apenas no sentido econômico, mas do saber (nas escolas) e de forças de combate (nas forças armadas), por exemplo.

A política neoliberal não irá se ocupar dos efeitos maléficos da economia sobre a sociedade, a sua intervenção será sobre a sociedade, “para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador mercado geral da sociedade” (FOUCAULT, 2004, p.199). Não se trata, pois, de um governo preocupado estritamente com a economia, mas de um governo de sociedade. A sua ação sobre a sociedade está em tornar o mercado possível, submetendo-a a dinâmica concorrencial na instauração de uma ética social da empresa. Como referenciam Martins e Peixoto Junior (2009, p. 6), ao contrário da disciplina que atua sobre o indivíduo, “a biopolítica focaliza a massa humana: o que interessa são os processos de conjunto, suas modulações e as variáveis que os afetam”. Diz respeito à população; enquanto que, o poder disciplinar tem o corpo como alvo de domesticação.

Simboliza a transição do homem consumidor ao homem da produção e da empresa, por meio da ação sobre as unidades de base, na gestão das pequenas coisas, de modo que as práticas cotidianas, na família, na escola, na vizinhança, reproduzam as formas de empresa. O indivíduo passa à condição de capital humano, composto de elementos hereditários e de outros adquiridos. Por isso, os aprimoramentos na área da genética auxiliam, por exemplo, na prevenção de doenças, pela possibilidade de mapeamento do risco de se contrair alguma doença, em determinada fase da vida. Da mesma forma, interferir na geração de descendentes de casais que pertençam a algum grupo de risco em relação ao desenvolvimento de doenças hereditárias. Neste sentido, entram os métodos contraceptivos. Além disto, os elementos inatos são desenvolvidos durante a vida e exigem investimento afetivo, financeiro, cultural, educacional, todos decisivos na formação do capital humano.

Assim, a moldura social passa a ser o mercado, a concorrência. Na medida em que se estimula a concorrência, multiplicam-se os atritos da diversidade do “mercado”, o que implica na necessária arbitragem jurídica pelo Estado. A única forma de intervenção na economia e no mercado é por meio da lei. O Estado de direito tem como característica que toda a ação do poder público está emoldurada em pressupostos normativos, que a limitam previamente. Portanto, o Estado é obrigado pela lei formal. Por isto, sociedade empresarial e sociedade judiciária, diz Foucault (2004), são as duas faces de um mesmo fenômeno e implica na

necessária adaptação legislativa, em cada época, para assegurar a liberdade e a eficiência do mercado. Portanto, o imperativo do mercado não pode esbarrar na burocracia estatal.

Para a sociedade civil, os resultados do vínculo econômico levam a duas direções distintas. Em primeiro, une pela convergência de interesse. Em segundo, e contrariamente, é dissociativo, uma vez que os vínculos de “compaixão, de benevolência, do amor ao próximo, do sentimento de comunidade dos indivíduos um em relação aos outros” (FOUCAULT, 2004, p. 411) serão conflitivos com o econômico, que tende a tornar os indivíduos mais egoístas. No interior dela, configuram-se diferentes papéis entre os que lideram e os que se subordinam, entre os que emitem opiniões e os que se limitam a ouvi-las, o que sugere a formação espontânea de poder, sustentada pelas diferenças entre os indivíduos que a constituem. A moldura jurídica vem, por conseguinte, depois que as relações de poder já se estabeleciam.

Pode-se considerar que, nestas relações, os meios de comunicação, enquanto dispositivos mediadores entre os interesses políticos e econômicos com os cidadãos, atuam na legitimação estratégica por meio da difusão de elementos simbólicos orientados à produção e ao consumo de bens, em larga escala. Para além de uma estratégia estatal-governamental, a biopolítica incorpora entre os seus atores, inclusive, o próprio indivíduo, uma vez que, nele, são feitos investimentos para ampliar a sua competência profissional, a capacidade de produção, de inovação e de poder de consumo.

O homem, nesta lógica, transfigura-se em capital humano, que transcende a análise da questão da produtividade relacionada a investimentos em técnicas e tecnologias de produção e ao número de trabalhadores. Conduz, então, à qualificação de uma análise que não deve ser restrita à quantificação de dados estatísticos. Como diz Foucault (2004, p. 319), “é para esse lado, de fato, que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos”. Trata-se, portanto, de finalidades convergentes, no atravessamento político-estratégico de múltiplos campos, por meio de instituições com menor legitimidade que o Estado, mas que não são isentas de poder.

Estas estratégias e interesses, mesmo que amplamente pulverizados, entretanto, não impedem crises de governabilidade, decorrentes das liberdades concedidas pelo Estado. Foucault (2004) reconhece esta possibilidade quando atenta para os resultados contrários aos objetivos inicialmente pretendidos em medidas adotadas pelo poder público. Assim, por exemplo, pode-se pensar, a desburocratização de processos estatais para deixar fluir a economia, com a flexibilização da lei, para agilizar a dinâmica concorrencial do mercado, e outros aspectos tangenciais serem negligenciados. Em havendo quaisquer consequências

problemáticas disto, é possível que emergjam revoltas com as práticas adotadas pelo Estado, gerando crise de governabilidade, quão mais grave o morbo ocasionado. Em momentos episódicos, como o escândalo político ou a tragédia, podem ser evidenciadas as fragilidades do controle, da regulamentação e da administração governamental. Porém, a mesma lei que antecede e emoldura a ação do Estado é a que pune, em havendo a transgressão.

Esses pressupostos teóricos esclarecem que se constitui, então, uma rede de saberes, com a centralidade do Estado de direito, que converge para a dinamicidade da economia, por meio da livre concorrência, para que, desde o indivíduo, que se insere nessa lógica enquanto indivíduo-empresa (FOUCAULT, 2004), predomine o imperativo do mercado. Neste sentido, compreende-se a recusa da velhice e o escamoteamento da morte – abordadas no capítulo cinco – ancoradas e sustentadas pela crença produzida da juventude – força de trabalho, capital humano – eterna.

Diante desses aspectos, na análise do acontecimento público Tragédia Kiss, que desequilibra as relações entre Estado e sociedade, pois tensiona a credibilidade de instituições e as estratégias estatais de controle. Originária de encontros nodais, de relações estabelecidas em torno de temas de interesse público, compreende-se a comunicação como

[...] *espaço tensivo que gira ao redor do fosso-torto*, [...], em que um *acontecimento* pode engendrar a política, a mudança, ou seja, a transformação de mundo a partir de uma descontinuidade efetiva, de uma singularidade definida como ente cujo pensamento não pode reduzir-se a seu contexto mundano (PRADO, 2015, p.119, grifos do autor).

Assim, por meio da comunicação e das dinâmicas sociais mobilizadas a partir do acontecimento trágico, pode-se apontar que, “há, por assim dizer, uma potência da infinitude nesse sofrimento de indeterminação, que as convocações biopolíticas e midiáticas buscam esconjurar, medicalizando todo sintoma que aponta para uma paixão desabilitadora do actante-do-capital-do-eu” (PRADO, 2015, p.120). Essas intervenções da biopolítica e da mídia tendem a ser reconhecidas a partir da esfera de visibilidade pública que visibiliza as ações e interesses das Redes de Comunicação Pública, temas abordados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### VISIBILIDADE E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Este capítulo parte da compreensão da esfera pública (HABERMAS, 2003) como âmbito de mediação do público e do privado, considerando a constituição da opinião pública e os públicos (ESTEVES, 2011; TARDE, 1992), como elementos centrais, especialmente, na relação desses termos com a comunicação. A partir disto, considera-se a esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008) como cenário em que se realizam os jogos óticos (LANDOWSKI (1992), nas disputas, por fazer-se ver\fazer-se crer, versus querer ver\querer crer, entre os atores em comunicação. Nesse sentido, destaca-se o aspecto estratégico das disputas em torno da credibilidade e da opinião pública, nas Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007). O conceito de comunicação pública abrange os processos comunicacionais pautados por temas de interesse público, cuja realização e dinâmica passam pela multiplicidade de atores e instituições, públicas e privadas, que fomentam a pluralidade do debate no espaço público. Por fim, são abordados os condicionamentos do processo de midiatização (FAUSTO NETO, 2006; MIÉGE, 2009; SODRÉ, 2002; VERÓN, 2014) ao debate público e a incorporação de mídias radicais e alternativas (BRAGA, 2006; DOWNING, 2004), enquanto suportes para a produção e circulação de conteúdos simbólicos acerca dos temas debatidos nas Redes de Comunicação Pública.

#### 3.1 MEDIAÇÃO DO PÚBLICO E DO PRIVADO

Enquanto espaço de defesa dos interesses da sociedade, perante o Estado, a noção de esfera pública tem como referência, ainda hoje, a obra de Habermas (1984), fundador do conceito. Em razão disto, o debate sobre o termo herda alguns aspectos da relação complicada entre esfera pública e meios de comunicação de massa da obra fundante, em que o autor culpa a comunicação industrial pelo enfraquecimento da esfera pública, devido ao esvaziamento do debate público (GOMES, 2008).

De acordo com Gomes (2008), o eixo semântico de onde deriva a expressão esfera pública é de origem grega, na democracia ateniense, mediado por uma versão romana. No original, ela designa a contraposição entre a esfera daquilo que é de todos, de domínio comum, da vida que se passa na ágora (praça central) e aquilo que é de cada um (a vida privada), que é a esfera das posses pessoais, da unidade familiar. A função política da esfera

pública está associada à vida que se passa em público, onde sujeitos dotados de autonomia privada empenham-se, pelo debate público, na resolução de temas relacionados à comunidade política. A tese de Habermas (1984) é que, somente muito tempo depois, foi possível indicar novas formações sociais que merecessem designação equivalente à esfera pública helênica. Isto se deu, no século XVIII, com a constituição da esfera pública burguesa. Com aspectos análogos e outros muito distintos, o modelo ideológico teria mantido sua continuidade em relação à designação original.

A esfera pública é edificada na dupla visada entre visibilidade e discutibilidade; sendo, a primeira, pressuposto para a segunda, mesmo que o debate não ocorra sempre que um tema de interesse público está em evidência. Em suma, no debate estabelecido na esfera pública, há a prevalência de alguns critérios institucionais básicos que assegurem o debate racional e paritário entre os membros do público (sociabilidade). São pré-requisitos, generalizantes, que devem ser atendidos em toda a diversidade relativa a tamanho, composição, temática. Entre eles, a polidez da igualdade (antítese da hierarquia), em que está pressuposto o predomínio da razão para que prevaleça o melhor argumento, a abertura à réplica e a busca de consenso, a condução pelos próprios debatedores, sem a interferência do Estado ou constrangimentos de ordem social ou econômica, que possam inibir a participação ou induzir a resolução do problema, a abertura para que todos os interessados possam participar (acessibilidade), pois “todos devem ter a chance de introduzir-se na esfera em que possam dizer e contradizer” (GOMES, 2008, p. 40).

A noção de comunicação pública, em íntima relação com os públicos (ESTEVEES, 2011; TARDE, 1992), tem no âmbito da esfera pública (HABERMAS, 1984), centralidade na constituição da opinião pública (TARDE, 1992; ESTEVES, 2011). Como define Gomes (2008, p. 119),

[...] a esfera pública é o domínio social em que os fluxos de comunicação provenientes dos contextos da vida concreta de atores sociais, individuais ou coletivos, são condensados e filtrados como questões, indagações e contribuições, firmando-se ao redor do centro do sistema político.

Por isto, a comunicação pública pode ser compreendida como o âmbito, por excelência, da mediação público/privado que se realiza em seu interior. Em relação de interdependência, a constituição do público passa pela afirmação individual na vida em comum, mais precisamente no encontro (e confronto) com outras privacidades. Ou seja, o domínio público depende da individualidade dos sujeitos, que estes assumam a sua singularidade na constituição do público. Como define Habermas (1984, p. 42), a esfera

pública literária burguesa nasce como “a esfera das pessoas privadas reunidas em um público”, com o objetivo de submeter a “dominação” aos critérios da “razão” e às “formas da lei”. Nestes termos, compreende-se como o espaço de defesa da sociedade civil contra a arbitrariedade estatal, com função política na mediação tensional entre os domínios público e privado, como reguladora dessas relações em busca de equilíbrio.

A esfera pública não é territorial, mas simbólica. Sua constituição depende da existência do debate público. É, portanto, processual, e a sua força e abrangência – que passam pela extensão da rede de fluxos de informação e da intensidade do debate público – dependem da vitalidade dos públicos (ESTEVES, 2011; TARDE, 1992). Como esclarece Gomes (2008), não há esferas públicas, no plural, mas a esfera pública, singular, que abarca as diversas assembleias e debates que se realizam, concomitantemente, sobre temas diversos e públicos distintos, cuja composição também é heterogênea.

Esclarecidas as premissas que fundamentam o conceito de esfera pública, as dificuldades de visualização iniciam na observação das práticas da política democrática contemporânea, as quais se distanciam muito do plano teórico ou ideal. O próprio Habermas (1984) inaugura a linha crítica que se desenvolverá depois da sua obra sobre a impossibilidade de debate público na esfera pública sediada em torno dos meios de comunicação de massa, devido à perda do caráter político da esfera pública. A sua crítica denuncia o prejuízo ao debate ocasionado pela organização dos meios de comunicação em torno de seus próprios interesses, ou seja, inseridos no mercado do entretenimento e da informação. Segundo ele, “o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; à sua função crítica é que se refere a “publicidade” (*Publizität*) como, por exemplo, o caráter público dos debates judiciais. No âmbito das mídias, a “publicidade” certamente mudou de significado” (HABERMAS, 1984, p. 14).

“É a invisibilidade no interior da visibilidade”, a partir de critérios internos a sua lógica e de decisões tomadas nos bastidores da produção midiática (GOMES, 2008, p. 138). É uma perspectiva que põe em evidência a dupla perspectiva, formada pelas oportunidades e pelos os limites da comunicação midiática massiva. De um lado, as oportunidades, ligadas à potencialização da visibilidade, em volume e extensão, debate e exibição, o que faz com que a política se estruture em torno deles. Entretanto, de outro, os limites, devido ao caráter institucional dos meios de comunicação. Em busca da maximização da audiência, a inteligibilidade dos conteúdos deve ser adaptada. Este aspecto torna questionável a possibilidade de uma esfera pública efetivamente democrática.

Neste sentido, a reflexão de Morin (1969) é convergente ao problematizar a burocratização dos processos de produção da indústria cultural, que segue a lógica da indústria de bens de consumo. Vinculado à velocidade e à padronização da produção, que conduz, conseqüentemente, à efemeridade dos produtos simbólicos e ao rebaixamento cognitivo.

Gomes (2008) destaca três características da política democrática contemporânea que transcendem a análise da mídia e são decisivas para a configuração da esfera pública. Em primeiro, a consolidação do Estado de Direito institucionalizou a esfera pública, por meio dos parlamentos e congressos. Porém, este âmbito deliberativo, ao contrário da esfera pública burguesa, está inserido no interior do Estado e direcionado à legitimação deste. Em segundo, ao passo que se constitui como esfera pública midiática sua função reconfigura-se, pois passa a cumprir apenas o papel de legitimação, mediante climas induzidos de opinião pública, enquanto as negociações ocorrem às escuras. Em terceiro, mesmo que não produza as decisões, a esfera pública mantém a função de legitimação dessas decisões. Nesse sentido, os sistemas político e midiático cooperam para que as decisões formuladas de modo reservado sejam publicizadas para obter consentimento e apoio. Visibilidade se transforma em exibição e o discurso visa convencer, persuadir; da representação à exibição pública.

Em virtude dessas dificuldades, que residem entre as dimensões conceitual e factual, e tendo-se em consideração que a visibilidade e o debate público permanecem decisivos, a vitalidade e a função política dos públicos e do espaço público midiático, é buscada em Gomes (2008) uma perspectiva mais pragmática para a reflexão sobre a comunicação pública proposta neste estudo. Segundo ele, não cabe o argumento de que não há debate público na cena midiática, como afirmara Habermas (2003) e, tangencialmente, sugere que se observe a coexistência de dois fenômenos da vida social associados à expressão esfera pública, situando a relevância de cada um deles: “a esfera de visibilidade pública” e “a esfera de discussão pública”. Neste sentido, pondera que nem tudo é apenas “exibição” na cena midiática, tampouco que deveria ser apenas “debate público”.

Essa concepção permite levantar alguns pressupostos para a análise da comunicação pública, que reforçam a importância da visibilidade midiática para o debate na esfera pública, mas que ampliam a lente de análise para aspectos que tangenciam ou contornam os possíveis efeitos danosos dos condicionamentos impostos pela lógica concorrencial a que é submetida a informação.

Os elementos de sentido materializados em notícia são passíveis de apropriação e de ressignificação pelos demais atores e instituições que coabitam o espaço público. Nos

processos comunicacionais entre mídia\jornalismo (destinador) e os públicos (destinatários), há, do lado de cá, um espectador diretamente interessado no tema – pois de interesse público – e que não apenas aceita ou recusa, mas que interpreta, critica, responde, produz novos conhecimentos a partir das mediações (BARBERO, 1997) que constituem a sua subjetividade. Ademais, este mesmo sujeito, hoje, encontra meios de produção e de circulação das suas opiniões, para além do seu contexto social imediato, principalmente em suportes digitais.

Compreende-se que as dinâmicas sociais desencadeadas a partir de um acontecimento são essenciais para a manutenção da visibilidade e aprofundamento dos temas na esfera de visibilidade e de discussão pública (GOMES, 2008). Essenciais, inclusive, para a compreensão da constituição do acontecimento. Quão mais impactantes, maiores as lacunas, de sentido, abertas, bem como a abrangência dos poderes e instituições envolvidas, é de se esperar que haja intensa mediação e a pluralidade de abordagens, enquadramentos e de pontos de vista. Assim, por exemplo, diante de problemas públicos (QUÉRÉ, 2011), especialistas são chamados a falar, representantes institucionais e de governo, testemunhas, cidadãos, enfim, o debate é desencadeado na cena midiática.

Além disto, aquém e à margem da esfera de visibilidade midiática hegemônica, mídias alternativas são empregadas para suprir ao menos parcialmente, a assimetria entre os atores inscritos no debate público, quanto ao poder de agendar a mídia. Amplia-se a “presença” do acontecimento, diversificam-se os protagonismos e são inseridos novos sentidos ao debate público. Neste sentido, mesmo que organizada em torno dos meios de comunicação massivos, a esfera pública não está integralmente contida no interior da esfera de visibilidade midiática.

Como afirma Gomes (2008), sociedades democráticas dependem de um grau de visibilidade das discussões públicas que levam adiante questões de interesse comum e redundam na produção de decisão política. Nem as discussões vazias generalizadas, nem a discussão entre especialistas, mas a discussão aberta e cognitivamente acessível a uma dimensão demograficamente relevante da população. É a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia. Sinalizadas essas diretrizes, é nesse horizonte que a discussão teórica do próximo capítulo está estruturada, ajustando-se a lente à comunicação pública e à questão da visibilidade.

### 3.1.1 Opinião pública e públicos

No final do século XIX, a relação entre a formação dos “públicos” e a constituição da “opinião pública” é enfatizada devido ao desenvolvimento de um jornalismo popular e o aparecimento na cena política de uma nova “opinião pública” (CHAMPAGNE, 1996, p. 65), a qual Tarde (1992) chama de “Opinião” e lança as bases para a análise sociológica desse fenômeno. Para o autor, público e opinião pública são conceitos, antes de tudo, sociológicos, sendo que a abordagem de um, passa, necessariamente, pela compreensão do outro, pois a “opinião está para o público, nos tempos modernos, assim como a alma está para o corpo” (TARDE, 1992, p. 79). Portanto, o público aqui assume um sentido de sociabilidade.

Pertencer a públicos distintos, conforme os acordos parciais de alguns pontos relativos a temas específicos, é uma possibilidade considerável e averiguável, nesta direção discursiva. Em momentos problemáticos, cujos temas envolvem a coletividade nacional, como em tragédias ou escândalos políticos, e todas as diferenças sociais, religiosas, profissionais, partidárias, ficam relegadas a um segundo plano; a atenção dos públicos converge para o problema central e, por meio de acordos parciais sobre alguns pontos, formam a Opinião (TARDE, 1992).

Para a opinião, a noção de unidade, enquanto encontros sociais ancorados na partilha simbólica, que constitui “antes da imprensa, o único obstáculo aos governos; o abrigo inexpurgável da liberdade; cria as reputações e os prestígios, determina a glória e, através dela, o poder” (TARDE, 1992, p. 129). Pode-se ter em tela, a partir deste entendimento, que a conformação da opinião passa pela atuação das instituições mediadoras, enquanto atores comunicantes, que participam da oferta de informações e de juízos sobre os temas alçados à esfera pública. Trata-se, assim, de um cenário concorrencial, em que a opinião tensiona as fronteiras da razão e da tradição e tem suas fronteiras tensionadas por elas, em ressignificações, atualizações e alternativas propostas em torno dos temas vinculantes.

O papel político da opinião aponta para a relação entre estagnação do poder e da opinião e a ausência de conversação; a dinamicidade da opinião e a conversações frequentes.

Quando é elevado a um certo tom de exaltação, do qual seus publicistas são advertidos por seu hábito cotidiano de auscultá-lo, o público age por eles, assim como manifesta por eles, impõe-se aos homens de Estado que se tornam seus executores. Isso é o que se chama poder da opinião. É verdade que ela atesta sobretudo a de seus condutores, que a puseram em movimento; mas, uma vez suscitada, essa opinião os arrasta por caminhos que não previram (TARDE, 1992, p. 66).

Do reconhecimento do poder político da opinião, a política contemporânea, enquanto luta simbólica, estrutura-se em torno do monopólio da palavra pública ou a legitimação de versões hegemônicas, como corretas ou verdadeiras, para obter o consentimento do maior número de pessoas. Trata-se da profissionalização da política e da configuração de um cenário concorrencial, ancorado na atuação estratégica de candidatos, partidos e governos. Atuação, esta, que visa a antecipar as decisões, com o direcionamento da opinião. Neste sentido, a imprensa tem, também, função política, pela reverberação das decisões e atos políticos que alimenta a conversação que forma a opinião.

Aqui, salienta-se a tensão entre o privado, a reserva do poder, e o público, a visibilidade, cuja centralidade da imprensa é irrevogável para a opinião. A chegada e a permanência no poder, aos governantes, passam pelo eco, positivo ou negativo, que é traduzido na opinião. Como indica Champagne (1996, p. 29) “o capital político específico que os políticos devem acumular, ao mesmo tempo de forma individual e coletiva, é um capital simbólico feito de crédito e confiança, isto é, uma combinação variável de crença em sua competência e moralidade”, que é permanentemente avaliado mediante pesquisas de opinião e que pode se esvaír, rapidamente, na revelação de escândalos políticos.

Estes têm o poder de enfraquecer o capital simbólico de um político, instituição pública ou aspirante a cargo eletivo, pois ligados a transgressões, de modo a frustrar ou a inviabilizar a capacidade de exercer poder político, sobretudo, se considerado que os escândalos políticos contemporâneos são, em geral, político midiáticos (THOMPSON, 2002). Os escândalos políticos, ou a construção simbólica deles, com capítulos sequenciais que denotam uma narrativa mais ou menos contínua, podem ser parte do arsenal estratégico de destruição do capital político para a conquista da opinião pública, utilizando-se da mídia, para a visibilidade e potencialização da repercussão, e das sondagens de opinião, passo a passo, para monitorar a credibilidade dos líderes ou instituições frente ao interesse público.

As opiniões políticas e as relacionadas ao mercado de consumo, por meio da propaganda, dirigem-se ao mesmo público. Portanto, não há formações sociais específicas que para a formação da opinião pública, à margem de questões inerentes a outras instituições mediadoras, como a religião, a cultura e o conhecimento científico. Por isto, é possível situar, desde já, que a opinião pública não é essencialmente política e está submetida aos condicionamentos e às oportunidades originárias da intersecção com outras mediações que são constituintes da personalidade do indivíduo e de grupos sociais.

Ao contrário de Habermas (1984), que critica as transformações da opinião pública diante da centralidade midiática, devido ao desequilíbrio entre visibilidade e discutibilidade –

pendendo para o lado do primeiro – que enfraquece a possibilidade da construção coletiva da opinião pública, pelo debate público, Tarde (1992) propõe uma “nova forma da relação social de massa, à qual ele dá o nome de público” (REYNÉ, 1992, p. 22), constituindo uma sociologia da opinião. Assim, transporta a opinião do campo da razão para o da socialização, da individualidade para o coletivo, iluminando, enquanto objeto de estudo, a opinião pública, a opinião partilhada no público. Para Habermas (1984), a opinião pública seria o substrato do tirocínio racional paritário entre os integrantes do público, ou seja, a vontade coletiva definida consensualmente.

Tendo-se a opinião enquanto “conjunto dos juízos” amplamente compartilhados, momentâneos e que respondem a problemas atualmente colocados (TARDE, 1992), coloca-se em discussão a centralidade da imprensa nas democracias modernas para formação de um espírito público ancorado no reconhecimento da partilha comum entre os indivíduos que formam uma coletividade. Pois, a transformação da opinião pessoal na “Opinião”, a opinião social ou opinião pública, passa pelas conversações privadas e pela visibilidade da palavra, que nas sociedades contemporâneas, têm a imprensa como locus privilegiado, que permite superar a fragmentação da opinião pela conexão entre as partes, territórios, tradições e razões distintas.

A reflexão sobre o papel da imprensa conduz a uma dupla visada, a da ampliação da visibilidade versus a substância da opinião, uma vez que a estatística se alia à mensuração do impacto e à verificação da vontade coletiva. Como afirma Tarde (1992, p. 85), “a imprensa, sem saber, ajudou, portanto, a criar o poder do número e a diminuir o do caráter, se não o da inteligência. Ao mesmo tempo, ela suprimiu as condições que tornavam possível o poder absoluto dos governantes”.

Com isso, é possível ponderar quaisquer utopias em relação ao potencial transformador da comunicação massiva, tomando como critério apenas a ampla divulgação. Além disto, resgatar que os sujeitos que constituem os públicos não se despem da sua individualidade, a qual se constitui, a partir da sua relação com o mundo e com os outros. Pelo contrário, o espaço público é o âmbito da afirmação de sujeitos privados interessados em temas fundados no interesse público e, portanto, em soluções que atendam ao bem comum.

Diante desses aspectos, por um lado, positivamente, a imprensa contribui para enfraquecer a fragmentação da opinião que favorecia o exercício do poder antes dela, bem como expunha, pouco a pouco, opiniões locais de grupos privilegiados, cortes e parlamentos. Nesta direção, permitiu “nacionalizar pouco a pouco e inclusive internacionalizar cada vez mais o espírito público” (TARDE, 1992, p. 89). Por outro lado, Tarde (1992) assinala a

limitação da análise dos processos constituintes da opinião, devido à superficialidade da mensuração estatística. Apanha-se o número de vozes, de leitores, mas não as ponderações de cada indivíduo desta totalidade. Portanto, não contempla todos os dados que seriam importantes conhecer.

As sondagens de opinião surgiram no final dos anos 1930; entretanto, o seu uso na vida política deriva da “mediatização da política”, sobretudo, com o surgimento da televisão, que é quando, efetivamente, o “jogo político” passa a se organizar em torno da opinião pública estatística, mensurada, sob o sentido de verdade e indiscutibilidade conferido pelos métodos de apuração e pela aparente cientificidade.

Neste sentido, a quantificação fornece quadros superficiais da realidade. O voto, para Tarde (1992), é apenas uma forma de informação da sociedade sobre si mesma, enquanto instrumento estatístico, não político, que nada diz sobre o processo de evolução da opinião política. As imitações apuradas estatisticamente são imitações realizadas, ou seja, exteriorizadas e, por isto, mensuráveis (REYNIÉ, 1992), mas não são captados os desejos que a comunidade aspira.

Inclino-me a crer, apesar de tudo, que as profundas transformações sociais que devemos à imprensa se fizeram no sentido da união e da pacificação finais. Ao substituírem os agrupamentos mais antigos, ou se superporem a eles, como vimos, os novos agrupamentos a que chamamos públicos, sempre mais extensos e maciços, não fazem apenas o reinado da moda suceder ao reino do costume, a inovação suceder à tradição, mas também substituem as divisões marcadas e persistentes entre as múltiplas variedades da associação humana, com seus conflitos sem fim, por uma segmentação incompleta e variável, de limites indistintos, em via de perpétua renovação e de mútua penetração (TARDE, 1992, p. 75).

Esta é a conclusão de seu estudo, segundo o próprio Tarde (1992). A opinião é constituída, dialeticamente, na relação triangular com a “razão” e com a “tradição”, que aparecem como “alimento” e “limite” da opinião. A tradição é o “resumo condensado e acumulado do que foi a opinião dos mortos, herança de necessários e salutareis preconceitos, frequentemente onerosos para os vivos” e a razão contempla “os juízos pessoais, relativamente racionais, embora muitas vezes insensatos, de uma elite pensante que se isola e se retira da corrente popular a fim de representá-la ou dirigi-la” (TARDE, 1992, p. 80).

A tradição é mais estável do que a opinião, que é mais leve e fluida. Quão mais fraca a primeira, maior o avanço da segunda. Em relação à razão, também é inegável a força da opinião, cuja vitalidade tensiona os Tribunais e os Parlamentos que, diante da irrupção da opinião, podem ter expostas as suas fragilidades ou contradições. A razão científica, que nasce da experimentação, parece ser o refúgio inviolável.

Diante dos pressupostos de Tarde (1992), compreende-se que, nas sociedades modernas, a formação da opinião ocorre em um campo de disputas em que atuam as mediações individuais, originárias da razão e da tradição, que são particulares, relativas à personalidade e aos valores atribuídos às coisas.

Em uma nação, os indivíduos têm consciência de uma tradição comum, ou tradições comuns – família, escola, profissão, assim como se submetem às decisões de uma razão superior, uma razão resistente e dirigente, institucionalizada em parlamentos, igrejas e judiciários, por exemplo. Assim, são três os ramos do espírito público, sendo, a opinião, a última a se desenvolver e a mais apta a crescer. A razão e a tradição, juntamente com a conversação e, atualmente, a imprensa – a principal fonte de conversação –, são os principais fatores da opinião.

Por conversação, em Tarde (1992), não está pressuposto o diálogo paritário e racional, em que prevalece o melhor e mais consistente argumento, mas “todo diálogo sem utilidade direta e imediata, em que se fala sobretudo por falar, por prazer, por distração, por polidez” (TARDE, 1992, p. 95). Portanto, as relações mundanas, que não são homogêneas e variam conforme a diversidade dos comunicadores e os interesses de cada um deles.

Onde há o conflito, há a conversação-luta; onde há a mútua informação, ocorre conversação-troca (TARDE, 1992). Não são estritas a uma elite intelectual ou a processos dialógicos sofisticados e de inteligibilidade inalcançável à maioria das pessoas. Incluem as conversações cotidianas, em que a atenção recíproca permitiria relações sociais mais espontâneas e profundas.

Não se trata, também, de monólogos em que apenas um fala ou de interrogatórios insistentes de um só comunicante, mas “um interrogatório recíproco, uma série e um entrelaçamento de perguntas e respostas, de informações trocadas, de objeções mútuas” (TARDE, 1992, p. 103). Trata-se, pois, da atuação dos dois ou mais interlocutores, em que haja o pressuposto do respeito mútuo, do respeito à individualidade, pois “é conversando que os espíritos se visitam e se interpenetram” (TARDE, 1992, p. 125).

A relevância da conversação está na vinculação simbólica que possibilita, em larga escala, tendo-se a premissa da extensão dos fluxos de informação e, conseqüentemente, do número de interlocutores (TARDE, 1992). Em relação aos efeitos civilizatórios da conversação, levaria, em última análise, à superação do individualismo e ao predomínio do interesse social e coletivo, do bem comum.

Esta via conceitual permite situar o processo de opinião como algo que põe frente a frente juízos e valores mais ou menos enraizados, os quais são tensionados, e passam por

processos de ressignificação e de atualização. Pode-se compreender que, à luz desta perspectiva, mantém-se em aberto o horizonte de possíveis da Opinião, quão mais plural a oferta de informações e de opiniões, e quão mais fundamentados os argumentos ofertados, criam-se condições para ampliar a participação qualificar o debate acerca dos temas de interesse público. Traz, ao centro, a comunicação, iluminando, também, o papel da imprensa.

A centralidade da imprensa, segundo Tarde (1992, p. 85), está em ter possibilitado a oferta mais ou menos uniforme, e regular, de informação, no desenvolvimento dos Estados modernos, cuja noção de unidade nacional, a formação de agregados sociais enormes, também seria devedora dessa distribuição de informações em larga escala. Se assim não fosse, “não haveria ‘a opinião’, mas milhares de opiniões separadas, sem nenhum vínculo contínuo entre si”.

Perspectiva, esta, ligada ao compartilhamento de elementos simbólicos e vínculos sociais, que, atualmente, ampliam-se e transformam-se com a sociabilidade em rede, assim como, por outro lado, aumenta o horizonte da incomunicação (WOLTON, 2010), que, na distinção entre informação e comunicação, argumenta que mais informação não significa mais comunicação.

A disputa política democrática ocorre, segundo Champagne (1996), um jogo em que o uso das palavras se destina a fazer crer ou fazer ver, na tentativa de imposição de certa visão ou ponto de vista. No plano simbólico, as relações de poder são sustentadas pelas estratégias empregadas, arquitetadas por profissionais da política e que visam à adesão do maior número de pessoas. A mídia, enquanto palco dessas disputas, exhibe opiniões de representantes de correntes diversas e convida cientistas políticos para explanar sobre os temas ou cenário eleitoral, para reforçar a sua preocupação com a imparcialidade.

Neste contexto, considera-se que os mesmos atores que atuam nos campos políticos, econômicos, educacionais e religiosos, são, também, protagonistas de processos comunicacionais em torno da opinião pública. Do mesmo modo que o indivíduo é um ator social, que interpreta e age conforme as mediações constituintes da sua individualidade, as instituições mediadoras protagonizam processos comunicacionais, mediados ou não, expondo pontos de vista e versões acerca de temas que são de interesse coletivo, no processo de construção da opinião pública.

### 3.1.2 A Comunicação e os públicos

Nesta seção é discutida a relevância da comunicação pública, no âmbito do espaço público, cuja participação dos públicos, enquanto forma de sociabilidade, é decisiva para a configuração da opinião pública. Busca-se um horizonte conceitual, que baliza a crítica sobre as práticas comunicacionais que abordam temas fundados no interesse público desencadeadas pelo acontecimento público Tragédia Kiss, estabelecidas pelos atores direta ou indiretamente envolvidos pelo incêndio. Nestes múltiplos protagonismos, são acionados os vários sentidos do público já discutidos neste capítulo, bem como os tensionamentos aos domínios que cada um deles delimita.

A concepção de público (TARDE, 1992), é edificada na contraposição com outra sociabilidade paradigmática, a multidão. Ao contrário desta, que se caracteriza pela presencialidade, a proximidade física entre os seus membros, Tarde (1992, p. 33) diz que a formação do público supõe “a evolução mental e social bem mais avançada do que a formação de uma multidão. A sugestibilidade puramente ideal, o contágio sem contato que esse agrupamento puramente abstrato, porém tão real, supõe”, prevê o distanciamento físico, uma vez que a vinculação se dá pelo interesse comum em um mesmo elemento simbólico, o que não se confunde com concordância. Para Tarde (1992), o público poderia ser qualificado como uma multidão espiritualizada, superior, que resulta de um processo evolutivo da vida social.

A sua irrupção e força política data da segunda metade do século XVIII, com a Revolução, na França, assim como o advento do jornalismo. A expansão indefinida, com o aperfeiçoamento dos meios de transporte e dos meios de comunicação, consolida-se no século seguinte. Desde então, a tendência de transfiguração de todos os grupos sociais em público, o público religioso (nascido nas igrejas), o estético (nascido nas escolas de arte), o científico (nascido nas universidades), o partidário (relativo aos partidos políticos) conduziria à intelectualização, pois a sua ação é mais inteligente e esclarecida que a das multidões. Para o bem e para o mal.

Para Esteves (2011), que fundamenta a sua definição de público a partir de Tarde (1992), a comunicação está ao centro da formação dos públicos, externamente, no âmbito do espaço público, para que os temas estejam disponíveis e acessíveis, e internamente, para que as opiniões sejam expostas e os vínculos estabelecidos. Nesta direção, salienta a centralidade da comunicação pública, que se realiza no nível de espaço público e é “veiculada pela (ou para a) opinião pública” (ESTEVES, 2011, p. 146).

O surgimento dos públicos modernos se deve, em grande medida, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e à constituição de redes e fluxos de informação e comunicação que viabilizaram a oferta regular de informações e, conseqüentemente, o “encontro” entre sujeitos espacial e temporalmente dispersos (ESTEVEES, 2011). Os meios de comunicação não estão na origem dos públicos, mas eles adquirem centralidade no estabelecimento da base simbólica dos públicos e, conseqüentemente, do espaço público, até os dias de hoje.

Segundo Esteves (2011), a função política dos públicos tem a sua afirmação no momento de maior maturidade do espaço público moderno, com a construção de um estatuto ético-moral, composto por normas sociais, que se quer projetado sobre a política. Em outros termos, entende-se que o espaço público é o âmbito de construção e de representação da vontade coletiva perante o Estado, expressa pela opinião pública. É, também, o domínio de vigilância e de controle da ação do Estado, contra a arbitrariedade e o segredo nas instâncias políticas decisórias.

Isto impõe desafios à reflexão sobre a função política do espaço público contemporâneo, que conduzem a duas dimensões: a) dimensão ético-moral fática e, b) normativa ou ideal (ESTEVEES, 2011). A primeira dá-se a ver, ainda que circunstancialmente, sempre que a comunicação pública, no espaço público, constitui a opinião pública (vontade política dos cidadãos). No plano normativo, a da vontade coletiva no espaço público, está ancorada em três pilares: publicidade, crítica e debate. A publicidade está ligada à visibilidade, dar a conhecer algo, tornando-se um princípio democrático. A crítica é garantia ética de justiça no que diz respeito aos consensos alcançados em nível da comunicação pública. Ela torna possível a afirmação de uma opinião pública qualificada e com caráter vinculativo. Por fim, o debate é a troca pública de razões para a constituição da opinião pública e depende de publicidade e da crítica para a efetividade da sua dinâmica.

Da relação entre os quatro termos - *público, comunicação pública, espaço público e opinião pública* -, pode-se sintetizar a “especificidade política fundamental das sociedades modernas, ligada à ideia de democracia, sobretudo, a democracia concebida em termos deliberativos, fundamentada no princípio ético-moral da produção de razões que justificam cada decisão” (ESTEVEES, 2011, p. 184).

Esta orientação normativa encontra resistências na dimensão fática ou empírica do presente. Enquanto prática social ocorre quando a comunicação pública se assume como o verdadeiro exercício cívico, ou seja, quando o espaço público se apresenta como um espaço de cidadania e, a opinião pública, como um reflexo desta no que diz respeito à formação da vontade política. No entanto, dada à diversidade de atores e de interesses, públicos e privados,

que participam e concorrem no espaço público, essas situações são esporádicas. Neste cenário, a dimensão normativa permite a reflexão crítica sobre os princípios que norteiam a constituição do espaço público e da opinião pública contemporânea, bem como situar a relevância dos públicos enquanto forma de sociabilidade.

Com este sentido, os públicos adquirem relevo, nas sociedades modernas, por sua capacidade de organização e de ação social, pois impulsionadores das transformações que levaram à formação desta mesma modernidade, ao tocarem as estruturas sociais e os quadros de referência tradicionais, como a igreja, a economia, a escola e a política. O poder transformador se aplica, historicamente, a circunstâncias específicas, pois as ações dos públicos podem ter um caráter apenas contingencial. Mesmo assim, ainda que, hoje, exista o distanciamento entre a dimensão conceitual e a factual dos públicos, mantém-se o seu protagonismo potencial, circundado pela dispersão física e caráter simbólico (ESTEVES, 2011).

Tais características do público, dispersão física e caráter simbólico, tratam respectivamente das relações estabelecidas sem a necessidade de compartilhamento do mesmo espaço físico e do interesse por um tema, enquanto elemento simbólico que mobiliza os indivíduos a formarem o público e que o diferencia dos demais públicos, que coexistem como atores no espaço público e estão organizados em torno de outras pautas como meio-ambiente, educação e segurança. É “uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental” (TARDE, 1992, p. 30).

Mas é determinante, no público, a influência social, o sentimento de que a vontade é partilhada por um grande número de pessoas. A influência, sem que se perceba, do invisível contágio do público do qual se faz parte, em torno de temas da atualidade, está entendida como o que está “na moda”, tenha sentido de urgência na imprensa, ainda que sejam fatos antigos.

Diante da dispersão física e conexão simbólica, a comunicação está no centro da sua formação, ressalta Esteves (2011, p. 153), porque toda “espiritualidade dos públicos gira em torno de uma certa comunhão de ideias cuja formação ocorre no quadro de um processo de comunicação constante”. Ela é, em última análise, a sua razão de ser e, a coesão, depende de uma rede de fluxos de informação e de relações comunicacionais que permitam o estabelecimento e a consolidação dos vínculos sociais. Daí que, ao contrário da multidão, é possível pertencer a vários públicos, e o que os difere é o que corresponde “à natureza de seu

objetivo ou de sua fé”, pois “uma fé comum ou um objetivo comum os comove ou os move em conjunto” (TARDE, 1992, p. 53).

Assim, a individualidade é preservada, na mediação entre o privado (privativo, particular) e o público (ligado ao interesse comum), que se dá pela exposição da subjetividade individual em prol da coletividade. Além disto, o indivíduo tem o poder de escolha de afiliação e desfiliação a qualquer tempo, devido ao princípio da abertura dos públicos (ESTEVEVES, 2011).

Com as sociedades organizadas em torno dos *media*, estes passam a canalizar as disputas em torno dos temas de interesse público, tensionando as possibilidades de constituição dos públicos e de acesso a esta esfera de visibilidade, considerando-se a organização corporativa dos *media*, a diversidade de temas que concorrem pela notícia e a assimetria entre as fontes e atores que participam da comunicação pública<sup>29</sup>. A comunicação em rede ainda potencializa as possibilidades de controle da informação circulante, para os grupos políticos e econômicos, hegemônicos, mas são criadas novas oportunidades de divulgação e de compartilhamento de informações, assim como novos dispositivos de sociabilidade pelos públicos. Em tempos de conectividade em escala global os temas e a mobilização social podem alcançar escalas sem precedentes.

Quão mais ativas, amplas e velozes são as redes de circulação de informação, maior a uniformidade da agenda, em escalas cada vez maiores e, conseqüentemente, o potencial de que os mesmos temas reverberem, concomitantemente, em todos os locais. Com isto, é possível falar em públicos locais, restritos a uma região específica, em virtude da particularidade do tema que os une, e em públicos nacionais, quando os temas são de concernência de toda a nação, como aqueles que são circunscritos na esfera decisória do poder federal ou fatos episódicos que se tornam problemas públicos (BABO-LANÇA, 2007), como tragédias ou catástrofes da natureza. Nestes casos, são temas que permanecem por mais tempo na agenda midiática.

---

<sup>29</sup> É ilustrativa, neste sentido, a distinção entre públicos fortes e fracos, referida por Maia (2008), com base em Fraser (1992), quanto ao acesso desigual aos *media*. *Os públicos fortes* têm maior poder de agendar os meios de comunicação de massa, pois detêm estruturas profissionais voltadas a influenciar o debate na esfera pública informal, visando apoio a políticas públicas ou vantagens eleitorais. Já os cidadãos ou os atores coletivos da sociedade civil, não possuem a mesma organização, profissionalização e recursos financeiros para negociar espaços midiáticos.

### 3.2 ESFERA DE VISIBILIDADE PÚBLICA

O papel da imprensa e o progresso dos meios de comunicação são objetos de reflexão na produção acadêmica sobre comunicação e política que é desenvolvida no decorrer do século XX. Estudos que permitem ver, em cada época, os questionamentos que mobilizavam as produções sobre as relações entre Estado, mídia e sociedade, até a configuração da esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008).

Conforme sintetiza Gomes (2004), até meados do século XX, as discussões teóricas se concentravam em dois domínios, a política ou a sociedade, tendo-se os meios de comunicação massivos como os principais mediadores entre os dois polos, com função meramente instrumental. Nesta relação, entre comunicação e política, são dois os modelos de comunicação propostos, o primeiro que situa a imprensa burguesa à margem do poder do Estado absoluto, com a função de vigiar o poder, além de criticar as decisões realizadas longe da visibilidade dos públicos; e, o segundo, após a assunção do Estado pelos burgueses, a relação é modificada, tensionando-se a função de esfera pública diante da transfiguração em imprensa de partido, no lugar da imprensa de opinião.

Já na segunda metade do século XX, o debate é caracterizado pelo acréscimo da comunicação eletrônica massiva e o entendimento da comunicação como negócio, originando-se a imprensa empresarial e a submissão das informações à estética própria da lógica midiática, organizada em torno de seus interesses e com poder de influenciar comportamentos e opiniões. Para além do Estado e partidos, são incluídos no debate os consumidores e as empresas. Com isto, o interesse público seria sobreposto por interesses privados das corporações midiáticas, processo cuja consequência seria o enfraquecimento da esfera pública, e à imprensa empresarial e às indústrias culturais recai a acusação de parcela de terem culpa.

Habermas (2003), representante da corrente crítica Escola de Frankfurt, é um desses críticos que tece considerações pessimistas em relação aos efeitos políticos da comunicação massiva, como já fora referenciado neste capítulo. Assim como Adorno e Horkheimer (1986), também representantes do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, denunciam o fracasso do projeto Iluminista de libertação esclarecida, devido ao desenvolvimento de novas formas de controle e a homogeneização das diferenças. As indústrias culturais contribuiriam para a neutralização do conhecimento e a passividade da sociedade de massa. Na obra considerada inaugural da vertente teórica culturoológica, Morin (1969) faz referência à dinâmica entre padronização e inovação, característica da produção cultural industrial, que conduz à

substituição da “criação” pela “produção” Assim, organizada segundo fórmulas e modelos já consagrados, frutifica apenas a parte do talento do jornalista que é conciliável com a indústria cultural.

Conforme Gomes (2004, p. 60),

[...] referir-se ainda hoje a esses sistemas como ‘meios’ de comunicação significa ou um equívoco ou a mera sobrevivência, por inércia semântica, de uma fórmula verbal que corresponde a uma ideia superada do funcionamento da comunicação de massas em sua relação com a política.

Nesta direção, são reconhecidos os condicionamentos impostos pela centralidade da mídia e pela lógica midiática na produção de notícias, mas são percepções distanciadas temporalmente das críticas referenciadas, pois em um momento do debate acadêmico já mais maduro em relação a essa problemática. Sabe-se que nem toda visibilidade e nem toda a discussão pública se encontram em domínio midiático; e que, mesmo na cena midiática, há visibilidade de temas públicos, bem como o debate público.

Portanto, é reconhecida a centralidade midiática e a subordinação da sua produção de conteúdo à lógica industrial massiva, mas é refutada a relação determinística disto com o enfraquecimento da esfera pública. Ao contrário, neste estudo, é endossada a relevância da visibilidade, inclusive na cena midiática e, enquanto, pressuposto para o debate público. Ainda que razões não públicas possam se camuflar em motivações públicas, a comunicação de massa viabiliza o confronto das opiniões à controvérsia, que tende a rejeitar posições egoístas e não públicas.

Em virtude desse contexto e compreensão, Gomes (2008) propõe as bases para discutir os processos de comunicação pública, derivados e constituintes do acontecimento público, ao relacionar a expressão esfera pública a dois fenômenos da vida social, inter-relacionados e que se condicionam mutuamente: “a esfera de visibilidade pública” e “a esfera de discussão pública”. O primeiro<sup>30</sup>, é entendido como a dimensão da vida social, política ou civil, que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio público. Responde a demandas de sociabilidade e de comunicação e, em sociedades democráticas, contribui para empoderar a sociedade, ante a exposição do Estado.

A esfera de visibilidade pública está organizada em torno da cena pública midiática, enquanto os *media* são compreendidos como “o sistema expressivo formado pelo conjunto da emissão dos meios de comunicação que constitui a esfera de visibilidade pública, tornando

---

<sup>30</sup> Esfera de visibilidade pública, utilizada como sinônimo para esfera de visibilidade midiática será tema abordado no capítulo 2.1.

disponível ao público, ou ao sistema dos seus apreciadores, uma espécie de quadro do mundo” (GOMES, 2008, p. 143), composto por conteúdos informativos, culturais, de entretenimento, publicitários. Do ponto de vista da visibilidade, a esfera pública é “a) o domínio social da visibilidade, b) da troca de razões públicas e c) da troca de razões em público” (GOMES, 2008, p. 157).

Já o segundo âmbito da vida social que pode ser chamado de esfera pública, a esfera de discussão pública, não prescinde da ideia de visibilidade, mas, para além disso, pressupõe a argumentação e a possibilidade de participação de todos os concernidos pela matéria debatida. A visibilidade da discussão pública é democraticamente imprescindível, pois ligada à visibilidade da deliberação e à abrangência dos públicos, aos quais o tema debatido diz respeito. Ainda, a deliberação pode ser apenas a materialização de algo que está previamente decidido e, nesta direção, a visibilidade deste processo não dá conta de iluminar todo o processo decisório.

Visibilidade e discutibilidade estão, portanto, em relação de interdependência, de modo que a perda em uma das dimensões compromete a qualidade democrática, a comunicação pública e o processo de formação da opinião pública. Em síntese, se os temas não estiverem visíveis, não há debate. Se não há debate ou debatedores interessados, não há razão para a visibilidade do tema. Visibilidade que não se confunde com mera exposição ou compartilhamento de opinião, “que se esgote no ato de saber e gerar sociabilidade, mas para que os concernidos da matéria em discussão saibam que há uma disputa e possam nela intervir como participantes” (GOMES, 2008, p. 135).

Entende-se que essa perspectiva se apresenta mais maleável e afeita à observação dos processos de comunicação pública, em virtude de, pelo menos, cinco aspectos principais: em primeiro, porque permite situar que nem tudo que preenche a esfera de visibilidade pública deve ser, ou desencadear, o debate público; em segundo, porque nem todo o debate público está contido na esfera de visibilidade pública, organizada em torno dos meios de comunicação de massa; em terceiro, porque há a possibilidade de esfera pública interna à cena midiática, como observara Gomes (2008). Embora não seja dominada integralmente pelo debate, não se pode excluir completamente o debate da cena midiática, que se dá em diferentes níveis, com características variadas (abertos ou fechados, não deliberativos, contínuos ou temporalmente determinados), também não se pode afirmar que é a maioria na programação midiática. O quarto aspecto, refere-se ao fato que “a visibilidade vem ao socorro da publicidade” (GOMES, 2008, p. 161), quando as razões não públicas estão travestidas de públicas e correm o risco de serem descobertas. Em quinto, porque a noção de esfera de visibilidade pública

pode ser alargada para além dos meios de comunicação massivos, incluindo-se outros dispositivos de comunicação e sociabilidades. Incluem-se aí, desde as mídias alternativas (BRAGA, 2006), alternativas radicais (DOWNING, 2011), até às tecnologias digitais de informação e de comunicação. Nestes meios, pode-se considerar, também, a possibilidade de constituição de esfera de discussão pública e o potencial de agendamento do debate público.

A mídia, constituinte da esfera de visibilidade pública, pode trazer documentos, negociações, que existem fora dela, em direção à esfera pública e constituindo assim matéria para o debate público. Esta é a, capacidade dos meios, mais temida pelos políticos (GOMES, 2008, p. 151). É do reconhecimento da necessidade de visibilidade que se criam meios de exibição e estratégias de sedução para captar a atenção midiática, sobretudo, os públicos. Assim, protestos e revelações têm potencial de agendar a mídia.

Retoma-se a relevância da esfera de visibilidade pública para revelar, denunciar, “vazar” informações políticas, que muitas vezes estão guardadas a sete chaves, nos recônditos mais secretos. É a outra face da visibilidade, que, não planejada, pode provocar abalos à credibilidade, difíceis de contornar. Pode-se indicar que a presença desejada na esfera de visibilidade pública é aquela em que os meios de comunicação são “usados” pelos atores políticos, mas, que, os mesmos atores, temem ser usados pelos meios de comunicação. Da mesma forma, pode-se pensar em relação à esfera de discussão pública.

A diversidade de conteúdos, de um lado, e a variedade de interesses dos públicos, de outro, faz com que a esfera de visibilidade pública, na esteira da mídia, seja editada de modo também diverso pela audiência, a depender da capacidade interpretativa, do interesse no tema e as influências ou mediações sociais. Além disso, a esfera de visibilidade midiática pode ser experimentada como esfera pública, pela edição de discursos informativos e a constituição de um debate “particular”, no conforto de casa (GOMES, 2008). Neste sentido, não é apenas a justaposição, mas o contraste, o conflito, para extrair um pensamento, uma opinião; é um ato privado e extremamente público, ainda que não seja em público. Esta é uma possibilidade, que pode ser executada ou não.

Em contraponto, é frequente que ela seja fonte de insumos para a esfera pública, seja qual for a origem do tema, qualquer político reconhece este caminho que vai da opinião política, à sua inserção na esfera de visibilidade pública, para, enfim, atingir a esfera pública política. Além disso, permite que debates continuados fora dos meios sejam continuados no seu interior, ou seja, a instauração de esfera pública midiática com insumos da esfera pública externa à indústria. Gomes (2008) ressalta que é possível que temas entrem nos meios de

comunicação, provenientes da esfera pública, ou dos sujeitos sociais, e saiam destinados aos sujeitos sociais e à esfera pública.

Como observa Barichello (2004), não basta legitimar os atos, mas torná-los legítimos, o que passa pela capacidade de informar e de comunicar com os públicos, seja o Estado, organizações do mercado e, mesmo, as organizações de mídia. Pode-se sinalizar, com o contexto tecnológico contemporâneo, a superação da linearidade, em que receptores são, também, produtores e há a exigência, cada vez maior, da abertura de espaços de interlocução para que cidadãos\consumidores expressem a sua opinião e vontade.

Diante desses aspectos, pode-se considerar que a mídia é o palco privilegiado de visibilidade, para todos os atores sociais interessados em participar da comunicação pública e expor as suas opiniões em direção aos públicos, considerando-se a existência de uma esfera de visibilidade pública midiática (GOMES, 2008). Para os próprios públicos (ESTEVES, 2011), no sentido de ampliar a abrangência e a repercussão das questões pelas quais se mobilizam. Para o Estado, a mídia é estratégica para a credibilidade das suas instituições e governantes, para a prestação de contas, a publicidade do poder, o posicionamento diante de questões de interesse público.

### **3.2.1 Mdiatização e condicionamentos à visibilidade**

A abordagem dos processos de mdiatização consiste em discutir o contexto comunicacional em que se configura o acontecimento Tragédia Kiss. Diante disto, considera-se que a mdiatização é condicionante da constituição e dinâmica de atuação das Redes de Comunicação Pública e que, neste cenário, as mídias alternativas e radicais são técnicas apropriadas especialmente pelo sistema de redes de comunicação social, quando definidas e estimuladas pelos grupos sociais organizados após a tragédia.

A conjunção entre a técnica e o social, conforme destaca Miége (2009), indica um caminho mais ponderado à reflexão sobre as potencialidades comunicativas das tecnologias digitais, bem como é alternativa à reflexão sobre o impacto da organização corporativa das mídias, estas que são duas searas discursivas que buscamos tangenciar. Contudo, não são negadas as incidências cognitivas da mediação tecnológica e midiática, nas formas de relacionamento e de mobilização social, ocasionadas pela introdução e institucionalização de meios de comunicação mais velozes e mais potentes.

A midiatização<sup>31</sup> aparece como um processo que constitui uma ambiência (SODRÉ, 2002), cuja lógica transcende as organizações midiáticas e passa a afetar outros campos sociais. O reconhecimento deste cenário organizado em torno dos *media* constitui uma matriz para a análise dos processos comunicacionais contemporâneos. Nesta direção, o progresso das tecnologias de conexão, produção e circulação de informações transformou o estatuto dos meios de comunicação. Da “simples” mediação aos condicionamentos trazidos às formas tradicionais de sociabilidade e da organização da vida social ocasionados pelo processo de midiatização, são instigantes os questionamentos sobre o impacto do conjunto de transformações mobilizadas pelo avanço dos suportes tecnológicos de mídia na política, na economia, na produção e consumo de bens culturais, nas formas de cognição e de inteligibilidade.

As respostas oscilam desde posições radicalmente cépticas a efusivamente otimistas, transitando entre abordagens mais complexas, com fundamentos antropológicos e sociais, a perspectivas tecnodeterministas, as quais atribuem às tecnologias um poder excessivo.

Entre os autores que refutam a onipotência tecnológica, está Verón (2014), que aborda os fenômenos midiáticos a partir dos efeitos a longo prazo, perspectiva que classifica como semioantropológica. Segundo ele, “os fenômenos midiáticos são uma característica universal de todas as sociedades humanas, desde um primeiro estágio de semiose humana, iniciado a cerca de dois e meio milhões de anos atrás, com a produção de ferramentas de pedra” (VERÓN, 2014, p. 13). Assim, não são processos universais característicos de todas as sociedades, nem um fenômeno exclusivo das sociedades industriais desde o século XIX.

Estão ligados a uma dimensão nuclear da espécie humana, precisamente, à capacidade de semiose (VERÓN, 2014), que é ativada de modo diverso e progressivo em contextos históricos distintos. Segundo ele, algumas consequências se fizeram presentes ao longo da história evolucionária, muito antes da modernidade, e foram decisivas na organização daquelas sociedades.

Nesta perspectiva, seu ponto de partida é o que Peruzzolo (2006) tipifica como o limiar do pensamento simbólico humano, demarcado pelo desenvolvimento de artefatos de pedra, há mais de dois milhões de anos. A ativação de um processo semiótico ocorre quando, por exemplo, alguém antevê a ponta de uma flecha para capturar a caça. A partir de um modelo triádico de signo, Verón (2014) enumera três etapas que definem as condições para a sequência de *fenômenos midiáticos*, que podem ser entendidos como a exteriorização dos

---

<sup>31</sup> *Midiatização e mediação* serão tratadas como sinônimas, respeitando-se as formas de emprego nos textos consultados.

processos mentais. São eles: projeção (dever), a materialização e as consequências (mudanças) ocasionadas pelos dispositivos midiáticos na relação com o tempo e com o espaço, e, por fim, as normas sociais estabelecidas para acesso aos signos já materializados. Destarte, segundo ele, estão satisfeitas para “a história da midiatização começar” (VERÓN, 2014, p. 15).

Midiatização seria apenas o nome que se dá à “sequência histórica de fenômenos midiáticos sendo institucionalizados em sociedade humanas e suas múltiplas consequências” (VERÓN, 2014, p. 15). Seria mais adequado falar em diferentes estágios de midiatização, pois precedidos historicamente por outros e que antecedem os que ainda virão, datados a partir da institucionalização de um dispositivo técnico-comunicacional. Ou seja, quando ele é adotado pela comunidade e se aplicou, como o que ocorrera com a imprensa, o rádio e a televisão, por exemplo.

As consequências desta novidade também estão observadas na ordem de três. Em primeiro, elas são radiais, ou seja, materializam-se em todas as direções, afetando as sociedades de diferentes formas e em diferentes níveis funcionais. Em segundo, os efeitos radiais resultam da natureza sistêmica dos fenômenos midiáticos, que não são lineares e que implicam na rede de relações de retroalimentação. Por fim, os dois anteriores explicam a principal consequência dos processos de midiatização, que é a aceleração do tempo histórico. Nesta direção, “a internet alterou a condição de acesso ao conhecimento científico mais do que essa condição mudou desde o surto moderno de instituições científicas durante o século XVII” (VERÓN, 2014, p. 17).

Para Fausto Neto (2006) e Muniz Sodré (2002) o processo organiza-se em outra perspectiva, centrado na análise econômica e ligada aos efeitos da mercantilização da comunicação. Nesta direção, a conjunção mercado e tecnologias viabiliza o processo de midiatização e a atenção está voltada às transformações ocorridas nas últimas décadas, sobretudo com a *institucionalização* dos dispositivos de comunicação digital em rede.

Sobre isto, Miège (2009, p. 135) sinaliza para a observação dos efeitos benéficos deste processo, como na disseminação de telecursos realizados à distância, por exemplo. Ademais, argumenta que a moldura da produção publicitária a que estão sujeitos os veículos de mídia não tira dos produtos informativos a função e o potencial de incitar o debate no espaço público, na mesma linha de Martin-Barbero (2006), que diz que o Fórum Social Mundial – que teve a primeira edição em 2001, em Porto Alegre – provoca a reflexão sobre o viés estratégico que a comunicação assume em relação à cidadania e à política. Enquanto elemento de disputas e de negociações, ante a hegemonia e exclusões do mundo financeiro, ela está ao centro de um novo espaço público, que inclui movimentos sociais e grupos comunitários,

ainda que em estágio embrionário de desenvolvimento. Trata-se de um espaço público plural, em que a diversidade de atores “e de leituras críticas que convergem para um compromisso emancipador e uma cultura política em que a resistência é ao mesmo tempo formadora de alternativas” (MARTIN-BARBERO, 2006, p. 53).

Segundo Miège (2009), há a tendência das perguntas derivadas do processo de mediatização conduzirem a oposições como antes e depois, tradicional e moderno, real e virtual, mantendo-se mesmo depois que as observações passaram a indicar que elas são insustentáveis. São exemplos dessas oposições, a referência de Orozco Gómez (2006) ao “desordenamento” das mediações tradicionais, como Estado e escola, instituições típicas da modernidade, que perdem força diante da importância da mediação tecnológica nestes dias; e à substituição dos encontros presenciais pelos contatos virtuais e experiências vicárias através das telas de computador. Também, ao questionar se, de fato, serão diluídas as fronteiras entre produtores e emissores de conhecimento, ao que manifesta ceticismo ao contrapor virtual\passional *versus* presencial\racional.

Talvez, sugere Miège (2009), para a análise dos processos de *mediatização*, a alternativa recaia em tangenciar essas relações quase dicotômicas, que levam a substituições e a rupturas entre o novo e seus antecedentes, presente e passado, e reenquadrar a lente para a análise das continuidades, complementações e mestiçagens, “a um modo de comunicação que se mantém, o essencial, além das formas nas quais ele se revela para nós, de um lado a outro do planeta” (p. 82). Com isto, assim como Verón (2014), rejeita posições que tendem a exaltar as potencialidades transformadoras das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC’s).

Diz Miège (2009, p. 87), “antes, nos interessamos pela hipótese de um individualismo conectado à técnica, esta suscetível a se referir\afetar aos indivíduos transversalmente aos diversos campos sociais e aos espaços privados, públicos e de trabalho”. Com isso, evitam-se determinismos tecnológicos e sociais, pois sugere a “existência de mediações múltiplas na interação entre o social e o técnico” (MIÉGE, 2009, p. 89), colocando a problemática no contexto da dupla mediação: é, ao mesmo tempo, técnica e social, porque “os motivos, as formas de uso e o sentido atribuído à prática se alimentam no corpo social”.

Neste sentido, Verón (2014, p. 17) afirma que a invenção da prensa hidráulica democratizou a descontextualização, ligada à permanência dos registros impressos e a circulação de notícias para além do seu local de origem. Descontextualizar, segundo Wolf (1985), é retirar o acontecimento de seu contexto e inseri-lo nas dimensões e normas editoriais do noticiário. E, deste ponto, poder-se-ia dizer que “a história da mediatização pode ser

contada como a interminável disputa entre grupos sociais confrontados, tentando estabilizar sentidos; disputa que se torna, no decorrer da história da nossa espécie, cada vez mais complexa e condenada ao fracasso” (VERÓN, 2014, p. 17).

Assim, as novas formas de comunicação, mediadas pelos dispositivos tecnológicos digitais, complementam as já conhecidas, ao invés de eliminá-las. Em cada época ou estágio tecnológico, há dispositivos midiáticos hegemônicos, que coexistem com os demais, mas para os quais os diversos campos sociais convergem. Assumem, nesta direção, um papel organizativo (FAUSTO NETO, 2006), quando adquirem esta centralidade. Logicamente, enquanto “palco” central de visibilidade ou “espelho” do real (SODRÉ, 2002), passam a ser disputados por atores da política, das organizações mercantis e da sociedade civil, para as mais diversas finalidades, desde a venda de produtos e a disputa de versões sobre temas de interesse público. No cenário das Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007), eles estão ao centro.

A evolução tecnológica, que não se confunde com evolução humana ou social, é vista aqui numa dimensão processual, sem rupturas na introdução e na institucionalização de novos dispositivos comunicacionais, e os seus usos são definidos no corpo social. Diante dessas redefinições, a relação entre comunicadores dos meios massivos e consumidores de informação também é modificada, pois estes estão, em tese, mais exigentes e mais “poderosos” ao terem a possibilidade de expor as suas opiniões, de acessar diferentes fontes de informação e de conhecimento, inclusive científico, de produzir e de compartilhar informações e conteúdos midiáticos.

Como assinala Miége (2009), são necessárias competências comunicacionais para a realização de práticas comunicacionais *mediatizadas*, seja para a comunicação pública, para efetuar compras, para estabelecer relações sociais. Os grupos midiáticos (formam novos sistemas de comunicação), os construtores de materiais tecnológicos (dispositivos e tecnologias cada vez mais interconectadas), o Estado (informatização dos serviços, agilidade na informação, constituição de redes), as corporações (informatização dos serviços, interação via sites de redes sociais e gestão da imagem) e os usos cotidianos denotam que a comunicação *mediatizada* se ampliou.

Experimentam-se os novos suportes tecnológicos de visibilidade, produção e circulação de informações, de comunicação e de mobilização social, que não excluem os anteriores, nem as demais formas de relacionamento. Na análise dos fenômenos comunicacionais contemporâneos, deve-se, então, considerar a complementaridade das mídias digitais à rede de comunicação midiática.

### 3.2.2 Da visibilidade alternativa à cena midiática

Em complemento à discussão sobre os dispositivos midiáticos hegemônicos, cabe referir outros suportes midiáticos, que coexistem com os primeiros e cujos registros simbólicos podem, inclusive, tematizá-los. Entre eles enquadram-se as mídias exteriores (FIGUEIREDO, 2009), alternativas (BURTENSCHAW; BARFOOT; MAHON, 2010) ou radicais (DOWNING, 2004); elementos que são relevantes à análise do caso Tragédia Kiss.

Resgatando a noção de *fenômenos midiáticos* (VERÓN, 2014), parece-nos que ela é maleável e afeita à observação de alguns registros específicos, que não se enquadram no horizonte da discussão dos processos de midiatização. Como sentencia Machado (2004, p. 9), na ótica de Theodor Adorno (1986) e suas reverberações europeias e norte-americanas, as teorias da comunicação de massa nos ensinaram “a ver as mídias como instituições monolíticas, controladas inteiramente por poderosos setores das elites e compreendidas com os interesses do capitalismo global”, o que tem validade enquanto noção generalista ou abstrata, mas que não considera a dimensão empírica ou prática dos processos comunicacionais cotidianos.

Com isto, mídia ou *media* tende a designar apenas as expressões hegemônicas industriais, excluindo-se, à saída, formas marginais de expressão, alternativas e autônomas. Neste horizonte, estão o que Burtenshaw, Barfoot e Mahon (2010) denominam mídias alternativas, em referência a objetos ou locais que não foram criados para a inserção de anúncios publicitários, não são comercializáveis, mas que recebem mensagens justamente para surpreender. Além destes, o que Figueiredo (2009) denomina mídia exterior<sup>32</sup>, como os *outdoors*.

Eles permitem descontextualizar o acontecimento e formam registros que mantêm sua visibilidade e memória, além de terem o potencial de desencadear respostas e reações. As mídias alternativas e radicais permitiriam tangenciar o acesso à cena midiática, das pautas e dos movimentos sociais, ao fazerem eclodir vozes discordantes, minoritárias, subjugadas e com o desejo de mudanças nas estruturas e hierarquias sociais.

A questão não está em problematizar o agendamento do debate proposto pelas mídias convencionais, mas em refletir sobre a falta de atenção ao debate iniciado e mantido fora delas. Nesta direção, entre as indagações propostas por Machado (2004, p.11), está “Que benefícios temos nós ao discutir apenas os temas que a própria indústria hegemônica das

---

<sup>32</sup> Termo utilizado para designar “todos os tipos de painel com prazos e veiculação fixa, não importando o suporte” (FIGUEIREDO, 2009, p. 102).

mídias propõe?”, ao requisitar a inserção destas formas de expressão no exame daqueles que pensam criticamente os meios.

Neste sentido, a abordagem mais alargada das mídias, como faz Downing (2004) e como é proposto neste estudo, tem o intento de discutir o contexto comunicacional contemporâneo de modo mais abrangente e inclusivo, do ponto de vista técnico (dos suportes) e do ponto de vista social e político (a inserção de movimentos sociais e de vozes oprimidas ou que não têm acesso às formas midiáticas massivas). Em suma, está a questionar as resistências que os grupos sociais enfrentam na disputa pela visibilidade das suas causas, diante deste cenário comunicacional – cuja hegemonia das mídias jornal, televisão e rádio está consolidada.

Para Downing (2004), o conceito de mídia inclui, por exemplo, as canções populares, a dança, o grafite, a cultura, o vestuário, as colchas, os broches, os adesivos de para-choques, o teatro popular, os cartuns, a imprensa radical, a internet radical e a tevê comunitária. Além destes, entende-se que cartazes, camisetas, tapumes e fachadas poderiam ser relacionados. São dispositivos que podem ser utilizados estrategicamente pelas mobilizações sociais, trazendo à superfície as questões de interesse público que lhe são inerentes. A reboque, os atores ligados a cada uma delas. Na base de tudo está a “atividade” dos sujeitos da relação comunicacional<sup>33</sup>.

Downing (2004) ilustra um caso de discurso público radical com as Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires. Esse grupo era formado por um grupo de mães e avós que denunciavam as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos realizados pela junta militar da Argentina, entre os anos de 1976 e 1982, mesmo diante do silêncio da mídia. As mulheres protestavam todas as quartas-feiras, usando fraldas como lenços de cabeça para simbolizar a sua condição de mãe e a legitimidade das suas manifestações em busca de informações sobre o paradeiro de seus filhos desaparecidos.

Elas seguiram, após 1982 e a dissolução da junta, realizando estes atos. Somente 15 anos depois, começaram as confissões dos crimes praticados e, gradualmente, as responsabilizações. Como referencia o autor, “no próprio cerne da mensagem e da estratégia bem-sucedida das mães estava a preservação da memória política” (DOWNING, 2004, p. 161).

A construção de espaços alternativos de visibilidade, ao redor da cena midiática hegemônica, é, também, uma forma de contornar certa “amnésia” ocasionada pela urgência de atualidade que caracteriza a configuração dos noticiários cotidianos. De introduzir, no espaço

---

<sup>33</sup> A definição de audiência ativa está contraposta à noção de “massa”, enquanto reunião de pessoas amorfas e indiferenciadas, como nos estudos iniciais sobre comunicação de massa, datados do começo do século XX.

público, pautas que podem ser negligenciadas pela concorrência da notícia com o entretenimento. Em um presente efêmero, arquitetado ao ritmo da indústria de “informação”, grafismos e imagens em muros, tapumes e ruas, por exemplo, são estratégias para suplantar a lógica presenteísta, o excesso e a fragmentação das informações, e assim colaborar para alicerçar a transcendência do acontecimento no espaço público para além dos eventos e datas específicas que recebem maior atenção da mídia e do jornalismo.

Ou, entendido de outra forma, resultado da ação do “sistema de resposta social” (BRAGA, 2006), originário da interação do indivíduo ou de grupos sociais com os produtos midiáticos, cuja processualidade é caracterizada por respostas diferidas e difusas. Esta perspectiva é balizadora para a compreensão das dinâmicas sociais constituídas em torno de um acontecimento ou da repercussão simbólica do mesmo.

O sistema de interação social sobre a mídia coexiste, mas não se confunde com os outros dois subsistemas de processos midiáticos, os de produção e os de recepção que em conjunto, compõem a tríade que forma o sistema de processos midiáticos. A análise de um implica, necessariamente, a observação dos outros dois, de onde extrai e para onde envia os seus vetores de informação<sup>34</sup>.

Atuam aí elementos culturais ou as mediações (BARBERO, 1997), que colocam a recepção e a permanência dos conteúdos midiáticos num patamar de complexidade superior à relação binária, emissor versus receptor, aceitação e recusa, característico, por exemplo, dos *mass media research* (WOLF, 1985). Tendo-se a cultura como produto e produtora das interações sociais e simbólicas, a assimilação, ressignificação e resposta aos conteúdos midiáticos, pela sociedade, traz ao debate a centralidade desta leitura crítica e ação propositiva na constituição dos acontecimentos contemporâneos.

Não se trata, pois, de negar ou negligenciar o olhar sobre a centralidade midiática enquanto esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008). Muito pelo contrário, porém, tangenciando esta questão, entende-se que seja profícuo para a análise do acontecimento Tragédia Kiss ampliar o olhar para o que está além das instâncias comunicacionais tradicionalmente abordadas na reflexão sobre os meios, emissor e receptor, incluindo o que as pessoas fazem com a mídia, a sua resposta.

Em suma, trata-se de exaltar a comunicação enquanto espaço de compartilhamento e proposição de sentidos acerca dos acontecimentos contemporâneos. Sentidos estes que,

---

<sup>34</sup> A atenção de Braga (2006) está dirigida, especificamente, aos processos de interação social, com o objetivo de verificar “os processos organizados da sociedade sobre a mídia e seus produtos, e os modos como estes se articulam com a produção e a recepção, eventualmente tensionando-as” (p. 33).

expressos em outros suportes de visibilidade, sejam digitais, alternativos e radicais (DOWNING, 2004), reforçam o caráter processual dos acontecimentos, das relações sociais. Ademais, incorporar à análise os novos sentidos adicionados ao debate permitem vislumbrar a produção de conhecimento em torno do tema que une os sujeitos e, nesta direção, a pluralidade de perspectivas e a qualificação do debate.

Como diz Braga (2006, p.28), os suportes materiais são descartados, mas os registros simbólicos extraídos deles permanecem e “o sistema de circulação interacional é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia”, que se dá de diversas formas, como contraposições, controle, seleção, discussões e polêmicas, de aclamação e concordância, mas que tem, em comum, a interação social sobre e com a sua mídia.

Neste contexto, compreende-se que quando há o esforço de grupos sociais para propor a agenda da mídia, como em protestos e homenagens, tem-se o objetivo de potencializar a visibilidade do tema que motiva a mobilização social. Apesar de não constituir a crítica à mídia, é uma forma de suscitar um outro discurso, de preencher um vazio aparente na programação midiática. Não deixa de ser uma ação com a intenção de incluir o que não há, consciente ou inconscientemente.

As interações sociais não são concatenadas, organizadas e unificadas, elas são dispersas e difusas. Portanto, um mesmo produto midiático pode desencadear reações distintas, a favor ou contrárias ao que fora exposto ou aos processos de produção. Como explica Braga (2006, p. 30), “não se trata de ações socialmente concertadas, e sim de processos que, independentemente de sua origem, autoria e instituição, realizam no contexto social uma mesma funcionalidade sistêmica, com similaridades básicas de comportamento e resultados”.

A reunião, como parte de um sistema social mais amplo, ocorre pela circulação de ideias, informações e interpretações sobre os conteúdos originários da mídia, de seus produtos e processos. É a passagem das estruturas aos processos, de uma classe de objetos organizados a uma classe de atividades, com relativa “autonomia ou dispersão, no que se refere ao espaço organizacional em que tais atividades se desenvolvem” (BRAGA, 2006, p. 30).

O acontecimento público em estudo é marcado por protagonismos voluntários e involuntários, pois, trágico. Nessa dinâmica em torno da visibilidade, são decisivas as interações sociais motivadas e pela construção midiática do acontecimento, uma vez que a sua constituição é processual e submetida às consequências da sua reverberação no sistema social. Entretanto, esta construção midiática não se limita às Redes de Comunicação Midiática.

A compreensão de comunicação pública como a que é estabelecida a partir do acionamento de temas de interesse público e através de redes de comunicação, expande-se a responsabilidade pelo debate, e também pela construção e manutenção do acontecimento. No interior das Redes de Comunicação Pública, suas estruturas e processos são condicionados pela midiatização o que abre o horizonte para que as redes de comunicação social incorporem em suas práticas os meios alternativos, radicais, representados pela praça pública ocupada, mas também pela sua visibilidade estratégica em redes digitais promovidas pelos movimentos e associações ligadas ao acontecimento público Tragédia Kiss.

### **3.2.3 Os jogos óticos: entre visibilidades e invisibilidades**

À esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008), atrelada aos dispositivos e lógicas que se relacionam com o campo midiático, como as mídias massivas, digitais e alternativas, busca-se articular a compreensão sobre as estratégias de obtenção de visibilidade (desejada) ou de concessão de visibilidade (indesejada), empregadas pelos atores dos processos de comunicação pública. Esta discussão está ancorada à proposta de Landowski (1992), que analisa as relações entre público e privado em termos de regime de visibilidade, perspectiva que permite a reflexão sobre a alternância de posições óticas entre os atores do acontecimento público analisado neste estudo.

A atenção estará mais concentrada na posição do ator em evidência, que almeja esta proeminência para si ou para outrem (a quem se refere, em acusação, por exemplo), o que não significa que a importância do receptor é reduzida. Pelo contrário, considera-se que os destinatários, ávidos por informação, no caso de um acontecimento de interesse público, buscam descobrir os sentidos negados pelo emissor, as palavras e os sentidos negligenciados, os inauditos que as estratégias de privacidade não pretendem revelar. Assim, a atenção se detém nas tensões entre visibilidades desejadas e indesejadas, nos processos de comunicação pública em que participam múltiplos atores, públicos ou privados.

Por visibilidade desejada, entende-se a exposição de atores que querem ser vistos e que, em razão disto, colocam-se nesta posição, utilizando recursos técnicos e competências para atrair e prender a atenção do outro, a quem se dirige. Como diz Landowski (1992), o “ver” implica a presença de pelo menos dois interlocutores<sup>35</sup> (o que vê e o que é visto) e, entre eles, a imagem que um dos sujeitos (S1) – emissor, destinador – fornece ao outro (S2) –

---

<sup>35</sup> Interlocutores, actantes e atores são considerados como sinônimos neste estudo.

receptor, destinatário – que a recebe, mas permite, também, considerar a atuação de um terceiro elemento, que intervêm de modo relativamente autônomo em relação aos protagonistas de base.

A mídia, enquanto terceiro elemento, é o domínio almejado por quem quer ser visto, mas que, agindo de acordo com a sua lógica e estética, pode produzir e editar um “entre” que não corresponde ao inicialmente pretendido. Enquanto espelho do real, como diz Sodré (2002), ao se apropriar cotidianos e subordiná-los à sua lógica, a realidade editada não é puro reflexo, pois condiciona a representação daquilo que reflete.

Está implícito à efetivação da visibilidade o poder ver, uma vez que “o desempenho em que consiste a ação de ver (ou o fato de ‘fazer-se ver’ e de ser visto) pressupõe logicamente a atribuição aos actantes considerados de certa competência modal, no caso da ordem do poder ver (e\ou do poder ser visto)” (1992, p. 90). Por fim, implica também a mediação do “querer” (1992, p. 89). Ou seja, pressupõe também o papel ativo do receptor, convergindo com a reflexão sobre a disputa por credibilidade, nas Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007), que é decidida pelo cidadão\eleitor.

Em relação às posições dos emissores\destinatadores, elas oscilam entre os extremos de “querer ser visto” e “não querer ser visto”, o que implica, conseqüentemente, diferentes motivações quanto a “fazer-se ver” e às relações que deseja estabelecer com o receptor\destinatário (que pode ser múltiplo). Ou seja, um ator político, no relacionamento com o jornalismo ou campo midiático, pode adotar estratégias em busca de visibilidade ou de invisibilidade. Pode buscar o exercício do poder público em público (BOBBIO, 2001) ou ignorar este princípio democrático.

De outro lado, o destinatário varia de “querer ver” a “não querer ver”, o que também diz sobre suas motivações quanto a “fazer ver” e a natureza das relações que podem se estabelecer com o emissor. É da intersecção entre as posições modais dos sujeitos, que ora confluem, ora se entrecrocaram, que é possível discutir acerca dos limites entre o público e o privado, das tensões, que, daí são originárias, entre a exposição e a reserva, de um lado; interesse e desinteresse, de outro.

Nas relações entre Estado e sociedade, ambos podem ocupar as posições modais de emissor e de destinatário. Pode-se dizer que quando um tema de interesse público é acionado por um público (ESTEVEZ, 2011), alcançando a esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008), o Estado ocupa a posição de destinatário, uma vez que a resolução do conflito passa por sua competência decisória. De outro modo, quando o Estado ou governo se pronuncia sobre um tema de interesse público, indivíduos e grupos sociais se posicionam como

destinatários. Dessas, resultam relações pacificadas de interesse mútuo. O enlace pode se estender, alternando-se seguidas vezes as posições, assim como podem ser acrescentados outros atores, alcançando a esfera de discussão pública (GOMES, 2008).

Nestas variações relacionais, podem ser mantidos os aspectos teatrais ou espetaculares das relações sociais e da política contemporânea, na diversidade de estratégias de aproximação e dos jogos de olhar entre os múltiplos atores dessas relações e o modo como a política contemporânea se estrutura em torno das estratégias de encenação e das disputas em torno da imagem. Landowski (1992) contribui, também, ao propor que, a cada ator, poderá haver espaços de apresentação\representação específicos, como a rua para os públicos (ESTEVEZ, 2011), ou o palanque para os atores políticos, e outros que serão compartilhados, como a mídia, os sites institucionais e de redes sociais. Com isso, também, amplia-se o espectro de observação dos processos comunicacionais, que se estendem para além das mídias massivas.

Até aqui, as relações descritas são as pacificadas, aquelas em que há o acordo entre os atores, que estão mutuamente interessados. Porém, há situações em que, diferentemente, há contradições e contrariedades, derivadas de conflitos e transgressões, relacionados, por exemplo, à intrusão de um indivíduo em aspectos da vida privada de outro, que não quer expô-los, como nas práticas de *voyeurismo* ou de espionagem.

Na política de imagem (GOMES, 2004), é usual a exposição de aspectos da vida privada, seja para fortalecer a imagem de quem o faz voluntariamente, ou para enfraquecer a imagem daquele que é exposto involuntariamente. São tensionados os limites do público e do privado, substituindo-se os aspectos da vida pública. As situações em que isto ocorre inclui, de um lado, a exposição da família, a boa relação com os filhos, atitudes de coragem; de outro, vazamentos de informações, crimes cometidos no passado, traços negativos da personalidade, como a agressividade.

Há a transgressão quando o exibicionismo do emissor supera o desinteresse do receptor, que não quer vê-lo. Ainda assim, Landowski (1992) reconhece que

[...] do mesmo modo que o espião (ou o voyeur) às vezes só descobre os ‘segredos de polichinelo’ (ou as cenas) que, na verdade, querem comunicar-lhe (ou mostrar-lhe), também pode acontecer, sem dúvida, que as ‘audácias’ do provocador que se exhibe caíam no vazio diante de um público mais ‘ávido’ do que se pensava: a ‘indisciplina’ como a ‘obscenidade’ só se medem com o critério dos que elas tomam como alvo (1992, p. 98).

Nesse estágio, já não são mais as configurações já referenciadas com posições modais bem definidas, mas aquelas em que os papéis se entrecruzam “e em que as motivações se superpõem como num jogo de espelhos” (LANDOWSKI, 1992, p. 99). Abre-se, assim, em segundo grau, o modo como cada ator administra a visibilidade das suas motivações (ou as dissimula) estratégicas diante do observador; de outro lado, o observador pode condicionar as circunstâncias do observado - este que visualiza as suas reações. Há a superação da relação “escópica”, chegando-se a uma dimensão cognitiva, o que explica a gradual substituição dos termos “mostrar” *versus* “olhar”, por “ser visto” *versus* “ver”, pois há uma “mudança de nível que afeta a própria natureza da comunicação: as funções escópicas elementares não se acham mais simplesmente ‘exercidas’ pelos protagonistas [...] enquanto fazer emissor (‘ser visto’) ou receptor (‘ver’), mas ‘assumidas’ (ou recusadas) e ‘exibidas’ (ou dissimuladas) por eles” (p.100). Nesta perspectiva, as funções escópicas são assumidas enquanto objeto estratégico para “manobras cognitivas” empregadas para “fazer saber\ fazer crer”.

A partir deste percurso, é possível considerar uma transposição entre os estados de “público” e de “privado”, visto que tanto a integridade da vida privada, quanto o desenrolar da vida pública dependem de um certo nível de contratualização das relações entre os atores, e, também, cognitivas (LANDOWSKI, 1992). A transgressão desses “acordos” pode gerar situações conflitivas ou, também, dar lugar a relações estratégicas em que as posições se invertem e o observador torna-se objeto de observação.

Além disto, considera-se que o destinador pode ser sujeito composto, quando as fontes, os entrevistados, os grupos, estão no plural. Em relação à diversidade do destinatário, tendo-se em conta a abrangência da difusão midiática e que a busca pela visibilidade é a ampliação da difusão, esta parece mais óbvia. Por exemplo, em um acontecimento trágico ou escândalo político, diversos atores colocam-se em relação, almejando a visibilidade ou sendo surpreendido por ela, em operações complexas e que oscilam quanto à aliança e à divergência de interesses entre mídia, poder público e sociedade. Neste caso, entende-se a presença dos públicos, associações, organizações não governamentais e partidos políticos.

A proposta de Landowski (1992) auxilia na reflexão sobre as tensões desencadeadas pela visibilidade promovida pelas redes da comunicação pública, as quais tendem a reforçar ou a desestabilizar a imagem e a credibilidade dos atores do acontecimento. É possível que existam visibilidades conflitivas ou contraditórias, geradas pela opinião ou dados apresentados pelas fontes jornalísticas. Portanto, visibilidade indesejada, do ponto de vista do sujeito ou instituição exposta, que aciona a disputa de versões entre os que participam e

concorrem na rede de comunicação pública. Assim, exigiria respostas ou reações dos atores tensionados pela exposição motivada pelos demais atores.

Esta situação é complicada, a nosso ver, tendo-se que os jogos óticos transcendem as relações escópicas, situando-se em uma dimensão cognitiva, “do fazer crer”. No horizonte da comunicação midiática, compreende-se que a mídia, por sua lógica e interesses, constitui-se como o terceiro elemento das relações escópicas, pois é o entre os atores. A relevância ou a ampliação do impacto a quem é exposto involuntariamente, está no enquadramento dado ao fato que gera a notícia e à representação do papel do ator envolvido, ou seja, os sentidos propostos ao destinatário.

Para Landowski (1992), o jornalismo acolhe diversas perspectivas, pois com “discurso plural, o jornal, talvez, mais que qualquer outro discurso social, se presta a uma enorme diversidade de abordagens, que podem dizer respeito tanto aos conteúdos ideológicos como às estruturas narrativas ou estratégicas que aí se manifestam” (LANDOWSKI, 1992, p. 118). Permite compreender o jornalismo como uma arena permeada por interesses diversos, antagônicos ou complementares, públicos ou privados. Porém, a abordagem do real não se faz sem um conjunto de critérios mais ou menos estáveis que orientam a construção da notícia. Porém, não é este o ponto que está em discussão nesta seção.

A questão que se coloca, aqui, é a possibilidade de um quarto elemento, a partir do modelo de Landowski (1992). É a situação em que o destinador (1) tem visibilidade da mídia (2) e se refere a um indivíduo ou instituição (3), pressupondo-se a existência de um destinatário (4). Na prática, o exemplo que ilustra esta situação é: o ator político concede uma entrevista (1) a um canal de televisão (2) e faz uma acusação a alguém (3), os públicos assistem (4).

Neste caso, o ator que fala, não quer apenas a visibilidade para si, mas, também, para o ator a que ele se refere, seja para acusá-lo, seja para favorecê-lo. A estratégia de sedução, de persuasão, compete ao destinador, para agir, também, na credibilidade de outro. Em suma, grosso modo, o “querer ser visto” seria deslocado a um “querer que ele seja visto”. Ou, um passo adiante, do “fazer crer” para o “fazer crer sobre ele”. Por referências diretas ou indiretas, inclui e põe em evidência um quarto ator: “aquele de quem se fala”. Isto teria o potencial de acarretar protagonismos involuntários, que suscitem reações e respostas, dinamizando os processos comunicacionais que configuram as Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007).

Entende-se que, em se tratando de tragédias ou escândalos ligados à responsabilidade do Estado – e à morte coletiva – essas tensões podem ser mais evidentes, com o aumento da

vigilância da sociedade e do jornalismo sobre o Estado, suas instituições e representantes. É da intersecção entre as posições modais, que ora confluem, ora se entrecrocamos, que é possível discutir acerca dos limites entre o público e o privado, das tensões que daí são originárias, entre a exposição e a reserva, de um lado, interesse e desinteresse, de outro, nos processos de comunicação pública.

### 3.3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O conceito de comunicação pública vem sendo debatido, no Brasil, desde a restauração democrática, em 1988, mas ainda está em construção. Por isto, é um termo polissêmico que contempla compreensões originárias de distintos campos e intersecções, como a política, a filosofia e a sociologia, e que vão desde a referência estrita ou mais acurada à comunicação estatal/governamental, como na obra de Brandão (2007) e de Haswani (2013), a abordagens mais abrangentes, que incluem outros atores nos processos de comunicação pública - do mercado, do terceiro setor, da política, da mídia e da sociedade – no espaço público, a exemplo da perspectiva de Esteves (2011) e de Weber (2007, 2011). Se, por um lado, a imprecisão conceitual possibilita maior flexibilidade para a interpretação e seleção de pressupostos teóricos para realizar a análise de processos comunicacionais, por outro, entende-se que esse quadro dificulta a concentração do debate e a convergência dos estudos na construção do conceito.

Sobretudo, a comunicação pública envolve “o interesse público, princípios democráticos e constituição de redes de interlocução”, com função de “representar os mecanismos de poder (e seus discursos)”, e também, “fazer com que a relação entre diferentes atores sociais e institucionais funcione sobre as bases de projetos efetivamente coletivos” (MARQUES, 2015, p. 80). Esta rede configura-se, entretanto, para além de empresas privadas, organizações não governamentais e instituições públicas como definido por autores como Marques (2015) e Kunsch (2011), compreendendo os cidadãos em movimentos civis organizados, como, por exemplo, associações, sindicatos e organizações não governamentais.

Esta apreensão do que está fora das instituições e estruturas estatais previstas pode ser considerada como um reconhecimento da constituição dos indivíduos como sujeitos políticos a partir da proposição de Matos (2009) em que se reconhecem como atuantes para seu grupo de referência. Em comum, no Brasil, há o entendimento de que a volta do regime democrático trouxe a demanda de reconfiguração das relações entre Estado e sociedade, para que os cidadãos participem das decisões, direta ou indiretamente. Como explica Duarte (2011, p.

123) essas mudanças “estabeleceram um sistema de participação e pressão social que forçou a criação de mecanismos para atender às exigências de informação e tratamento justo por parte do cidadão em sua relação com o Estado e as instituições”. A relação entre Estado e sociedade na comunicação pública também é salientada por Brandão (2007), cujo objetivo está em informar para a construção da cidadania.

Nesta direção, demandam-se dispositivos e canais de comunicação estatais que viabilizem o acesso à informação e a interação entre os dois polos. Ademais, enquanto instância de mediação, de uma imprensa comprometida com o interesse público para fornecer subsídios ao debate na esfera pública (HABERMAS, 1984; GOMES, 2008), de redes e fluxos de informação e comunicação que permitam a circulação e o compartilhamento dos assuntos relativos à coletividade.

Neste cenário, o Estado, suas instituições e representantes estão em evidência constantemente, voluntária ou involuntariamente. Em oposição ao poder em segredo, há o pressuposto da publicidade das decisões e a garantia Constitucional dos direitos dos cidadãos, dentre os quais, o da livre associação e de expressão. Como está previsto na Constituição do Brasil, no artigo 1º diz que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, portanto, pressupõe o protagonismo do cidadão, diretamente ou por aqueles que foram eleitos democraticamente para o exercício desta função.

A mobilização social e o interesse público estão representados na proposta de López (2011, p. 64-65), que diz que a realização da comunicação pública está condicionada à “1) que resulte de sujeitos coletivos, ainda que estejam representados ou se expressem por meio de indivíduos; e 2) que esteja referida à construção do que é público”. A abordagem segue uma perspectiva relacional, da comunicação pública que é tematizada por temas fundados no interesse público, os quais têm o potencial de mobilizar indivíduos e coletividades também. Trata-se, pois, de valores socialmente compartilhados, num imaginário comum (LÓPEZ, 2011). Isto amplia o espectro de atores que são fiduciários de interesses socialmente compartilhados, perspectiva compartilhada por Monteiro (2007), que afirma que o deslocamento do polo emissor é a singularidade da comunicação pública, que se caracteriza pela intenção de informar e debater para a construção e exercício da cidadania.

Essas definições resgatam e põem em relação os sentidos do público debatidos no capítulo um desta tese, pelas oposições e tensionamentos entre os dois domínios. Em termos conceituais, podem ser listados como intrínsecos à comunicação pública: 1) público, com sentido de publicidade, ligado à visibilidade e ao domínio comum; 2), público, relativo ao estado, às decisões estatais; 3) público(s), com sentido de ator social e/ou grupo que se

mobiliza no espaço público, sem vinculação direta com o Estado. Considerando-se as três perspectivas, destaca-se a abrangência da comunicação pública e se tem subsídios para indicar a diversidade de atores que protagonizam os processos comunicacionais estabelecidos em torno de temas fundados no interesse público.

Em relação à visibilidade do poder e dos temas de interesse público, na esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008), mas, também, outros suportes em que os processos de comunicação pública ocorrem, os quais ampliam o espectro da esfera pública. São mídias não hegemônicas, como as alternativas ou radicais (BRAGA, 2006; DOWNING, 2011) e tecnologias de informação e comunicação digitais, que permitem a participação de instituições não midiáticas, públicas ou privadas. Sobretudo, as sociabilidades que contribuem para a manutenção da visibilidade e do debate público, constituem a memória e o próprio acontecimento, pois produzem e acionam sentidos sobre a tragédia. Todos esses suportes e sentidos propostos por meio deles, coabitam o espaço público (ESTEVEVES, 2011) com os fluxos informativos e comunicacionais do Estado, suas instituições e poderes – executivo, legislativo e judiciário – e competem no processo de formação da Opinião (TARDE, 1992).

Quão mais plurais os atores e as perspectivas disponíveis, quão mais ativas as dinâmicas sociais, mais efetivas as redes e os fluxos de informação e de comunicação, no âmbito do espaço público, maior também a expectativa em relação à formação dos públicos e à vitalidade do espaço público, cuja razão de ser é a comunicação pública (ESTEVEVES, 2011).

Em contraponto, no contexto da política de imagem (GOMES, 2004) contemporâneo, e da organização privada dos meios de comunicação massivos, os processos de comunicação pública podem ser tensionados pela sobreposição de interesses privados. Estado, governos e partidos disputam versões, na comunicação pública, com outros atores da mídia, da política, do mercado, para a conquista de credibilidade junto aos públicos pretendidos, para que esta se converta em voto, apoio para projetos políticos ou para a prevalência da opinião no debate.

Diante desses pressupostos sobre a comunicação pública, nesta tese, a compreensão sobre a comunicação pública está ancorada na perspectiva de Weber (2007, 2011), que será explanada na seção seguinte. Para a autora, “toda a construção argumentativa das democracias está sediada na defesa *do bem público, do interesse geral, do interesse público*, princípio das instituições e justificativa do Estado republicano” (WEBER, 2011, p. 104). Ela se estabelece em rede, sempre que um tema fundado no interesse público é acionado e outros atores e redes se mobilizam para expressar a sua opinião ou versão sobre o assunto.

A compreensão de Weber (2007, 2011) sobre a comunicação pública ressalta as premissas democráticas do termo, mas reconhece, no cenário político e comunicacional

contemporâneo, as disputas estabelecidas em torno dos temas de interesse público, que podem ser sobrepostas por interesses privados. Para a autora, a comunicação pública é constituída por redes, assim tipificadas:

Redes de comunicação social (sociedade civil organizada, entidades de representação, grupos organizados, organizações sociais); de comunicação política (governo, parlamento, partidos e políticos); comunicação do Judiciário (poderes vinculados ao Judiciário e a diferentes esferas jurídicas); comunicação científica e educacional (instituições de ensino, centros de pesquisa, agências de fomento); comunicação mercadológica (empresas e organizações privadas); comunicação religiosa (instituições, grupos, igrejas, seitas que fazem circular discursos esotéricos, espirituais, religiosos) e os sistemas de comunicação midiática (organizações de produção e circulação de produtos jornalísticos, publicitários e de entretenimento (WEBER, 2007, p. 19).

As redes são formadas quando uma (ou mais) das Redes de Comunicação propõe o debate sobre um tema de interesse público - como educação, saúde e segurança - e outros atores, públicos ou privados, passam a se manifestar também. Instaura-se um cenário concorrencial, em que são utilizados recursos estéticos, sedutores e racionais, na busca por visibilidade e por credibilidade.

Neste sentido, além do balizamento conceitual – que ressalta função política da comunicação pública, no âmbito do espaço público - a perspectiva de Weber (2007) é profícua enquanto referente instrumental para a análise aqui empreendida, que almeja a compreensão da configuração do debate público estabelecido a partir de um acontecimento público, cuja dinâmica constitutiva contempla múltiplos protagonismos. Os processos comunicacionais em rede são formados de pactos e disputas, visibilidades e invisibilidades, ditos e inauditos relativos aos atores que constituem as redes formadas a partir do acontecimento e temas dele derivados. Como argumenta a autora,

Defende-se que a comunicação pública não pode ser determinada, apenas, a partir de legislação ou estruturas, mas é configurada pela circulação de temas de interesse público, nos modos de debater e repercutir estes temas, sem controle direto. Trata-se da comunicação pública constituída pela abordagem e circulação de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política, vinculados a decisões só possíveis na representação política e na esfera dos poderes públicos (WEBER, 2007, p. 4).

Percebe-se, então, que o uso da palavra não é prerrogativa exclusiva do Estado, nem toda a comunicação pública está contida em seus dispositivos e meios de comunicação. Além de um direito constitucional – relacionado à publicidade do poder político, à participação civil nas decisões políticas e à liberdade de expressão dos cidadãos – a comunicação pública constitui-se da circulação de temas de interesse público, que representem uma coletividade,

seja qual for a abrangência – local, estadual, nacional. Neste horizonte, incluem-se as tragédias, interesses de grupos minoritários, catástrofes naturais e crimes ambientais. São temas limítrofes entre interesses públicos e privados, cujos domínios são frequentemente tensionados.

Os atores que participam dos processos comunicacionais disputam a visibilidade para conquistar a credibilidade, que só se efetiva (ou não) na recepção. Credibilidade está em íntima relação com visibilidade, ainda que a primeira não determine a segunda. De outro lado, os públicos interessados diretos na discussão (por isto a repercussão é garantida) e com níveis diferentes de compreensão, são tensionados a escolher a versão dos fatos que mais lhes servem, de acordo com suas vivências e interesses.

De acordo com Weber (2007), esta dinâmica se mantém continuamente, pois todo o discurso político aborda temáticas de interesse público e sempre está presente o conjunto de modalidades discursivas (informativo, persuasivo, institucional, individual e híbrida) e de mídia, visando à eleição. Concorrem, pela atenção, múltiplos temas (e versões sobre eles), pelos quais as relações comunicacionais entre o atores se estabelecem. Assim, as Redes de Comunicação Pública são tecidas por múltiplos pontos nodais simbólicos, mais ou menos tensionais, mais ou menos envolventes.

Ao observar as competências comunicacionais distintas entre os atores - variam, por exemplo, os meios de comunicação, recursos técnicos e financeiros que dispõem Estado\governo, organizações mercadológicas e grupos sociais organizados – Weber (2007) ilumina a assimetria entre os atores que participam – ou que disputam a visibilidade para participar - do debate sobre temas de interesse público, na esfera pública (GOMES, 2008; HABERMAS, 1984).

O Estado, por exemplo, detém sistemas formados pelos meios (estrutura) e profissionais preparados para dar visibilidade e conquistar credibilidade. Logicamente, esta estrutura varia conforme a abrangência (município, estado e país) e o poder público<sup>36</sup> (executivo, legislativo e judiciário). Eles objetivam informar, monitorar as versões circulantes e mobilizar para a obtenção de apoio e aprovação de projetos. Trata-se, pois do ordenamento cotidiano da comunicação estatal.

---

<sup>36</sup> Segundo Weber (2011), o Executivo possui maior capacidade de investimentos para promover projetos e ações, bem como para lapidar a imagem pública de governantes e das instituições. O Legislativo é marcado pelos discursos individualizados, os quais são ultrapassados pelas mídias públicas (TV Senado e da Câmaras). O Judiciário também possui mídias tem a sua visibilidade ligada a decisões, regulamentos e juízos, mas com menor incidência que os demais e com o compromisso e reconhecimento de verdade.

Porém, neste cenário, a visibilidade e a capacidade de argumentação estão subordinadas ao reconhecimento de cada instituição perante o público, poder de agendamento da mídia, competências técnicas (produção de canais de comunicação, posse de dispositivos de mídia, profissionais qualificados). Assim, é de se esperar que as redes de comunicação do Estado tenham ascendência sobre outras.

Daí que a observação das dinâmicas sociais mobilizadas em torno de temas de interesse público conduz o olhar à margem da cena midiática, para que se possa contemplar a diversidade de suportes de visibilidade utilizados, estrategicamente, pelos atores das redes de comunicação social principalmente. Entre eles, estão mídias alternativas radicais (DOWNING, 2004), sites, blogs, perfis e comunidades de sites de redes sociais.

Por meio deles, os atores expõem as suas razões e disputam a opinião pública com outras versões expostas, principalmente, pela comunicação midiática, cuja centralidade na esfera de visibilidade pública é inquestionável. A visibilidade produzida (ou almejada), nesta direção, é um pressuposto para a obtenção de credibilidade para a defesa de posições acerca de problemas públicos (QUÉRÉ, 2011), uma vez que, “enquanto a visibilidade é produzida, controlada e pertencente às redes, a credibilidade é determinada pelo cidadão eleitor” (WEBER, 2007, p. 31). Podem residir aí as tensões entre o público e o privado, controle e o descontrole da imagem, nos jogos óticos alternados entre os atores, que resultam do paradoxo da visibilidade, que é, ao mesmo tempo, necessária, mas fonte de fragilidade.

Esse processo causa, estrategicamente, tensionamentos junto ao trabalhador, consumidor, eleitor, espectador disponível às versões do tema de seu interesse (interesse público), cuja opinião dependerá da compreensão das partes desse processo, assim entendido: o tensionamento sustentado pela argumentação sobre os temas de interesse público cuja repercussão está na sua importância (potência, polaridade, impacto) para o cidadão-eleitor que, por sua vez, fará o reconhecimento de quem fala e do lugar institucional de quem fala (representatividade, legitimidade, autoridade, autonomia, compromisso). Essa argumentação é trabalhada em diferentes modalidades discursivas (informativa, persuasiva, institucional, individual, híbrida) e o tema será estrategicamente qualificado por competências (simbólica, tecnológica, estrutural, profissional) que permitem ao tema obter visibilidade e repercussão com o intuito de gerar credibilidade (WEBER, 2007, p. 23).

Em meio a esse processo, o eleitor/cidadão seleciona, interpreta de acordo com os seus quadros de referência e decide, seja a opção de voto, a construção da sua opinião sobre o tema debatido, “de forma passional, racional, como apoio ou contestação” (WEBER, 2007, p. 23) ou iniciar outros processos comunicacionais a partir do tema. Pode, portanto, elaborar os seus argumentos e buscar a visibilidade para inseri-los no debate, individualmente ou nos públicos (ESTEVEZ, 2011).

A extensão e a permanência de debates sobre temas específicos também são variáveis e subordinadas ao interesse dos demais sistemas e públicos, pois nem todos os assuntos dizem respeito à totalidade da população, nem mobilizam a todos os atores (públicos ou privados) com a mesma intensidade. A rede de comunicação pública é composta e mantida permanentemente pelo emaranhado de temas e de debates que ocorrem simultaneamente. Entre estes, alguns terão maior notoriedade do que outros e mobilizarão mais ou menos a opinião pública.

O apontamento das disparidades entre os atores quanto ao potencial de agendar a mídia pressupõe um fundo de continuidade, de funcionamento regular dessas relações, com certa hegemonia do Estado. Porém, as tragédias desequilibram e a visibilidade estatal já não pode ser controlada, tampouco a credibilidade. Elas provocam rupturas, geram crises institucionais, desencadeiam disputas pela imagem pública entre governantes envolvidos. Interessam à mídia e ao jornalismo e a midiaticização é inevitável, sobretudo, em um acontecimento cuja imanência está ligada à morte coletiva de jovens. Tragédias revelam os limites do arsenal burocrático estatal que regula as suas relações com a sociedade e com a economia.

Em catástrofes, as redes são acionadas pela força do acontecimento, que impõe a sua urgência. Vinculada à responsabilidade do Estado, a morte coletiva é um tema de interesse público, por isto a tragédia tensiona instituições e poderes, uma visibilidade não desejada e não produzida, que transcende a esfera midiática e provoca o descompasso entre os atores da rede de comunicação estatal.

Diante do caos, impera a necessidade de justificação estatal e o esforço do Estado passa a ser o de restaurar a ordem e fechar o horizonte de possíveis, diante do debate desencadeado e a dinâmica estabelecida com as demais redes que participam da Rede de Comunicação Pública do acontecimento. Portanto, compreende-se que a análise empreendida neste estudo não contempla o funcionamento regular das Redes de Comunicação Pública. Trata-se de um acontecimento excepcional.

O ajuste da lente a esta perspectiva permite a análise empírica da função política da comunicação pública, na esfera pública (GOMES, 2008), considerando-se a pluralidade de vozes e de sentidos acionados pelos atores, públicos ou privados, sem desconsiderar os limites da factividade frente à normatividade (ESTEVEZ, 2011). Estas resistências estão calcadas na assimetria entre os atores que se inscrevem no debate, pois a visibilidade e a capacidade de argumentação dependem do reconhecimento perante os demais atores, de competências profissionais, técnicas e discursivas, de estratégias e de meios de comunicação. Ademais, é

condicionante o contexto comunicacional midiaticizado, cuja centralidade das mídias massivas impõe resistências ao ingresso de temas e de atores à esfera de visibilidade pública, dada a organização corporativa das empresas de comunicação.

Entende-se que as Redes de Comunicação Pública instauram-se sempre que um tema de interesse público é acionado por um ou mais atores, por meio da exposição da sua versão ou opinião sobre o assunto, e desencadeia a emissão de versões e de opiniões, de outros atores sobre o mesmo tema, mesmo que a estes não se faça referência direta nem a sua opinião seja solicitada. Com caráter processual, a participação pode ser motivada pelo envolvimento com o acontecimento, com o tema específico ou pelo interesse em debatê-lo.

Dos fatos, originam-se interpretações e pontos de vista diversos, que transcendem os saberes e a causalidade que presidem ao acontecimento. São processos comunicacionais que mantêm a visibilidade e o debate público; contribuem para a permanência do acontecimento público, podem gerar novos fatos e sentidos, os quais incidem e integram o próprio acontecimento, cuja constituição é processual. Assim, a vinculação entre os atores é simbólica – pelo tema de interesse público compartilhado.

São protagonismos voluntários ou involuntários, visibilidades desejadas e indesejadas, os “ditos” e os “inauditos”, a partir do modo como eles repercutem. Instaura-se um cenário concorrencial em que estes atores, diversos, disputam versões em uma dupla visada, a da visibilidade, que pode ser almejada e planejada, ou indesejada; e da credibilidade, que é buscada, mas que se define na recepção das informações e opiniões circulantes na esfera de visibilidade pública e debatidas na esfera de discussão pública (GOMES, 2008).

Assim, por exemplo, em entrevistas concedidas a veículos de mídia ou através de comentários em páginas pessoais nos sites de redes sociais, está ilustrada a visibilidade desejada e estrategicamente buscada. Contrariamente, quando ela resulta de críticas ou de acusações de outros atores, a visibilidade, indesejada ou não planejada, pode contribuir para fragilizar a credibilidade do ator cujo nome é mencionado por outro. As tensões podem derivar, também, da discórdia, do conflito entre as versões dos atores envolvidos com o tema. Estas diferenças podem aparecer, inclusive, no âmbito da mesma rede, quando as perspectivas de atores distintos conflitam-se.

Na constituição da rede de comunicação pública, está em disputa o exercício de poder, através da exposição argumentativa, com diferentes competências discursivas, dispositivos técnico-comunicacionais e profissionais. Compreende-se, então, que as Redes de Comunicação Pública são constituídas de ponto nodais, de “encontros” simbólicos,

estabelecidos em torno de temas limítrofes entre o público e o privado, onde é disputada a hegemonia da opinião, formando um emaranhado de temas e de sentidos.

Em complemento, nos termos de Prado (2015, p. 112), poder-se-ia acrescentar que “não se comunica apenas a partir da presença de um emissor, mas a marca, uma vez produzida, engendra contextos novos em tempos ulteriores, mesmo na ausência do destinador” e a

[...] comunicação, nessa linhagem, não é o transporte de um querer dizer, um pacotinho que circula por um canal, unindo duas consciências, uma emissora e outra receptora-receptiva. A marca, uma vez posta a circular, engendra novos contextos, produzindo comunicações no plural (PRADO, 2015, p. 113).

Deste modo, para além da esfera midiática e do discurso jornalístico, é constitutivo do espaço público político (ESTEVES, 2011), o antagonismo intrínseco ao mundo social. Trata-se, portanto, de relações de poder, cujo exercício não é estrito à visibilidade, à ocupação de mais e diversas arenas, do emprego das estratégias mais eficazes, pois a credibilidade é definida pelo receptor. Ainda assim, a visibilidade é um pressuposto para a credibilidade, bem como para a constituição da opinião (TARDE, 1992), pois, com a alternância de posições, nos jogos óticos estabelecidos, a rede é constituída na dinâmica entre o fazer ver/fazer crer, de um lado, do querer ver/querer crer (LANDOWSKI, 1992). Nesta linha, trata-se de “regimes de instauração da veridicidade e não da verdade [...]. O real dos fatos não é tematizável, apenas sua simbolização, que é sempre falha, sempre parcial e disputada por diferentes agentes sociais” (PRADO, 2013, p. 503).

Porém, nem todos os temas que acedem à esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008) desencadeiam o debate público. A repercussão é variável, depende da abrangência e da urgência do assunto, do interesse dos atores e instituições, tendo em vista que outras questões de interesse público – relacionadas ou não ao acontecimento – disputam a atenção, concomitantemente, na esfera de visibilidade pública. Na cena midiática, eles concorrem com o entretenimento, com os espetáculos esportivos, com a publicidade comercial. Fora dela, indivíduos e instituições não se despem de suas atividades para cuidar da vida pública em tempo integral. Os sentidos propostos em mídias hegemônicas, digitais ou alternativas, incorporam-se ao acontecimento e podem ser, a qualquer tempo, ressignificados e inseridos em novos processos comunicacionais.

## CAPÍTULO 4

### ACONTECIMENTO PÚBLICO E MORTE COLETIVA

O objetivo deste capítulo é compreender o conceito de acontecimento público. As questões que norteiam esse percurso estão em: estamos diante de que tipo de acontecimento? É suficiente falar em acontecimento jornalístico? Ou, de modo mais abrangente, estaríamos diante de um acontecimento midiático? Quais as implicações ao Estado e qual a participação dos públicos na sua constituição? Considera-se que o acontecimento Tragédia Kiss está para além do jornalismo e da mídia, e inclui as dinâmicas sociais motivadas pela morte coletiva.

Na primeira seção, é discutida a noção de acontecimento público, que segue a compreensão de Quéré (2011), a qual fornece as premissas conceituais do primeiro termo – endossadas na seção seguinte - e acrescenta os aspectos que caracterizam a “publicidade” do acontecimento. São referências, também, Arquembourg (2011), Babo-Lança (2005), Weber (2011) e Coelho (2013). Em seguida, o conceito de acontecimento, a partir, principalmente, de Quéré (2005), que situa a conjunção entre fato e sentido para a compreensão da constituição do fenômeno acontecimental. Com isto, permite a inclusão das dinâmicas sociais desencadeadas pelo impacto do acontecimento trágico, que causa rupturas, exige passibilidade para suportá-las e integra as consequências – reações e respostas – dos atores envolvidos direta e indiretamente. Tal perspectiva se deve à compreensão de que a atividade dos públicos é um dos pilares da constituição permanente do acontecimento público. Na terceira, é abordado o interesse da mídia no acontecimento trágico e, na quarta seção, a especificidade do acontecimento jornalístico e os critérios de noticiabilidade. Por fim, a abordagem da relação do homem moderno com a morte, os cerimoniais de passagem, e a noticiabilidade da morte.

#### 4.1 ACONTECIMENTO PÚBLICO

A qualidade de “público” atribuída a alguns acontecimentos está ligada, fundamentalmente, à inserção no registro específico dos problemas públicos, os quais exigem o tratamento pela ação pública, com a participação de movimentos sociais, associações e comissões de cidadãos, conforme a definição de Quéré (2011). Segundo o autor, os problemas públicos podem estar ligados a imperativos técnicos ou administrativos, a decisões políticas e a problemas da atualidade. Esta seria a fonte mais importante. Não são apenas acontecimentos

que estão na origem de problemas públicos, mas de acontecimentos que levados ao exame público, revelam campos problemáticos, onde são encontrados os sentidos para o acontecimento, cujos agentes e tipos de razão à ação estão relacionados a alternativas mais ou menos definidas.

Com potencial de visibilidade e de revelação, um acontecimento singular pode iluminar um campo problemático, não apenas por evidenciar lacunas e falhas, mas por proporcionar a reflexão sobre elas e a possibilidade de correção através da ação pública. Ainda, há situações em que o campo problemático não está bem definido, neste caso, depende da recepção pública do caso. Para Quéré (2011, p. 29),

[...] a passagem do acontecimento ao problema público implica, para além de um crescendo em generalidade, um apagamento da singularidade do acontecimento, uma mudança radical de contexto e a substituição de um problema, que é uma entidade discursiva formulada numa linguagem determinada, numa ocorrência mundana.

Do problema à ocorrência mundana está a formação do acontecimento em sua pluralidade, como público. O processo da experiência pública não se dá em fases sucessivas e desconexas, mas da relação entre as fases, das conexões entre os sentidos acionados para que sejam gerados novos quadros interpretativos e supridas as lacunas cognitivas provocadas pelo acontecimento. Ademais, esta dinâmica está estruturada em torno de temas fundados no interesse público, relativos aos princípios e às instituições do Estado Democrático de Direito (QUÈRÈ, 2011).

Na mesma direção, Babo-Lança (2007) diz que os problemas públicos são aqueles que em alguns de seus aspectos contrariam o interesse público, cuja solução depende da ação do Estado. São temas e situações que mobilizam movimentos sociais ou manifestações de indivíduos que, coletivamente, reagem, protestam, almejam o debate e providências do Estado. De acordo com Pedemonte (2010), nestes casos, para evitar a mobilização social e os conflitos desencadeados por calamidades, vinculados a problemas públicos, há um esforço dos responsáveis pelo quadro problemático em caracterizá-lo como catastrófico, inevitável ou imprevisível.

A visibilidade é um aspecto primordial do acontecimento público, que segundo a compreensão de Coelho (2013, p. 76),

[...] o é por ter uma grande visibilidade, ensejar problemas e temas fundados no interesse público, exigir ação pública. Ele demanda/provoca processos de comunicação pública, em que há a mobilização de arenas e a expectativa de regramento por princípios éticos e normativos. Em um acontecimento público, mídia, Estado e sociedade estão implicados.

Nisto, segundo a autora, o jornalismo tem um papel central, pela expectativa de que haja a correspondência da atividade com o interesse público, pela vigilância e cobrança ao Estado, trazendo elementos de interesse público ao debate. “As notícias contam, as arenas reagem, os atores alternam suas posições óticas, configurando a experiência pública” (COELHO, 2013, p. 76). Pode ser objeto de outras práticas da mídia, mas sua constituição pública exige a abordagem do jornalismo.

A qualidade de público não se restringe à visibilidade, portanto, ainda que esta seja uma premissa fundamental, vinculada, principalmente, ao jornalismo. Aciona outros sentidos do público, relevantes à sua compreensão, dada a sua especificidade e complexidade. Um deles está relacionado às implicações do acontecimento ao Estado, portanto, ao poder público, constituindo-se um problema público. Outro, à mobilização social, pois “a recepção dos acontecimentos no âmbito social, as operações e práticas de discussão e debates que engendra e seus desdobramentos em ações e reações na esfera pública, são parte intrínseca do fenômeno acontecimental” (JOHNSON, 2010, p.2), enquanto fenômeno social amplo e complexo, que transcende a análise da mídia.

Os atores coletivos ou movimentos sociais definem os aspectos problemáticos, segundo referenciais éticos e políticos, e quadros jurídicos e institucionais. Combinada com estratégias de sedução e de persuasão, a argumentação visa sensibilizar e mobilizar a formação dos públicos e a ação destes nas arenas públicas, que são o lugar do debate e da deliberação. A partir da ocupação da agenda midiática, das arenas públicas e políticas, a visibilidade do caso provoca o desequilíbrio nas relações institucionais no poder público, e destes com os diversos públicos mobilizados.

De acordo com Babo-Lança (2007, p. 56), ao relatar o caso, a perspectiva do jornalista não é

[...] nem arbitrária nem pura construção jornalística, detém procedimentos de narração (actantes, lugares, papéis, uma intriga...), procedimentos retóricos (transformar o acontecimento em notícia, apoiando-se na retórica do anúncio, na dramatização, etc.), constrangimentos semânticos (exigência de fazer sentido...) e constrangimentos de produção (o agendamento, a paginação, as fotos...).

Em complemento, assinala que temas chocantes interessam à mídia, pois retêm a atenção pública, impondo-se por seu valor simbólico e moral. A midiatização do acontecimento leva à emergência de novas cenas e modalidades de ação coletiva dramaturgica, em que a visibilidade é um pressuposto, na aliança entre os veículos de mídia e os públicos. Inscrito sob o prisma do interesse público, “o interesse geral” pode ser alcançado

“por uma subida de generalidade” (BABO LANÇA, 2007, p. 56). Porém, destaca Johnson (2010), há diferentes graus de complexidade e de afetação dos acontecimentos públicos.

Singular, provoca rupturas e, por isto, é incompreensível à partida, bem como são imprevisíveis as suas consequências. Ante a desordem ocasionada pela irrupção e, embora as pessoas saibam que algo está acontecendo, elas não sabem o quê e quais consequências, o que exige a criação de novos quadros de inteligibilidade. “É o que faz o acontecimento um fenômeno singular, ambíguo e complexo” (JOHNSON, 2010, p. 9).

Para Weber (2011b, p. 194), o acontecimento público é capaz de

[...] despertar paixões individuais ou coletivas e propicia a convergência da política e da mídia que ocorre a partir da identificação da sua estrutura vital, da sua natureza que contém qualidade, autonomia, passionalidade, identificação com ideais coletivos e vinculação com rituais de origem.

Neste sentido, vinculado ao poder político, a visibilidade midiática do acontecimento permite superar os limites do território para que a mobilização social vá além do local de origem, ou seja, como sinaliza Arquembourg (2011), uma coisa é pública quando relacionada a indivíduos ou coletividades que não são diretamente afetados por ela. A mobilização social e a formação dos públicos (ESTEVES, 2011) passam, portanto, pela ampliação de generalidade e a conciliação se dá, no plano valorativo, fundada no interesse público.

Assim, pode-se entender que a qualidade de público não está exclusivamente no acontecimento inicial, constituindo-se, também da dinâmica tensionada pelas reações que provoca. “Desde o momento em que as narrativas entram em ressonância com valores ou crenças comuns e que manifestações públicas de reações coletivas sucedem, o acontecimento inicial percebido e vivido transforma-se em acontecimento público” (ARQUEMBOURG, 2011, p. 56). Diante desses aspectos, reúnem-se as três premissas da publicidade de um acontecimento, como referenciado por Coelho (2013): visível e disponível ao máximo de interessados para permitir a mobilização e o debate; vinculado ao interesse público e que pode ser solucionado pela ação do Estado; que mobiliza os públicos, enquanto atores sociais. Elas balizam o olhar sobre o acontecimento Tragédia Kiss.

#### 4.2 ACONTECIMENTO: FATO E SENTIDO

Como referenciam França e Almeida (2008), apesar da relevância no campo da comunicação e na teoria do jornalismo, o conceito de acontecimento não alcança o consenso. Convivem e contradizem-se, diferentes concepções do termo. Devido a sua força e autonomia,

o acontecimento interpela a mídia e é inegável a centralidade que esta passa a ocupar, enquanto esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008). Na Tragédia Kiss, alguns pressupostos são levantados. Em primeiro, dos fatos midiaticizados, constitui-se o inventário das informações relativas ao passado da boate, da noite do incêndio e do pós-tragédia, até hoje, mais de três anos passados. O acontecimento é organizado, bem como a sua memória. Com a veiculação de opiniões de especialistas, das versões dos supostos responsáveis, de atores da política e do Estado, dos enquadramentos e o relevo dado a alguns aspectos, das demandas e das mobilizações sociais, novos sentidos são acionados, tensões, pactos e disputas são desencadeados, os atores alternam as suas posições óticas. Portanto, a visibilidade midiática e a legitimidade social do campo jornalístico estão, também, na sua constituição. Como diz Nora (1974, p. 245), “o facto de que tenham tido lugar não os torna históricos. Para que haja acontecimento, é preciso que ele seja conhecido”.

Com as mobilizações sociais são adicionados à sua configuração outros suportes de visibilidade, alternativos aos midiáticos massivos, como as tecnologias digitais em rede, com os perfis e comunidades criados em sites de redes sociais, e outras mídias externas ou alternativas, como *outdoors*, cartazes, pinturas em ruas e edificações a cruz como símbolo da morte disposta em canteiros de avenidas centrais de Santa Maria, entre outros. Ademais, o acontecimento permanece à margem da mídia, em protestos por justiça, homenagens às vítimas, nos julgamentos dos réus, no dia-a-dia de quem perdeu um filho ou de quem carrega as cicatrizes e luta para superar as sequelas daquele sinistro.

Nesta direção, portanto, em meio a perspectivas distintas, e controversas, sobre a noção de acontecimento, busca-se a definição que mais se ajusta à complexidade do caso Tragédia Kiss, que tem o seu eixo vital constituído em torno da morte coletiva e que é compreendido enquanto acontecimento público, pois amplamente midiaticizado, ligado às decisões e à responsabilidade do Estado e com poder de mobilização social.

Entende-se que o acontecimento transcende a análise da esfera midiática, seguindo a opção pela dialética da experiência, fato e sentido, “que implica, simultaneamente, um processo diferenciado de exploração e uma articulação estreita entre o suportar e o agir” (QUÉRÉ, 2005, p. 60). Nesta perspectiva a explicação das causas - o passado condicionante -, acompanhada do que se passa a alguém (indivíduo ou coletivo) – o impacto, a perda, a dor -, o suportar e as consequências que daí advém, as quais exigem reações ou respostas.

O acontecimento “só pode ser compreendido a partir do seu futuro e da sua posteridade. Recolhe a sua individualidade do futuro e do destino que abre” (QUÉRÉ, 2005, p. 70) e, na mesma direção, Babo-Lança (2005, p. 88) diz que, “em lugar das razões,

motivações ou intenções dos agentes, ou das circunstâncias e causas dos acontecimentos, são as suas consequências, sejam resultados pretendidos ou resultados não previstos e involuntários que em grande parte os caracterizam e explicam”.

Diante disto, para além do fato, as consequências que dele advêm, previstas ou imprevistas. Uma delas está na passibilidade (QUÉRÉ, 2005) de quem é atingido pelo acontecimento, que é a capacidade de assumir os riscos e de enfrentar a travessia. Isto não desfaz o que já ocorreu e da forma como ocorreu, mas consiste na capacidade de o indivíduo integrar o acontecimento a sua história, modificando-se e modificando o próprio acontecimento.

Deste ponto de vista, o acontecimento representa sempre o início e tem poder hermenêutico. Ou seja, “os fatos imprevistos podem interferir com grande alcance no movimento histórico, dando ensejo à percepção de uma mudança no estado corrente do mundo” (SODRÉ, 2009, p. 72), pois rompem com a normalidade cotidiana, pressupondo-se um fundo de continuidade esperado. O imprevisível está em oposição ao previsível e à redundância e sinaliza o aspecto da ruptura provocada pelo acontecimento, no âmbito público ou privado, que os estudiosos apontam. Ainda, nesta distinção há, no horizonte do acontecimento, eventos previstos e que não podem deixar de ser notícia.

Ao invés de o contexto esclarecê-lo, ele esclarece o seu contexto, além de originar sentidos novos à interpretação do passado e ao futuro. Como diz Sodré (2009, p. 67), ao referenciar o poder hermenêutico destacado por Quéré (2005), o fenômeno evidenciado pelo acontecimento pode ter um alcance interpretativo maior do que as suas possíveis motivações racionais.

Para além do fato e da sua justificação racional, há o lado *sensível* da situação. O que indica, nesta direção, que os fatos mobilizam embates que não se dão apenas no plano racional ou discursivo, mas da conjunção entre emoção e ação, entre o suportar e o agir, termos estes propostos por Quéré (2005). Pois “no caso do acontecimento, o que se sugere aqui é que ele deve ser compreendido (hoje mais do que nunca, na era das imagens e dos dígitos), para além do registro simbólico, no registro *afetivo do mundo*” (SODRÉ, 2009, p. 68).

Portanto, Quéré (2005) assume perspectiva crítica ao situar o poder transformador do acontecimento. Ele diz que,

[...] de uma certa maneira, toda a situação tem uma estrutura de intriga: qualquer coisa se enlaça, num dado momento, devido a um acontecimento ou a uma iniciativa humana, para, em seguida, se encaminhar progressivamente para um desenlace

resultante de contingências, peripécias, mudanças de situação, alterações do acaso (QUÉRÉ, 2005, p.71).

As intrigas geralmente representam situações problemáticas, tensionais. Os problemas que constituem o cerne da intriga são mais ou menos complexos, envolvem mais ou menos atores, estão imbricados com outros problemas. Noção que se aplica, quer à vida do indivíduo, quer à convivência social de uma coletividade. Inscritos em campos problemáticos, os acontecimentos permitem descobrir as lacunas e construir soluções.

#### 4.3 ACONTECIMENTO MUDIÁTICO

Quando ocorre um acontecimento emerge, o primeiro esforço da mídia está em “informar sobre aquilo que passou e sobre as consequências imediatas para as pessoas mais particularmente afetadas” (SCANNEL, 2009, p. 37). Aí está, para Charaudeau (2011, p. 71), o primeiro paradoxo<sup>37</sup> da nossa relação com o mundo “é quando o vemos na sua instantaneidade que mais nos escapa o seu significado”. Como diz Dayan (2011), entram em ação as performances de jornalistas e dos públicos, que buscam identificar o acontecimento, reconhecê-lo e inseri-lo em um “mapa cognitivo”. Devido à convulsão de imagens vindas de fontes que testemunharam o caso, os jornalistas ficam em situação de recepção siderada, a exemplo dos espectadores. As performances se assemelham neste aspecto, mas diferem em relação à visibilidade. A do jornalista é explícita, enquanto a do espectador, não. Aos poucos, é midiaticizado e passa a ter inserções ao vivo.

A tragédia viaja o mundo e, instantaneamente, passa a ser possível “vivenciá-la”, com, pelo menos duas formas de distanciamento. Segundo Silverstone (2009, p. 167), a primeira distância é a “a que separa o acontecimento da sua representação, a realidade da sua imagem”. E o segundo distanciamento “separa a imagem das realidades da vida quotidiana, nas quais essas imagens se refletem e são absorvidas (ou não) noutra fluxo, a continuidade rigorosa da rotina quotidiana” (SILVERSTONE, 2009, p. 167), que já não é mais o que era.

Com a imagem da televisão, principalmente, que nos toma sempre de surpresa, e choca a todos em cheio (NORA, 1974) é possível a sensação de participar. É uma participação sem participação, mistura entre intimidade e distância, enquanto meio para vivenciar a

---

<sup>37</sup> Segundo Charaudeau (2011), há um segundo paradoxo relativo à percepção de uma mudança no mundo pela televisão, pois quando “creio que a televisão me mostra os acontecimentos do mundo, é ainda de mim que se trata” (p. 72). Juntam-se aí, a ininteligibilidade do acontecimento, manifesto materialmente e percebido na sua instantaneidade, e a ininteligibilidade do meio transmissão que, enquanto *medium*, leva o telespectador para o outro lado do espelho, refletindo-lhe. Neste caso, o paradoxo se refere ao fato de o espectador, enquanto parte do mundo material e simbólico refletido pela tela e percebido por ele.

história contemporânea. Hoje, complementada principalmente pelas tecnologias de comunicação digital, a convergência midiática e a sociabilidade mediada por esses dispositivos, a participação é reconduzida à outra dimensão, para além da perspectiva contemplativa.

A força do acontecimento, sobretudo as catástrofes, é capaz de alterar a sequência da programação midiática. Como diz Silverstone (2009, p. 164), “só as catástrofes podem interromper o fluxo e a ordem da representação mediática. Só as interrupções desta ordem e deste fluxo podem ser consideradas catástrofes”. Por todos os sentidos que aciona e atores que mobiliza, elas podem ser relacionadas à definição de Nora (1974, p. 246) como

[...] aqueles (acontecimentos) em que os factos se furtam e apelam para a crítica da informação, a confrontação das testemunhas, a dissipação do segredo mantido pelos desmentidos oficiais, o pôr em causa de princípios que fazem apelo à inteligência e à reflexão, apelo obrigado a um acontecimento prévio que só a imprensa escrita pode fornecer e recordar.

Com isso, o acontecimento não está integralmente contido na imprensa escrita, mas destaca a relevância desta em alguns episódios particulares, assim como o rádio, com a palavra falada, e a televisão, com a imagem.

Charaudeau (2013) aborda a construção do acontecimento midiático a partir da relação dialética entre dois processos: transformação e transação. Em primeiro, a transformação constitui-se da passagem do mundo a descrever, “o mundo-objeto”, ao mundo midiático construído, a notícia ou objeto-sentido. Em segundo, ao processo de transação “consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira” (CHARAUDEAU, 2013, p. 114). Extraído em seu “estado bruto”, ele é organizado e “mediatizado”, tornando-se elemento de sentido para o enunciador e para o sujeito postulado, o enunciatário.

Como diz Nora (1974, p. 247), “os *mass media* transformam em actos aquilo que poderia ser apenas palavra no ar”, e, considera-se complementar que a mídia é capaz de constituir uma realidade própria, mas “isto não quer dizer que todo e qualquer acontecimento seja um mero artefato midiático, independente da dinâmica social, e sim que a mídia também produz efeitos de real” (SODRÉ, 2009, p. 25).

Neste processo, a produção do significado depende de uma dupla leitura, uma dupla construção: daquele que publiciza a versão que dele faz, a mídia e o jornalismo, sobretudo; e daquele que o interpreta.

Mortos são mortos, [...] mas sua significação evenemencial, o fato de que esses mortos sejam designados como parte de um ‘genocídio’, de uma ‘purificação étnica’, de uma ‘solução final’, de que sejam declarados ‘vítimas do destino’ (catástrofe natural) ou da ‘maldade humana’ (crime), depende do olhar que o sujeito humano lança sobre esse fato, ou seja, as redes que ele estabelece, através de sua própria experiência, entre diversos sistemas de pensamento e de crenças (CHARAUDEAU, 2013, p. 99).

Nesta perspectiva, o autor considera a causalidade do acontecimento como fenômeno que se impõe ao sujeito que narra, que o interpreta e o constitui em discurso, orientado ao outro, a quem postula. Porém, destaca que o acontecimento é sempre uma construção, ligada ao universo do discurso, e que a sua interpretação varia conforme o olhar de quem o recebe.

A seleção e a construção dos acontecimentos ocorrem segundo o seu potencial de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade. O primeiro relacionado à imediaticidade, à urgência e à proximidade espacial; o segundo, vinculado à expectativa da audiência (plural), responde à condição de pregnância do receptor; e, o terceiro, corresponde à surpresa, ao inesperado, que perturba o sistema de expectativas do consumidor da informação (CHARAUDEAU, 2013).

Interessa ao autor, o processo evenemencial do acontecimento, que se estrutura em três pilares: uma modificação no mundo fenomenal (desequilíbrio); a percepção dessa mudança pelos sujeitos por ela implicados (efeito de saliência) e que essa percepção “se inscreva numa rede coerente de significações sociais por um efeito de pregnância” (CHARAUDEAU, 2013, p. 100). Contempla, respectivamente: uma modificação nos seres implicados pelo acontecimento, a passagem de um estado A para um estado B, provocando a instabilidade em relação aos sistemas que fundam a ordem/convicção; a percepção de um sujeito capaz de identificar o que provoca o “efeito de saliência” no estado regular do mundo; e, por último, que a significação da mudança seja notável “para o sujeito como ser social”, que a interpreta e a problematiza a partir de um conjunto de causalidades que justificam a sua ocorrência.

A isto implica um “ato de intervenção deste sujeito que atenda a um novo desejo de reorganização do mundo, através de uma recategorização semântica” (CHARAUDEAU, 2013, p. 100), que gera novas saliências: modificação, correção, preenchimento de lacunas dos sistemas de inteligibilidades já existentes, acréscimo de novos.

Para Arquembourg (2011, p. 113), além dos efeitos de sentido do discurso midiático, ressalta que é necessário unir as abordagens que “fazem dos acontecimentos, por um lado, objectos da realidade e, por outro, produtos de fabrico mediático”. Ela diz que, no sentido existencial, os acontecimentos “não aderem de forma perfeita aos contornos nem à temporalidade dos acontecimentos mediáticos. Sobretudo, excedem o tempo da presença dos

públicos e, mais do que se darem a ver, escondem-se no coração das imagens, mas a sua presença está nelas inscrita” (ARQUEMBOURG, 2011, p. 118). Ou seja, nem consumados no real, nem somente produto de uma construção exclusiva do campo midiático. Às rupturas que ocasiona, é correlato um índice de indeterminação, que é atenuado aos poucos, com um trabalho de determinação que mobiliza diversos atores, sobretudo na mídia e no jornalismo.

Desse trabalho investigativo, novos elementos são incorporados, desencadeando novos sentidos, ações e reações, que ampliam o horizonte de possíveis. O esforço passa a ser, neste cenário, apoderar-se e fechá-lo o mais depressa possível e, “neste jogo, alguns actores são mais fortes ou mais autorizados do que outros” (ARQUEMBOURG, 2011, p. 114). E as autoridades Estatais, quando se trata de problemas públicos, assumem este protagonismo, mas é uma tarefa que nunca se completa. Em sentido oposto ao trabalho de encerramento do sentido de atores autorizados, está o aparecimento dos imprevisíveis inerentes a qualquer acontecimento, que podem restaurar a desordem e a instabilidade aparentemente controladas, ou, inaugurar outras fontes de instabilidade. Daí, a permanência de acontecimentos complexos como o atentado terrorista, de 11 de setembro, nos Estados Unidos.

#### 4.4 A CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DO ACONTECIMENTO

Neste subcapítulo, acerca do jornalismo e acontecimento jornalístico, abordam-se os critérios que definem a noticiabilidade ou não, as fontes da notícia e a atuação estratégica em busca da geração de notícias. Entende-se que, enquanto prática com legitimidade social, os noticiários são alvo de disputas entre os atores que participam da rede comunicação pública, ao mesmo tempo em que detém autonomia para investigar, informar e expressar opiniões sobre os fatos. Por isso, torna-se necessário conhecer as rotinas de produção e as condições de acesso à visibilidade jornalística, tendo-se os procedimentos mais ou menos estandardizados da produção cotidiana.

Conforme Franciscato (2005), a seleção dos fatos cotidianos passa pelos “critérios de noticiabilidade”. Eles designam “um conjunto de referências estáveis na rotina jornalística de trabalho que, analisadas em sua regularidade, revelariam a noticiabilidade de um evento” (FRANCISCATO, 2005, p. 171). A partir deles, a compreensão do objeto notícia se tornou mais precisa. Ainda assim, pondera o autor, a notícia corresponde a expectativas “e influências de ordem cultural, expressiva e emotiva por parte do público ao qual se destina” (idem, p. 172), o que torna a tarefa mais complexa do que a relação de critérios estandardizados e incide sobre a credibilidade da instituição jornalística.

Traquina (2002, p. 194) diz que “os critérios substantivos dos valores-notícia [...], implicam um pressuposto sobre a natureza consensual da sociedade”, que os próprios valores-notícia contribuem para forjar. Logo, remete à ideia de nação, de unidade, e ganha sentido político ao subjugar as diferenças estruturais entre grupos sociais distintos e “sem este conhecimento consensual de fundo, nem os jornalistas nem os leitores poderiam reconhecer o primeiro plano das notícias” (idem, *ibidem*). A partir dele, tem-se a noção do que é crime, do que é conflitivo, do que é transgressivo.

São elementos estruturais de fundo que permitem definir o que é legítimo e ilegítimo, a norma e o desvio. Neste sentido, “dentro desta esfera, os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar pontos de vista opostos e, na verdade, sentem frequentemente como sua responsabilidade agir como advogados ou protectores cerimoniais de valores de consenso” (TRAQUINA, 2002, p. 195).

Ligados aos valores-notícia estão os aspectos contextuais da construção da notícia, e que não dizem respeito, portanto, às características do acontecimento. O primeiro deles é a disponibilidade, isto é, a facilidade de realizar a cobertura do acontecimento quanto à logística de pessoal e equipamentos, bem como à capacidade de investimento da empresa jornalística. O segundo aspecto é o equilíbrio, que está em avaliar se já há algo novo a dizer sobre um assunto já coberto pela empresa jornalística. O terceiro valor-notícia relativo ao contexto é a visualidade, que é a existência e a qualidade de imagens do acontecimento. O quarto é a concorrência de outras empresas jornalísticas, o que leva à busca pela exclusividade, de mostrar o que o outro ou os outros veículos não têm, o que dá maior valor-notícia ao assunto. Por outro lado, é necessário ter também o que os outros têm, para não permitir a exclusividade do concorrente. Por fim, o critério do dia noticioso.

Os acontecimentos do dia competem pela notícia, o que leva aos critérios de seleção. Estes são os valores-notícia utilizados para selecionar, entre os acontecimentos do dia, aqueles que serão noticiados e os que serão esquecidos. Em alguns dias ou épocas, há mais a dizer do que em outros. Entre os critérios de seleção, a morte está entre os que alcançam o consenso da comunidade jornalística, pois, como sintetiza Traquina (2002, p.187), “onde há morte, há jornalistas”.

Os valores-notícia são construções culturais compartilhadas entre os profissionais. Porém, há aspectos relativos à política editorial da empresa que são decisivos para a seleção dos acontecimentos e alocação da notícia no jornal, como, por exemplo, a criação de caderno específico sobre o assunto. Eles não são imutáveis e estão sujeitos às condições sócio-históricas em que se insere a organização jornalística e são sensíveis à política editorial da

organização. E não há regras que indiquem quais devem se sobrepor às demais. Tais critérios tendem a delimitar os contornos do acontecimento em questão.

As definições do que é notícia estão inseridas historicamente, e a definição de noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional (TRAQUINA, 2002, p. 203).

Rodrigues (1993) diz que, do ponto de vista jornalístico, previsibilidade de acontecer e probabilidade de se tornar notícia, são grandezas inversamente proporcionais. Nas palavras do autor, “o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo” (RODRIGUES, 1993, p. 29), enquanto que o previsível está relacionado ao racional, à sucessão monótona das causas, regido por regularidades e por leis. Nesta perspectiva, a probabilidade de ocorrência é o elemento que distingue o acontecimento jornalístico da infinidade de acontecimentos possíveis.

Ele é, portanto, digno de ser notado, segundo registros de notabilidade, entre os quais estão, segundo Rodrigues (1993), a falha, o excesso e a inversão. A primeira, relacionado aos equívocos ou à insuficiência no funcionamento normal e regular dos sujeitos envolvidos, como, por exemplo, quando os sistemas de segurança não impedem a irrupção de uma tragédia. Em segundo, caracterizado pelas marcas excessivas derivadas do funcionamento ou da insuficiência dos corpos envolvidos. Assim, relacionado ao primeiro, o número elevado de mortes derivado da insuficiência dos sistemas de segurança, permite ilustrar este registro. Em terceiro, o registro da inversão corresponde aos acontecimentos subversivos, em que os acontecimentos contrariam as expectativas, como, por exemplo, a morte, de jovens, em uma noite de festa.

Segundo Sodré (2009, p. 59), o fato bruto e o acontecimento jornalístico se distinguem, sobretudo, porque este é configurado depois daquele, “quando se produz o trabalho logotécnico de determinação das circunstâncias – apuração dos detalhes, realização de entrevistas, portanto, mobilização de parcelas do público, que são também ‘atores’ do acontecimento”. Para se tornarem notícia, as informações são submetidas ao crivo da produção jornalística, com protocolos destinados a lhe conferir um efeito de verdade junto aos espectadores, em acontecimentos não testemunhados. Devido à confiança atribuída aos relatos em primeira pessoa, há o esforço das equipes de televisão de se deslocar até o local e, de lá, relatar o que se passa (SCANNEL, 2009).

Benetti (2012) pontua a especificidade do acontecimento jornalístico, que, para a autora, não se confunde com o acontecimento midiático, que é mais amplo, pois contempla modalidades que incluem a ficção; enquanto que a produção da notícia deve estar ancorada na realidade. Na mesma direção, Sodré (2009) reconhece a especificidade da notícia, que é constituída, para além dos profissionais midiáticos, de atores extramidiáticos, como fontes oficiais e atores especializados em áreas específicas, “que bem podem ser vistos como personagens de um enredo em busca de verossimilhança” (SODRÉ, 2009, p.41).

Entretanto, ele reconhece a presença de elementos ficcionais no discurso jornalístico. Não se trata, pois, de “manipulações deliberadas, nem de mentiras, mas de interpretações que podem muitas vezes lançar mão de recursos típicos da ficção literária, com vistas à criação de uma atmosfera semântica mais compreensiva” (SODRÉ, 2009, p. 15). Mesmo com o pressuposto histórico da neutralidade, a notícia não prescinde do apelo emocional contido nos estereótipos “que derivam das ficcionalizações ou dos resíduos míticos” (SODRÉ, 2009, p. 16). Segundo ele, a parte excessiva do acontecimento o leva por meio da narrativa “para algumas das águas turvas de onde surge a ficção” (idem, *ibidem*).

As fontes prestam um serviço ao público e ao jornalismo, ao oferecerem a notícia. Em entrevista coletiva ou em almoço com os setoristas de um veículo de imprensa, “os meios pegam essa notícia e se encarregam de lhe dar forma adequada e difundi-la” (GOMIS, 2004, p. 104). O aspecto testemunhal tem incidência sobre o valor de verdade das informações, pois só quem presenciou pode relatar o que se passara de fato. Além disto, tem incidência moral e comunicativa, pois a quem testemunhou é conferido o direito de avaliar, de opinar e de julgar o que se passara.

Pedemonte (2010) observa a influência de atores extramidiáticos sobre o jornalismo, estabelecendo-se relações de poder, em torno do “controle” do acontecimento jornalístico. São os *casos cuja* representação nos *media* traz à tona um conflito estrutural latente, que até então era encoberto por um discurso público dominante que sustenta a existência de um conflito conjuntural. Este tensiona o sistema político, mas a sua resolução é mais simples, em curto prazo, por meio de decisões políticas ou pela extinção natural das suas causas. Já o conflito estrutural se inscreve na estrutura social como um elemento constitutivo, só corrigido com a modificação do sistema, pelo enfrentamento entre grupos sociais e políticos. Portanto, vinculado a crises institucionais e políticas, com resolução em longo prazo. Quando se trata de um assunto controverso, a prática profissional manda que se “ouça todos os lados”, isto é, que se compile o maior número possível de versões (SODRÉ, 2009).

É determinante, nesse processo, a permanência jornalística do acontecimento – pela acumulação de experiências semelhantes, opiniões de especialistas e as conversas geradas a partir do tema – que remete a outra agenda, mais abstrata e permanente - levam à passagem de protagonistas individualizados a institucionais, de causas facilmente detectáveis ou explícitas à dificuldade de defini-las e, acima de tudo, da curta duração ao longo prazo (PEDEMONTTE, 2010).

É a abertura do horizonte de possíveis, o caráter incontrolável do acontecimento. Quão mais visível e em movimento, maior o seu poder de revelação e as consequências que podem resultar. A centralidade do jornalismo nesse processo está na sua credibilidade, que

[...] sustenta, portanto, o conhecimento jornalístico, não com a garantia da verdade lógica, e sim com a caução da veracidade, entendida como verossimilhança ou como um apego, uma inclinação, para a verdade consensualmente estabelecida em torno do fato – uma verdade “prática”, portanto, referente à ação humana no espaço social (SODRÉ, 2009, p. 48).

Considera-se que acontecimento jornalístico é um fato marcado, “portanto, mais determinado para o sistema da informação pública do que outros existentes” (SODRÉ, 2009, p. 75), o que significa que têm poder de noticiabilidade, ancorado em valores-notícia, estes que o são “na medida em que há algum consenso sobre eles como critérios de localização e descrição de fatos, marcados em função das exigências gestonárias da cidade” (idem, p. 76). Os fatos não marcados têm menor potencial de se tornarem notícia.

Nem tudo no mundo jornalístico é ruptura, mas a referência a uma normalidade é um referente fundamental. O inesperado é o momento mágico para os jornalistas e “estar no centro do vulcão da cobertura jornalística de um acontecimento inesperado corresponde a um momento histórico da carreira que os jornalistas podem contar aos netos” (TRAQUINA, 2002, p. 205). Para o autor, os acontecimentos excepcionais são tipificados como mega-acontecimentos, que alcançam um consenso quanto à noticiabilidade. Eles alteram a rotina de produção, mudam as características editoriais, mobilizam as equipes, geram boletins com notícias atualizadas constantemente.

#### 4.5 A MORTE PÚBLICA COMO ACONTECIMENTO

Neste subcapítulo parte-se da compreensão da morte, enquanto que, hoje, devido à rejeição da finitude da vida, torna-se algo inominável. Com intuito de analisar o impacto da Tragédia Kiss e a desprivatização do luto, frente aos critérios de noticiabilidade que cercam o acontecimento com morte.

#### 4.5.1 Da morte em público ao inominável

Constitui-se em força imanente do acontecimento Tragédia Kiss. A partir da morte coletiva, atores são interpelados, as responsabilidades são investigadas e julgadas, pessoas sofrem e necessitam passibilidade para superar a dor da perda, os públicos se mobilizam, o debate público é instaurado, instituições públicas são tensionadas, assim como as relações políticas. Nem Estado, nem mídia e nem sociedade estavam preparados para as 242 mortes do acontecimento Tragédia Kiss.

Um dos ditados mais conhecidos da psicanálise é: “no inconsciente não há representação da morte”. Ou seja, “na Outra Cena, lá onde habita o desejo, o sujeito se crê imortal” (MANNONI, 1995, p. 8). No fundo, diz Freud (1915), ninguém acredita na sua morte. A partir desta descoberta, a imortalidade passa a outra dimensão, pois a psicanálise “passa a sustentar que a condição de mortal leva o sujeito a buscar no desejo sua imortalidade” (MANNONI, 1995, p. 8). Como referencia Laplanche (1985), a morte seria sempre a do outro, sem haver um pressentimento da própria morte.

Na psicanálise, sexualidade e morte são as pulsões vitais que habitam o homem, entre a necessidade de morrer e o desejo de viver, dialética que conduz ao caminho da imortalidade, pois “o vivo não se adapta à morte, esta o apanha sempre de surpresa” (MANONNI, 1995, p. 54) e, mesmo lá, onde a morte atua, nos casos de doenças terminais, o desejo de viver sempre intervém.

Mesmo com a negação da realidade da morte, ela continua a acontecer, dia-a-dia; e, quando nos deparamos com ela, somos abalados profundamente, de acordo com a proximidade com aquele que falece, com a brutalidade e a excepcionalidade das causas. Em casos de exceção, quando a morte é “desejada (fora de um estado depressivo e porque já se está despossuído de sua vida), se quer ‘segura e suave’” (MANNONI, 1995, p. 39)

A morte tem, também, um sentido social, de descontinuidade, de desaparecimento, de ruptura dos laços entre os que partem e os que permanecem, como acrescenta Rodrigues (1985). A morte determina o fim da vida corporal, de um ser social, que passa da presença à ausência nessas relações com outros indivíduos.

A relação do homem com a morte também pode ser entendida a partir dos elementos culturais que intervêm em cada contexto e em cada período da história. Na Idade Média, a morte ocorria em público, com cerimoniais de despedida daquele que estava na iminência de falecer. A morte “privada”, súbita ou clandestina, era indesejada e vergonhosa, publicidade que persiste até o século XIX (ARIÈS, 2000). Entre conhecidos e desconhecidos, o doente

convalescia ante aos olhos daqueles que adentravam ao leito que, de portas abertas, era receptivo a quem quisesse, à morte, testemunhar. Ao centro de uma assembleia, aquele que partiria, se despedia dos familiares, amigos e empregados.

De acordo com Ariès (2003, p. 159), as imagens e representações da morte na literatura e nas artes plásticas, por exemplo, traduzem, ao longo dos séculos, a atitude do homem diante da morte, que, segundo ele, pode ser dividida em três etapas significativas:

a) no fim da Idade Média, as imagens macabras significavam, segundo Huizinga e Tnenti, um amor apaixonado pela vida e ao mesmo tempo, creio eu, o fim de uma tomada de consciência, iniciada no século XII, da individualidade própria à vida de cada homem; b) do século XVI ao XVIII, imagens eróticas da morte atestam a ruptura da familiaridade milenar do homem com a morte. Como disse La Rochefoucauld, o homem não pode mais olhar de frente nem o sol nem a morte; c) a partir do século XIX, as imagens da morte são cada vez mais raras, desaparecendo completamente no decorrer do século XX; o silêncio que, a partir de então, se estende sobre a morte significa que esta rompeu seus grilhões e se tornou uma força selvagem e incompreensível (ARIÉS, 2003, p. 159).

Hoje, há todas as possibilidades de morrer na solidão com o surgimento da medicalização e a reclusão no quarto do hospital. Tão presente no passado, a morte passa a desaparecer, torna-se interdita, *inominável* (MANNONI, 1995). Da casa para o hospital. Da assembleia pública à morte solitária, no local onde está o controle da longevidade. Aí está a inversão, “a boa morte” de outrora, hoje, é a que perturba o círculo social.

Demonstrar algum sinal de tristeza recai no pecado contra a felicidade, razão de ser da sociedade contemporânea. Felicidade, esta, que alimenta o mito da juventude e da beleza eterna, que expulsam a velhice da consciência na crença da imortalidade. Segundo Ariès (2003), o interdito da morte está ligado à cultura urbanizada, organizada em torno da felicidade ligada ao lucro e ao desenvolvimento econômico.

Porém, há situações que desequilibram esta relação do homem moderno com a morte. Catástrofes, chacinas, acidentes, atentados terroristas, todas as fatalidades que colecionam vítimas, que originam iconografia mórbida, as representações da dor e do sofrimento, ocasionadas às vítimas e aos enlutados. Estas mortes, indesejadas, tornam-se públicas, estabelecendo um paradoxo em relação à visibilidade. Hoje, “a boa morte”, seria como um adormecer, em um recanto privado, sem sofrimento, sem que se saiba que ela está por acontecer.

Acontecimentos excepcionais - como a Tragédia Kiss, onde mais de duas centenas de jovens perderam a vida - preenchem o cotidiano com o tema da morte, publicizam os cerimoniais de despedida, fazem lembrar que ela está para todos. A repercussão não é a

mesma se a morte é aos 20 ou aos 80 anos de idade, pois, ao mantê-la à distância, o inconsciente não reserva lugar para a velhice. Nestes casos, a morte bate à nossa porta, e, sem pedir licença, preenche os nossos dias e nos tensionam a conviver com o reconhecimento da nossa finitude.

#### **4.5.2 O impacto da tragédia: a desprivatização do luto**

Quando falece um familiar ou amigo, há a sensação profunda de perda, desânimo e a resistência em aceitá-la e ao processo de substituição das conexões afetivas com aquele que deixa de viver. Via de regra, “luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal [...]” (FREUD, 1915, p. 128). A sua função é a de limitar os efeitos da perda, “explicar para cada mente o inexplicável. Semantizar o não-sentido. Logicizar o absurdo: o drama da finitude humana” (RODRIGUES, 1985, p. 89). Porém, a morte, e os sentidos que aciona, são individuais.

Trata-se de um estado de sofrimento, que ocasiona a alteração da conduta normal do indivíduo e a inibição do Eu, que tende a se retrair, perder temporariamente o interesse pelo mundo exterior (que não lembra o convalescido) e a capacidade de eleger novos objetos de amor, até que se possa desenvolver uma nova atitude perante a vida após a perda. Não é uma patologia, mas um processo necessário à restauração da vida pós-trauma da perda, cuja superação deve ocorrer, passando-se algum tempo.

É um processo lento e doloroso e a “ênfase é dada à luta incessante a ser empreendida pelo homem a fim de reconquistar a vida” (MANNONI, 1995, p. 92). Neste sentido, a dificuldade da renúncia se dá por ser um objeto em que se vê perdida parte de si mesmo. Incorre na gestão do trauma, na aceitação da ausência, na conservação da existência simbólica, conversão da morte em vida, ainda que em pensamento, na transcendência dos feitos, das relações e sentimentos construídos socialmente em vida. Para Freud (1915), são os casos em que há o desequilíbrio na relação que o homem contemporâneo, a exemplo do primitivo, tem com a morte. A morte aceita é a do outro, do desconhecido; porém, quando um ente próximo falece, o homem dá-se conta da sua própria finitude.

Como afirma Mannoni (1995, p. 123), “[...] nossa vida permanece ligada à morte daqueles que nos deixam e por essa morte pode-se fazer vida. Entretanto, é irreduzível o corte entre a nova vida e a antiga: o renascimento tem lugar sobre o fundo de uma ausência eterna do ausente”. Por isso, não é tanto o doente que se deve preparar para a morte, mas o seu círculo, para que, ali onde há sofrimento, possa se fazer vida.

O processo de conformação pode acontecer “a partir das últimas palavras do moribundo palavras a que o enlutado se agarra. Elas se tornam referências que regem a partir daí sua própria vida” (idem, p. 115), quando há a chance de pronunciá-las, por saber que a morte se aproxima. Não é o caso da morte trágica. Para o enlutado, acompanhar um dos seus até o fim da vida auxilia no trabalho de luto.

Quando a morte é inesperada, este processo tende a ser mais lento, sobretudo quando os filhos que partem antes dos pais. “A perda de um filho é uma provação que um adulto não se recupera jamais. Ele se vê amputado de uma parte de si mesmo projetada na sua descendência” (MANNONI, 1995, p. 94). Assim, a morte do filho, pode estancar o próprio desejo de viver do pai e da mãe, manifestando, na forma de patologia, a melancolia (FREUD, 1915).

A gestão do trauma é um processo que passa pelos ritos fúnebres, as cerimônias de passagem, de despedida do corpo daquele que morreu. Inclui o velório, o enterro no túmulo em cemitério, a cremação, os atos religiosos. O surgimento dos cemitérios data do século XIV, bem como as cruzes, de madeira ou de pedra, que sinalizavam a localização das sepulturas, horizontais e rasas, que abrigavam os corpos sob a superfície. Inicialmente, coletiva e, pouco a pouco, a cruz se tornou individual e o elemento essencial de um novo protótipo de túmulo criado nos séculos XVII e XVIII (ARIÈS, 2003).

A partir de então, o túmulo se torna o signo da presença após a morte, individualizado e propriedade da família, o local de encontro com o que restou daquele que morreu. A visitação ao cemitério se torna um hábito entre cristãos e descrentes. Na França e na Itália, cita Ariès (2003), no decorrer dos séculos XIX e XX, a ida à igreja passou a ser acompanhada da visita ao cemitério, onde se adotou o costume de colocar flores no túmulo.

O surgimento dos cemitérios denota uma nova representação da sociedade, pois “pensa-se que a sociedade é composta ao mesmo tempo de mortos e vivos, e que os mortos são tão significativos e necessários quanto os vivos” (ARIÈS, 2003, p. 76), e o cemitério retoma um lugar na cidade, “ao mesmo tempo físico e moral, que havia perdido no início da Idade Média, mas que havia ocupado durante a Antigüidade” (p. 77). Torna-se, assim, um elemento essencial da memória dos antepassados, do ponto de vista afetivo para os familiares, e histórico como meio de acesso ao passado.

No cemitério, é permitido falar da morte e de lamentar a partida dos que se foram. Nas salas mortuárias e no enterro dos corpos, realiza-se parte do trabalho do luto. Com a conversão da morte no *inominável*, “as manifestações aparentes de luto são condenadas e desaparecem” (ARIÈS, 2003, p. 87), foge-se dos enlutados, os enterros são escamoteados e, o

choro, reservado e solitário. Como explica o autor, a mudança em relação à morte não denota a indiferença em relação ao morto, mas a potencialização do trauma através da resignação.

Em acontecimentos trágicos, a morte coletiva faz com que os cerimoniais de despedida se tornem públicos, com toda a iconografia mortuária. Caixões, flores, cruzeiros, túmulos, fotos e lembranças das vítimas, cultos religiosos, lágrimas, gritos de desespero, corpos perfilados, sepultamento coletivo, tudo isso foi publicizado, sobretudo, na mídia e no jornalismo.

### 4.5.3 A noticiabilidade da morte

A inconformidade ou a aceitação, o inesperado ou o previsível, são determinantes do sentido atribuído à morte e da sua representação no discurso jornalístico. Com potencial de dramatização e ligadas à casualidade ou à desgraça, tragédias são sempre buscadas pelo jornalismo (PEDEMONTE, 2010), pois, de um lado, a notícia atende ao interesse público, de outro, insere-se na lógica e estética midiática.

Para Fausto Neto (1991, p. 45), se o acontecimento é invariante, o relato em nível simbólico é constituído de “múltiplas mortes”, uma vez que a notícia está submetida a “construções e operações próprias a cada campo falante, que, detentor de regras próprias de maneiras de falar, trata, portanto, de fazer o seu “recorte singular” acerca daquilo que é objeto do seu discurso”. Da morte às múltiplas representações desta morte, por meio das “leis” que orientam a enunciação nos veículos de mídia.

Nas notícias, são preservadas as desigualdades em vida, transitando da atenção mínima à permanência e “sobrevivência” simbólica, com destaque à informação, criação de cadernos especiais e de edições especializadas. A representação da morte não varia apenas pelas circunstâncias causais, pelas características do fato, mas pela submissão às leis que compõem as gramáticas de produção dos meios, de acordo com as particularidades destes.

Neste sentido, Fausto Neto (1991, p. 41) afirma que “a vida e a morte dos *stars* constituem o “charme” e a possibilidade de sucesso das edições de meios impressos e audiência de suportes audiovisuais, ao mesmo tempo em que são por eles construídas”. Trata-se do processo de “desprivatização” da vida íntima das celebridades da mídia, da música, do esporte, da política, que o autor designa pelo termo “olimpiano”, em referência a Morin (1969). É um processo de hierarquização que ocorre segundo o status e o reconhecimento do indivíduo no seu quadro social, como já referido por Rodrigues (1985).

Segundo Benetti (2012, p. 153), “a morte está no rol dos fatos capazes de levar o homem ao encontro da humanidade”, enquanto “evento fascinante”, pois mobiliza “percepções que provêm do imaginário e vão além do fato narrado”. É um tema tão profundo, que exige ritualizações para que seja possível suportá-lo. No jornalismo, ela é objetivada e relatada de acordo com o que ocorrera de fato.

São eventos especialmente fascinantes para o jornalismo, quando a morte reúne “o embate entre o homem e a natureza” (BENETTI, 2012, p. 154). Sobretudo, quão mais raros os eventos trágicos, como naufrágios e acidentes aéreos. Mais adiante, diz que quando a morte “traz uma tragédia que envolve muitos personagens, um cenário de pânico, a falta de explicações, a força da natureza e a figura do herói” (idem, p. 166), ela é ainda mais interessante ao jornalismo. Nesses casos, em processos de mediação, os cerimoniais de passagem transcendem os limites da proximidade afetiva e dos laços sociais estabelecidos durante a vida. Discursos sobre as vítimas são construídos, assim como a sua transcendência simbólica.

Para o espectador, “o adágio ‘é preciso ver para crer’ parece particularmente adaptado aos períodos de trauma, aos períodos em que guerras, grandes catástrofes ou outros cataclismos abalam as ideias feitas sobre as implicações morais impostas pela pertença a um grupo” (ZELIZER, 2009, p. 193). A imagem estática tem papel significativo às respostas coletivas pós-traumáticas e do processo de ressignificação da normalidade, em que constituem e renovam laços sociais, práticas são transformadas, assim como as crenças são adaptadas ao novo contexto.

Por isto, complementa Zelizer (2009, p. 193), “as fotografias permitem que cada pessoa continue a contemplar, à sua maneira, o objecto do trauma, até que possa dominar a dissonância causada”, daí a conjunção texto e fotografia nos suportes digitais e impressos serem importantes na transição do momento traumático para o pós-traumático, ainda que as pessoas superem o trauma em ritmos distintos. Com isso, “a dimensão visual da imprensa popular permite que o público conserve facilmente as recordações da sequência horrível em curso” (ZELIZER, 2009, p. 197) e, por meio da documentação e memória constituída, as fotografias passam a desempenhar, também, um papel terapêutico.

Nesta direção, Fausto Neto, Fabricio e Weschenfelder (2014) refletem sobre as mensagens em tapumes e na fachada em frente ao prédio da boate Kiss, como uma das formas que os coletivos sociais encontraram para homenagear as vítimas da tragédia, sob a forma de celebração aos que partiram ou de protesto por justiça. O “tapume-mural”, como definem, torna-se um suporte comunicacional para trabalhar o luto, que permite diversas modalidades de

apropriação dos conteúdos ali registrados. Assim como a tenda da vigília, instalada por familiares das vítimas na praça central de Santa Maria e as mensagens e imagens em homenagem às vítimas postadas em sites de redes sociais. Ademais, desempenham uma função política.

### **PARTE III**

## **VISIBILIDADE E PERMANÊNCIA DO ACONTECIMENTO PÚBLICO**

A parte três desta tese é composta pelos capítulos cinco, intitulado *Metodologia*, e seis, intitulado *Redes de Comunicação Pública da Tragédia Kiss*. Traz, primeiramente, os procedimentos metodológicos seguidos no estudo. No capítulo seis, está a tipologia das Redes de Comunicação Pública, a identificação dos atores de cada Rede, bem como a descrição da atividade de cada uma delas. O fecho do capítulo é composto pela descrição da dinâmica comunicacional das Redes de Comunicação Pública, que compõem o acontecimento público e a análise da sua atividade, com base na matriz teórica que fundamenta esta tese.

### **CAPÍTULO 5**

## **METODOLOGIA**

Este capítulo apresenta os processos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos nesta tese, caracterizada como pesquisa histórico- descritiva, desenvolvida a partir do método genealógico e da técnica de pesquisa documental. A pesquisa histórico-descritiva qualifica-se como uma investigação sistemática e, neste estudo, organiza-se por meio dos seguintes procedimentos: a) coleta e organização de materialidades comunicacionais sobre a Tragédia Kiss, publicadas por variadas fontes e em diversos meios de comunicação; b) avaliação dos documentos coletados a fim de reconstituir o acontecimento público (a cronologia que está descrita na Parte I desta tese), identificar os atores envolvidos e realizar a análise da comunicação pública sobre o acontecimento público Tragédia Kiss; c) apresentação, análise e conclusão das Redes de Comunicação Pública por eles constituídas a partir dos fatos\temas que constituem o acontecimento público.

#### **5.1 MÉTODO GENEALÓGICO E PESQUISA DOCUMENTAL**

A pesquisa histórico–descritiva desenvolvida a partir do método genealógico e de pesquisa documental visa a reconstituição e análise das redes comunicação pública instauradas no acontecimento público Tragédia Kiss, observando-se a visibilidade e o debate promovidos. O método genealógico adequa-se à análise das redes, visto que enfatiza a

abertura, o sentido inacabado, própria do hipertexto, das relações contemporâneas em rede e da pluralidade de vozes que compõem o debate público. Ademais, próprio à análise de um acontecimento público originário da morte coletiva, que mobiliza Estado, mídia e sociedade e permite ver a diversidade de atores comunicantes e a atividade das Redes de Comunicação Pública.

Neste sentido, salienta-se que o acontecimento público é situado social e historicamente, tem poder hermenêutico e que, em razão disso, pode-se, nesse momento, analisá-lo em sua tessitura, em seus pontos centrais e periféricos, no que tange a comunicação pública e o que a envolve. Ao mesmo tempo em que ele lança ao debate público temas de interesse público ligados a sua especificidade, aciona outros que convergem para ele e que pertencem a campos distintos.

Reconhecer essa tessitura e a complexidade da constituição histórica de um acontecimento é próprio do método genealógico, criado por Nietzsche no fim do século XIX e desenvolvido posteriormente por Michel Foucault, que pressupõe que sentidos, valores e crenças, bem como acontecimentos, são produções culturais e intencionais, cuja dinamicidade é constitutiva e processual.

A genealogia permite um caminho não linear, que se opõe à pesquisa de origem e à causalidade, uma análise multifocal, de forma a

[...] marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor [...]; apreender seu retorno [...] para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 2014, p. 15).

Neste caso, na análise da comunicação pública e dos sentidos em disputa, trata-se de relações de poder entre os atores da rede, que disputam versões para alcançar a credibilidade dos públicos e a opinião pública. Estes atores, que serão identificados, constituem – tem-se como premissa - o acontecimento público Tragédia Kiss.

Tendo-se como horizonte as tentativas de exercício de poder, através do debate público, trata-se da comunicação, as estratégias para a obtenção de visibilidade e proposição de sentidos, que, apropriados por outros atores após alcançarem a esfera de visibilidade pública, podem ser resignificados e reinseridos no debate, em argumentos – e visibilidades – convergentes ou conflitivos ao que o antecede. Compreende-se, assim, que as relações comunicativas constituem-se pela luta constante entre atores e a defesa de seus interesses, os

quais são tensionados mutuamente, com força e intensidade variável, conforme a relação com o tema ou motivo que os aproxima.

Nesta direção, a análise parte em direção aos processos comunicacionais para alcançar os atores que constituem as Redes de Comunicação Pública que se originam do acontecimento e cujo debate propiciado incide sobre ele. A análise genealógica pressupõe a decifração de correlações, pois o “roteiro da investigação compõe-se de dois passos fundamentais: 1) a identificação de componentes situacionais, de condições presentes, e 2) a interrogação sistemática de como este estado presente chegou a ser” (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 237). Neste estudo, a análise identifica que os processos comunicacionais contemplam dados sobre o passado da boate Kiss - revelados após o incêndio - e a sequência de micro-acontecimentos posteriores. Portanto, entende-se que as redes de comunicação abordam assuntos anteriores à tragédia, tematização remissiva - como a concessão de alvarás e a fiscalização de prefeitura municipal e Corpo de Bombeiros - e que antecedem o marco zero, bem como de temas relativos ao que ocorre após o 27 de janeiro de 2013.

Interessam as recorrências, as negociações, os interesses em jogo, não a linearidade ou as progressões do fato, pois se ocupa “[...] não do que aconteceu, da história, mas do que nos aconteceu, do que aconteceu ao objeto. [...] A cada vez temos que superar o “trauma do referente” (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 235). A genealogia é analítica, não interpretativa, pois descreve a história das interpretações, a partir da elucidação de condicionamentos e regras dos discursos e suas práticas. Assim, há ênfase ao não discursivo, às instituições e aos atores que controlam o acontecimento, nas rupturas e nas regras que o constituem (THIRY-CHERQUES, 2010).

A adoção do método genealógico, do sentido de poder de Foucault (2014) e da noção de rede de comunicação pública de Weber (2007), conduz a análise a uma perspectiva complexa, que possibilita reconhecer os diversos atores que participam da constituição do acontecimento, sem influências verticalizadas ou a cristalização de sentidos hegemônicos. O poder em Foucault (2014) não é determinado por estruturas ou institucionalidades, não é central ou estável, ele é dinâmico.

Ele deve ser procurado no entorno das instituições usualmente reconhecidas como centros de poder. Entende-se que ele é radial e que é possível identificar os pontos tensionais e alcançar os sentidos periféricos e de exercício de poder, porque “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro” (FOUCAULT, 2014, p. 101). O poder é efeito, consequência, pois resulta do encadeamento e da mobilidade das partes que o produzem, dos fluxos, das estratégias e dos pontos de vista diversos que

tensionam-se. O poder é pulverizado e exercido por vários pontos de uma rede (FOUCAULT, 2014).

A partir destes pressupostos, o diálogo proposto com a noção de Redes de Comunicação Pública (WEBER, 2007) está em alcançar um caminho analítico que permita compreender o encadeamento sistêmico de fatos, atores, estratégias e sentidos, em processos comunicacionais ligados ao interesse público e à constituição do acontecimento público. Envolve disputas, fluxos e forças multilaterais, que irradiam em direção à opinião pública – não sem resistências ou condicionamentos – em mídias hegemônicas e alternativas, mas que intencionam fazer ver e fazer crer, nos termos de Landowski (1997), para a obtenção de credibilidade e para reverberar no debate público.

Na rede de comunicação pública (WEBER, 2007), a convergência ou o compartilhamento de pontos-de-vista entre atores distintos pode resultar em um ganho de visibilidade, como forma de compensação à assimetria entre os atores e competências técnicas e comunicacionais, involuntária ou voluntariamente. Por isso, busca-se materialidades comunicacionais diversas, reunidas na pesquisa documental, que permitam ilustrar como as relações de poder são disseminadas e estabelecidas em uma rede abrangente de atores e de arenas, através da comunicação pública, na busca por visibilidade e credibilidade.

São hipertextos, textos e imagens de jornais impressos, mídias alternativas (como cartazes, pinturas e grafitismos), produtos audiovisuais, sites de redes digitais, entre outras. Entende-se que esse conjunto permite identificar os pontos nevrálgicos do acontecimento, limítrofes entre interesses públicos e privados, que desencadeiam respostas e reações dos atores envolvidos, constituindo a rede de comunicação pública e o próprio acontecimento público.

Se a rede das relações de poder forma um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, a disseminação dos pontos de resistência ao exercício do poder também atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. Articulados, estes pontos de resistência tem potencial de desencadear reconfigurações, remissões aos fatos passados e ressignificações destes, iluminando invisibilidades e auscultando silenciamentos, “cutucando” as lacunas e o inexplicável, mantendo-se, em aberto, o horizonte de possíveis. Interessa-nos, menos, a interpretação dos discursos, e, mais, evidenciar os atores e a configuração da comunicação pública em rede, na constituição do acontecimento público. Não se trata, portanto, de sair em busca de quem estaria “por trás” das táticas e estratégias que perpassam o social e o comunicacional. Trata-se, antes, de identificar como se constitui a dinâmica

comunicacional sobre o acontecimento público, que incide sobre ele e sobre os atores envolvidos.

Como observa Ferraz (2013), há outra pista relevante para o trabalho genealógico: operar não mais com a via de mão única causa-efeito, mas com a lógica *efeito-instrumento*. Nessa linha, meios de comunicação e tecnologias, por exemplo, deixariam de ser tratados como *causas* ou como *efeitos* de determinadas mutações historicamente assinaláveis. Remeteriam, antes, a um complexo tecido histórico-cultural de que são, *ao mesmo tempo*, expressões e instrumentos.

Diante desses pressupostos, organizou-se a pesquisa documental, desenvolvida a partir de três diretrizes, segundo categorização de Lakatos e Marconi (1996): a) escritos ou não, b) primários ou secundários, c) contemporâneos ou referentes a retrospectivas. Nesta tese, são reunidos e analisados documentos destas três categorias. Para Gil (2010), é considerado documento inclusive um “objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (2010, p. 147) e os classifica em registros cursivos, episódicos e privados e também em dados encontrados.

[...] a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos *registros cursivos*, que são persistentes e continuados. [...] *registros episódicos e privados*, constituídos principalmente por documentos pessoais e por imagens visuais produzidas pelos meios de comunicação de massa. E [...] *dados encontrados*, que são constituídos não apenas por objetos materiais, mas também por vestígios físicos produzidos por erosão [...] (GIL, 2010, p. 147, grifos do autor).

Segundo ele, são relevantes, para a pesquisa social, os documentos de comunicação de massa como fonte de dados, pois permitem “conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual e também lidar com o passado histórico. Neste último caso, com eficiência maior que a obtida com a utilização de qualquer outra fonte de dados” (GIL, 2010, p. 151). Compreende-se, na mesma direção, que, para a constituição e a análise do acontecimento público Tragédia Kiss, os meios de comunicação massivos fornecem subsídios para a tarefa de bricolagem, de encadeamento e tessitura dos pontos que são fundamentais para a análise aqui proposta, que está em realizar a genealogia do acontecimento público Tragédia Kiss.

Porém, em complemento, são fundamentais, também, na Tragédia Kiss, documentos disponibilizados por atores institucionais, da sociedade, da política, da ciência, da religião e do mercado; e em outros espaços de visibilidade, presenciais (como cultos e congressos) ou mediados, quando disponibilizados em portais, blogs e sites de redes sociais, na mídia digital, ou em mídias radicais alternativas (grafites, cartazes, charges, pinturas, camisetas), periféricas

em relação às mídias massivas. Estas últimas, ligadas, principalmente, às mobilizações sociais e à experiência de quem é atingido direta ou indiretamente pelo acontecimento e sofre as consequências da sua irrupção. Contemporâneos ou retrospectivos, os documentos reunidos estão listados no subcapítulo 5.2 (quadro 2), acerca dos procedimentos metodológicos.

## 5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são constituídos por: levantamento e organização documental, avaliação crítica dos documentos, cronologia do acontecimento, identificação dos atores que constituem a Tragédia Kiss, identificação das Redes de Comunicação Pública e definição e fundamentação dos eixos de análise. A seguir, são descritos os passos seguidos e a forma como foram operacionalizados no decorrer da investigação.

### 5.2.1 Levantamento e organização documental

O levantamento e a organização de documentos teve o objetivo de constituir um inventário do acontecimento através do mapeamento das notícias geradas em portais de notícias locais, nacionais e internacionais, dia-a-dia, o qual possibilitasse acompanhar os desdobramentos pós-sinistro, os fatos mais significativos quanto aos interesses tensionados entre os atores envolvidos, a identificação dos atores que protagonizam os documentos selecionados, bem como a identificação e análise das Redes de Comunicação Pública do acontecimento.

Os documentos acerca da Tragédia Kiss foram classificados neste estudo como:

- a) legislação;
- b) documentos judiciais;
- c) relatórios técnicos e;
- d) arquivos institucionais;
- e) iconografia;
- f) arquivos de mídia.

A coleta partiu do levantamento das publicações midiáticas, que foi complementado pelos documentos componentes das outras tipificações (legislação, documentos judiciais, relatórios técnicos, arquivos institucionais e iconografia). Os arquivos de mídia são impressos, audiovisuais e originários de portais digitais. Os demais estão em suas versões digitais.

Os documentos midiáticos digitais foram coletados no período de 11 de março de 2013 a 26 de janeiro de 2016<sup>38</sup>. Ao todo, foram reunidas novecentos e sessenta e dois (962) compilações diárias. Destas compilações com número variado de matérias (links), foram extraídas 102 matérias para a coleta de dados e a realização da análise, todas referenciadas em notas de rodapé. Além disso, foram reunidos materiais de jornais impressos, de televisão e de rádio, de veículos de circulação local à internacional, entre notícias, entrevistas e reportagens sobre a tragédia.

O material coletado como universo de pesquisa, bem como a classificação dos documentos estão apresentados a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 - Corpus da pesquisa

<b>CORPUS DA PESQUISA – ACERVO DOCUMENTAL</b>
<b>LEGISLAÇÃO</b>
1. Constituição do Estado do RS
2. Lei Orgânica do Município de Santa Maria
3. Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santa Maria
4. Lei Kiss - Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013 - atualizada até a Lei Complementar nº 14.555, de 2 de julho de 2014
5. Portaria nº 138/EMBM/2002 - estabelece o Plano Simplificado de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PSPCI) - de 20 de janeiro de 2002
<b>DOCUMENTOS JUDICIAIS</b>
1. Primeiro Inquérito da Polícia Civil, Inquérito Policial nº. 94/2013/150501, 1ª Delegacia de Polícia de Santa Maria-RS - de 2 de março de 2013
2. Segundo Inquérito da Polícia Civil - Inquérito Policial Nº.: 001/2013/3ª DPR - de 17 de julho de 2014
3. Denúncia Criminal do Ministério Público (RS) - quatro réus foram acusados por responsabilidade criminal no incêndio da boate Kiss - de 02 de abril de 2013
4. Segunda Denúncia do Ministério Público (RS) - foram acrescentadas acusações contra 43 pessoas por crime de falsidade ideológica ou falso testemunho - de 05 de dezembro de 2014
5. Denúncia do Ministério Público com base Inquérito Policial Militar autuado sob o n.º 1429-79.2013.9.21.0003- denuncia oito integrantes do Corpo de Bombeiros do RS - de 19 de agosto de 2013
<b>RELATÓRIOS TÉCNICOS</b>
1. Relatório elaborado pelo Crea-RS - analisa criticamente as causas técnicas que contribuíram para a tragédia da boate Kiss. De 04 de fevereiro de 2013
2. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Kiss da Câmara de Vereadores de Santa Maria - data: 03.07.2013
<b>ARQUIVOS INSTITUCIONAIS</b>
1. Estatuto de fundação da AVTSM, através de consulta a site da ATVSM e ONG Para Sempre Cinderelas (Coletados junto aos grupos sociais, como o, nos perfis destes e de outros grupos sociais formados por familiares de vítimas e sobreviventes da tragédia, no site de redes sociais Facebook)
1. Ata da fundação da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa

<sup>38</sup> Através do serviço "Google Alerts", do site de buscas Google Esta ferramenta de busca faz com que as novas ocorrências do termo buscado sejam encaminhadas diariamente ao email cadastrado pelo usuário. Neste caso, o email do próprio pesquisador.

Maria (AVTSM) - de 23 de fevereiro de 2013
2. Estatuto Social da AVTSM, de 29 de junho de 2013
<b>ICONOGRAFIA</b>
Documentação por imagem: fotos, os registros em camisetas, fachada e tapume da boate Kiss, em praças e ruas de Santa Maria, em charges, em mídias alternativas e radicais, de modo geral. Incluem-se fontes primárias, que são os registros feitos pelo autor desta pesquisa, e fontes secundárias, de sites, blogs e veículos de mídia. 1. Fontes primárias: três fotos 2. Fontes secundárias: 29 fotos ou ilustrações não produzidas pelo autor. Encontradas em sites ou em perfis de sites de redes sociais, conforme o original ou editadas a partir de instantâneos dos sites onde foram encontradas
<b>ARQUIVOS DE MÍDIA</b>
Originários de veículos de mídia impressa e eletrônica, nos formatos originais ou em sua versão digital. Contempla notícias, entrevistas e reportagens sobre a tragédia.
<b>Mídias digitais</b>
<b>Textos jornalísticos selecionados via Google Alerts:</b> <b>Período de coleta:</b> O cadastro foi realizado em 11 de março de 2013 e a busca se estendeu até 07 de março de 2016. <b>Quantidade total:</b> 962 compilações diárias, originadas a partir do Google Alerts. <b>Corpus empírico:</b> 102 notícias, selecionadas pelo autor.
<b>Páginas dos atores da Rede de Comunicação Social, no site de redes sociais Facebook:</b> 11. Os endereços eletrônicos e a data da coleta de dados estão indicados na descrição de cada ator social, no capítulo seis.
<b>Sites e blogs de atores da Rede de Comunicação Social:</b> 2 (dois). Pertencem à AVTSM <sup>39</sup> e à ONG Para Sempre Cinderelas <sup>40</sup> . O endereço eletrônico e a data da consulta estão referenciados na descrição destes atores sociais, no capítulo seis.
<b>Arquivos de vídeo</b>
- Edição completa do Jornal Nacional, da Rede Globo, de 28.01.2013. - Edição completa do SBT Repórter, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de 28.01.2013. - Documentário, Tragédia de Santa Maria, do <i>Discovery Channel</i> . - Edição completa do programa D Docente, intitulada “Boate Kiss 1 ano – quebrando o silêncio”, produzido pelo SEDUFMS ANDES-SN e veiculado pela TV Santa Maria em 17 de janeiro de 2014. - Edição completa do programa D Docente, intitulada “Entrevista Cezar Schirmer”, produzida pelo SEDUFMS ANDES-SN e publicada em sua página no site Youtube, em 21.02.2014. - Entrevista com o Movimento do Luto à Luta, produzido pelo Portal Extra de notícias e veiculado em sua página no site Youtube em 26 de setembro de 2013. - Homenagem de músicos - Entrevista concedida pelo delegado Marcelo Mendes Arigony ao Jornal do Almoço, da RBS TV, em 25 de março de 2013. - Entrevista coletiva de Adherbal Ferreira, presidente da AVTSM, concedida durante o Congresso Novos Caminhos. Publicada no perfil do Portal Extra, no site Youtube, em 25 de janeiro de 2014. - Pronunciamento da Presidente Dilma Roussef acerca da tragédia na Boate Kiss, em 27.01.2013.
<b>Arquivos de mídia impressa</b>
Capas de jornal – 28 Textos jornalísticos – 276 páginas de jornais, dos veículos Diário de Santa Maria, A Razão, Correio do Povo, Zero Hora, Diário Gaúcho, O Sul, O Globo. Capas de Revista – 3 (três), das revistas Época, Isto é e Veja, respectivamente.
<b>Produção acadêmica</b>
- Livro <i>Midiatização da tragédia de Santa Maria</i> , de 2014, organizado pela professora Ada Maria Machado Silveira.

<sup>39</sup> Disponível em <http://avtsm.org/>.

<sup>40</sup> Disponível em <http://ongparasemprecinderelas.comunidades.net/index.php>.

- Dissertação de mestrado de Thiago Cordeiro Jácomo, intitulada *JORNALISMO E REDES SOCIAIS: Novas práticas e tendências a partir da cobertura do portal “G1.com” sobre o incêndio da boate Kiss em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil*, apresentada à Secção de Comunicação do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para obtenção do título de mestre em Comunicação e Jornalismo, em 2013.
- *Dissertação de Mariana Martins Boldrin, intitulada A IMAGINAÇÃO MELODRAMÁTICA NO JORNAL NACIONAL*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, para obtenção do título de Mestre, em 2015.
- Dissertação de Maíra de Cássia Evangelista de Sousa, intitulada *A DINÂMICA DA NOTÍCIA NAS REDES SOCIAIS NA INTERNET*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Jornalismo, em 2013.

Da leitura e avaliação dos documentos coletados, fez-se a identificação dos atores e a sua atuação nas Redes de Comunicação que estruturam o acontecimento público Tragédia Kiss e a mantêm em debate. A genealogia do processo não visa estabelecer uma estrutura linear, que represente um encadeamento sucessivo de fatos. Entende-se que, dos fatos selecionados, derivam processos comunicacionais que desencadeiam visibilidades desejadas e indesejadas; reações e respostas de outros atores; resgatam-se aspectos do passado da boate; que geram a dinamicidade constitutiva e processual da comunicação do acontecimento Tragédia Kiss. Os resultados estão apresentados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 6

### AS REDES DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA TRAGÉDIA KISS

Neste capítulo, são apresentadas as premissas que norteiam a compreensão sobre a configuração em rede da comunicação pública. Além disso, é descrita a tipologia das redes de comunicação do acontecimento Tragédia Kiss, bem como os atores componentes. A classificação das redes segue a perspectiva de Weber (2007), mantendo-se as denominações e os pressupostos originais. Em relação aos atores, eles são específicos do caso em tela, foram identificados via pesquisa documental e alocados em tipificação de rede. Ao final, é apresentado o diagrama que pretende a representação da dinâmica dos processos comunicacionais aqui analisados, agendados por temas derivados do acontecimento e limítrofes entre o público e o privado. Resulta do percurso metodológico empreendido e da articulação, sintetizada, da base teórica que fundamenta esta pesquisa.

#### 6.1 CONSTITUIÇÃO DAS REDES

A proposta de análise dos processos comunicacionais, do acontecimento público Tragédia Kiss, empreendida neste estudo segue as premissas conceituais da noção de Redes de Comunicação Pública, de Weber (2007). Com a lente ajustada à especificidade do objeto trágico, pretende-se a construção de um modelo de análise que possa ser replicado, adaptado e aperfeiçoado em estudos posteriores, que se ocupem do exame da comunicação pública, tendo-se em consideração os múltiplos protagonismos, a diversidade de relações entre os atores – mais ou menos assimétricas, presenciais ou espacial e temporalmente distintas, pacificadas ou conflitivas – em busca de visibilidade e de credibilidade, e o acionamento, também plural, de arenas que constituem o debate público em rede.

Complexo, o acontecimento público Tragédia Kiss aciona atores e instituições diversas, públicas e privadas, e permite desvelar a configuração de processos permanentes de comunicação pública, bem como identificar desajustes, versões conflitantes no âmbito da mesma Rede – como a Rede de Comunicação Política, por exemplo –, e realinhamentos quanto à capacidade de comunicação e de agendamento midiático de cada sistema. Ademais, a visibilidade do acontecimento escapa à cena midiática, que condiciona, mas não determina os temas debatidos. Diante desses pressupostos, a tipologia adotada nesta pesquisa está descrita a seguir.

## Nas Redes de Comunicação Política, insere-se

[...] a comunicação governamental, comunicação dos partidos, comunicação do parlamento é gerada por instituições que possuem na sua natureza o poder público por delegação e, por direito, representam o interesse público na qualidade de Poder Executivo e o Poder Legislativo abrigados pelo Estado republicano (WEBER, 2007, p. 26).

E, é esta, a que detém melhor estrutura, organização e abrangência, em qualquer país. Neste contexto, organizada em torno da esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008), a comunicação do Estado está sujeita à repercussão ocasionada pela visibilidade das ações e falas de seus representantes. Ou, pela ausência delas. Por isto, dependem da sua capacidade de comunicar. Como afirma Weber (2011, p.102), “a capacidade de comunicação dos poderes executivo, legislativo e judiciário obedece a estratégias políticas e institucionais relacionadas à obtenção de visibilidade pública, prestação de contas e disputas de opinião, apoio e votos”.

Nos governos federal, estadual e municipal, há profissionais trabalhando a serviço da divulgação de informações de interesse público, aliadas ao interesse dos governos e dos partidos. Entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, é no primeiro que recaem os maiores investimentos em propaganda e em mídias. No segundo, a relação com o cidadão é mais direta, com direito à participação nas sessões plenárias e o investimento em mídia é principalmente nos canais de televisão, no Legislativo nacional. O Poder Judiciário também conta com estrutura e profissionais, mas não atua com visibilidade permanente, pois algumas de suas ações ocorrem em segredo. Sua comunicação é informativa e não persuasiva e lhe é conferida a posse simbólica da verdade, por isto, segundo Weber (2007), é o único dos três poderes que pode concorrer com o jornalismo em relação à credibilidade.

A comunicação partidária integra as Redes de Comunicação Política e é essencialmente persuasiva e em torno do ideário que justifique a escolha para a representação, intensificada em períodos eleitorais. Outra dimensão da rede de comunicação política é a composta por sistemas supraestatais, formados por órgãos não vinculados a governos ou partidos, que visam à defesa dos direitos humanos e da igualdade entre os povos. Estão entre eles Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). No acontecimento Tragédia Kiss, serão considerados os órgãos públicos, que não estão vinculados a nenhum dos três poderes, como o Ministério Público-RS e o Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS).

As Redes de Comunicação Midiática são disputadas por todas as demais, pois concede a visibilidade necessária à credibilidade. Como diz Weber (2007, p. 30), “a ocupação de

espaço e o enquadramento da informação nos espaços midiáticos (notícia, debates, reportagem, capa, etc.) serão determinados por critérios de noticiabilidade, agendamentos mas, também, por interesses políticos, econômicos, de consumo da informação”. Nesta direção, reconhece o papel fundamental do jornalismo ao debate público, porém observa que a produção de notícias pode estar aliançada a interesses corporativos, de grupos de outras redes, e da própria organização que está inserida em uma lógica concorrencial de mercado. Na hibridação entre interesses públicos e privados, as fronteiras se tornam tênues e imperceptíveis.

As Redes de Comunicação Social é composta pelas “vozes da sociedade civil organizada, movimentos sociais, entidades de classe, instituições de defesa, conselhos, sindicatos, associações, organizações não governamentais, organizações voluntárias, grupos organizados, etc.” (WEBER, 2007, p. 26). Apesar de representarem os interesses da sociedade, suas demandas dificilmente alcançam a esfera midiática e a política, pois não dispõem de estruturas técnica e profissional para comunicar. Ainda assim, por meio de manifestações públicas de um grupo ou de milhares de cidadãos ocorre a expressão do interesse público das mais variadas formas, fazendo-se uso, inclusive, de mídias alternativas ou radicais (DOWNING, 2004). Desta forma, conseguem constranger, suscitar respostas e reações dos poderes tensionados.

As Redes de Comunicação Científica e Educacional são formadas por atores que detém a capacidade de analisar temáticas de interesse público, contestar, endossar ou apresentar proposições a partir das lacunas verificadas, já que é de sua competência a produção de conhecimento sobre elas. Detém legitimidade social, vinculada à noção de neutralidade, ainda que as instituições de ensino estejam vinculadas à iniciativa privada ou instituições governamentais. Produzem artigos científicos, teses, dissertações, livros, organizam e promovem congressos para debater temas relacionados ao acontecimento.

As Redes de comunicação Mercadológica são formadas por organizações privadas, que pertencem ao mercado de produtos de consumo. Mantida por grandes investimentos em publicidade e estratégias de sedução e de persuasão, tem autonomia para se manter e para financiar a comunicação midiática, que depende destes investimentos. A sua relação com a comunicação pública se dá, principalmente, por projetos que envolvem responsabilidade social, que misturam, por exemplo, filantropia e lucratividade.

As Redes de Comunicação Religiosa são formadas por instituições, grupos, igrejas, seitas que fazem circular discursos esotéricos, espirituais, religiosos. No caso do acontecimento trágico marcado pela morte coletiva, promovem e participam de cultos

ecumênicos (ou particulares), em homenagens às vítimas, no sepultamento dos corpos e ao ofertar palavras de conforto aos familiares, produzirem livros, em ações beneficentes. Algumas religiões possuem sistemas de comunicação próprios, por onde se comunicam com os seus públicos. As diferentes crenças e orientações religiosas também podem colidir ao fazerem ascender explicações distintas para o que ocorrera.

As Redes de Comunicação Pública tem um caráter cíclico, de retroalimentação, pois as informações, as opiniões e as críticas publicizadas serão subsidiárias de novos saberes e opiniões, o que pode contribuir para a qualificação do debate e da opinião pública. Entre as redes que atuam na comunicação pública, podem ocorrer afiliações entre aquelas que têm versões convergentes e buscam a sustentação da posição compartilhada. Tudo isto no plano simbólico, do discurso, sem que haja a ação orquestrada ou a intenção prévia de reforço de uma posição sobre o assunto entre atores diversos. Entende-se que é uma forma de atenuar a assimetria entre as competências de cada ator/sistema para alcançar a visibilidade e a legitimidade na rede

A referência a atores de outras redes, cuja posição superior na cadeia hierárquica é reconhecida, como em protestos dirigidos a um representante do poder executivo, pelo valor-notícia contido, pode representar um ganho de visibilidade. Além disto, ao expor o ator mencionado, tensiona a sua credibilidade. Além disto, há situações em que atores da mesma rede podem divergir e adotar discursos contrários, os quais são apropriados e reverberados por outras. Assim, por exemplo, poder público municipal e estadual podem apresentar posições divergentes em relação ao problema que tematiza a comunicação pública.

Além da tipologia de Redes de Comunicação Pública, será balizadora para a análise dos processos comunicacionais do acontecimento Tragédia Kiss, a diversidade de situações comunicativas possíveis nas e entre as diversas Redes que serão identificadas. Como esclarece Weber (2007), em meio à abordagem de temas de interesse público, variam os objetivos almejados pelos sistemas mantenedores da informação, bem como os pactos e as disputas. Neste sentido, pode-se inferir que as Redes de Comunicação Pública, atuantes e estruturantes de um acontecimento público, são condicionadas pelo processo de midiaticização. Ou seja, visibilidade e debate público são submetidos aos interesses, estética e formatos de produção de informação midiáticos.

Diante desses aspectos, a identificação dos atores ocorreu a partir da leitura e análise do acervo constituído na pesquisa documental. Foi elaborada a listagem com todos os atores identificados – que não se pretende que sejam todos os atores do acontecimento – dentre os quais, estão indivíduos, instituições públicas, organizações mercadológicas, organizações não

governamentais; associações; etc. Dentre os atores identificados, foi possível, inicialmente, enquadrá-los em papéis ou cargos que ocupavam na sociedade: o delegado, o pai de vítima, o empresário, o juiz, o promotor. Em seguida, foi possível relacionar atores e instituições; instituições e respectivas funções; associação entre indivíduos e os grupos sociais a que pertencem. Auxiliaram, neste processo, por exemplo, a ata de constituição da AVTSM, os inquéritos elaborados pela Polícia Civil (RS) e o relatório técnico do Crea-RS.

Posteriormente, agrupamos cada ator na respectiva rede em que estivessem contempladas suas características e funções. Esta etapa permitiu levantar as Redes de Comunicação Pública que constituem o acontecimento público Tragédia Kiss: Social, Política, do Judiciário, Midiática, Científica, Religiosa e Mercadológica, conforme a tipologia de Weber (2007). Esses dados estão sintetizados no quadro 3:

Quadro 5 - Atores e tipologia na rede de comunicação pública

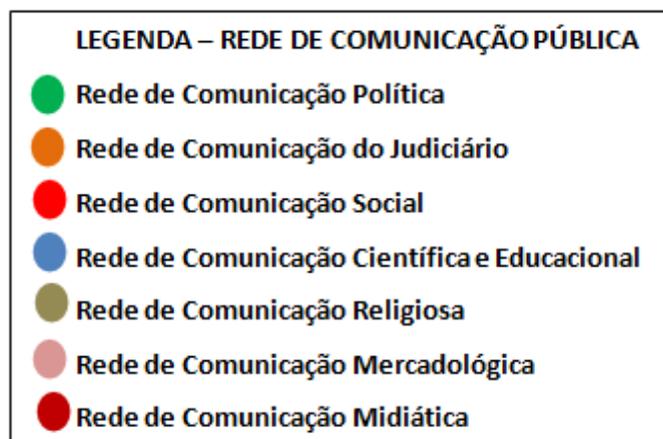
<b>TIPOLOGIA DA REDE</b>	<b>ATORES</b>
<b>Rede de Comunicação Social</b>	Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM)
	Movimento Santa Maria do Luto à Luta
	Mães de Janeiro
	ONG Para sempre cinderelas
	Movimento Fora Schirmer
	Kiss que não se repita
	Somos todos Santa Maria – Não ao esquecimento
	Movimento Carta ao Tribunal Penal Internacional (em Haia)
	Associação Ah Muleke
	Memorial às Vítimas da Tragédia em Santa Maria
	Boate Kiss – vítimas e familiares
	Indivíduos e grupos sociais não organizados
	Músicos e artistas de Santa Maria
<b>Rede de Comunicação Política</b>	Presidência da República
	Polícia Civil
	Delegado Marcelo Arigony Jr.
	Corpo de Bombeiros-RS
	Oficiais do corpo de Bombeiros de Santa Maria – RS
	Soldados e Sargentos de Santa Maria
	Prefeito Cezar Augusto Schirmer
	Servidores e secretários municipais
	Poder Legislativo Federal
Poder Legislativo Estadual	
Poder Legislativo Municipal	

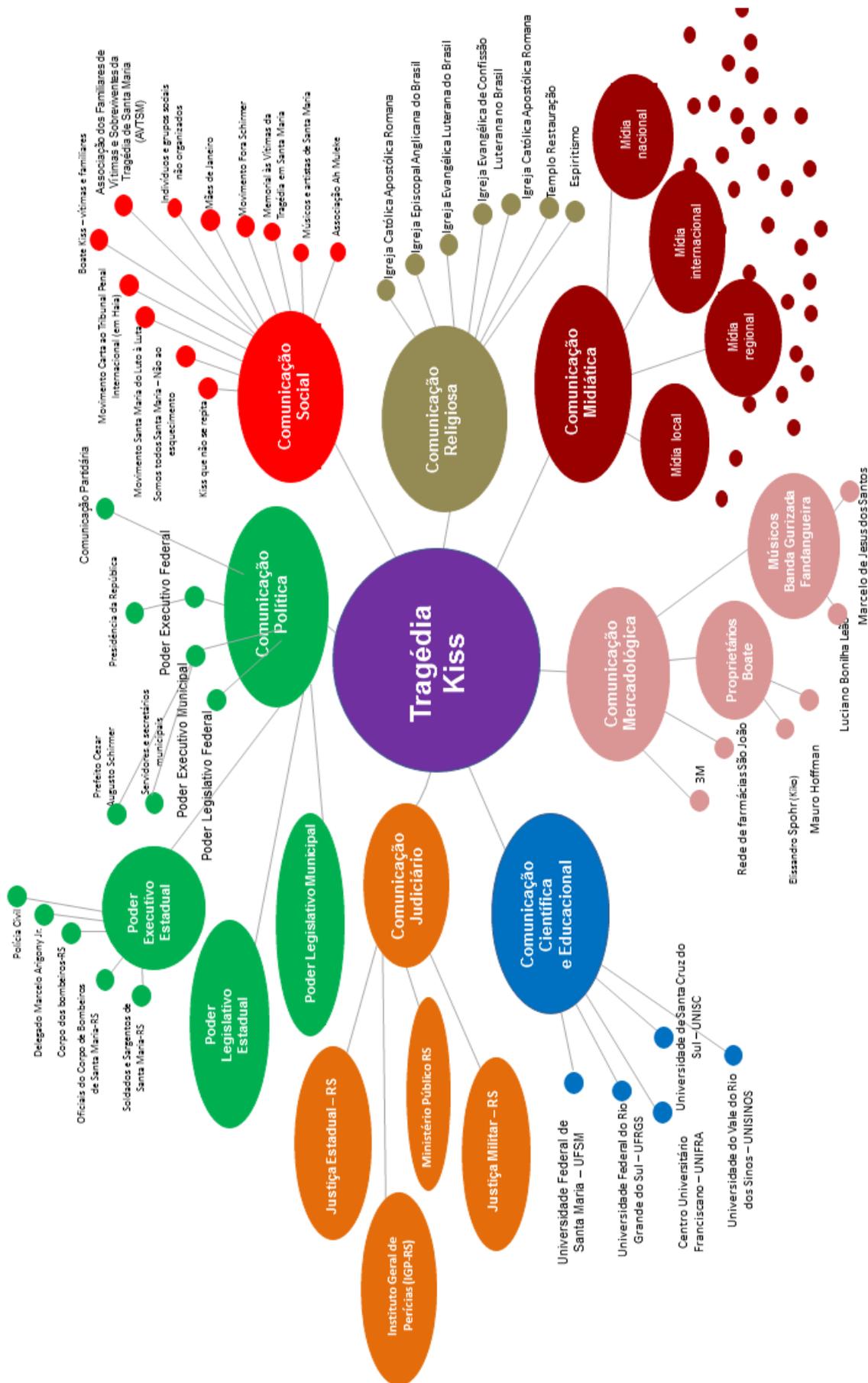
	Partidos
<b>Rede de Comunicação do Judiciário</b>	Justiça Estadual – RS
	Justiça Militar – RS
	Instituto Geral de Perícias (IGP-RS)
	Ministério Público – RS
<b>Rede de Comunicação Midiática</b>	Veículos “n” Mídia local <sup>41</sup>
	Veículos “n” Estadual
	Veículos “n” Nacional
	Veículos “n” Internacional
	Veículos e ações “n” Mídias alternativas
<b>Rede de Comunicação Científica</b>	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
	Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
	Centro Universitário Franciscano – UNIFRA
	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
<b>Rede de Comunicação Religiosa</b>	Igreja Católica Apostólica Romana
	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
	Templo Restauração
	Espiritismo
<b>Rede de Comunicação Mercadológica</b>	Elissandro Spohr (Kiko)
	Mauro Hoffman
	Marcelo de Jesus dos Santos
	Luciano Bonilha Leão
	Rede de farmácias São João
	3M

Da identificação e sistematização dos atores e Redes, resultam a figura 1 (legenda) e a figura 2 os atores da rede de comunicação pública Tragédia Kiss, graficamente, no conjunto de redes e de atores que se organizam em torno dos temas de interesse público originários do acontecimento Tragédia Kiss.

<sup>41</sup> Utilizou-se “n” para indicar que é um número indefinido, pois essa contabilização não foi realizada na análise das redes de comunicação pública. Entende-se que em cada episódio alguns veículos são acionados.

Figura 1 – Legenda





A representação da figura 2 ilustra uma situação em que todas as redes e atores estariam ativos; ou seja, em comunicação por causa de um tema de interesse público derivado do acontecimento. Esta seria uma situação ideal, em que todas as redes se mobilizam acerca de um dos temas originários do acontecimento e interesses em disputa pelos atores direta ou indiretamente envolvidos com ele. A seguir, serão descritas as redes e respectivos atores, situando a especificidade e a relevância de cada um deles à constituição do acontecimento público Tragédia Kiss.

### **6.1.1 Rede de Comunicação Social**

Esta definição deriva de “sistema de comunicação social” (WEBER, 2007) e respeita a denominação original, que inclui as vozes da sociedade civil organizada, ONG’s, movimentos sociais, grupos organizados e organizações voluntárias. Como diz Weber (2007, p. 26), “aqui é o lugar do cidadão”. Neste sentido, simbólica, a vinculação na rede de comunicação pública não é, necessariamente, física e nem intencional, ocorre no interesse compartilhado pelo tema debatido e pode estar na convergência de sentidos acerca dos fatos, contribuindo para a ampliação da visibilidade, a sustentação do debate e a constituição permanente do acontecimento público.

Foram identificadas 13 organizações que mantêm a visibilidade da Tragédia Kiss e lutam por justiça, especificamente:

#### **1 - Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM)**

A Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) foi criada oficialmente em 23 de fevereiro, de 2013, às 9h, em assembleia realizada no Colégio Marista Santa Maria. A associação foi idealizada por Adherbal Ferreira<sup>42</sup>, que fora também o primeiro presidente e teve como vice Léo Becker. Têm representantes em 75 municípios, distribuídos em seis estados brasileiros, reúne 580 pais, 33.000 familiares e parentes<sup>43</sup>, e está à frente de protestos e homenagens realizadas desde a tragédia.

As suas finalidades estão em reunir os familiares das vítimas e os sobreviventes, promover o amparo recíproco entre eles, manter a visibilidade do acontecimento, lutar pelos direitos e interesses dos sobreviventes e familiares das vítimas; cobrar a apuração das causas

---

<sup>42</sup> Atualmente, a AVTSM é presidida por Sergio da Silva, assessorado por Flavio José da Silva.

<sup>43</sup> Disponível em <<https://www.facebook.com/associacaovtsm/info?tab=overview>>. Acesso em: 31 ago. 2015..

junto ao poder público e a responsabilização de todos os culpados e atuar junto ao poder público para que sejam tomadas providências quanto ao aperfeiçoamento da legislação e da fiscalização, para evitar outras tragédias<sup>44</sup>. Dispõem de site (Figura 3) e de perfil no site<sup>45</sup> de redes sociais Facebook (Figura 4).

Figura 3- Site da AVTSM



A imagem da figura 4 está em destaque na página inicial do site da AVTSM<sup>46</sup>, reúne a foto de um familiar apoiado sobre o caixão durante o velório de uma das vítimas, com os dizeres, na parte superior, “1000 dias de saudades, 24 de outubro de 2015” e, ao centro, “A vida é uma peça de teatro, que não permite ensaios. Por isso, cante, dance, ria e viva intensamente, antes que a cortina se feche e a vida termine sem aplausos”, com a autoria, logo abaixo, de Charlie Chaplin.

A imagem 4 reproduz a capa da página da AVTM no Facebook. Em destaque, contém mensagem de agradecimento às entidades religiosas e empresariais que contribuíram para as homenagens de 27 de janeiro de 2016, data em que a tragédia completou três anos. Estende, também, aos pais e amigos que participaram da atividade.

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://avtms.org/a-avtms/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

<sup>45</sup> Em visita ao site e ao perfil no Facebook, no dia 19.02.2016, às 8h31, verificou-se que a última notícia postada no site foi em 28 de outubro de 2015. Já o perfil no Facebook, recebe atualizações regularmente.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://avtms.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Figura 4 - Fanpage da AVTSM



A AVTSM também criou a tenda da vigília<sup>47</sup> (Figura 5), localizada na Praça Saldanha Marinho. Ela é considerada como uma mídia alternativa radical (DOWNING, 2011), pois está localizada na praça central da cidade e contribui para a manutenção da lembrança da tragédia, além da sociabilidade entre familiares e pessoas que se solidarizam com os pais que ali estão.

Figura 5 - Tenda da vigília da AVTSM



<sup>47</sup> Disponível em: <<http://diariodesantamaria.rbsdirect.com.br/imagesrc/16283338.jpg?w=620>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

O Movimento do Luto à Luta assumiu a tenda da vigília, depois que a Associação passou a ter dificuldades para mantê-la<sup>48</sup>. Ela foi construída, inicialmente, com a ideia de permanecer por 242 dias, em lembrança ao número de vítimas, mas é mantida, três anos depois, devido à importância que passou a ter para os familiares. Nela, são colocados banners com as charges e outras mensagens que remetem à responsabilidade do Estado na tragédia.

## **2 - Movimento Santa Maria do Luto à Luta**

Criado em 27 de fevereiro de 2013, por familiares e amigos das vítimas da tragédia, para unir forças na luta por justiça<sup>49</sup>. Com o lema “meu partido é um coração partido”, intitula-se um movimento apartidário, que objetiva a responsabilização de todos os culpados pela tragédia de Santa Maria. Entre as instituições públicas mais contestadas em suas mobilizações, estão, principalmente, prefeitura municipal e MP-RS. Contém perfil no Facebook, que é atualizado regularmente<sup>50</sup>, e se utiliza de mídias alternativas radicais (DOWNING, 2011), como camisetas e cartazes.

No perfil da página do Facebook, em destaque como publicação fixada<sup>51</sup>, de 26 de janeiro de 2016, está replicada a informação do perfil da AVTSM<sup>52</sup>, com a programação das homenagens relativas aos três anos da tragédia. A imagem de capa<sup>53</sup>, representada pela figura 5.4 denota as reivindicações do Movimento e, conseqüentemente, as relações tensionais que envolvem as duas instituições, prefeitura e MP-RS, principalmente. Esta charge foi produzida após o MP-RS ingressar com uma ação por danos morais contra dois pais<sup>54</sup> de vítimas da tragédia, devido à utilização de caricatura do promotor de justiça que assinou o TAC da boate Kiss<sup>55</sup>, em 2011, e ao fato de o MP-RS não aceitar a denúncia contra o prefeito de Santa Maria, incluído no primeiro inquérito elaborado pela Polícia Civil-RS.

Além da página no Facebook, as charges estão estampadas em mídias alternativas radicais (DOWNING, 2011). Camisetas e cartazes são utilizados em protestos e em homenagens às vítimas organizadas pelo Movimento. Além da visibilidade presencial que

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/entrevistas/2014/06/boate-kiss-um-ano-depois-mais-do-mesmo/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>49</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/MovimentoSmDoLutoALuta/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/MovimentoSmDoLutoALuta/info?tab=page_info)>. Acesso em: 31 ago. 2015.

<sup>50</sup> Último acesso em 19.02.2016, às 8h47.

<sup>51</sup> É um recurso disponibilizado pelo Facebook que mantém a publicação em destaque, no início da página pessoal, até que o usuário remova ou desafixe.

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/www.avt-sm.org/photos/a.370586639722325.1073741827.370206086427047/908271569287160/?type=3&theater>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>53</sup> Em 29 fev. 2016.

<sup>54</sup> Os pais que sofreram os processos são Flávio José da Silva e Sérgio da Silva.

<sup>55</sup> O promotor de justiça é Ricardo Lozza.

permitem, são suportes para que a charge circule através da imprensa, na medida em que a audiência é midiaticizada e nas entrevistas concedidas pelos familiares. Além disso, a tenda da vigília, já referenciada, está sob a sua responsabilidade. O Movimento permanece mobilizado e está, juntamente com a AVTSM, à frente da maioria dos protestos e homenagens identificadas na pesquisa documental.

### **3 - Mães de Janeiro**

De acordo com as informações que constam no perfil do Movimento Mães de Janeiro no Facebook, a mobilização resulta da união de mães que perderam seus filhos na tragédia da boate Kiss, com o objetivo de buscar a justiça e em memória as filhos que foram vítimas da tragédia. Contém perfil no Facebook, que recebe postagens regularmente<sup>56</sup>. A imagem de capa da página no site de redes sociais<sup>57</sup> é a mesma que é utilizada pelo Movimento do Luto à Luta.

### **4 - ONG Para Sempre Cinderelas**

É uma organização não governamental (ONG) criada pelas mães de Andrielle Righi da Silva, Flávia Maria Torres Lemos, Gilmara Quintanilha Oliveira, Mirela Rosa Cruz e Vitória Darcoso Saccol, vítimas da tragédia de Santa Maria<sup>58</sup> “com o intuito de auxiliar instituições carentes e crianças com vulnerabilidade social, propiciando uma infância sadia e uma melhor qualidade de vida<sup>59</sup>”, e em continuidade à atividade que era desenvolvida pelas cinco meninas<sup>60,61</sup>, que estavam ajudando a creche Criança Feliz.

À época da tragédia, haviam arrecadado donativos que seriam entregues nesta entidade, mas não puderam, e eles ficaram na casa de Fani Villanova Torres, mãe de Flávia. Em virtude disto, a prima de Flávia<sup>62</sup> aconselhou que a mãe da menina entregasse na escolinha, em vez de devolver aos voluntários que haviam doado, fazendo-se assim a vontade da filha e suas amigas. Foi então que Marília lançou a ideia da ONG Para Sempre Cinderelas, que recebera este nome em homenagem à beleza, vaidade e bom coração das cinco meninas que faleceram na Kiss, e que viria, também, para unir as mães e dar um sentido às vidas delas

---

<sup>56</sup> Último acesso em 19.02.2016, às 8h55.

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/701598459855019/photos/a.701602539854611.1073741827.701598459855019/1251032148244978/?type=3&theater>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://ongparasemprecinderelas.comunidades.net/sobre-a-ong>>. Acesso em: 27 set. 2015.

<sup>59</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/OngParaSempreCinderelas/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/OngParaSempreCinderelas/info?tab=page_info)>. Acesso em: 12 maio 2015.

<sup>60</sup> Helena Rosa, mãe da Mirela, e que perdeu também o filho João Vitor na tragédia, faleceu em 20 de julho de 2015.

<sup>61</sup> A página recebe atualizações regularmente. Acesso em: 19 fev. 2016.

<sup>62</sup> Marília Torres

após a perda das filhas. Entre as ações realizadas, estão doações de alimentos, roupas e materiais escolares. Tem perfil no Facebook, que recebe postagens regularmente<sup>63</sup> (Figura 6).

Figura 6 – Ação beneficente ONG Para Sempre Cinderelas



A imagem ilustrada pela figura 6<sup>64</sup> foi extraída do perfil no Facebook. É uma publicação de 09 de outubro e nela há o pedido de doações para ação beneficente realizada no dia 12 de outubro de 2015. Também, no topo, a logo da ONG, composta por cinco sapatos, que representam as cinco meninas. Além do Facebook, a ONG dispõe de um site como meio de comunicação.

## 5 - Movimento Fora Schirmer

Criado em 27 de janeiro de 2013, contém perfil no site de rede social *Facebook*. Na foto de apresentação da página do Movimento, uma foto em preto e branco do prefeito de Santa Maria, conforme ilustra a figura 7.

O perfil permanece ativo, realiza oposição ao governo e repercute temas ligados à administração municipal e políticos de Santa Maria que atuam em outras esferas do poder público estadual e federal<sup>65</sup>. Além da visibilidade da tragédia na página do Facebook, realiza ações e protestos em vias públicas. São exemplos as postagens denunciando os buracos nas ruas de Santa Maria, à falta de conservação da praça do parque Itaimbé e a crítica à postura do governo municipal frente a uma iniciativa popular que buscava assinaturas para o projeto de

<sup>63</sup> Última consulta em 11 mar. 2016.

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/OngParaSempreCinderelas/photos/pb.435294549888526.-2207520000.1456663175./886211771463466/?type=3&theater>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>65</sup> Perfil disponível em: <<https://www.facebook.com/FORA-Schirmer-558895720789823/?fref=ts>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

lei que previa a redução do salário dos vereadores, todas emitidas entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016.

Figura 7 – Perfil no Facebook Fora Schirmer



## 6 - Kiss que não se repita

A página foi criada em janeiro de 2014, no facebook, com o objetivo de desenvolver atividades que ajudem a evitar que tragédias como a da boate Kiss voltem a acontecer, denunciar irregularidades, além de realizar campanhas de conscientização e de valorização dos protestos realizados por amigos e familiares das vítimas da tragédia. Está atualizado e recebe postagens regularmente<sup>66</sup>. A logo<sup>67</sup> da comunidade está representada na figura 8, em uma versão que faz alusão aos três anos desde a tragédia.

Figura 8 – Logomarca da comunidade *Kiss que não se repita*



<sup>66</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/KissQuenaoserepita/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/KissQuenaoserepita/info/?tab=page_info)>. Acesso em: 19 fev 2016.

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/KissQuenaoserepita/photos/a.195364317338785.1073741827.195359680672582/493080837567130/?type=3&theater>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

Na capa da página da Comunidade, a mesma charge utilizada pelo Movimento do Luto à Luta e Mães de Janeiro, descrita anteriormente.

### **7 - Somos todos Santa Maria – Não ao esquecimento**

Comunidade criada no site de redes sociais Facebook, que objetiva solidarizar com os familiares das vítimas, não permitir o esquecimento e conscientizar para que não haja novas tragédias. A comunidade permanece em atividade e o perfil no site recebe atualizações frequentemente<sup>68</sup>. A imagem de capa da página no Facebook<sup>69</sup> (figura 9) traz o lema “Não ao esquecimento” e faz referência aos 37 meses desde a tragédia, completos em 27 de fevereiro de 2016, e ao fato de a que a justiça não tenha punido os responsáveis.

Figura 9 - “Não ao esquecimento”



Os dizeres à esquerda estão em inglês e em português, enquanto que, à direita, além das dos dois idiomas, está em espanhol. O perfil recebe e compartilha mensagens de apoio de pessoas de lugares distintos, do Brasil e de outros países. São exemplos São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, e EUA, Suíça. Argentina e Holanda.

### **8 - Movimento Carta ao Tribunal Penal Internacional (em Haia, Holanda)**

Movimento que busca a intervenção do Tribunal Penal Internacional no caso da boate Kiss, devido à impunidade dos entes do poder público e da negação da denúncia, por parte do MP-RS, de todos os indiciados pela Polícia Civil, servidores ou representantes do poder

<sup>68</sup> Última consulta em 11.03.2016, às 15h30.

<sup>69</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/SomosTodosSantaMariaNaoEsquecimento/photos/a.372143326242288.1073741829.371912606265360/820438378079445/?type=3&theater>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

público municipal ou estadual. A mobilização nasce da união entre os integrantes da AVTSM, Santa Maria – do luto à luta, Kiss - Que não se repita e Somos todos Santa Maria. A página do Facebook está em atividade e atualizada. Na imagem de capa (figura 10), os grupos que apoiam o movimento e palavras que reforçam a luta por justiça<sup>70</sup>.

Figura 10 – Capa do Movimento Carta ao Tribunal Penal Internacional



## 9 - Associação Ahh... Muleke

Criada em homenagem ao Vinícius Montardo Rosado, Rogério Floriano e Danilo Brauner Jaques, por suas famílias, com o objetivo de promover projetos e ações sociais<sup>71</sup>. Conforme descrito no perfil, a intenção está em dar continuidade às ações dos jovens, que já desenvolviam projetos e ações sociais. A logomarca da Associação Ahh... Muleke está representada na Figura 11 e as últimas publicações são de janeiro de 2016<sup>72</sup>.

Figura 11 – Logomarca da Associação Ahh... Muleke



<sup>70</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/Carta-ao-Tribunal-Penal-Internacional-Caso-Santa-Maria-513413488796842/timeline>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>71</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-Ah-Muleke-688937544469779/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-Ah-Muleke-688937544469779/info/?tab=page_info)>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-Ah-Muleke-688937544469779/timeline>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

## 10 - Memorial às Vítimas da Tragédia em Santa Maria

Página criada no Facebook com o objetivo de homenagear as vítimas da tragédia na boate Kiss<sup>73</sup>. Recebe atualizações regularmente<sup>74</sup>.

## 11 - Boate Kiss – vítimas e familiares

Página no Facebook dedicada às vítimas e aos familiares da tragédia na boate Kiss. A imagem de capa (Figura 12) da página contém uma foto aérea da cidade de Santa Maria e palavras que remetem à justiça e à lembrança da tragédia, para que não caia no esquecimento, e lembra que são três anos desde o incêndio, ainda sem justiça<sup>75</sup>. Algo que, como já visto, nos outros grupos sociais, são as bandeiras predominantes.

Figura 12 – Justiça – Abraça Santa Maria



Recebe postagens regularmente<sup>76</sup>, mas as mais atuais datam de 27 de janeiro de 2016, quando a imagem de capa foi inserida e a tragédia completara três anos.

## 12 - Indivíduos e grupos sociais não organizados

Esta tipificação contempla os indivíduos ou grupos que participam das homenagens e protestos, repercutem as publicações sobre a tragédia, mas que não pertencem a nenhum grupo organizado. Nos primeiros dias após a tragédia, as mobilizações sociais foram

<sup>73</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/Memorial-%C3%A0s-V%C3%ADtimas-da-Trag%C3%A9dia-em-Santa-Maria-RS-491967614177999/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/Memorial-%C3%A0s-V%C3%ADtimas-da-Trag%C3%A9dia-em-Santa-Maria-RS-491967614177999/info/?tab=page_info)>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>74</sup> Última visita à página em 11.03.2016, às 20h51.

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/491967614177999/photos/a.491972337510860.103620.491967614177999/1023797684328320/?type=3&theater>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>76</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/boatekissvitimasefamiliares/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/boatekissvitimasefamiliares/info/?tab=page_info)>. Acesso em: 11 mar. 2016.

organizadas via sites de redes sociais, sem que houvesse autoria ou a iniciativa de grupos organizados.

### 13 - Músicos e artistas de Santa Maria

A inclusão desta categoria deriva da identificação de homenagens de músicos e artistas de Santa Maria às vítimas da tragédia. Não há páginas ou sites dedicados a grupos de artistas para reverberarem acerca da tragédia, mas há a produção de vídeos em que artistas homenageiam as vítimas. São exemplos, o vídeo intitulado “Um novo domingo de sol”, que reúne cantores do RS, foi produzido aos 30 dias desde a tragédia. Este vídeo foi veiculado no programa Fantástico, da TV Globo<sup>77</sup>. A canção “Cinzas ao amanhecer”<sup>78</sup> foi produzida na primeira quinzena pós-tragédia<sup>79</sup> e também reúne artistas gaúchos em homenagem às vítimas e aos familiares<sup>80</sup>. Por fim, o videoclipe<sup>81</sup> produzido em fevereiro de 2013, pela TV OVO, uma associação local sem fins lucrativos<sup>82</sup>, que atua na formação audiovisual de jovens, produção de vídeos comunitários e de curtas-metragens. Na homenagem, um grupo de artistas santamarienses interpretou a canção “Santa Maria”.

A seguir, são descritas as homenagens e ações divulgadas nas Redes de Comunicação Social que contribuíram para a visibilidade do acontecimento, promovida por meio de mídias digitais, alternativas e radicais. Interessa, nesta seção, ilustrar a vitalidade da Rede de Comunicação Social e a importância das mídias alternativas utilizadas pelos atores que compõem essas redes. Entende-se que, através delas, é possível refletir acerca de uma esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008) alargada, para além da cena midiática hegemônica. Além disso, demonstrar os múltiplos protagonismos das Redes de Comunicação Pública do acontecimento público, que excedem a esfera de competência do campo midiático. Trata-se da rede religiosa, da científica e da mercadológica, por exemplo, que acionam temas relacionados à tragédia e, que, também, contribuem para a visibilidade e o debate público.

Os sites de redes sociais foram utilizados pela Rede de Comunicação Social, já no dia do incêndio. Por meio deles, indivíduos e grupos se mobilizaram para reunir voluntários para amparar os familiares das vítimas no CDM. Entre as ações realizadas, houve o recolhimento

<sup>77</sup> São exemplos dessas produções os vídeos disponíveis em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gVsNM5cuaL8>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>78</sup> Autoria de Will Pedra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk>>. Acesso em: 10 maio 2016.

<sup>79</sup> Produção da LIVERPROFILMES.

<sup>80</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk&ebc=ANyPxKo2po5WXTLS1WbAtzU-XYZNjNqS0p8VwaBu6WILBGQWUkCbn9k07Ekjb5F5H9Mt9hY\\_HTVI3foPxxwCY4h3c21MdeRhHUg](https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk&ebc=ANyPxKo2po5WXTLS1WbAtzU-XYZNjNqS0p8VwaBu6WILBGQWUkCbn9k07Ekjb5F5H9Mt9hY_HTVI3foPxxwCY4h3c21MdeRhHUg)>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>81</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-CXuZvovnZA>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>82</sup> Autoria de Beto Pires.

de donativos, divulgação de informações atualizadas com a relação de vítimas fatais e os hospitalares para onde eram levados os sobreviventes. Nos dias seguintes, serviram à organização de homenagens e protestos. Entre as homenagens, estão as listadas a seguir.

No dia seguinte, 28 de janeiro, cerca de 30 mil pessoas percorreram as ruas centrais da cidade de Santa Maria, vestidas de branco, fazendo-se ver em todo o mundo. A mobilização circulou em imagens e notícias por meio da mídia e dos sites de redes sociais. A caminhada passou pela frente da boate Kiss e terminou no CDM, local para onde os corpos foram levados, reconhecidos e onde 30 vítimas foram veladas<sup>83,84</sup>. A Rede de Comunicação Social ainda não era representada pelos grupos, associações, ONG's, que viriam a ser formados depois. De modo geral, os cartazes utilizados pelos peregrinos estampavam mensagens que pediam justiça e homenageavam as vítimas (Figura 13)<sup>85</sup>.

Figura 13 - Manifestação no dia 28 de janeiro de 2013, Santa Maria, RS



Nas duas semanas seguintes à tragédia, nove manifestações foram convocadas via site de redes sociais<sup>86</sup> *Facebook*<sup>87</sup>, conforme estudo de Moro e Brignol (2013), mobilizando, pelo

<sup>83</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/em-marcha-silenciosa-santa-maria-exige-justica-por-seus-mortos-29012013>> e <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130129\\_santamaria\\_ter\\_rp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130129_santamaria_ter_rp.shtml)>

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/01/serenidade-e-indignacao-se-misturam-durante-velorio-em-santa-maria>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>85</sup> Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-29/milhares-fazem-passeata-em-homenagem-vitimas-em-santa-maria>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>86</sup> Segundo Recuero (2007), são sites em que é possível criar um perfil público ou semi-público e estabelecer interações sociais.

<sup>87</sup> Foi encontrado apenas um perfil relativo à tragédia no site de rede social Twitter. Intitulado Tragédia Boate Kiss, contém apenas uma postagem do dia 27 de janeiro de 2013. Acesso em: 28 fev. 2016..

menos, 20 mil pessoas em locais públicos. Com a utilização dessa plataforma, criaram-se espaços onde são disponibilizados textos, fotos e vídeos com informações e opiniões destes atores sobre o acontecimento.

Artistas e músicos locais também se solidarizaram em homenagem às vítimas. São exemplos, o vídeo intitulado “Um novo domingo de sol”, que reúne cantores do RS foi produzido aos 30 dias desde a tragédia. Este vídeo foi veiculado no programa Fantástico, da TV Globo<sup>88</sup>. A canção “Cinzas ao amanhecer<sup>89</sup>” foi produzida na primeira quinzena pós-tragédia<sup>90</sup> e também reúne artistas gaúchos em homenagem às vítimas e aos familiares<sup>91</sup>. Por fim, o videoclipe<sup>92</sup> produzido em fevereiro de 2013, pela TV OVO – uma associação local, sem fins lucrativos<sup>93</sup> –, que atua na formação audiovisual de jovens, produção de vídeos comunitários e de curtas-metragens. Na homenagem, um grupo de artistas santa-marienses interpretou a canção “Santa Maria”.

Na observação das redes de comunicação social, percebe-se a utilização de fotos, pinturas e ícones que remetem à morte, como a pintura de silhuetas de corpos, fitas coloridas, velas e flores. Neste sentido, é constituída a iconografia mortuária do acontecimento e, além dos símbolos, as fotos das vítimas incorporam-se ao cotidiano. Simbolizam a presença daqueles que tiveram a vida ceifada e do acontecimento, para que não caiam no esquecimento. Nesta linha, é ilustrativa a imagem da figura 14, uma mensagem feita pela AVTSM na Placa Rua dos Andradas, esquina da boate Kiss<sup>94</sup>.

A placa com o nome da rua (figura 14), o grafite realizado na fachada do prédio<sup>95</sup> onde era a Boate e as silhuetas de corpos (figura 15 e 16)<sup>96</sup> pintadas em frente à sede da Prefeitura Municipal de Santa Maria e onde se localizava a boate Kiss<sup>9798</sup> (figura 16) estão inseridos entre os suportes de visibilidade alternativos à cena midiática, são mídias alternativas radicais

<sup>88</sup> São exemplos destas produções os vídeos que estão nos links disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gVsNM5cuaL8>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>89</sup> Autoria de Will Pedra.

<sup>90</sup> Produção da LIVERPROFILMES.

<sup>91</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk&ebc=ANyPxKo2po\\_5WXTLS1WbAtzU-XYZNjNqS0p8VwaBu6WILBGQWUkCbn9k07Ekjb5F5H9Mt9hY\\_HTVI3foPxxw\\_CY4h\\_3c21MdeRhHUg](https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk&ebc=ANyPxKo2po_5WXTLS1WbAtzU-XYZNjNqS0p8VwaBu6WILBGQWUkCbn9k07Ekjb5F5H9Mt9hY_HTVI3foPxxw_CY4h_3c21MdeRhHUg)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>92</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-CXuZvovnZA>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>93</sup> Autoria de Beto Pires.

<sup>94</sup> Retirada do site da AVTSM, em 08.01.2016, às 11h44.

<sup>95</sup> Foto de Germano Rorato/Agência RBS.

<sup>96</sup> Foto de Rafael Ocanha/RBS TV. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/tragedia-santa-maria-boate-kiss-um-ano-depois/noticia/2014/02/prefeitura-manda-apagar-silhuetas-que-lembram-vitimas-da-kiss-no-rs.html>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

<sup>97</sup> Foto de Daniel Favero/Portal Terra. Disponível em: <[http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/tragedia-em-santa-maria/rs-silhuetas-das-vitimas-da-kiss-sao-pintadas-em-frente-a-boate,4a69a1e32c1d3410VgnVCM1000009\\_8cceb0aRCRD.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/tragedia-em-santa-maria/rs-silhuetas-das-vitimas-da-kiss-sao-pintadas-em-frente-a-boate,4a69a1e32c1d3410VgnVCM1000009_8cceb0aRCRD.html)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

<sup>98</sup> As pinturas em frente à boate Kiss fizeram parte das homenagens e protestos que marcaram um ano desde a tragédia. As que foram feitas em frente à boate Kiss são dos atos realizados no mês seguinte.

(DOWNING, 2004) que, apesar de promovidos por atores com acessibilidade restrita aos veículos da grande mídia, apresentam alto potencial de visibilidade na esfera de visibilidade pública.

Figura 14 – Homenagem em placa na Rua dos Andradas



Figura 15 – Mobilização para pintura de silhuetas de corpos, em frente à Prefeitura de Santa Maria



Figura 16 -- Silhuetas de corpos pintadas na rua



O ato Somos Todos Santa Maria reverberou em sua página, no Facebook, a palestra, em Santo André, São Paulo (SP), no dia 1º de novembro de 2014, dos pais de uma das vítimas<sup>99</sup>, que residem na cidade, em um Simpósio da Juventude da Diocese de São Miguel Paulista, SP. O objetivo principal foi a conscientização sobre a segurança dos estabelecimentos frequentados pelos jovens. Percebe-se, aqui, a articulação entre Rede de Comunicação Social e Rede Religiosa.

No grafite produzido na fachada da boate, em 27 de abril de 2015, constava a frase “Até quando a indiferença vai servir à Justiça?”, de autoria do Movimento Santa Maria do Luto à Luta e que visava chamar a atenção para os agentes públicos e a Justiça-RS. No dia 27 de janeiro de 2016, quando a tragédia completou três anos, o grafite foi substituído por outro (figura 17), que visa representar um dos donos da boate apresentando as licenças para que ela funcionasse<sup>100</sup>. No, suposto, documento constam Prefeitura Municipal, Fiscalização, Corpo de Bombeiros, Ministério Público. Também é componente desta arte a frase “omissão mata” (que não está visível na imagem). Nestas visibilidades, atores do poder judiciário, do corpo de bombeiros, do MP-RS e da comunicação mercadológica são tensionados.

<sup>99</sup> O nome da vítima é Rafael Carvalho.

<sup>100</sup> Foto de Germano Rorato/Agência RBS. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policial/noticia/2016/01/fachada-da-boate-kiss-ganha-nova-arte-durante-homenagens-4961884.html>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Figura 17 - Grafite: proprietários e Estado -“omissão mata”



Essas mensagens propõem sentidos a quem passa pelo local e são replicadas nas páginas das mobilizações sociais, em sites de redes sociais e agendam a mídia em diversas situações.

As mídias digitais também são utilizadas para reverberar as homenagens feitas em locais públicos, assim como são publicados vídeos, fotos e textos produzidos pelos pais, amigos e demais familiares das vítimas. A tenda da vigília, como mídia alternativa, demarca o espaço público, na praça em frente à prefeitura municipal de Santa Maria com o objetivo de acolher os pais e familiares, em apoio mútuo.

As imagens a seguir (Figuras 18, 19, 20) foram produzidas por este autor, durante as homenagens do mês de janeiro de 2015, dois anos desde o incêndio. A primeira trata-se de uma camiseta que contém mensagem que remete à sensação de impunidade sentida pelos familiares das vítimas; a segunda imagem foi produzida após pétalas de rosas serem lançadas de um helicóptero sobre as pessoas que participavam do ato.

18 – Camiseta: dois anos sem justiça



19 – Pétalas de rosas na calçada



Figura 20 -- Ao som do helicóptero, pétalas de rosa



Além do simbolismo visível em um texto verbal ou icônico, é possível relatar as emoções que os sons deixados pelo dia 27 de janeiro de 2013, representados na figura 19 (pétalas) deixaram na memória dos santa-marienses. Nesta homenagem, o som do helicóptero que largava sobre o público as pétalas de rosa representava o resgate, o incessante barulho de sirenes, de ambulâncias, bombeiros, aviões e helicópteros com destinos aos mais diversos hospitais do Estado em busca de atendimento às vítimas. Entre o desejado e o indesejado, está

também o incontrolável, seja por parte das instituições, como por parte dos atores constituintes da rede e até mesmo pela sociedade que se comove.

Apesar disto, analisar o acontecimento público Tragédia Kiss permite ver que, mesmo com mais de duas centenas de jovens mortos, as mobilizações sociais encontram resistências na própria sociedade. Que, aos poucos, passaram a ocorrer com menor frequência e contam com menos pessoas. Dos milhares, às centenas, às dezenas, o que não significa que os vínculos daqueles que permanecem mobilizados em públicos sejam menos sólidos ou que estejam fragilizados perante os demais atores. As conversações no interior dos públicos (TARDE, 1992) são o que constituem a dinâmica cognitiva do processo de formação da opinião.

As homenagens às vítimas também incluem produções artísticas, como por exemplo, o vídeo intitulado “Um novo domingo de sol”, que reúne cantores do RS, foi produzido aos 30 dias desde a tragédia. Este vídeo foi veiculado no programa Fantástico, da TV Globo<sup>101</sup>. A canção “Cinzas ao amanhecer<sup>102</sup>” foi produzida na primeira quinzena pós-tragédia<sup>103</sup> e também reúne artistas gaúchos em homenagem às vítimas e aos familiares<sup>104</sup>. Por fim, o videoclipe<sup>105</sup> produzido em fevereiro de 2013, pela TV OVO, uma associação sem fins lucrativos local<sup>106</sup>, que atua na formação audiovisual de jovens, produção de vídeos comunitários e de curtas-metragens. Na homenagem, um grupo de artistas santa-marienses interpretou a canção “Santa Maria”.

Diante desses aspectos e exemplos, a permanência das homenagens e protestos passa pela criação e atuação de associações, movimentos e ONG's. Incluem-se, aí, atividades de conscientização, participações em congressos, ações de finalidade social, de apoio aos que foram fragilizados pela tragédia, de pressão às instituições estatais. Elas resultam da união, para somar forças e superar os traumas e sequelas deixados pelo incêndio, bem como para lutar por justiça e promover mudanças para que outras tragédias sejam evitadas. Eles permitem descontextualizar o acontecimento e formam registros que mantêm sua visibilidade e memória, além de terem o potencial de desencadear respostas e reações. As mídias alternativas e radicais permitiriam tangenciar o acesso à cena midiática, das pautas e dos

<sup>101</sup> São exemplos destas produções os vídeos que estão nos links <https://www.youtube.com/watch?v=gVsNM5cuaL8>. Acesso em 11.03.2016, às 21h25.

<sup>102</sup> Autoria de Will Pedra.

<sup>103</sup> Produção da LIVERPROFILMES.

<sup>104</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk&ebc=ANyPxKo2po\\_5WXTLS1WbAtzU-XYZNjNqS0p8VwaBu6WILBGQWUkCbn9k07Ekjb5F5H9Mt9hY\\_HTVI3foPxwCY4h3c21MdeRhHUG](https://www.youtube.com/watch?v=oS76KKkxqYk&ebc=ANyPxKo2po_5WXTLS1WbAtzU-XYZNjNqS0p8VwaBu6WILBGQWUkCbn9k07Ekjb5F5H9Mt9hY_HTVI3foPxwCY4h3c21MdeRhHUG)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

<sup>105</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-CXuZvovnZA>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

<sup>106</sup> Autoria de Beto Pires.

movimentos sociais, ao fazerem eclodir vozes discordantes, minoritárias, subjugadas. Os sentidos, em disputa na Rede de Comunicação Pública, transcendem aos dispositivos institucionais ou qualquer forma de regulação.

### **6.1.2 Rede de Comunicação Midiática**

Entre todos os atores, a Rede de Comunicação Midiática tem uma particularidade, pois concede a visibilidade para os demais na disputa pela credibilidade. Como referência Weber (2007, p.29), ela detém o poder de “visibilidade das outras redes”. Daí que os veículos de mídia são cobiçados pelos demais, em se tratando de visibilidades almejadas planejadas. Por outro lado, é neste mesmo espaço que são constituídos os pactos e as disputas, no plano simbólico, entre as versões e opiniões dos atores que ocupam a cena midiática, em notícia, em debate, em entrevista.

Como já referenciado anteriormente, este acesso dos atores não é irrestrito, nem igual para todos. Isto é definido pelos critérios de noticiabilidade, fundados no interesse público, mas, também, está subordinado aos interesses das empresas de mídia, diante do cenário concorrencial em que elas estão inseridas. Neste contexto, torna-se possível a coexistência de interesses públicos e privados nos conteúdos veiculados, como em programas de auditório que exploram o drama e o sofrimento das famílias atingidas.

O acontecimento teve repercussão para além do Brasil, por isto não foi realizada a descrição de cada empresa de comunicação. Optou-se por relacionar os tipos de mídia identificados, origem e abrangência.

A rede de comunicação midiática tem a particularidade de perpassar todas as outras redes, pois canaliza os processos comunicacionais estabelecidos pelos demais atores, seja enquanto esfera de visibilidade pública ou esfera de discussão pública. Ela não contempla todo o debate realizado no âmbito do espaço público, mas é decisiva para a constituição do acontecimento público, pois potencializa o impacto e a possibilidade de reverberação dos temas alçados ao escrutínio público. E, com eles, as versões e opiniões em disputa na busca por visibilidade.

Nesta categoria, incluem-se suportes de mídia não convencionais e não regidos segundo a lógica midiática. Ao contrário, são utilizados para contornar as dificuldades de acesso à mídia e para incluir ao debate atores e perspectivas alternativas às circulantes. Nesta

direção, identificamos mídias alternativas radicais (DOWNING, 2004), utilizadas, sobretudo, pelas mobilizações sociais (quadro 3).

Quadro 3 - Mídias

<b>Mídia local</b>	<b>Mídia estadual</b>	<b>Mídia nacional</b>	<b>Mídias alternativas</b>
Jornais impressos Emissoras de televisão Emissoras de rádio Portais, sites e blogs de notícias	Jornais impressos Emissoras de televisão Emissoras de rádio Portais, sites e blogs de notícias	Jornais impressos Emissoras de televisão Emissoras de rádio Portais, sites e blogs de notícias Mídia internacional Sites de redes sociais Homenagens de celebridades midiáticas	Cartazes Outdoors Pinturas e grafites aplicados a edificações e ruas Tenda das mães das vítimas da Kiss Charges Camisetas

Tão logo surge a informação do incêndio, na madrugada de 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria, as Redes de Comunicação Midiática são mobilizadas. Improvável, impactante, trágico, são algumas das características do acontecimento Tragédia Kiss que asseguram o seu potencial de midiaticização e que nos permite compreendê-lo como “evento especialmente fascinante” (BENETTI, 2012) para o jornalismo. Nas primeiras 72 horas, pós-incêndio, foram 46 horas de cobertura ao vivo em televisão aberta (SILVEIRA, 2014). Tragédias são sempre buscadas, pois correspondem aos critérios de noticiabilidade (FRANCISCATO, 2005) e são afeitas à lógica e estética midiática, ligadas à casualidade ou à desgraça, ao “grotesco” (SODRÉ, 1988).

Na acepção do termo, o grotesco é um olhar acusador que penetra nas estruturas para descobrir a sua fealdade, a sua aspereza. Tem, portanto, função de desvelar intenções, de descobrir o que não está aparente. Porém, submetido à lógica midiática, o termo pode assumir outro sentido, ao que denomina “grotesco escatológico” (SODRÉ, 1988, p. 73), que predomina na televisão brasileira. Está associado a uma disfunção social e artística<sup>107</sup> e, na apropriação de casos trágicos, serve à promoção do espetáculo, em que o público que assiste, é, também, protagonista, pois vidas reais são contadas, na conjunção entre informação e

<sup>107</sup> Sodré (1988, p. 37) define escatologia como “reflexão ou doutrina das coisas finais (do mesmo modo como se reflete sobre as origens)”, a qual implica uma atitude cultural em relação à história.

ficção, o real e o imaginário. Ainda que submetidos à lógica midiática e à estética publicitária, é reconhecido que os produtos informativos têm potencial de incitar o debate público. Até mesmo, pelo relato que sonega.

Acontecimentos com consequências catastróficas, como a Tragédia Kiss, interrompem o fluxo da representação midiática (SILVERSTONE, 2009) e, em razão disto, também, pode-se ter a noção de que se trata de uma catástrofe. Aos poucos, ante as rupturas que provoca, ele é extraído em seu “estado bruto”, organizado e “midiatizado”, ao ser transformado em elemento de sentido pelo jornalismo. Jornalistas e os públicos são interessados em compreendê-lo, inseri-lo em um “mapa cognitivo” (DAYAN, 2011).

No dia da tragédia, equipes de jornalismo locais, nacionais e internacionais, atuaram diretamente de Santa Maria, recolhendo e organizando informações para relatarem o que se passara. Porém, não sem resistências ou dificuldades impostas pela própria estrutura regular de produção de notícias.

Segundo Silveira (2013, p. 2), desde o início foi possível notar “o agendamento da cobertura a reboque das mídias sociais e o inevitável despreparo e carência de materiais das coberturas centralizadas no eixo Rio-São Paulo”, uma vez que a lógica regular de produção de notícias é contrariada, pois

[...] o local-nacional está associado a acontecimentos provenientes das metrópoles ou eventos extraordinários, o local-regional, habitualmente, associa-se a eventos provenientes de capitais federadas e o local-municipal instaura-se como instância de idiosincrasias e/ou tragédias (SILVEIRA; DALMOLIN, 2013, p. 6).

Com isto, trazem à reflexão a capacidade da rede de comunicação midiática dar conta de um evento de tais proporções e desdobramentos, tendo-se como um dos aspectos consideráveis, a hegemonia de mídia privada em detrimento da pública, em âmbito nacional, o que se reproduziu na cobertura da tragédia.

Uma das primeiras fontes a falar, foi um dos seguranças da boate Kiss, em entrevista concedida à emissora de televisão RBS TV. Ainda em frente ao prédio onde estava a boate Kiss e, logo após o término do resgate das vítimas, do qual ele participara, resumiu como um “filme de terror” o que tinha acabado de vivenciar<sup>108</sup>. Os primeiros registros oficiais contabilizavam 80 mortes, número que foi se ampliando conforme os novos óbitos eram confirmados.

Conforme Mota e Rublescki (2013), nas primeiras horas, o trabalho da imprensa foi dificultado em razão do isolamento da área realizado pela Polícia Civil (RS) e, do local onde

<sup>108</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wgepzE2KEaM>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

estavam, era possível visualizar a retirada dos corpos e a colocação em caminhões frigoríficos, mas sem poder realizar a quantificação. Os *media*, nacionais e internacionais, compartilharam o drama, repetindo cenas de pânico, de desespero (figura 21). A matéria em destaque foi produzida seis meses após a tragédia e o tema é a indenização das famílias dos valores relativos aos funerais das vítimas. Não tem, portanto, relação com a imagem que estampa a notícia, que é uma das que foram amplamente divulgadas, do momento do resgate e que permite sentir a atmosfera dramática daquela madrugada.

Figura 21 – Imagem de O Globo



As notícias também informaram, esclareceram e auxiliaram na compreensão dos fatores que provocaram a tragédia. Além de representantes do poder público, testemunhas, familiares e sobreviventes; especialistas da área da saúde e de engenharia, representantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil; os proprietários do estabelecimento, responsáveis por empresas prestadoras de serviço e músicos da banda que se apresentava no palco; todos eles são incitados a falar. A primeira entrada ao vivo teria sido por telefone, para o canal Globo News, de abrangência nacional. Com duração de 10 minutos, ocorreu durante o deslocamento da equipe ao CDM, para onde os corpos foram levados e os familiares fizeram o reconhecimento das vítimas. No relato, informações sobre as causas do incêndio, atualização

do número de mortos e a descrição do cenário trágico potencializado pelo desespero dos familiares.

A primeira entrada, ao vivo, com imagem e som, também foi para o canal fechado Globo News, por volta das 10h da manhã, realizada na sede da emissora local RBS TV, cujo teor era uma entrevista com o comandante geral do Corpo de Bombeiros do RS, que, apesar de ser uma fonte oficial, informou equivocadamente a lotação máxima permitida na Kiss. A informação sobre o número de mortos também foi corrigida após a primeira versão, que era de 245, mas o número correto era 231. Outras 11 vítimas não resistiram aos ferimentos e faleceram nos dias seguintes.

Em canal aberto e em rede nacional, a primeira entrada ao vivo foi durante o programa Esporte Espetacular, da Rede Globo, que também dedicou parte de seu tempo a prestar esclarecimentos sobre o acontecimento ocorrido em Santa Maria. A partir do início da tarde, a RBS TV iniciou um programa especial para a atualização das informações acerca do incêndio, reconhecimento dos corpos, o encaminhamento dos sobreviventes aos hospitais, procedimentos investigativos, repercussão política e estatal, atendimento às vítimas e familiares e as manifestações da sociedade. Ancorado por jornalistas que estavam em Porto Alegre, as entradas, ao vivo, ficaram mais frequentes e eram realizadas diretamente do CDM.

Além da Rede Globo, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e Rede Record, também entre as principais emissoras de televisão brasileiras, deslocaram repórteres e apresentadores para Santa Maria, incluíram entradas ao vivo durante a programação dominical, com a atualização das informações sobre o incêndio. São exemplos os programas Domingo Legal e Eliana, no SBT; Programa do Gugu e Domingo Espetacular, na Record; e Fantástico, na Rede Globo, que teve toda a pauta reformulada e dedicou a edição do dia 27 de janeiro de 2013, à cobertura da tragédia. Além disto, deslocou até Santa Maria o âncora do Jornal Nacional, principal noticiário televisivo brasileiro, William Bonner<sup>109</sup> (figura 22), de onde apresentou o telejornal no dia 28. O Fantástico, do dia 03 de fevereiro, apresentou uma réplica da boate Kiss, para ilustrar tudo o que aconteceu naquela noite e os aspectos que contribuíram para a ocorrência das mortes.

---

<sup>109</sup> Disponível em: <<https://s03.video.glbimg.com/x240/2874514.jpg>>. Acesso em: 08 maio 2016.

Figura 22 -- Bonner em frente à boate Kiss



Nos meios impressos, as características editoriais de alguns veículos foram alteradas. Foram produzidos encartes, cadernos especiais e homenagens às vítimas e aos familiares. São exemplos os jornais Zero Hora, de circulação estadual, e Diário de Santa Maria, de circulação regional, ambos do grupo RBS, que tiveram a cor preta incorporada ao leiaute das suas capas, em substituição às cores tradicionais. Além deles, o Correio do Povo, O Sul, Diário Catarinense e o Dia (do Rio de Janeiro), adotaram o preto em seu grafismo, como forma de homenagear as vítimas da tragédia. Nas imagens a seguir, estão representados os jornais Diário de Santa Maria, através da capa de um caderno especial criado quando a tragédia completou um ano (Figura 23); no jornal A Razão, a capa da versão impressa (Figura 23), do dia 27 de janeiro de 2015 (segundo ano desde a tragédia), o tradicional azul é substituído pelo preto, em sinal de luto. Os dois jornais citados são de Santa Maria.

Figura 23 – Imagens dos jornais de Santa Maria



Em portais de notícias, são utilizados recursos interativos para homenagear as vítimas. No infográfico<sup>110</sup> representado na figura 24, é possível clicar nas fotos para acessar informações sobre cada uma das vítimas. É do portal ClicRBS e está alocado na seção ZH notícias. As edições especiais foram produzidas nos dias seguintes à tragédia e, a cada 27 de janeiro, novas homenagens são realizadas (figura 24).

Figura 24 - Matéria sobre história das vítimas (Zero Hora)

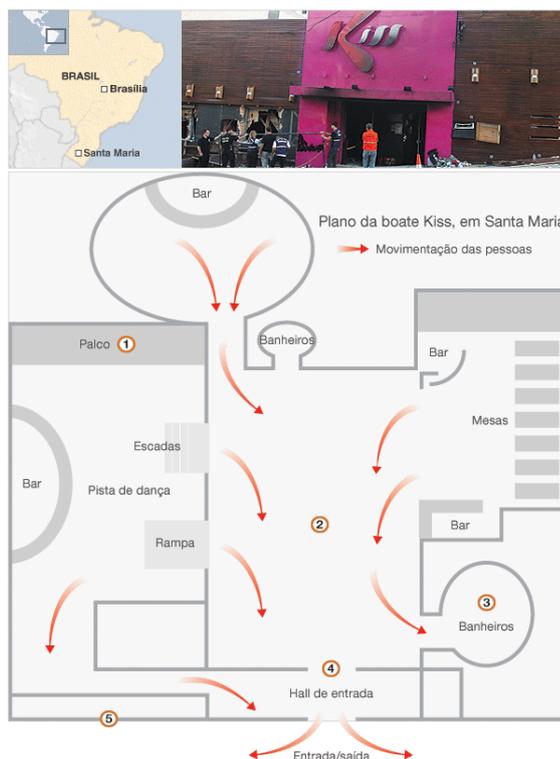


Na edição impressa de segunda-feira, 28 de janeiro de 2013, o jornal Zero Hora dedicou 56 páginas ao sinistro ocorrido em Santa Maria, com textos de diversos colunistas, como David Coimbra, Humberto Trezzi e Rosane de Oliveira. No mesmo dia, o Diário de Santa Maria imprimiu cerca de 10 mil exemplares a mais e mesmo assim teve tiragem esgotada.

Aos poucos, o acontecimento é organizado, suprimindo as lacunas de sentido ocasionadas pela irrupção da tragédia. Em meios digitais, diversos recursos são utilizados para representar o ambiente da boate Kiss e como tudo ocorrera naquela noite, o que pode ser verificado na figura 25, infográfico que ilustra o fluxo de saída das pessoas da casa noturna.

<sup>110</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/pagina/perfis-das-vitimas.html>>. Acesso em: 18 abril 2016.

Figura 25 - Infográfico sobre o fluxo de pessoas na boate Kiss



Vidas foram contadas, heróis e vilões construídos, narrativas são entrecruzadas. Nessa direção, entram os relatos noticiosos sobre jovens que saíram com vida da boate Kiss, mas que voltaram ao interior do prédio, tentando retirar quem ainda estava lá dentro (Figura 26). Entre eles, Vinicius Rosado, que salvou pelo menos 14 pessoas<sup>111</sup> e Rafael de Oliveira Dorneles, que salvou pelo menos uma pessoa. Ambos, na tentativa de buscar mais sobreviventes, no interior da boate, em algum momento, já não conseguiram mais sair.

A tragédia na boate Kiss também se tornou internacional. Além de mobilizar os veículos de mídia regionais, estaduais e nacionais, ela agendou noticiários em países como Inglaterra, Estados Unidos, Argentina, Cuba, França, Japão e China, pois grupos de mídia e agências internacionais de notícias enviaram correspondentes à Santa Maria. São exemplos a TV estatal da China, a emissora NHK, do Japão, além das agências *Agence France-Presse* e a *Associated Press* e a *Reuters*<sup>112</sup>.

<sup>111</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/01/as-historias-dos-jovens-que-viraram-anjos-da-guarda-4026685.html>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

<sup>112</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/01/correspondentes-de-varios-paises-cobrem-a-tragedia-em-santa-maria-4026895.html>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

Figura 26 – Relatos sobre os sobreviventes



Na Espanha, os portais do “El país” e “El Mundo”, dedicaram espaços à tragédia ocorrida em Santa Maria; os britânicos, a rede BBC e o tabloide “Daily Mirror” também deram a notícia, inclusive com relatos de sobreviventes do incêndio. O jornal britânico “Guardian”, com imagens e vídeos, também noticiou o desastre. Nos EUA, o “Independent” ouviu testemunhas; no “New York Times” e no site do “Washington Post” a tragédia também foi contada. Na Itália, o “Corriere de la Sera” e, na França, o “Lé Monde”, dedicaram espaços à catástrofe ocorrida no sul do Brasil e, na Argentina, país vizinho e onde ocorrera tragédia semelhante, o site do jornal “La Nación” e o “Clarín” deram destaque ao incêndio<sup>113</sup>.

O canal de televisão por assinatura, *Discovery Channel*, de origem norte-americana, produziu um documentário sobre a tragédia, que foi veiculado pela primeira vez em 27 de abril de 2013, denominado “Tragédia de Santa Maria”. Em Santa Maria, foi produzido o documentário intitulado *Janeiro 27*, realização da Accorde Filmes, com direção de Luiz Alberto Cassol e Paulo Nascimento, que traz depoimentos de sobreviventes e familiares de vítimas da tragédia.

Com frequência e intensidade variável, ao longo desses três anos desde a tragédia, a visibilidade nas Redes de Comunicação Midiáticas mantiveram-se. Foi possível perceber, por meio da coleta de dados diária, o acontecimento sendo constituído. Nem todas as respostas sobre as causas da tragédia e o que teria ocasionado a morte das vítimas, por exemplo, estava imediatamente disponível. Assim que as informações eram confirmadas, as Redes de

<sup>113</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/tragedia-no-rs-ganha-destaque-na-imprensa-internacional-7407731>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

Comunicação Midiática repercutiam. O número de mortes, que não ocorreram todas no local – pois alguns jovens foram retirados com vida e ficaram hospitalizados em decorrência da gravidade das lesões – foi sendo atualizado conforme ocorriam, bem como a recuperação dos sobreviventes e a saída destes dos hospitais. Em março de 2013, os portais de notícia Terra, Ig, Exame, Uol e G1, estão entre os que noticiaram o falecimento de duas vítimas. Em maio, do mesmo ano, a confirmação do óbito número 242 da Tragédia Kiss. A recuperação dos feridos, também foi acompanhada pelos noticiários.

Destacam-se, também, as notícias sobre a causa principal das mortes – inalação de gás cianeto – e sobre os fatores que contribuíram para as mortes ocorridas daquela noite. O relatório final do IGP-RS foi divulgado em 15 março de 2013 e a notícia sobre o que ocasionou as mortes foi tema de diversos portais de notícias, dentre os quais foram identificados G1, Estadão, Diário do Nordeste, Terra, Folha de São Paulo e Uol. Além disso, também repercutiram as informações sobre a ausência de saída de emergência e as grades que estavam afixadas ao chão, no interior da boate Kiss, pois consta no relatório que elas teriam dificultado a saída das pessoas, como visualizado nos portais Terra, Diário de Santa Maria e ZH.

Finalmente, partindo-se do pressuposto de que, diante da constituição dos processos de comunicação pública em rede, a disputa por visibilidade, em busca de credibilidade, para além das mídias massivas e as digitais, engendra estratégias e suportes midiáticos alternativos e radicais, como forma de escamotear a assimetria entre os atores que participam dos processos comunicacionais, tematizados por assuntos de interesse público, relacionados à tragédia. No acontecimento público Tragédia Kiss, trata-se de suportes estáticos, como paredes, tapumes, o asfalto de ruas, placas de sinalização de trânsito.

Entendidos como mídias alternativas radicais (DOWNING, 2004) ou como fenômenos midiáticos (VERÓN, 2014), são utilizadas principalmente pelos atores vinculados às mobilizações sociais, na rede de comunicação social, por isto foram descritas na seção anterior, vinculadas à atividade dos grupos sociais formados pós-Kiss. Entende-se que, essas mídias são decisivas para a visibilidade, debate e constituição do acontecimento público.

### **6.1.3 Redes de Comunicação Política**

Esta denominação segue os pressupostos de Weber (2007) na definição das Redes de Comunicação Política. Entre os atores, são considerados aqueles que representam o poder executivo e o poder legislativo, nos âmbitos municipal, estadual e federal, além de instituições

autônomas, ou seja, que não estão vinculadas a nenhum dos três poderes. Na análise do acontecimento em tela, são atores as instituições, os servidores públicos e os representantes governamentais.

Neste horizonte, estão divididos entre prefeitura municipal, MP-RS e Corpo de Bombeiros, devido a aspectos relativos à concessão dos alvarás da casa noturna e a manutenção das atividades da casa noturna até a data da tragédia. Ligados, portanto, ao passado da boate e à responsabilidade na tragédia. Em segundo, Polícia Civil-RS, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, MP-RS, poderes legislativos, todos relacionados aos fatos posteriores ao incêndio, ao impacto e às providências necessárias, investigativas, normativas, médicas e assistenciais ou judiciais. Porquanto, derivam de procedimentos institucionalizados mais ou menos previstos para acontecimentos trágicos com morte, mas, também, ações e justificações que estão em resposta às consequências e aos fatos desencadeados acontecimento.

De acordo com Weber (2007), os sistemas de comunicação estatais são aqueles que detêm melhor estrutura, organização e abrangência, e conta com profissionais qualificados para o exercício da função de divulgar informações de interesse público, aliadas ao interesse dos governos e dos partidos. Tais competências, aplicadas à produção de informações estrategicamente elaboradas e disseminadas, mas, além disto, no gerenciamento de crises de credibilidade das instituições e poderes. São, também, privilegiados em relação ao acesso midiático e jornalístico, enquanto fontes de informação, sobretudo, quando diretamente tensionados pelo acontecimento.

Porém, poderes executivo e legislativo tem diferentes demandas comunicacionais e organizam os seus investimentos e estruturas de acordo com as suas especificidades. No poder Executivo é onde são realizados os maiores investimentos em propaganda e em mídias, segundo Weber (2007), considerando-se o cenário eleitoral que é permanentemente concorrencial.

Já nas Câmaras e Assembleias Legislativas locais (município e estado), os investimentos em mídia são mais restritos, pois a relação com o cidadão é mais direta e este pode participar das sessões plenárias. Já no Legislativo nacional, as demandas midiáticas são maiores e os principais investimentos estão em televisão, nos canais institucionais próprios, como TV Senado e TV Câmara.

Trata-se da definição de um tipo de rede, onde se situam interlocutores estatais, porém sem pressupor a uniformidade de opiniões e a ação integrada nos processos comunicacionais. Aliás, no caso em tela, entre os poderes municipal e estadual, entre instituições policiais e

poder executivo, por exemplo, há divergências que são expostas via mídia e levadas ao escrutínio da opinião pública. São relações de poder que se estabelecem nas disputas por visibilidade e por credibilidade, desde os supostamente envolvidos, passando por quem apura, acusa e, por fim, em quem julga.

Diante desses aspectos, na descrição dos atores a seguir, opta-se pela divisão dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como estão individualizados os atores identificados. A sua relevância para a análise da rede de comunicação pública, está em protagonizar, voluntaria ou involuntariamente, processos comunicacionais sobre temas relacionados à tragédia e fundados no interesse público, nos quais se atinge a linha tênue entre o público e o privado, nas versões verbalizadas pelos atores.

#### **a) Os partidos**

A comunicação partidária, também estruturada, é essencialmente persuasiva e em torno do ideário que justifique a escolha para a representação, intensificada em períodos eleitorais, como afirma Weber (2007). No acontecimento Tragédia Kiss, os partidos emitem mensagens de apoio, repercutem notícias e visibilizam as ações de seus atores políticos, como, por exemplo, na busca por soluções relacionadas às investigações<sup>114</sup>, nos sites oficiais.

#### **b) Poder executivo federal**

Devido ao impacto da tragédia, a presidente Dilma Rousseff cancelou a agenda que realizava em Santiago, no Chile, para ir até Santa Maria no dia 27 de janeiro. O poder executivo federal, governo ou instituições, não está entre os possíveis responsáveis pela tragédia e não sofre pressão dos demais atores neste sentido. Portanto, não é isto que o coloca entre os atores da rede de comunicação pública, mas a presença em Santa Maria, as providências tomadas e as referências em homenagem às vítimas e familiares realizadas pela presidente. São exemplos a entrevista concedida ao Grupo RBS onde diz que os momentos vividos em Santa Maria foram os mais dramáticos que ela enfrentou como presidente<sup>115</sup> e a

---

<sup>114</sup> São exemplos os sites do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/tag/boate-kiss/>>. do Partido Verde, disponível em <http://pv.org.br/2014/01/27/aposum-ano-familiares-e-sobreviventes-relembra-tragedia-da-boate-kiss/>; do Partido Comunista do Brasil (PC do B), disponível em [http://www.pcdob.org.br/texto.php?id\\_texto\\_fixo=4&id\\_secao=145](http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145); e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Disponível em: <<http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=34934>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>115</sup> Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/tragedia-em-santa-maria/momento-mais-dramatico-que-vivi-diz-dilma-sobre-tragedia-da-kiss,0c6bbce3c7f22410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

menção, no dia 27 de janeiro de 2014, um ano desde o incêndio, via conta pessoal no site de redes sociais Twitter<sup>116</sup>.

### c) Poder executivo estadual

O governador Tarso Genro, líder do Poder Executivo Estadual à época do incêndio, esteve em Santa Maria no dia 27 e acompanhou a presidente Dilma Rousseff na visita ao CDM. Ele permaneceu na cidade para acompanhar os velórios e enterros das vítimas, no dia seguinte, 28 de janeiro de 2013.

O Poder Executivo Estadual está entre os atores devido à responsabilidade e providências em relação às instituições ligadas a sua esfera, como a Polícia Civil e a Brigada Militar - a qual se vincula o corpo de Bombeiros. Esta, em razão dos alvarás concedidos à boate Kiss e, conseqüentemente, o indiciamento de oito bombeiros. Aquela, pela responsabilidade na apuração das causas e elaboração dos inquéritos relacionados à tragédia na boate Kiss. Entre as ações realizadas pelo governador, e que repercutiram na rede de comunicação pública, estão a garantia de rigor nas investigações para identificar e punir os responsáveis<sup>117</sup>, reuniões com familiares das vítimas para discutir a assistência do Estado-RS, a sanção da nova legislação estadual contra incêndio, o afastamento do comandante do Corpo de Bombeiros (RS) após o indiciamento na inquérito da Polícia Civil. Além disto, para além da esfera institucional, o governador trocou acusações com o prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer, sobre a responsabilidade pelo funcionamento da casa noturna e, conseqüentemente, pela tragédia.

**Polícia Civil** - Enquanto órgão de segurança pública vinculado ao poder executivo, está entre as suas atribuições a apuração de infrações penais, excetuando-se as militares<sup>118</sup>. No acontecimento Tragédia Kiss, realiza as investigações que resultam em três inquéritos nos quais constam as solicitações de indiciamento dos possíveis responsáveis.

No primeiro, solicita o indiciamento de 16 pessoas e, entre elas, o prefeito de Santa Maria, dois secretários e dois servidores públicos municipais. Outros dois inquéritos foram abertos após a conclusão do inquérito principal, que tratava da apuração de crimes contra a vida. Um deles investigou a conduta da prefeitura na liberação dos alvarás para a boate Kiss e, o

---

<sup>116</sup> Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/a-tristeza-esta-viva-em-nossos-coracoes-diz-dilma-sobre-tragedia-na-kiss-71580.html>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>117</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/01/governador-tarso-genro-pede-rigor-na-investigacao-da-tragedia-em-santa-maria-4025495.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

<sup>118</sup> Disponível em: <<http://www.policiacivil.rs.gov.br/conteudo/971/atribuicoes>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

outro, fraudes cometidas pelos primeiros proprietários para obter alvarás junto ao município. Eles foram concluídos em julho de 2014 e foram dedicados a averiguar a fundação, as mudanças e as licenças da boate. Foram indiciados 18 pessoas em 22 indiciamentos.

O Delegado Marcelo Mendes Arigony Junior, titular da 3ª Delegacia de Polícia Regional, com sede em Santa Maria, quando ocorreu a tragédia, esteve à frente das investigações que apuraram os responsáveis pelo sinistro. Além das falas e ações institucionais, teve proeminência por se utilizar do perfil no site de redes sociais para repercutir as investigações e para dialogar com os familiares e amigos das vítimas, durante as investigações<sup>119</sup>, assim como esteve ao centro dos processos comunicacionais derivados dos inquéritos elaborados pela Polícia Civil-RS.

**Corpo de Bombeiros** - Subordinado à Brigada Militar-RS, tem como competências<sup>120</sup> “a prevenção e o combate de incêndios, as buscas e salvamentos, as ações de defesa civil e a polícia judiciária militar”. O Corpo de Bombeiros de Santa Maria prestou o resgate às vítimas, no dia da tragédia. Além disto, na data do incêndio, o alvará que é expedido pelo Corpo de Bombeiros estava vencido. Um bombeiro foi expulso da Corporação e oito bombeiros se tornaram réus, sendo três deles condenados.

Os oficiais do Corpo de Bombeiros foram levados ao centro do debate público devido à insegurança do prédio em que funcionava a boate Kiss. Eles foram julgados na Justiça Militar Estadual, não pelas mortes, mas por irregularidades relacionadas à concessão de alvarás. Entre eles estão o tenente coronel Moisés da Silva Fuchs, comandante do 4º Comando Regional de Bombeiros (4ºCRB) quando ocorreu a tragédia, o tenente coronel Daniel da Silva Adriano e o capitão Alex da Rocha Camilo, que era chefe da seção de prevenção de incêndio do 4º CRB. Eles seriam responsáveis pela inserção de informações falsas em documentos que permitiram a emissão do alvará da boate Kiss, pois era emitido via *software*, o Sistema Integrado de Gestão de Prevenção de Incêndio (Sigpi), que permitia a emissão do alvará mesmo sem a correspondência com a normatização vigente.

Em 2011, Fuchs e Camilo emitiram novo alvará sem a exigência do certificado de pessoal. Fuchs também responde por prevaricação, por não ter instaurado processo disciplinar

---

<sup>119</sup> Exemplo é a foto que postou em que artefatos pirotécnicos eram utilizados durante festa na boate Kiss. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/01/delegado-posta-foto-de-pirotecna-na-boate-kiss-e-escreve-tirem-suas-proprias-conclusoes-4029455.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016. Ele também recebeu críticas pela postura de compartilhar dados das investigações, como em <http://ucho.info/se-o-governador-tarso-genro-fosse-corajoso-o-delegado-de-santa-maria-ja-estaria-demitido-e-preso>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

<sup>120</sup> Disponível em: <[http://www.cbm.rs.gov.br/?page\\_id=342](http://www.cbm.rs.gov.br/?page_id=342)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

contra o sargento Roberto Flávio da Silveira e Souza, que era sócio da empresa Hidramix, que prestou serviços à boate Kiss.

*Os soldados e sargentos de Santa Maria-* A responsabilidade também está relacionada à emissão de alvarás. Responderam na Justiça Militar-RS os sargentos Renan Severo Berleze e Sergio Oliveira de Andrades e os soldados Gilson Martins Dias, Marcos Vinicius Lopes Bastile e Vagner Guimarães Coelho. Todos foram absolvidos.

#### **d) Poder executivo municipal**

A quem compete a gestão dos interesses públicos, de acordo com a legislação em vigor, sobre ele recaíram as maiores desconfianças, sobretudo pelas revelações acerca do passado da boate Kiss e do histórico de irregularidades da casa noturna, as quais envolvem os processos de obtenção das licenças expedidas pela prefeitura municipal e secretarias. Ressalte-se, nenhum servidor municipal responde judicialmente pela tragédia na boate Kiss, apesar de ter havido a solicitação de indiciamento do prefeito, dois secretários municipais e dois servidores. O inquérito civil foi arquivado pelo MP-RS e ainda passa pelo Conselho Superior do MP-RS

*O prefeito Cezar Augusto Schirmer* - do poder executivo municipal, é sobre quem recaíram e recaem as cobranças sobre a responsabilidade da prefeitura na tragédia vindas das mobilizações sociais, por não ter impedido que a boate Kiss funcionasse. Além de ser alçado à esfera de visibilidade pública pelas mobilizações sociais, desde os primeiros dias desde a tragédia, outros fatos são significativos quanto ao seu protagonismo e reverberaram na rede de comunicação pública, como ter se retirado precocemente de entrevista coletiva, dois dias após o incêndio, a crítica ao relatório do primeiro inquérito elaborado pela Polícia Civil, no qual foi solicitado o seu indiciamento, a troca de acusações com o ex-governador do RS e com o delegado regional de Polícia Civil de Santa Maria, as divergências com o ex-secretário de Comunicação e Relações de Governo, quando este se exonerou do cargo; a ordem de retirada da tenda da vigília localizada na praça em frente à sede do governo municipal.

Os *Servidores e secretários municipais* - tiveram a solicitação de indiciamento pela Polícia Civil-RS, por estarem ligados às Secretarias responsáveis pela emissão de licenças. Incluem-se, também, aqueles que foram exonerados ou pediram exoneração em fatos que resultaram da tragédia, como a CPI da Kiss.

### **e) Poder Legislativo Federal**

Este Poder torna-se um ator desde a criação de uma comissão externa da Câmara dos Deputados Federais, no início de fevereiro de 2013, sob a coordenação do Deputado Federal Paulo Pimenta, que é natural de Santa Maria, para acompanhar as investigações do incêndio na boate Kiss e para elaborar um projeto de prevenção contra incêndio que seja normativo em todo o país.

É significativo e teve ampla repercussão na rede de comunicação pública o Seminário organizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que marcou a passagem dos mil dias desde a tragédia. O evento reuniu parlamentares da Câmara e do Senado Federal, representantes públicos das áreas da saúde, segurança e justiça, entre outros. Os familiares das vítimas estiveram representados por um grupo que foi à Brasília para acompanhar as atividades e expor as necessidades dos sobreviventes e familiares<sup>121</sup>.

### **f) Poder Legislativo Estadual**

A Assembleia Legislativa do RS recebeu audiência pública realizada pela comissão Externa da Câmara Federal, além de ter criado uma comissão externa com a finalidade de realizar as atualizações necessárias à legislação que trata da prevenção e proteção contra incêndio, no sentido de aumentar o rigor e a eficácia.

No RS, a Lei nº 14.376/2013, Lei Kiss como ficou conhecida, foi elaborada após a tragédia e passou a estabelecer normas de segurança, prevenção e proteção contra incêndios no Rio Grande do Sul, teve publicação regulamentada em setembro de 2014. O projeto original, de dezembro de 2013, foi flexibilizado em julho de 2014, devido à pressão exercida pelos prefeitos municipais que alegavam que o excesso de rigor trancava a liberação de novas construções. Em novembro do mesmo ano, os deputados estaduais aprovaram nova flexibilização da lei Kiss, através do Projeto de Lei Complementar 166/2014 que teve o veto do então governador. Porém, em março de 2015, o veto foi derrubado na Assembleia Legislativa do RS. A discussão sobre a lei Kiss motivou um debate amplo, com a participação de vários setores da sociedade, com repercussão midiática e atuação das mobilizações sociais, além de entidades como o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e a Federação das Associações de Municípios (FAMURS).

---

<sup>121</sup> Disponível em : <<http://www.radioguaiba.com.br/noticia/seminario-em-brasilia-marca-passagem-dos-mil-dias-da-tragedia-na-boate-kiss/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

### **g) Poder Legislativo Municipal**

O Poder Legislativo Municipal insere-se, e fundamentalmente, entre os atores, devido à instauração da CPI para apurar se houve irregularidades cometidas pela prefeitura municipal na concessão dos alvarás e na fiscalização da Kiss. Cercada de polêmicas, desde a sua fundação até a sua conclusão, inicia com a disputa entre os parlamentares da situação e da oposição ao governo pela coordenação dos trabalhos, passa pelo vazamento de áudio com conversa entre vereadores integrantes da Comissão que sugere uma possível blindagem do prefeito municipal nas apurações realizadas e culmina na ocupação do plenário da Câmara por manifestantes insatisfeitos com os rumos da CPI. Entre distribuição de pizzas, utilização de narizes de palhaço, o desfecho teve a exoneração do procurador jurídico da Câmara de Vereadores, mas concluiu-se que a prefeitura não teve responsabilidade na tragédia.

Este foi um dos fatos de grande repercussão desde o incêndio. Composto por situações tensionais, desconfiança e até conflitos, teve ampla repercussão midiática e através das mobilizações sociais. Nesta classificação, é considerada a instituição parlamentar, vereadores e servidores do legislativo municipal. Em virtude disto, no âmbito deste poder, é de se esperar o conflito entre as posições verbalizadas, tendo-se a diversidade partidária, a base aliada e a oposicionista. A Câmara dispõe de assessoria de imprensa e de meios próprios de comunicação.

Em Santa Maria, foi formada Comissão Representativa Provisória da Câmara de Vereadores de Santa Maria para acompanhar e fiscalizar os desdobramentos da tragédia na boate Kiss, composta inicialmente pelos vereadores Marcelo Bisogno, João Ricardo Vargas e Daniel Diniz<sup>122</sup>. Posteriormente, houve a formação de uma comissão permanente, formada pelos vereadores Sergio Cechin (presidente), Jorge Trindade (vice-presidente) e Cláudio Rosa (relator), e aprovada em reunião da Comissão Representativa no dia 19 de fevereiro de 2013. Esta Comissão Especial foi destinada ao aperfeiçoamento da legislação municipal contra incêndio<sup>123</sup>.

Identificados os atores, são descritos alguns episódios da ação da Rede de Comunicação Política e da sua inter-relação com as demais, sobretudo, a Rede de Comunicação Social. Tão logo o incêndio e a mortalidade na boate Kiss foram anunciados, os líderes dos poderes executivo – federal, estadual e municipal – se dirigiam à Santa Maria. A

---

<sup>122</sup> Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/?conteudo=noticia&id=1105#sthash.eHmWqymY.dpbs>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

<sup>123</sup> Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/?conteudo=noticia&id=1120#sthash.QtNUPRd0.dpbs>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

presidente do Brasil, Dilma Roussef interrompeu sua agenda, no Chile, onde participava de reunião entre a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a União Europeia (UE); o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, além de ministros, secretários de Estado e o prefeito Cezar Augusto Schirmer. A presidente realizou um pronunciamento antes de embarcar para o Brasil e declarou luto oficial de três dias. No município de Santa Maria, foram 30 dias de luto. Em Santa Maria, acompanhada do governador do RS e do prefeito municipal, a Presidente da República dirigiu-se ao CDM, para consolar os familiares que reconheciam as vítimas. Na ocasião, ela ainda pediu que os ministros se mobilizassem, nas suas competências governamentais, para dar a assistência necessária a todos os atingidos pela tragédia.

Havia a expectativa em torno do pronunciamento do prefeito de Santa Maria, sobre as providências que seriam tomadas e a explicação sobre a posição da Prefeitura em relação à boate Kiss, quanto à emissão das licenças e a fiscalização da casa noturna. Em 29 de janeiro, em entrevista coletiva, o líder do executivo municipal informou que entregou os alvarás da boate à Polícia Civil e eximiu a Prefeitura de qualquer responsabilidade pela tragédia. Segundo o seu argumento, apenas o alvará de localização era de competência do município, que estava validado com a vistoria do ano corrente. O documento informa que a vistoria foi feita em 19 de abril de 2012 (KEGLER; WEBER, 2014). Porém, causou surpresa entre os presentes – e repercutiu nas Redes de Comunicação Midiática e Social – o fato de o prefeito ter se retirado do local assim que terminou o seu pronunciamento, que durou cerca de 13 minutos, antes de responder às perguntas dos jornalistas. Com a sua saída, quem ocupou o púlpito foi o secretário municipal Giovani Mânica<sup>124</sup>.

A reação imediata dos líderes do poder executivo ao acontecimento dava a tônica do impacto político que ele poderia ocasionar. Porém, a sinergia entre os poderes executivo municipal e estadual cindiu-se tão logo se iniciaram as declarações dos líderes desses governos sobre a responsabilidade pela tragédia. As versões em disputa concentraram-se, principalmente, nos problemas relativos à emissão das licenças da casa noturna, desde a sua abertura em 2009, e na soma de irregularidades que havia no dia do incêndio e que comprometiam a segurança do estabelecimento. Isto se iniciou tão logo os corpos foram sepultados. Assim, por exemplo, em 31 de janeiro de 2013, o ex-governador do RS acusou a Prefeitura de ser responsável pelas mortes. Segundo ele, “qualquer leigo que olhasse uma

---

<sup>124</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/01/bombeiros-nao-foram-negligentes-em-incendio-de-boate-afirma-major.html>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

boate como a Kiss não permitiria o alvará”, classificando-a como “estrutura predatória da vida humana”.

Segundo ele, a Prefeitura Municipal de Santa Maria não poderia ter emitido as licenças ou teria que ter solicitado o fechamento da casa noturna assim que as irregularidades foram cometidas. Ou seja, questiona a conduta do poder executivo em dois momentos distintos: na concessão de alvará que autorizava a boate a funcionar; e na manutenção desses alvarás, após as fiscalizações. A declaração foi rebatida pelo prefeito Cezar Augusto Schirmer, que disse que “não se pode jogar palavras ao vento [...]. Não queria guerra política, mas se necessário [...]”. Essas acusações, além de tensionarem os atores envolvidos, repercutem na esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008) e oferecem subsídios a novos processos comunicacionais entre eles e com outros envolvidos ou interessados pelo tema. Revelam-se, aqui, tensionamentos internos à Rede de Comunicação Política, que reverberam em outras redes, como a Midiática e a Social.

Na mesma época desses conflitos, manifestações sociais ensaiavam o pedido de impedimento do mandato do prefeito de Santa Maria<sup>125</sup>, assim como ocorrera em Buenos Aires, na Argentina, após o incêndio da boate Republica Cromañón. Naquele acontecimento, que ocasionou 194 mortes em circunstâncias semelhantes à tragédia da boate Kiss, o líder do poder executivo municipal fora deposto do cargo. Cezar Schirmer respondeu que não se preocupara com a sua carreira política naquele momento.

No dia 25 de março de 2013, cerca de 250 pessoas se reuniram na Praça Saldanha Marinho, em frente à Prefeitura Municipal, em Santa Maria, conforme retratou a notícia ilustrada pela figura 27. Organizado pelos grupos Anonymous e ForaSchirmer, o protesto pedia a renúncia do Prefeito. Entre os argumentos, estava a fragilidade da fiscalização e a omissão do poder público municipal frente aos aspectos que contribuíram para a mortalidade do incêndio<sup>126</sup>. Segundo a notícia do portal do Jornal do Brasil<sup>127</sup>, dois fatos inusitados teriam marcado a tarde de protestos. No primeiro, o cabo de energia que alimentava as caixas de som usada nos discursos, teria sido cortado por um pedestre, que fugiu sem ser identificado. Além disto, teriam sido colocados estrategicamente dois caminhões da prefeitura em frente à sede do poder executivo, para dificultar a manifestação.

---

<sup>125</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/02/01/movimento-pede-impeachment-mas-prefeito-de-santa-maria-nao-teme-cassacao.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

<sup>126</sup> Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/tragedia-em-santa-maria/protesto-pede-a-saida-do-prefeito-de-santa-maria-apos-inquerito-da-kiss,8013618b3b3ad310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

<sup>127</sup> Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/03/25/protesto-pede-a-saida-do-prefeito-de-santa-maria-apos-inquerito-da-kiss>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

Figura 27 – Protesto pelo *impeachment* do Prefeito de Santa Maria

Em julho de 2013, outro episódio envolvendo o poder executivo de Santa Maria, da Rede de Comunicação Política, e os familiares das vítimas, da Rede de Comunicação Social, gerou o debate entre esses atores. Em notícia publicada no portal G1<sup>128</sup>, o prefeito teria dito que o pagamento de despesas dos funerais é ilegal, pois não poderia ressarcir nota fiscal para um contribuinte comum. Segundo ele, a Prefeitura Municipal teria ajudado as famílias, mas que não teriam recebido “nada de recursos federais, e eu não vou pagar enterro para rico, é claro que não. Não havia nenhum compromisso”. Com isto, ele aciona o poder executivo federal, também da Rede de Comunicação Política, e, ao final da entrevista, diz que as denúncias sobre a falta de pagamento são falsas e que foram geradas pelo “jogo político”.

Em 13 de março de 2014, a Prefeitura Municipal emitiu ordem de despejo à tenda da Vigília, “por ocupação e obstrução irregular da área pública”. Entre os atores da Rede de Comunicação Social que repercutiram acerca da decisão, está o Movimento do Luto à Luta, que, na sua página no Facebook, expressou a opinião sobre a medida. É representativa, também, publicação de 15 de fevereiro de 2014, na qual o Movimento se manifesta pelo roubo de banner que estava colocado em uma via pública do centro do município. Conforme o texto<sup>129</sup> era a segunda vez que o fato acontecia e dois fiscais da Prefeitura teriam sido vistos retirando os materiais do local. O fato foi encaminhado para registro policial.

<sup>128</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/seis-meses-depois-vitimas-da-tragedia-de-santa-maria-esperam-por-indenizacoes-9211179>>. Acesso em: 17 abr. 2016..

<sup>129</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoSmDoLutoALuta/photos/a.577142215637802.1073741827.577031255648898/728699543815401/?type=3&theater>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

A tensão à credibilidade de representantes do poder público, no âmbito do município, não se limita ao prefeito, estendendo-se ao poder legislativo, cujos desdobramentos reverberaram nas Redes de Comunicação Pública. São exemplos a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito e a exoneração de servidores públicos municipais. O tema da CPI teve repercussão em, pelo menos, os seguintes portais pertencentes à Rede de Comunicação Midiática: UOL, Terra, CBN, Jornal do Brasil, ClicRBS, Exame, G1, Veja.

Ela iniciou em meio à disputa sobre a composição e comando das atividades entre a bancada que apoia o governo municipal e a bancada de oposição. Com dois pedidos encaminhados, no final do mês de fevereiro de 2013, teve precedência o da vereadora que compunha a base de apoio do prefeito Cezar Schirmer<sup>130</sup>, de acordo com o regimento interno da casa do poder legislativo municipal. Em virtude desses fatos, os vereadores dos partidos de oposição ao governo municipal não aceitaram compor a Comissão, uma vez que não puderam ter a maioria dos nomes indicados<sup>131</sup>. Conforme o vereador que elaborou o segundo pedido<sup>132</sup>, em artigo publicado, a sua iniciativa era pública e amplamente reconhecida pelos demais vereadores.

Já a outra, não, teria sido organizada e encaminhada às escuras, a qual caracterizou como “operação abafa”. Segundo a autora do pedido aprovado, ela não sabia que havia outro em tramitação, o que gerou o pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra ela, elaborado pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Para o autor do requerimento, teria havido má fé dos vereadores<sup>133</sup>, pois sabiam da outra articulação em curso.

Além do poder legislativo, que é onde se origina o fato, atores de outras redes repercutem a discórdia. Das mídias locais, portais de notícias e jornais impressos noticiam as supostas tentativas de conluio entre vereadores. A visibilidade jornalística, sobretudo, assim como a dinâmica dos processos comunicacionais na rede de comunicação pública que configura o acontecimento, mantém em aberto o horizonte de possíveis, pois adicionam sentidos e permitem avançar quanto ao seu poder de revelação e as consequências que podem resultar.

---

<sup>130</sup> A autoria foi da vereadora Sandra Rebelato. Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2013/02/cpi-da-kiss-oposicao-nao-indica-nomes-bancadas-do-governo-terao-tres-dias-para-apontar-os-integrantes/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

<sup>131</sup> Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2013/03/tragedia-rempel-explica-razoes-da-cpi-da-kiss-instrumento-das-minorias-atropelada-pelo-governo/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

<sup>132</sup> A autoria do pedido foi do vereador Werner Rempel.

<sup>133</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/media/set/?set=a.421728051251551.1073741825.300119003412457&type=1&notif\\_t=like](https://www.facebook.com/media/set/?set=a.421728051251551.1073741825.300119003412457&type=1&notif_t=like)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

Desde a sua origem, portanto, a CPI da Kiss foi colocada sob suspeição, o que se estende ao período em que as atividades foram realizadas, com a discussão sobre os nomes a serem chamados a prestar esclarecimentos, até o final, quando da divulgação do relatório. Nesta direção, a repercussão se amplia na medida em que outros atores passam a se manifestar também, dinamizando as relações entre eles e a constituição do acontecimento público.

Durante os trabalhos da CPI, no dia 31 de maio de 2013, manifestantes, usando nariz de palhaço, entregaram pizzas à mesa diretora da Comissão. Os ânimos ficaram mais acirrados<sup>134</sup> (figura 28) devido à soltura dos quatro réus – os dois sócios da boate Kiss e os dois músicos da banda Gurizada Fandangueira –, que estavam presos preventivamente desde o incêndio. Nesta ocasião, já estavam constituídos o Movimento Santa Maria do Luto à Luta e a AVTSM, os quais participaram do ato.

Figura 28 – Manifestação no Legislativo de Santa Maria, RS, 31 de maio de 2013



O Movimento do Luto à Luta – da Rede de Comunicação Social – na sua página no Facebook, emitiu em 02 de maio de 2013 um convite para que a população acompanhasse a audiência da CPI da Kiss, que se realizaria em 09 de maio. No dia 29 do mesmo mês solicitaram que se fizesse pressão para que os sócios da boate fossem prestar esclarecimentos<sup>135</sup>. No mesmo dia, em tom de indignação, devido à soltura dos quatro réus

<sup>134</sup> Foto de Fritz R. Nunes Disponível em: <<http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=2060>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

<sup>135</sup> O Jornal do Almoço local, da RBS TV, produziu matéria sobre o tema, que está disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/santa-maria/v/familiares-de-vitimas-querem-que-cpi-ouca-donos-da-boate-kiss/2589821/>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

pela Justiça-RS, afirmam que “Santa Maria não será mais a mesma, leve o tempo levar lutaremos até o fim!!!”.

Nesta direção, em 10 de junho de 2013, uma notícia replicada na página do Movimento do Luto à Luta, no Facebook<sup>136</sup>, repercutia sobre reunião de integrantes do Movimento e da AVTSM com a ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. No encontro, realizado em Porto Alegre, trataram do atendimento médico aos sobreviventes do incêndio.

O ápice das tensões entre o interesse público e o privado, durante a CPI da Kiss, verificada nos documentos de mídia reunidos, foi o vazamento do áudio em que dois vereadores<sup>137</sup> e um assessor parlamentar conversavam sobre a conduta da terceira vereadora que compunha a comissão. Nas falas, os edis dão a entender que, na direção em que seguiam os trabalhos, a investigação chegaria até o prefeito de Santa Maria, sugerindo a possibilidade de blindagem da imagem deste. Divulgado na mídia, em 25 de junho de 2013, o áudio também foi entregue à Polícia Civil, ao Ministério Público-RS e à Câmara de Vereadores. Neste caso, para que fosse examinado pelo Comitê de Ética da casa do poder legislativo municipal.

Em Santa Maria, a Brigada Militar estimou que entre 12 mil e 15 mil pessoas estiveram no centro da cidade, no dia 20 de junho de 2013, manifestando-se acerca de temas como transporte público, educação e a tragédia da boate Kiss. No dia 22, mais de 15 mil pessoas foram às ruas da cidade<sup>138</sup>. No dia 25, o registro da ocupação da Câmara de Vereadores, após a divulgação do áudio que envolvia a conversa de vereadores da Comissão sobre a suposta blindagem da imagem do prefeito.

Insatisfeitos com o andamento dos trabalhos da CPI, um grupo de manifestantes ocupou o plenário da Câmara de Vereadores, permanecendo lá por seis dias<sup>139</sup>, até que o presidente do Legislativo assinasse um termo de compromisso, que incluía a exoneração do Procurador Jurídico da Câmara de Vereadores - que também presidia o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à época, partido do prefeito de Santa Maria. No dia 28 de junho de 2013, o Movimento do Luto à Luta emitiu uma nota de esclarecimento em sua

---

<sup>136</sup> Disponível em: <<http://www.claudemirpereira.com.br/2013/06/kiss-familiares-vaio-a-maria-do-rosario-pedem-mais-atencao-especialmente-para-a-saude-dos-sobreviventes/#axzz41a4zIKW7>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

<sup>137</sup> Participavam do diálogo o vereador Tavoires Fernandes e a vereadora Maria de Lourdes Castro, falecida em 5 de set de 2013.

<sup>138</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/porto-alegre/v/manifestantes-caminham-com-cartazes-de-protesto-em-santa-maria-rs/2649471/>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

<sup>139</sup> A ocupação foi acompanhada de outros movimentos sociais que protestavam contra o aumento da passagem do transporte urbano.

página no Facebook sobre a exigência de exoneração do procurador jurídico da Câmara de Vereadores e, nos dias 1º e três, outras duas publicações acerca da ocupação da sede do legislativo explicam as motivações dos familiares, que salientam o desejo de justiça, sem interesses político-partidários.

Este fato resultou, também, no pedido exoneração do Secretário Municipal de Relações de Governo, que fora citado nas gravações. Ao revelar o pedido para sair do cargo à mídia, faz duras críticas à postura do prefeito após a tragédia, pois a falta de transparência daria a entender que havia culpados no poder executivo municipal. Ele defendia a abertura de uma sindicância interna para averiguar a responsabilidade<sup>140</sup>. O prefeito rebateu as críticas e disse que o procedimento autoinvestigativo seria classificado como “marmelada” e que já havia outras investigações em curso, que atestavam que a Prefeitura não era responsável. Com isto, mesmo no âmbito da mesma esfera de poder, verifica-se a divergência entre os atores e versões que sinalizam em direção oposta em relação à postura do líder do executivo.

Em 1º de agosto de 2013, o prédio sede do poder Executivo foi pichado durante uma manifestação organizada pelo Bloco de Lutas, que contou com a adesão de familiares das vítimas da tragédia (Figura 29). Balões com tinta vermelha foram alçados contra a edificação, simbolizando a suposta responsabilidade pelas mortes.

Figura 29 – Protesto e pichação na Câmara de Vereadores de Santa Maria



No mesmo local, em 27 de fevereiro de 2014, silhuetas de corpos foram pintadas na rua. Momentos depois, uma camada de asfalto frio foi colocada, por funcionários da

<sup>140</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/prefeito-de-santa-maria-rs-rebate-criticas-do-secretario-de-comunicacao.html>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

prefeitura, nos locais onde as pinturas foram feitas. Em postagem de 24 de outubro de 2015, no site de redes sociais Facebook, o perfil República de Santa Maria<sup>141</sup> compartilhou o texto do pai de uma das vítimas da tragédia. A declaração tem cunho eleitoral, apesar de o autor se declarar apertado. Na nota, pede apoio eleitoral ao candidato à reeleição do governo do RS, Tarso Genro, sob o argumento de que a eleição do candidato do PMDB, mesmo partido do prefeito de Santa Maria, acarretaria na remoção do delegado regional de Santa Maria, Marcelo Mendes Arigony Junior, o mesmo que conduziu as investigações sobre a responsabilidade da Tragédia Kiss.

A Rede de Comunicação Social também se manifestou quando da suposta indicação do prefeito de Santa Maria ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), expressa pelo compartilhamento da notícia do portal Zero Hora sobre a nota de repúdio emitida pela AVTSM<sup>142</sup>, em que afirma ser “inversão de valores” e desrespeito com a tragédia na Kiss, se a nomeação for efetivada pelo governador do RS, pois entendem que o prefeito se omitiu diante da tragédia.

No âmbito do Poder Executivo do Estado-RS, o acontecimento também trouxe consequências políticas. Além das divergências entre governador do RS e Prefeito de Santa Maria, outros fatos agendaram os processos comunicacionais estabelecidos pelos atores da rede de comunicação pública. No dia 29 de janeiro de 2013, por exemplo, o jornalista Ricardo Boechat cobrou providências do então governador Tarso Genro no Jornal da Band, transmitido pela Rede Bandeirantes de TV, do Grupo Bandeirantes de Comunicação. Também, o encerramento antecipado de entrevista coletiva concedida pelo major Gerson Pereira, em 29 de janeiro de 2013, após um telefonema recebido por ele do governo do estado do RS em que, segundo ele, havia a orientação de não falar com a imprensa.

E, a exemplo do que ocorrera no poder executivo municipal, no âmbito do executivo do RS conflitos também foram evidenciados. No dia 22 de março de 2013, após a solicitação de indiciamento pela Polícia Civil-RS por homicídio culposo, o governador do RS comunicou à imprensa o afastamento do comandante do Corpo de Bombeiros (RS), mesmo reconhecendo que pudesse parecer um julgamento antecipado. Após o comunicado da decisão, a Associação dos Oficiais da Brigada Militar (ASOFBM), através de seu presidente<sup>143</sup>, teceu crítica ao governador ao afirmar em carta aberta à população que "o afastamento de um coronel não

---

<sup>141</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/republicasm/photos/a.693272044101763.1073741827.693265917435709/693272004101767/?type=3&theater>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>142</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/02/parentes-de-vitimas-de-incendio-na-kiss-protestam-contrapossivel-indicacao-de-schirmer-para-o-tce-4980852.html>>. Acesso em: 28 fev.2016.

<sup>143</sup> Tenente-coronel José Carlos Riccardi

pode ser feito pelo rádio. Ele deve ser feito pelo Diário Oficial. Isso agride a moral dos oficiais da Brigada Militar", além de revelar que os bombeiros enfrentam problemas políticos e estruturais, cuja solução passa por decisões do poder executivo estadual.

Sobre a responsabilidade do comandante do Corpo de Bombeiros, a denúncia por homicídio culposo não foi aceita, mas a de falsidade ideológica e prevaricação, sim. Sobre a primeira, está relacionada à utilização do *software* Sistema Integrado de Gestão de Prevenção de Incêndio (Sigpi) para a emissão do PPCI da boate Kiss. O sistema foi criado para desburocratizar o processo de concessão de alvarás, mas, segundo matéria do Portal ZH<sup>144</sup>, teve o seu uso distorcido. Nesta transfiguração, o interesse público estaria sobreposto pelo privado, na medida em que tais medidas, que visavam agilizar a abertura de estabelecimentos comerciais, através da desburocratização, conduzem a resultados catastróficos. Neste caso, mesmo que intencionasse adequar os trâmites às exigências do mercado, crises de governabilidade são possíveis pois decorrem do comprometimento da segurança dos usuários do local. Após a tragédia, intensificação da fiscalização levou ao fechamento de diversos estabelecimentos comerciais, em razão da falta de segurança contra incêndio. Ou seja, revela-se um problema de ordem sistêmica.

No poder legislativo, iniciaram-se processos de debate para a elaboração da nova lei de prevenção e segurança contra incêndio, nas esferas federal, estadual-RS e em municípios do RS. Na Câmara dos Deputados federais, foi criada uma comissão externa, no início de fevereiro de 2013, sob a coordenação do Deputado Federal Paulo Pimenta, para acompanhar as investigações do incêndio na boate Kiss e para elaborar um projeto de prevenção contra incêndio que seja normativo em todo o país. Na Câmara dos Deputados do RS, também é criada uma comissão externa, com essa finalidade.

No poder legislativo do RS foi elaborado um novo projeto para a legislação antincêndio, já sancionado pelo poder executivo, no final de 2013. Porém, da proposta original, vários itens foram flexibilizados, devido à pressão exercida por entidades empresariais e culturais. Na chamada Lei Kiss, o excesso de rigor estaria inviabilizando a atividade dessas entidades. Isto gerou um impasse entre os parlamentares favoráveis à medida e aqueles contrários à medida. Entre eles, o deputado Valdeci Oliveira argumentava que a decisão seria atentar contra a vida<sup>145</sup>. Em suma, o Projeto de Lei Complementar 166 (PLC 166) previa o aumento da abrangência das edificações que poderiam apresentar somente o

---

<sup>144</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/02/especialistas-definem-plano-de-prevencao-contraincendio-da-boate-kiss-como-fraude-tecnica-4032416.html#>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

<sup>145</sup> Disponível em: <<http://valdecioliveira.com.br/valdeci-confirma-voto-contrario-a-flexibilizacao-da-lei-kiss/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PSPCI como condição para iniciar as atividades. Entre os principais beneficiados, listam-se salões paroquiais, Centros de Tradição Gaúcha (CTG's) e ginásios de esportes de escolas.

#### **6.1.4 Rede de Comunicação do Poder Judiciário do RS**

É em torno da “justiça” que parte significativa do debate público acerca da tragédia se concentra. O Poder Judiciário tem o protagonismo que o próprio acontecimento lhe confere, uma vez que envolve a morte de quase duas centenas e meia de jovens, além de mais de seiscentos feridos, e a expectativa pela responsabilização dos culpados.

Como ressalta Weber (2007), a sua comunicação é informativa e nem tudo é passível de ser divulgado. É-lhe conferida a posse simbólica da verdade, razão pela qual não participa da disputa de versões sobre os fatos e responsabilidades criminais, mas a visibilidade é necessária às suas instituições para a autolegitimação ou ratificação da lisura que dele se espera no exercício da justiça. Além do mais, é uma fonte de informações e todas as etapas dos processos relacionados à boate Kiss, no Tribunal de Justiça-RS e no Tribunal Militar do Estado-RS, repercutem na rede de comunicação pública, alimentando o debate público.

##### **a) Justiça Estadual**

Os processos criminais originários da tragédia na boate Kiss estão sob a responsabilidade do juiz titular da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, Ulysses Fonseca Louzada. Desde agosto de 2015, por decisão do Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça do estado, o magistrado atua exclusivamente na análise dos processos relacionados à tragédia da boate Kiss, que totalizam cinco. O principal, criminal, tem como réus os dois sócios da casa noturna e dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira e a expectativa é de que a conclusão ocorra até o final de 2016.

##### **b) Justiça Militar**

Tramitaram os processos que envolvem os oito bombeiros indiciados nos inquéritos derivados da tragédia na boate Kiss. Eles foram julgados, em junho de 2015. Inicialmente, dois oficiais foram condenados e outros dois absolvidos, sargento e soldados foram todos absolvidos. Em dezembro de 2015, os dois oficiais já condenados tiveram a pena ampliada em segunda instância e um dos oficiais, que absolvido no primeiro julgamento, foi condenado.

Há instituições estatais que desempenham funções na constituição do acontecimento, bem como têm visibilidade na rede de comunicação pública, mas que não estão subordinadas

a nenhum dos três poderes. São exemplos o Instituto Geral de Perícias (IGP-RS) e o Ministério Público-RS. São fontes de informação, além de, no caso do MP-RS, disputar versões em busca de credibilidade.

#### **c) Instituto Geral de Perícias (IGP-RS)**

É um órgão autônomo de segurança pública, portanto, sem vínculo com nenhum dos três poderes. É responsável pela perícia oficial no RS. Na madrugada de 27 de janeiro, as atividades do IGP-RS iniciaram às 4h, assim que acionados pela Delegacia Regional de Polícia Civil de Santa Maria. Nos laudos das necropsias realizadas nos corpos das vítimas, consta que a causa das mortes foi a asfixia ocasionada pela inalação de gases tóxicos. Além disto, os peritos do Departamento de Criminalística, após vistoria técnica, concluiu que teriam contribuído para a tragédia a superlotação, presença de obstáculos, a obstrução dos dutos de exaustão (havia somente nos banheiros), extintor inoperante (mais próximo ao local onde começou o fogo), ausência de saída de emergência e sinalização insuficiente, ausência de janelas e de sistema de exaustão de gases no prédio. Além do processo pericial, peritos de diversas áreas<sup>146</sup> do Instituto depuseram na Justiça Estadual, onde tramitam as ações judiciais relativas à tragédia. Um vídeo sobre a atuação do IGP-RS na identificação das vítimas da tragédia foi apresentado no Congresso Mundial dos Delegados da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), também em 2013<sup>147</sup>.

#### **d) Ministério Público – RS**

O Ministério Público não está vinculado ao Poder Judiciário, nem ao Executivo e nem ao Legislativo. É uma instituição independente, que tem função jurisdicional essencial ao Estado. Antes da Constituição (1988), integrou o Poder Judiciário (Constituição de 1967) e o Poder Executivo (Constituição de 1969)<sup>148</sup>.

Ministério Público-RS e promotores de justiça-RS têm, no acontecimento Tragédia Kiss, credibilidade questionada por alguns dos atores da rede de comunicação pública. São duas as fontes principais dos questionamentos sofridos, o estabelecimento de um TAC, em 2011, com os proprietários da casa noturna, devido a problemas no sistema de isolamento

---

<sup>146</sup> É constituído pelo Departamento de Criminalística (DC), o Departamento Médico-Legal (DML), o Departamento de Identificação (DI) e o Laboratório de Perícias (LP), que atuam sob a coordenação da Supervisão Técnica.

<sup>147</sup> Disponível em: <[http://www.igp.rs.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1348](http://www.igp.rs.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1348)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

<sup>148</sup> Disponível em <http://cidadao.mpf.mp.br/perguntas-frequentes/sobre-o-ministerio-publico>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

acústico; e por não ter aceito denúncia contra nenhum representante do poder público municipal que tiveram a solicitação de indiciamento por parte da Polícia Civil-RS.

A Polícia Civil-RS, no dia 29 de janeiro de 2013, dois dias após a tragédia, recebeu um grupo de cerca de 100 manifestantes que estava reunido em frente à Delegacia Regional, em Santa Maria. O grupo pedia rigor nas apurações e a responsabilização de agentes públicos. Entre as mensagens contidas em cartazes, a acusação de omissão do prefeito de Santa Maria e do Governador do RS<sup>149</sup>. Porém, concluídas as investigações, nenhuma denúncia relacionada à responsabilidade pelas mortes, contra atores do poder público municipal ou municipal, foi encaminhada à Justiça-RS. Em virtude disto, persiste o debate sobre a responsabilização dos culpados, alimentado, sobretudo, pela Rede de Comunicação Social.

A irrupção do acontecimento provocou a instabilidade do Estado, instituições e governos, acionando a Rede de Comunicação Política e seus múltiplos atores. A legislação antincêndio se mostrou desatualizada ou ineficaz, como concluiu em seu relatório técnico a comissão especial do Crea-RS. A falta de precisão normativa permitia múltiplas interpretações, inclusive, algumas tecnicamente inadequadas. Essas brechas teriam permitido que a Boate fosse aberta com uma porta de saída apenas. Na data do incêndio, o alvará de prevenção e segurança contra incêndio, emitido pelo Corpo de Bombeiros-RS, estava vencido.

Na Justiça Militar-RS, três oficiais do Corpo de Bombeiros foram condenados, mas pelos crimes de prevaricação e/ou falsidade ideológica. O MP-RS sofreu objeções da Rede de Comunicação Social, pela assinatura de um TAC, em 2011, com os proprietários da boate Kiss, em virtude de problemas ocasionados pelo excesso de ruído e perturbação aos vizinhos da edificação onde ela funcionava. Após o acordo, foi instalada a espuma, cuja combustão causou as mortes. E, pelo indiciamento de apenas quatro réus por tentativa de homicídio, os dois sócios da boate e dois músicos da Banda Gurizada Fandangueira.

No dia 14 de outubro de 2013, os protestos do Movimento do Luto à Luta ocorreram em frente ao Ministério Público (RS) em Santa Maria. O grupo reivindicava a substituição dos promotores que avaliariam a possibilidade de abertura de um novo inquérito civil por improbidade administrativa, envolvendo o prefeito Cezar Schirmer e servidores municipais<sup>150</sup>. No mesmo local, quando a Tragédia completou dois anos, integrantes do Movimento Luto à

---

<sup>149</sup> Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE90S06O20130129>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

<sup>150</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/10/familiares-de-vitimas-da-tragedia-na-boate-kiss-protestam-em-frente-ao-mp.html>>. Acesso em: 01 set. 2015.

luta afixaram cartazes e cruces brancas (figura 30), com o objetivo de pressionar o órgão estatal para que seja feita justiça no caso da Kiss<sup>151</sup>.

Segundo Sergio da Silva, o objetivo era

[...] dar um recado ao MP que isso não vai ficar de graça. O Ministério Público é um dos maiores responsáveis, pois tinham ciência do que ocorria na boate, que ficou aberta pela incompetência deles. O MP existe para proteger a sociedade e não as instituições. Estão fazendo o papel de advogado.<sup>152</sup>

O Movimento também assumiu a autoria da ação realizada em frente ao prédio da boate Kiss, em 09 de dezembro de 2014, durante a limpeza e retirada dos pertences das vítimas, que objetivava, entre outros motivos, o pedido de investigação de promotores do Ministério Público (RS).

Figura 30 - Manifestação gráfica e simbólica em frente ao MP, RS<sup>153</sup>



No âmbito da judicialização da Tragédia Kiss, ou seja, das decisões ligadas à investigação, denúncia e julgamento, a Rede de Comunicação Política, através do Prefeito Municipal de Santa Maria, respondeu aos encaminhamentos investigativos da Polícia Civil-RS. Ele esteve entre os indiciados no primeiro inquérito da Tragédia Kiss, o qual classificou

<sup>151</sup> Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/pais-de-vitimas-da-kiss-fazem-protesto-em-frente-ao-mp-129068.html>>. Acesso em: 01 set. 2015.

<sup>152</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/01/sede-do-mp-amanhece-com-cruzes-brancas-e-cartaz-em-santa-maria-rs.html>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

<sup>153</sup> Foto: Estêvão Pires/G1

como aberração jurídica. Em razão disto, insinuou que havia influência política na decisão do delegado que conduziu as investigações. Em resposta, o delegado Arigony foi à imprensa e esclareceu os motivos pelos quais o prefeito estivera na lista<sup>154</sup>. Prefeitura Municipal, prefeito e o delegado da Polícia Civil-RS, também colidiram devido à possível sonegação de documentos relativos à boate Kiss por parte do poder executivo. Após o recebimento de denúncia anônima que informava que parte da documentação da casa noturna não havia sido entregue à Polícia Civil-RS, policiais foram em diligência ao local e encontraram o objeto da delação. Destes episódios, resulta a visibilidade nas Redes de Comunicação Política, do Poder Judiciário, Midiática e Social, esta que também reverbera acerca das ações e reações dos demais atores.

O Movimento Fora Schirmer, por exemplo, que pertence à Rede de Comunicação Social, replicou em sua página no Facebook, no mês de dezembro de 2015, a postagem de um repórter<sup>155</sup> da Rádio Gaúcha que fazia a cobertura ao vivo, via site, do depoimento de Kiko, sócio da boate Kiss – e da Rede de Comunicação Mercadológica-, à Justiça-RS. Em sua fala, o réu afirmou que o prefeito deveria estar lá com ele, respondendo pelas mortes. Apesar de os réus e mobilizações sociais estarem em lados opostos, enquanto possíveis responsáveis e vítimas da tragédia, suas opiniões convergem ao atribuírem parcela de responsabilidade ao poder executivo e ao MP-RS – que, neste estudo, está vinculado, à Rede de Comunicação do Poder Judiciário.

A Rede de Comunicação Social também tensionou o poder judiciário. Em 30 de maio de 2014, familiares das vítimas foram impedidos de acompanhar a audiência em que um amigo de um dos sócios da boate Kiss prestava esclarecimentos. Também, no dia 29 de maio de 2014, uma crítica é dirigida ao Tribunal de Justiça (TJ-RS) e faz referência à soltura dos quatro réus, no mesmo dia do ano de 2013, sob a alegação de que não havia mais comoção pública que justificasse a manutenção das prisões. Isto desencadeou uma sucessão de protestos nos dias que se seguiram, que tiveram reverberação nos atores mídia e mobilizações sociais. Entre eles, o bloqueio da BR-287 (figura 31), em Santa Maria, quando os familiares deitaram sobre a pista, com cartazes e fotos das vítimas<sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2J615kn56z0>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

<sup>155</sup> A postagem foi realizada pela repórter Ananda Muller, em 1º de dezembro de 2015, no site de rede social Twitter, às 15h11.

<sup>156</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dAzu6USvaAA>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

Figura 31 - Manifesto de familiares 29 de maio de 2014<sup>157</sup>



Na mesma direção, a imagem de capa<sup>158</sup> da página do Movimento do Luto à Luta no Facebook, representada pela figura 32, denota as relações tensionais à visibilidade de outras duas instituições, prefeitura e MP-RS. Esta charge foi produzida após o MP-RS ingressar com uma ação por danos morais contra dois pais<sup>159</sup> de vítimas da tragédia, devido à utilização de caricatura do promotor de justiça que assinou o TAC da boate Kiss<sup>160</sup>, em 2011, e ao fato de o MP-RS não aceitar a denúncia contra o Prefeito de Santa Maria, incluído no primeiro inquérito elaborado pela Polícia Civil-RS (figura 32).

A imagem do promotor também foi utilizada em protesto realizado em maio de 2015. Desta vez, uma foto dele estampava cartazes que foram espalhados pela cidade de Santa Maria, assim como de Cezar Schirmer. O promotor entrou com uma ação na Justiça-RS para que os cartazes fossem retirados, pedido que foi aceito, estipulando-se multa diária em caso de descumprimento da determinação<sup>161</sup>.

<sup>157</sup> Foto: Luiz Roese / Especial para Terra

<sup>158</sup> Em 29.02.2016, às 14h37.

<sup>159</sup> Os pais que sofreram os processos são Flávio José da Silva e Sérgio da Silva.

<sup>160</sup> O promotor de justiça é Ricardo Lozza.

<sup>161</sup> Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2015/05/justica-determinou-que-movimento-do-luto-a-luta- retire-cartazes-com-foto-de-promotor-espalhados-por-santa-maria-4755078.html>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

Figura 32 – Charge: Movimento Santa Maria do Luto à Luta



O Movimento do Luto à Luta, da Rede de Comunicação Social, acatou a decisão e recolheu os cartazes, não sem manifestar a sua indignação (figura 33). A ação repercutiu na rede de comunicação midiática<sup>162</sup> e na Rede do Judiciário, uma vez que o despacho do juiz é publicado, assim como o advogado do promotor de justiça expõe a razão da ação, na reportagem consultada.

Diante dos processos judiciais movidos contra os pais, o Movimento estampou camisetas com a charge da figura 33, criada especialmente para ser usada no dia 07 de outubro de 2015, data do depoimento dos pais junto à Justiça-RS<sup>163</sup>. Além disto, dois promotores<sup>164</sup> denunciaram o assessor jurídico da AVTSM, em razão de um texto de sua autoria que foi publicado na imprensa, no qual chama os promotores de corruptos. Este fato teve repercussão nacional, com referência, por exemplo, no programa Fantástico, da rede Globo<sup>165,166</sup>.

<sup>162</sup> Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policial/noticia/2015/05/cartazes-com-foto-de-promotor-sao-removidos-apos-determinacao-judicial-4757286.html>>. Acesso em: 05 maio 2016.

<sup>163</sup> A charge é de autoria de Carlos Henrique Latuff. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoSmDoLutoALuta/photos/a.578595855492438.1073741829.577031255648898/1049751348376884/?type=3&theater>>. Acesso em: 28 fev. .2016.

<sup>164</sup> Os promotores são Joel Dutra e Mauricio Trevisan. O denunciado é Paulo Tadeu Nunes Dutra. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/santa-maria/v/familiares-de-vitimas-da-boate-kiss-sao-denunciados-por-calunia/4441549/>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

<sup>165</sup> Veiculado em 11 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/10/promotor-processa-tres-pais-que-perderam-os-filhos-na-boate-kiss.html>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>166</sup> De autoria de Carlos Henrique Latuff.

Figura 33 – Charge: Justiça versus Ministério Público, RS

Figura 34 - A “mordada” da Justiça<sup>167</sup>

A charge é estampada em mídias alternativas, como camisetas e nos perfis do Facebook dos atores da rede de comunicação social, e são tensionais à credibilidade das instituições mencionadas, cuja visibilidade é não planejada. Essas situações foram reverberadas por vários atores do acontecimento, direta e indiretamente envolvidos (vide rede de comunicação social, do judiciário, midiática, política), endossam o argumento da

<sup>167</sup> Foto: Ronald Mendes / Agencia RBS

importância da visibilidade do acontecimento e do poder que ela tem de provocar conflitos, reações e respostas, que se incorporam ao próprio acontecimento e geram novos elementos de sentido para o debate público.

No processo de orquestração, ou de simples reforço de opiniões entre atores do acontecimento público, percebe-se que é usual a replicação de opiniões de outras instituições, sobretudo, nas páginas dos atores sociais no Facebook. Por exemplo, o Movimento do Luto à Luta compartilhou o texto de um professor do departamento de História da UFSM<sup>168</sup>, em 22 de janeiro de 2016, em que reflete acerca dos três anos desde a tragédia. Além deste, a reportagem produzida pelo Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (Sedufsm) em que participam o advogado da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, Luis Fernando Smaniotto, o delegado regional de Santa Maria da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Marcelo Mendes Arigony Junior e o sub-procurador geral para assuntos institucionais do MP-RS, Marcelo Dornelles. Eles comentam o primeiro ano de investigações policiais, as denúncias e a atuação das instituições públicas no caso envolvendo a Tragédia da Kiss<sup>169</sup>. Por fim, o vídeo com a crítica dos deputados federais Pompeo de Mattos e Nelson Marchezan Júnior ao MP-RS pelo processo por calúnia e difamação movido contra os pais das vítimas, durante audiência Mil Dias Tragédia boate Kiss, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em Brasília, DF. Ou seja, atores de instituições científicas, sindicato dos docentes da UFSM e do poder legislativo federal têm visibilidade no perfil desta mobilização social.

A articulação do Movimento do Luto à Luta com o SEDUFSM é recorrente e está endossada pelo ato “Santa Maria pela Vida”, realizado, em parceria, no dia 27 de setembro de 2014<sup>170</sup> e na charge representada pela figura 35.

Nesta charge, MP-RS, Prefeito Municipal, Corpo de Bombeiros-RS e Poder Legislativo Municipal aparecem representados. A crítica remete a uma tentativa de silenciamento aos “gritos” por justiça dos familiares das vítimas. Nestes jogos óticos, que geram visibilidades indesejadas, são acionados os tensionamentos ao público. Um, ligado à ocultação, ao silenciamento, à opacidade; outro, relacionado à possibilidade de sobreposição de interesses privados ao público, através da blindagem institucional e política. O paradoxo

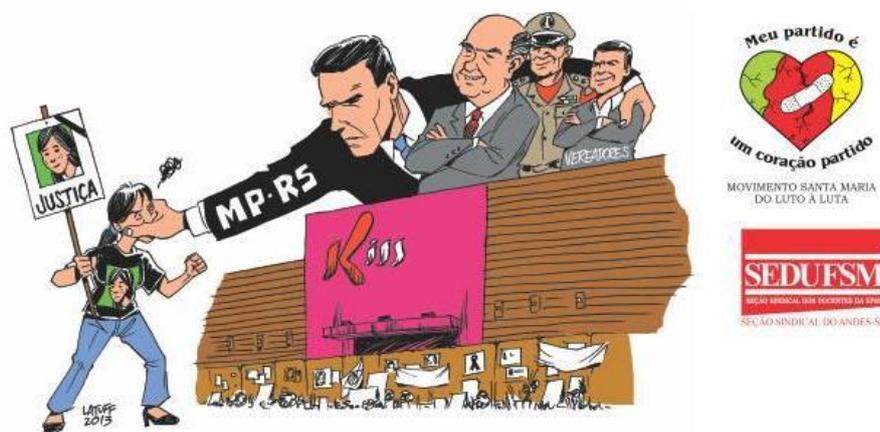
<sup>168</sup> O texto é de autoria de Carlos Armani. Disponível em: <<http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=reflexoes&id=5>>. Acesso em: 28 fev 2016.

<sup>169</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iEwV36JJpwA>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>170</sup> Material de divulgação. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoSmDoLutoALuta/photos/a.577142215637802.1073741827.577031255648898/844019745616713/?type=3&theater>>. Acesso em: 29 fev 2016.

que reside nessas possibilidades é a oposição entre público e privado, quando o poder público (Estado) e os familiares deveriam estar do mesmo lado.

Figura 35 -- Charge: Crítica ao Ministério Público, RS



No dia 28 de janeiro de 2016, a TV Pampa de Santa Maria – Rede de Comunicação Midiática – produziu uma reportagem com familiares das vítimas – Rede de Comunicação Social – sobre os três anos desde a tragédia. Eles relatam a sensação de impunidade e o desejo de justiça<sup>171</sup>. Nos protestos realizados pelas ruas de Santa Maria, o termo justiça também prevalece. Na marcha 30 de maio de 2013, pelas ruas centrais de Santa Maria, também se sobressaía o grito de “acorda Santa Maria”<sup>172</sup>, para que mais pessoas participassem do ato.

As audiências, na Justiça-RS, também mobilizaram as Redes de Comunicação Pública. No dia 10 de abril de 2015, o delegado regional de Santa Maria Marcelo Mendes Arigony, que conduziu as investigações do caso, prestou depoimento no salão do júri do Fórum da cidade, em audiência referente ao processo criminal do incêndio. A sua presença foi solicitação da defesa de Kiko. Na sua fala, que circulou na rede midiática, a, criticou as fiscalizações realizadas pela Prefeitura e pelo Corpo de Bombeiros na casa noturna e afirmou que a tragédia poderia ter sido evitada pelo Poder Público. De acordo com ele, o documento emitido por um arquiteto da prefeitura que apontava 29 irregularidades na casa noturna foi sonogado, sendo descoberto somente após o recebimento de uma denúncia anônima. Este documento seria a prova de que a boate nunca deveria ter funcionado. Quando questionado sobre o trabalho de resgate do Corpo de Bombeiros, afirmou que era uma situação excepcional para todas as forças e que não acreditava que melhor

<sup>171</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/1586828361564580/videos/1697515837162498/?fref=nf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>172</sup> O vídeo é assinado por Dartanhan Baldez Figueiredo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/dartanhan.baldezfigueiredo/videos/835332526527016/?fref=nf>>. Acesso em: 28 fev 2016.

aparelhamento do Corpo de Bombeiros pudesse evitar as mortes, visto que o fogo se alastrou muito rapidamente. Sobre o número de indiciados ser muito inferior ao que solicitava o inquérito da Polícia Civil, disse que o Ministério Público tem seus critérios de avaliação e que não caberia a ele julgá-los<sup>173</sup>.

Após a oitiva com Arigony, foi a vez do deputado estadual Adão Villaverde (PT) – do Poder Legislativo-RS - que propôs a alteração da lei estadual de incêndio - Lei Kiss. Em sua fala, destacou as diferenças na legislação estadual à época do incêndio e, hoje, após as mudanças realizadas, sobretudo quanto à clareza e ao rigor. Ele também revelou que houve pressão de empresários e emendas flexibilizaram obrigações, especialmente no que se refere à ampliação, de 750 para 1,5 mil metros quadrados, da área mínima para uso de PPCI simplificado. Ele disse haver a sobreposição de interesses privados ao público, ao referenciar a pressão de organizações do mercado.

Também no dia 10, após o depoimento de Villaverde, foi a vez de o tenente-coronel Luiz Marcelo Maya, comandante do 4º Comando Regional de Bombeiros, que assumiu o posto dois meses após a tragédia. Em relação à responsabilidade dos oficiais do Corpo de Bombeiros que foram investigados pela Polícia, disse desconhecer algo que desabone a conduta do tenente-coronel Moisés Fuchs, do major Gerson da Rosa Pereira e do capitão Alex da Rocha Camilo. Também disse que o alvará da Kiss estava válido até agosto de 2012, que a exigência de duas portas de saída varia conforme o tamanho do acesso e que a prioridade dos 11 bombeiros que atenderam a ocorrência foi retirar as vítimas de dentro da boate.

No dia 23 de abril, foi a vez do delegado Sandro Meinerz prestar depoimento à justiça estadual, em Santa Maria. O testemunho foi solicitado pela defesa de do réu Marcelo de Jesus dos Santos. Ele endossou o que apontara Arigony, dizendo que a Kiss foi um erro do início ao fim, pois ela nunca esteve totalmente adequada às normas legais. Além disso, referenciou a denúncia anônima recebida pela polícia e o documento que apontava 29 irregularidades na boate Kiss, que teria sido sonogado pela Prefeitura de Santa Maria e que ninguém soube explicar por que este documento não foi fornecido junto com os demais.

Em 24 de maio de 2015, a defesa de Kiko pediu o afastamento dos promotores Joel Dutra e Maurício Trevisan, sob a alegação de que teriam ocultado um documento à Polícia Civil, no início das investigações após a tragédia. A solicitação ao Ministério Público era das cópias integrais de procedimentos envolvendo a boate Kiss e outras cinco pessoas ligadas ao estabelecimento. Porém, a Promotoria teria encaminhado cópia do inquérito número 145, que investigava a poluição sonora

---

<sup>173</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/delegado-critica-fiscalizacao-da-boate-kiss-por-prefeitura-e-bombeiros.html>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

produzida pela boate, mas não entregou o de número 180, que investigava a venda de bebidas alcoólicas a menores de idade. Segundo o promotor Mauricio Trevisan, o documento não foi enviado porque a investigada era a Prefeitura de Santa Maria e não a boate Kiss, que apenas constava como um dos estabelecimentos a serem fiscalizados. Ainda, disse que a ação da defesa de Kiko era uma estratégia processual, e que não teria sido a primeira utilizada pelo defensor do réu<sup>174</sup>.

As tensões entre os atores das Redes de Comunicação Social e Política – esta representada pelo Poder Executivo-RS – também foram evidenciadas durante o julgamento dos réus do Corpo de Bombeiros. O tenente-coronel da reserva Daniel da Silva Adriano, que comandava a Seção de Prevenção a Incêndio (SPI), foi absolvido do crime de falsidade ideológica. O advogado dos condenados Werley Alves Filho deve recorrer da decisão, assim como o MP (RS), que solicita o aumento da pena e a reversão da absolvição de Adriano e a de Fuchs (no primeiro fato). Os recursos foram julgados pelo Tribunal de Justiça Militar<sup>175</sup>. Outros cinco<sup>176</sup> bombeiros foram absolvidos. Após o pedido de absolvição de cinco réus feito pelo MP (RS), Flavio Silva, presidente do Movimento do Luto à Luta, fez o uso da palavra e se pronunciou a favor da condenação dos três oficiais do Corpo de Bombeiros.

A Rede Midiática transmitiu o julgamento, em tempo real. Pela internet, o portal Clicrbs, por exemplo, atualizava todas as informações, minuto a minuto, direto do local do julgamento. Da leitura dos processos ao anúncio das sentenças, era possível saber o que se passava na Justiça Militar em Santa Maria, através da atuação dos jornalistas<sup>177</sup> que relatavam os fatos, divulgavam imagens de advogados, promotores, réus, juízes e familiares, comentavam as reações destes e de suas opiniões, indicavam os argumentos de acusação e de defesa e o clima dos debates entre promotores e advogados.

Alguns familiares das vítimas acompanharam o julgamento na Justiça Militar. Segundo Flavio Silva, do Movimento do Luto à Luta, diz que a baixa adesão resultava do descrédito com o julgamento, mas ela que seria compensada pelos que foram, ao afirmar que "quem está aqui vai dar o recado por todos que não vieram" e complementa que "os

---

<sup>174</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/defesa-de-reu-pede-afastamento-de-promotores-que-atuam-no-caso-kiss.html>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

<sup>175</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/justica-militar-condena-dois-e-absolve-seis-bombeiros-no-caso-da-boate-kiss.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

<sup>176</sup> Além de Adriano, foram absolvidos pelo crime de inobservância da lei os soldados Gilson Martins Dias, Marcos Vinícius Lopes Bastide, Vagner Guimarães Coelho, o Sargento Renan Severo Berleze e o Tenente da reserva Sérgio Roberto Oliveira de Andrades.

<sup>177</sup> Caetano Freitas, Juliana Bublitz e Liciane Brun fizeram a cobertura do julgamento.

bombeiros pegaram quase todas as senhas do julgamento”, o que consistiu em "Tática para evitar pressão<sup>178</sup>".

A AVTSM ingressou com uma ação contra o Estado brasileiro no caso Kiss junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O argumento é de que o estado do RS, o Município e o MP-RS sabiam das irregularidades da danceteria, mas nada fizeram para fechá-la. O fato repercutiu na mídia em 25 de janeiro de 2016<sup>179</sup>. Além da revisão dos posicionamentos sobre o caso, a petição busca a indenização das famílias das vítimas e aos feridos, pelo Estado brasileiro. Além desta, em fevereiro de 2015 uma ação visa apoio ao movimento Carta Dirigida ao Tribunal Penal Internacional, de Haia, na Holanda<sup>180</sup>.

Uma petição on-line dirigida ao Ministro da Justiça, para que olhasse o caso da Kiss, também foi organizada pelo Movimento do Luto à Luta. A iniciativa é de junho de 2015 e originária dos arquivamentos e absolvições dos entes estatais supostamente envolvidos. A ação visava à obtenção de assinaturas on-line<sup>181</sup>. Na mesma direção, mas de outro ator, no dia 24 de janeiro de 2016, a notícia da edição digital do Diário de Santa Maria sobre a ação civil por dano moral, movida por um dos sócios da boate Kiss, em que pedira indenização a autoridades municipais e a um integrante do Ministério Público Estadual. Segundo ele, nem os fiscais municipais, nem o promotor que assinou o TAC para solucionar o problema do excesso de ruído, avisaram-no dos riscos relativos à falta de segurança da casa noturna.

A partir desses fatos e reações dos atores vinculados às Redes de Comunicação Política, entende-se que é possível visualizar a manutenção da visibilidade, seja por processos de mediação ou em mídias alternativas, através dos interesses em disputa pelos atores, direta ou indiretamente, envolvidos. Entre visibilidades desejadas e indesejadas, novos sentidos são propostos e incidem sobre o acontecimento.

---

<sup>178</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/06/justica-militar-condena-dois-bombeiros-e-absolve-seis-por-fiscalizacao-da-boate-kiss-4773975.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

<sup>179</sup> Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2016/01/por-que-o-brasil-deve-ser-processado-por-suas-omissoes-em-cortes-internacionais-4963658.html>>. Acesso em: 28 fev 2016.

<sup>180</sup> Carta ao Tribunal Penal Internacional.

<sup>181</sup> O site reúne petições online que se destinam à consecução de mudanças sobre temas de interesse público, ligados às decisões estatais. Disponível em: <[https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro\\_da\\_Justica\\_do\\_Brasil\\_Olhe\\_as\\_absurdas\\_e\\_continuas\\_absolvicoes\\_da\\_Tragedia\\_Santa\\_Maria/?pv=6&rc=taggi ng&fb\\_action\\_ids=1639208819626087&fb\\_action\\_types=og.shares](https://secure.avaaz.org/po/petition/Ministro_da_Justica_do_Brasil_Olhe_as_absurdas_e_continuas_absolvicoes_da_Tragedia_Santa_Maria/?pv=6&rc=taggi ng&fb_action_ids=1639208819626087&fb_action_types=og.shares)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

### 6.1.5 Rede de Comunicação Científica

Inserem-se os atores que das redes de Comunicação Científica e Educacional (WEBER, 2007), que analisam e debatem os temas de interesse público relacionados à tragédia, para a produção de conhecimento sobre eles. A legitimidade destes atores está ancorada no pressuposto da neutralidade científica, mesmo em instituições privadas. Especificamente, são relacionadas aquelas nas quais encontramos produções monográficas, dissertações ou teses, livros ou artigos, na área da Comunicação Social, ou que sediaram Congressos ou Seminários para o debate acerca da tragédia.

Incluem-se, na lista, instituições públicas ou privadas e, conseqüentemente, a comunidade docente e discente que se ocupa dessas reflexões. Nesta seção, relacionamos apenas o nome das instituições. São elas:

- Centro Universitário Franciscano (Unifra);
- Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc);
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos);
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ao sediarem eventos ou produzirem estudos, contribuem para a visibilidade e a memória do acontecimento, bem como para o debate público e a produção de conhecimento para a correção das lacunas que permitiram que a tragédia acontecesse.

De 25 a 27 de janeiro de 2014, ocorreu o 1º Congresso Internacional Novos Caminhos, organizado pela AVTSM e que acionou diversas Redes de Comunicação do acontecimento, dentre as quais, listam-se: Social, Midiática, Política (poder legislativo estadual, poder executivo estadual), Religiosa, Científica, Mercadológica, Judicial. Neste evento, que demarcava o primeiro ano desde o incêndio, foram realizadas mesas de debate sobre temas de interesse público, relacionados especificamente à Kiss – como os procedimentos investigativos e a cobertura jornalística no dia da tragédia – e outros direta ou indiretamente relacionados, como o painel sobre segurança contra incêndio e de segurança no trânsito. A Rede de Comunicação Científica participou com o lançamento de um livro, no dia 26, que reuniu pesquisadores da área da Comunicação, organizado pela professora Ada Cristina Machado Silveira (UFSM). Em 14 textos, de 27 pesquisadores, são propostas diversas reflexões sobre os processos de midiatização da Tragédia Kiss.

### 6.1.6 Rede de Comunicação Religiosa

Com base na proposta de Weber (2007), é realizada por instituições, grupos, igrejas, seitas que utilizam discursos espirituais ou religiosos para explicar a tragédia ou confortar a quem sofre com a perda de familiares ou amigos. Os atores listados são aqueles que reverberaram o acontecimento, em sites, em notícias na mídia, blogs ou em canais de televisão. Também, que estiveram em cultos ecumênicos realizados em Santa Maria e foram referenciados pelos veículos de mídia.

- Igreja Católica Apostólica Romana
- Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
- Igreja Evangélica Luterana do Brasil
- Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
- Templo Restauração
- Espiritismo

Nas versões e crenças de diversas orientações religiosas, há perspectivas que conflitam e as divergências são, também, esboçadas na comunicação pública. Desde a despedida e as primeiras homenagens, as instituições religiosas se relacionam com os familiares e sobreviventes das vítimas, constituindo-se como atores do acontecimento público Tragédia Kiss. Diversos cultos ecumênicos foram realizados desde a tragédia com o intuito de abranger toda a diversidade de crenças dos familiares e amigos das vítimas e sobreviventes. Essas celebrações podem ser entendidas como um meio de amparo, para a superação do luto, diante da ruptura ocasionada pela morte inesperada.

Mesmo nos processos comunicacionais iniciados por esses atores, são evidenciados ou gerados tensionamentos, que acionam ou tangenciam o interesse público, provocam respostas e reações. Uma entrevista concedida a uma emissora de rádio de uma cidade do interior do RS, um padre insinuou que a tragédia ocorreu devido à imprudência dos jovens, o uso de drogas e de bebidas alcoólicas. Mais tarde e na mesma emissora, o presidente da AVTSM comentou a fala do padre e a classificou como “decepcionante”, pois até o chefe supremo da Igreja Católica, o Papa, teria ficado ao lado dos familiares, mas evitou ampliar a polêmica e generalizar, dizendo que eram parceiros desta instituição. Após o episódio, o padre se retratou

por meio de uma carta enviada à AVTSM, que também fora publicada em portais de notícias<sup>182</sup>.

Da relação entre a tragédia e a fé, as redes de comunicação religiosas participam com produções bibliográficas, como o livro “Nossa nova caminhada<sup>183</sup>”, que teria sido composto por cartas psicografadas de vítimas com mensagens destinadas aos seus pais. Sobre ele, levantaram-se suspeitas de fraude, dentro mesmo de grupos espíritas. Em uma dessas críticas, no blog “Dossiê espírita”, os organizadores da obra são acusados de oportunismo *espiritólico* e da prática de *panfletarismo* religioso<sup>184</sup>.

Em outro portal, teólogo<sup>185</sup> da Igreja Apostólica Vida Nova afirma que há um apelo emocional do espiritismo, o que torna difícil saber se os espíritos recebidos pelos médiuns são as vítimas da tragédia. Destaca, também, que as diversas doutrinas têm divergências entre elas, como a Igreja Católica e o Espiritismo<sup>186</sup>.

Também gerou discussão o livro “Kiss: uma porta para o céu”, de autoria do padre Lauro Trevisan, que fora chamado de oportunista. O trecho da discórdia dizia “No auge da balada celestial, o Pai perguntou se alguém queria voltar. Dois ou três disseram que sim e foram encontrados vivos no caminhão frigorífico que transportava os corpos ao Ginásio de Esportes”. Segundo o autor da obra, trata-se de uma narrativa ficcional, e que apesar de ter ouvido rumores de que teria havido isso, utilizou apenas como parábola para representar o estado de quase morte<sup>187</sup>. A AVTSM entrou com um pedido na justiça para impedir a venda do livro e, nos sites de redes sociais, a discussão prosseguiu entre os que defendiam e os que discordavam do teor. Em meio a tudo isso, o livro teve a tiragem de 2000 exemplares esgotada na primeira semana após a publicação.

### 6.1.7 Rede de Comunicação Mercadológica

A Rede de Comunicação Mercadológica está em íntima relação com o consumo e com a publicidade comercial, esta que financia os veículos de mídia e, segundo Weber (2007), a

<sup>182</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/tragedia-santa-maria-boate-kiss-um-ano-depois/noticia/2014/01/apos-falar-em-imprudencia-de-jovens-na-kiss-padre-pede-desculpas-pais.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

<sup>183</sup> O livro é composto por sete psicografias, de 2014 e editoria de Lidiane Betega.

<sup>184</sup> Disponível em: <<http://dossieespirita.blogspot.com.br/2014/12/panfletarismo-religioso-agora-envolve.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

<sup>185</sup> Bruno dos Santos

<sup>186</sup> Disponível em: <<http://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bruno-dos-santos-ha-no-espiritismo-um-apelo-emocional-muito-forte.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

<sup>187</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/05/associacao-pede-retirada-de-circulacao-de-livro-de-padre-sobre-a-kiss.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

relação com a comunicação pública ocorre através de projetos que envolvem responsabilidade social. A seleção dos atores do mercado obedeceu ao critério de referência à tragédia, no desenvolvimento e promoção de produtos, como tecnologias de extinção de incêndio, ou que tenham participado de ações beneficentes junto aos familiares das vítimas e sobreviventes. Não se trata da propaganda comercial tradicional, localizada nos intervalos da programação midiática, mas da divulgação em notícias ou em conteúdos de mídia em que constem as ações. Além das duas que são listadas, os proprietários da boate Kiss e os dois músicos da banda Gurizada Fandangueira estão incluídos nesta tipificação.

#### **a) Proprietários da boate Kiss**

Os dois sócios da boate Kiss são réus na Justiça-RS por homicídio doloso e por tentativa de homicídio. Têm defesas individuais e, desde o incêndio, têm posturas distintas em relação ao caso.

*Elissandro Spohr (Kiko)* - Era quem administrava a boate Kiss. Tornou-se proprietário em outubro de 2010. Kiko, através do seu advogado, discute a responsabilidade criminal da tragédia. As críticas se dirigem, principalmente, ao Ministério Público-RS, Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal de Santa Maria, pois, segundo Kiko e seu advogado, a responsabilidade que está sendo atribuída ao réu se deve a erros cometidos pelas instituições e agentes públicos responsáveis pela fiscalização. Eles, inclusive, moveram um processo contra as três instituições públicas, cobrando quantia que gira em torno de R\$ 528 mil, que seriam doados aos familiares das vítimas e sobreviventes do incêndio.

*Mauro Hoffman* - Tornou-se sócio em dezembro de 2011, com o investimento de R\$ 500 mil. Apesar de responder pelos mesmos crimes que Kiko, a sua defesa sustenta que ele não tinha poder de decisão, tudo estava sob a responsabilidade do outro sócio. Ele não ingressou conjuntamente com Kiko na ação contra o Estado.

#### **b) Músicos - Banda Gurizada Fandangueira**

Dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira respondem por homicídio doloso e por tentativa de homicídio. Um deles, o produtor, porque foi quem comprou o artefato pirotécnico impróprio para ambientes fechados, que iniciou o incêndio. O segundo, o vocalista, era quem portava o fogo de artifício cujas fagulhas atingiram a espuma que fazia parte do sistema de isolamento acústico, instalada acima do palco principal, onde a banda se

apresentava no momento do incêndio. Ambos têm postura mais resignada ante a comunicação pública e aguardam julgamento na Justiça-RS.

*Marcelo de Jesus dos Santos* – vocalista da banda Gurizada Fandangueira. O artefato pirotécnico de onde partiram as fagulhas que iniciaram o incêndio estava preso em seu braço.

*Luciano Bonilha Leão* – produtor da banda Gurizada Fandangueira, responsável pela compra dos fogos de artifício utilizados nos shows.

#### **c) Rede de farmácias São João**

Desde agosto de 2015 - após iniciativa da AVTSM que lançou uma campanha para que farmácias “adotassem” sobreviventes da tragédia que não estavam conseguindo as medicações necessárias junto ao SUS – a rede de farmácias São João fornece gratuitamente remédios para dezessete pessoas. O acordo é de que a ação seja realizada por um ano.

#### **d) Empresa 3M**

Em audiência no Senado, durante o Seminário em alusão aos mil dias desde a tragédia na boate Kiss, a empresa apresenta tecnologia que seria capaz de evitar incêndios como o da boate Kiss.

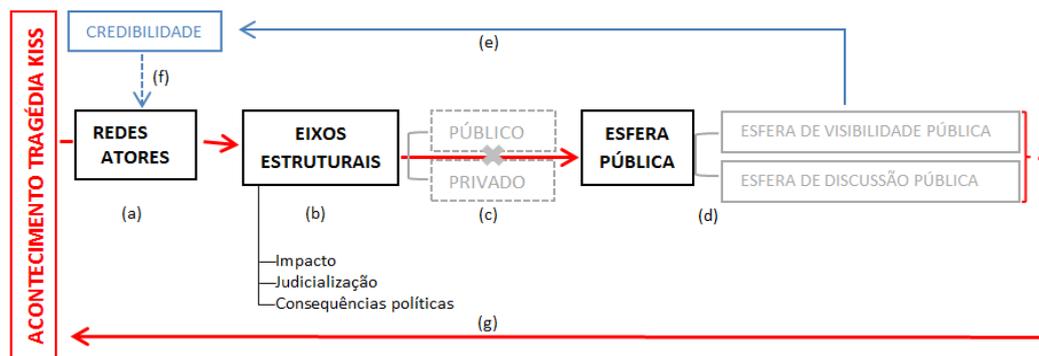
## 6.2 DINÂMICA COMUNICACIONAL DAS REDES

Os resultados aqui obtidos derivam da compreensão sobre a comunicação pública do acontecimento *Tragédia Kiss*, constituída por sete redes de comunicação, que abrangem diversos atores, que emitem versões e opiniões sobre temas de interesse público, relacionados aos fatos que estão organizados nos três eixos estruturais estabelecidos e que são constituintes da Tragédia Kiss. Ademais, da observação desses dados, resulta o *Diagrama visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss*, que será descrito a seguir e pelo qual se pretende apresentar a síntese da dinâmica comunicacional das redes identificadas, de modo que possa ser replicado, reinterpretado e atualizado em estudos posteriores.

O diagrama (figura 36) reúne os resultados dos passos metodológicos realizados, bem como compila a base teórica que fundamenta esta pesquisa. A partir dele, na observação dos processos comunicacionais desenvolvidos entre as Redes do Acontecimento Tragédia Kiss, já

descritos, busca-se demonstrar a dinâmica destes processos comunicacionais, recursivos, que constituem a visibilidade e o debate público que mantêm a permanência do acontecimento público Tragédia Kiss. Inicia-se pela descrição e explicação do diagrama e segue-se com as conclusões e análises com base na matriz teórica que fundamenta esta tese.

Figura 36 - Diagrama visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss



O processo comunicacional inicia quando um ou mais rede\ator (a) emite a sua versão\opinião sobre um tema originário de um dos três eixos estruturais (b) do acontecimento. Este tema é limítrofe entre interesse público e privado (c) e almeja-se que ele aceda à esfera pública, para que seja inserido ao debate público (d). Os sentidos propostos são recursivos ao acontecimento e incidem sobre a sua memória e constituição (g), podendo desencadear transformações, reações e redirecionamentos. Esses processos comunicacionais almejam a credibilidade (e) do destinador, que se define na recepção\destinatário (f). Se os sentidos propostos pela rede\ator são reinseridos no debate por outra rede\ator, o processo se reinicia e, assim, pode ser, indefinidamente.

Em relação à redes\tores (a) que iniciam os processos comunicacionais, corresponde à tipologia das redes já descrita neste capítulo. Ao total, são sete as componentes do acontecimento Tragédia Kiss: Rede de Comunicação Política, Rede de Comunicação do Judiciário, Rede de Comunicação Social, Rede de Comunicação Científica e Educacional, Rede de Comunicação Religiosa, Rede de Comunicação Mercadológica, Rede de Comunicação Midiática.

Quando à tematização (b), deriva dos três eixos estruturais do acontecimento Tragédia Kiss, explicados no capítulo dois. São eles: impacto, judicialização e consequências políticas. Os temas derivados desses três horizontes que interessam são tensionais nas relações entre a oposição dicotômica público e o privado (c).

Essas tensões, disputas, negociações e pactos, ocorrem no âmbito da esfera pública (d), onde circulam e coabitam versões e opiniões de todos os atores que se manifestarem sobre os assuntos evidenciados, nas múltiplas arenas que compõem a esfera de visibilidade pública. São considerados, como mídia, meios alternativos e radicais, geralmente promovidos pelas redes de comunicação social e, em alguns casos, com visibilidade potencializada pela veiculação nas Redes de Comunicação Midiática; e as mídias digitais. Essas relações comunicacionais, em torno de temas de interesse público, almejam a credibilidade (g) ante a opinião pública e demais atores. O resultado pode ser positivo ou negativo (f). Os sentidos que resultam desses processos se incorporam à constituição do acontecimento público (d). Entende-se que a atividade das redes não cessa, ainda que seja oscilante e, por consequência, mantem em aberto a constituição do acontecimento.

A seguir, realiza-se a discussão dos dados, que deriva da operacionalização do diagrama e é desenvolvida à luz da matriz teórica que fundamenta esta tese.

### 6.3 VISIBILIDADE E PERMANÊNCIA O ACONTECIMENTO

Trata-se, por fim, nesta seção, da discussão acerca dos processos comunicacionais descritos na identificação das redes e dos atores do acontecimento, os quais derivam dos episódios reunidos na linha do tempo presente na Parte I deste estudo e, cuja síntese do processo de funcionamento das Redes de Comunicação, está representada no diagrama supracitado.

O acontecimento pode proporcionar a percepção sobre uma transformação em curso no estado do mundo. Mas, para além do “mundo”, privado, daqueles que são atingidos diretamente e que precisam superar o trauma diariamente, com passibilidade (QUÉRÉ, 2005), o poder transformador do acontecimento passa por conflitos, tensionamentos e contingências que ampliam o interesse e o impacto público e social. O poder hermenêutico do acontecimento depende da visibilidade e da mobilização social, da atividade das Redes de Comunicação, pois, “no silêncio, rompem-se todos os ensejos para a metamorfose. É por meio da fala que se tecem as relações entre os homens: no silêncio, tudo se enrijece” (CANETTI, 2005, p. 295).

No incêndio da boate Kiss, a separação gerada pela morte se torna mais drástica porque trágica. Ao saírem para uma noite de festa, os jovens não voltaram mais. Diante estes aspectos, entende-se que a morte constitui a força imanente do acontecimento público Tragédia Kiss. Dela, são desencadeadas as investigações, as denúncias e os julgamentos; é

pela saudade e o desejo de justiça que familiares e amigos, sobretudo, mobilizam-se em homenagens e em protestos. Desses, são propostos os sentidos que mantêm a visibilidade e a permanência do acontecimento, através das Redes de Comunicação, que inserem na esfera pública as informações, versões e opiniões acerca dos fatos que constituem a tragédia.

Na tensão entre desejo de imortalidade e a necessidade da morte (FREUD, 2015), o indivíduo alimenta a crença na vida eterna. A morte trágica desestrutura o sistema de crenças, pois, sempre indesejada (MANONNI, 2015), permite lembrar a condição mortal de cada um. Também, por ter entre as vítimas, principalmente, jovens universitários. A morte antecipada, em vidas interrompidas. São amigos que partem juntos, pais que perdem os filhos, filhos que ficam órfãos, famílias que são tomadas pelo vazio da ausência de quem partira inesperadamente, e de modo tão brutal, com a lacuna da última palavra, que não pôde ser proferida. Esta, segundo Mannoni (1995), tem um sentido regenerador para os que ficam e alimentam o desejo de recomeçar.

A gestão do trauma depende das cerimônias de passagem e da despedida do corpo. E, é neste horizonte que se inserem os atos e as crenças religiosas, que acionam a Rede de Comunicação Religiosa, os quais são, também, mediações que constituem a individualidade dos sujeitos e orientam a sua ação no mundo. Foram encontradas informações sobre a realização de cultos ecumênicos, lançamento de livros, opiniões de representantes de diferentes orientações religiosas. São diversas, assim como familiares e sobreviventes, e em razão disto têm significados e importâncias distintas para cada um, inclusive na relação com a morte. Não estão, nesta direção e diante das disputas referenciadas, isentas de tensionamentos, discordâncias e de interesses concorrenciais, entre o público e o privado.

Por exemplo, em opiniões sobre a tragédia expressas na Rede de Comunicação Midiática, atores da Rede de Comunicação Religiosa são criticados por atores da Rede de Comunicação Social; as versões expostas pelos autores de livros sobre a tragédia, inseridos na Rede Religiosa – ou mesmo a discussão sobre o conteúdo dessas obras, por atores desta ou de outras Redes, como a de Comunicação Social –, ingressam na esfera de visibilidade pública e são passíveis de serem reapropriados, em processos comunicacionais recursivos, que mantêm a visibilidade e incidem sobre o próprio acontecimento e a credibilidade dos atores.

A tragédia também desestabiliza o sistema de crenças quanto à responsabilidade do Estado, antes e após o incêndio, pois conduz à reflexão sobre a ineficácia das leis, a incapacidade de o Estado proteger a vida e de punir os responsáveis. Da mesma forma que obriga, o Estado é obrigado pela lei, pois toda ação está ancorada em normas, é regulada previamente. É em virtude desta moldura estatal, de toda a burocracia necessária à

formalização de um empreendimento, no âmbito do município, estado e país, que se acredita que seja um local seguro. Após a tragédia, é dele que se espera explicações e providências, pois é quem pode agir para punir os responsáveis ou assumir as suas responsabilidades. Isto, se for o caso.

As revelações sobre o passado da boate Kiss, que incluem alvarás vencidos, sucessivas irregularidades quanto à concessão e renovação das licenças, reformas realizadas no prédio não-autorizadas pela prefeitura municipal, entre outros, deixam o Estado e suas instituições sob suspeição e geram consequências políticas. Em virtude disto, são vários os episódios em que os limites do público e do privado são tensionados nas materialidades comunicacionais analisadas.

Nesta direção, a Rede de Comunicação Política adquire protagonismo ante essas questões e sentidos delas derivados, em visibilidades voluntárias e involuntárias dos atores que dela participam. São exemplos deste protagonismo, as declarações de representantes dos poderes executivo e legislativo, no município, no estado e no país; da Polícia Civil, do IGP-RS; de partidos políticos; Corpo de Bombeiros; Servidores e secretários municipais; entre outros. Além disso, incluem-se os processos comunicacionais que expõem um ou mais atores da rede, por acusação, crítica, vazamentos ou denúncias, que tensionam a credibilidade dos atores mencionados. São exemplos, a troca de acusações entre os líderes do executivo municipal e estadual quanto à responsabilidade pela tragédia; a pressão exercida pelos grupos sociais sobre o MP e o processo movido pela instituição contra familiares das vítimas; e a acusação do prefeito de Santa Maria de que os objetivos da investigação da Polícia Civil teriam sido desvirtuados em prol de interesses de natureza política; a informação de que houve suposta omissão de documentos pela prefeitura municipal, descobertos somente após denúncia anônima à Polícia Civil.

Destes processos comunicacionais, resultam visibilidades desejadas e indesejadas, que não se resumem à mera exposição (porque produzem sentidos), alimentam a dinâmica da Rede de Comunicação Pública. Nota-se, neste caso, são relações conflitivas iniciadas no âmbito de uma mesma rede, cujas informações são ressignificadas e reverberam em outras, como a Social, a Mercadológica (proprietários da boate, principalmente) e a Midiática. A exposição e o debate desencadeados tensionam a credibilidade de atores da Rede de Comunicação Política e da Rede do Judiciário, que respondem e reagem, em discurso ou em processos judiciais.

Em relação à Rede de Comunicação do Poder Judiciário aparece com a judicialização do acontecimento. As denúncias, a repercussão das audiências para audição das testemunhas,

os julgamentos e as sentenças. As tensões com os atores de outras redes são relacionadas à concordância ou não com as decisões judiciais. As tensões principais envolvem o MP-RS – que neste estudo foi incluído nesta rede, apesar de não estar vinculado ao Poder Judiciário – é exposto por outros atores, especialmente da Rede de Comunicação Social, em charges que estampam banners e camisetas em mídias alternativas radicais (DOWNING, 2004).

Ademais, a CPI foi marcada por disputas partidárias, também temáticas às Redes. O desacordo entre edis, divididos em dois grupos pela disputa da condução dos trabalhos, também permitem a reflexão sobre a sobreposição do privado ao público (BOBBIO, 2001), expresso na acusação de que houve, no pedido instaurado, tentativa de dificultar o acesso à verdade. Consequentemente, sobre o poder das coalizões partidárias informais, circunscritas ao termo partidocracia (BOBBIO, 2000), que podem abalar a credibilidade das instituições estatais, bem como a sua autonomia decisória. No âmbito do poder público municipal, além dos líderes do executivo e do legislativo, os protagonismos se estendem a secretários, servidores e assessores legislativos. São tensões internas à própria rede, que denotam a sua organicidade própria.

A participação da Rede de Comunicação Científica foi percebida, principalmente, com a produção de livros e de trabalhos científicos que promovem a reflexão sobre o acontecimento, além de sediarem eventos e realizarem homenagens. Materiais vinculados a sindicato de docentes também foram identificados. Entende-se que produz a visibilidade ao acontecimento alternativa à cena midiática, nos estudos que abordam o tema em múltiplos campos científicos.

Em relação à Rede Mercadológica, pôde-se perceber que a atividade da rede esteve mais relacionada às ações e à defesa jurídica de um dos sócios da bote Kiss, que questiona – na rede de comunicação midiática - a não responsabilização de instituições do Estado, além de mover processos judiciais contra essas mesmas instituições públicas. Essas são as relações tensionais analisadas que mais reverberam, pois relacionadas à responsabilidade do poder público. Outra observação diz respeito às empresas que não estavam envolvidas com a tragédia. Foi incluído um ator, pois foi identificado que o desenvolvimento e a propaganda de determinados produtos fazem referência à Kiss, o que contribui para acionar a memória. Além disto, um dos integrantes da AVTSM foi convidado a fazer o seu relato em um congresso promovido pela empresa. Em relação a Rede de Farmácias que fora incluída, foi por doar medicamentos ao tratamento de sobreviventes do incêndio. Esta ação reverberou nas Redes de Comunicação Midiática e Social, especialmente.

Em relação às ações dos atores da Rede de Comunicação Social, incluem a disputa por visibilidade midiática, ações beneficentes e desenvolvimento de projetos sociais, realização e participação em eventos sobre temas que se relacionam à tragédia. Nos protestos que realizam, as suas ações e discursos fazem com que outros atores do acontecimento acedam à esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008), suscitando respostas e reações, contribuindo para a manutenção do debate. Além disto, carrega o efeito de preservação da memória política do acontecimento, como fizeram as Mães da Praça de Maio, na Argentina (DOWNING, 2004).

Seja de forma orquestrada ou não, a convergência de opiniões entre diversos atores sobre um tema de interesse público pode contribuir para compensar a assimetria entre as instituições e grupos sociais que compõem a rede de comunicação pública (WEBER, 2007). Independentemente da intencionalidade dos atores, na comunicação pública, o elemento vinculante é simbólico, e isto constitui a força dos públicos (ESTEVES, 2011; TARDE, 1992). Por mais que as materialidades de percam, os sentidos interpretados por quem esteve diante dos registros ali representados, já estão, de alguma forma, passíveis de perpetuação em novos processos comunicacionais.

Ainda que o debate não ocorra a cada ação ou opinião produzida no interior dos públicos, ou para cada tema que ascende à esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008), através da visibilidade das opiniões produzidas, tem-se uma das premissas necessárias à configuração do debate público. Os protestos que constituem o acontecimento público Tragédia Kiss podem ser interpretados como os desdobramentos imprevisíveis do acontecimento, que resultam das rupturas que ocasionam, relacionadas à passionalidade vinculada à morte coletiva. São excepcionais, rompem com a normalidade cotidiana e por isto têm a probabilidade de virar notícia e aceder à esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008). Além disto, atores da Rede de Comunicação Social reverberam em sites de redes sociais e em mídias alternativas radicais.

Por isto, as mídias alternativas podem colaborar para alicerçar a transcendência do acontecimento no espaço público para além dos eventos e datas específicas que recebem maior atenção da mídia e do jornalismo. Ali, como a tenda da vigília, o acontecimento se constrói diariamente, na ação e sentimento compartilhado pelos familiares e amigos das vítimas que ali buscam conforto. É, de alguma forma, um modo de manter a lembrança da finitude da vida para aqueles que por ali passam, ante o interdito da morte ligado à cultura moderna (ARIÉS, 2003). Apesar de não constituir a crítica à mídia, elas acionam outros discursos e podem preencher um vazio aparente na programação midiática. Não deixa de ser

uma ação com a intenção de incluir “o que não há”, sobretudo quanto à questão dos responsáveis, consciente ou inconscientemente.

Os atores que constituem a Rede de Comunicação Social da Tragédia Kiss – os grupos sociais organizados, principalmente - podem ser compreendidos, no plano normativo, pela definição normativa de público, enquanto ator social. Ou seja, a comunicação é a sua própria razão de ser, pois toda “espiritualidade dos públicos gira em torno de uma certa comunhão de ideias cuja formação ocorre no quadro de um processo de comunicação constante” (ESTEVES, 2011, p. 153). Na dimensão fática do espaço público contemporâneo, a circulação de informações na mídia, principal espaço de visibilidade, está sujeita às decisões editoriais dos meios de comunicação e à disponibilidade dos atores convocados a opinar ou a justificar a sua responsabilidade. Por isto, diante de sistemas de comunicação mais potentes, como os estatais, para disputar versões e opiniões com outros atores da rede de comunicação pública (WEBER, 2007), as mobilizações sociais unem-se em ideias e simbolismos para se expressar e se utilizam de mídias digitais e alternativas para amplificar a sua voz.

Nesses três anos desde o incêndio, foram vários os eventos que permitem refletir acerca da força dos públicos, como as marchas realizadas em Santa Maria, as homenagens às vítimas a cada dia 27, os protestos por justiça. Grupos sociais foram formados após a tragédia, os quais têm composição e finalidades distintas e permitem ver que as dinâmicas sociais são constitutivas do acontecimento público Tragédia Kiss.

Após o incêndio, a reação de grande número de indivíduos, não apenas em Santa Maria, iluminou a expectativa de que o debate público seria marcado pela ação dos públicos e pela comunicação pública (ESTEVES, 2011). O ideal de revitalização da esfera pública e da participação ativa da sociedade em torno de um tema de interesse público, através da comunicação pública, encontraria subsídios para sustentação no fato trágico que abreviou a vida de mais de duas centenas de jovens. Porém, passados três anos desde o incêndio, as mobilizações permanecem, mas não reúnem milhares nas ruas, como visto nos dias seguintes ao 27 de janeiro. É uma observação com critério meramente quantitativo.

Poder-se-ia tentar compreender o desinteresse pela própria relação que o homem moderno tem com a morte, que tende a negá-la. A morte se torna interdita, *inominável* (MANNONI, 1995) e, conseqüentemente, as cerimônias do luto são escamoteadas, tornam-se reservadas e restritas aos enlutados. Ou ainda pelo individualismo ocasionado pelo desequilíbrio entre as duas dimensões da vida humana, a vida privada e a vida que se passa em público (ARENDRT, 1999). Como diz Sennett (2014), as “pequenas coisas” adquirem mais relevância do que as “coisas públicas”, aquilo que é relativo à coletividade.

Em relação à Rede Midiática, ela absorve parte dos processos comunicacionais relativos ao acontecimento e tem protagonismo reconhecido. Os veículos de mídia organizam e explicam o que se passara, contribuem para a constituição da memória, potencializam a visibilidade, oferecem subsídios para o debate, contribuem para a permanência e a configuração do acontecimento público. Não por acaso, o acervo documental utilizado para a análise deriva da esfera midiática. São, portanto, ao mesmo tempo, palco e atores das disputas em torno da credibilidade e da Opinião (TARDE, 1992), mesmo reconhecido que a visibilidade midiática do acontecimento é oscilante e que o acesso dos atores das diferentes redes é desigual.

À medida que as notícias contam, outros atores da Rede de Comunicação Pública do acontecimento são tensionados pela exposição ou mobilizados pelo interesse no tema. Como ressalta Coelho (2013), a exposição pelo jornalismo é determinante na configuração da experiência pública, pois os sentidos propostos possibilitam a reação das arenas e a configuração do debate público. Nesta direção, reconhecem Johnson (2010) e Quéré (2005), a constituição dos acontecimentos transcende a análise midiática, devido à sua complexidade enquanto fenômenos sociais. Além de a recepção ser diversa entre os públicos, os sentidos que são alçados à esfera pública e os debates desencadeados são parte da sua constituição, o que inclui todos os atores (cidadãos, políticos, especialistas, sindicalistas, etc.) como constituintes do debate.

Os acontecimentos são, por um lado, objetos da realidade, extraídos em seu estado bruto para se tornarem, por outro, objeto de fabricação midiática. São fato e sentido. Portanto, pode-se ver, através dos documentos midiáticos, a importância da apropriação do jornalismo e da mídia, da Rede de Comunicação Midiática, na constituição do acontecimento público. Por sua força e impacto, ele provoca a alteração na lógica de produção de notícias (SILVEIRA; DALMOLIN, 2013), equipes de jornalismo e celebridades de telejornais são deslocadas à Santa Maria, no dia da tragédia e, posteriormente, ainda que oscilante, ele continua agendando os noticiários. Isso mantém em aberto o horizonte de possíveis, mesmo que a lógica midiática seja condicionante – porque pela visibilidade midiática concorrem outros temas de interesse público e há a estetização.

Estetizadas com elementos da “gramática de produção” midiática (FAUSTO NETO, 1991), enfocaram o choro, o desespero, as virtudes daqueles que tentaram salvar vidas, os sonhos interrompidos, as trágicas coincidências que uniram amigos no momento da morte, a discórdia entre os possíveis responsáveis. A midiaticização da tragédia permite ver a força do acontecimento trágico, pois as histórias dos jovens e dos seus familiares passam a ser

expostas em cadernos especiais de jornais impressos, em infográficos criados em portais de notícias, à semelhança do que ocorre quando a morte é de celebridades da música e do esporte, ex-presidentes, figuras públicas de modo geral, os personagens olímpicos (MORIN, 1969; FAUSTO NETO, 1991).

Ao final desse percurso, é possível sintetizar que as redes não são estruturas físicas, tecnológicas ou pressupõem contatos presenciais, e há, no interior de cada uma – e entre elas –, diferentes competências técnicas, profissionais e discursivas. A sua constituição é espacial e, temporalmente, dispersa, com diferentes níveis de abrangência. A atividade das redes, através da análise das materialidades comunicacionais e documentos reunidos neste estudo, constituem-se da relação intersubjetiva entre os atores, que se encontram em pontos nodais, simbólicos, que tensionam os domínios público e privado. Os sentidos produzidos pelos atores que interpretam os fatos – para além dos fatos em si, os registros institucionais ou a intenção dos indivíduos\instituições envolvidas - que mantêm a vitalidade das redes do acontecimento público em tela.

Assim, entende-se que a observação desses pontos nodais, que vinculam os atores pelo interesse no tema – e não pela confluência das opiniões -, exalta a importância da comunicação na constituição do acontecimento público, na esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008) e à margem dela. São relações conflitivas ou pacificadas, quanto ao equilíbrio\desequilíbrio dos domínios do público e do privado, que a visibilidade é tensional, pois situada na dimensão cognitiva do “fazer crer” (LANDOWSKI, 1992).

Ademais, da discussão aqui empreendida, entende-se que é possível indicar, com base no referencial teórico, horizontes semânticos em que os limites dos termos dicotômicos são tensionados no acontecimento público Trágica Kiss. São eles: visibilidade x opacidade (midiática, estatal, governamental); coletivo (relacionado às decisões do Estado/governo) x individual (econômico, mercadológico, partidário, institucional); vida pública x vida privada (mobilização social x desmobilização social). Tais oposições são relacionadas, por exemplo e respectivamente, ao conteúdo do áudio da CPI que fora vazado; à discussão sobre a atualização da lei estadual de prevenção e proteção contra incêndio; as resistências que os grupos sociais encontraram no âmbito da própria sociedade, as críticas à continuidade dos protestos e a desmobilização gradual.

A visibilidade não se restringe ao que é visível, ao que fora dito em mídias hegemônicas ou alternativas. Adquirem existência e são incorporados, ao debate, todos os objetos observáveis, que, de alguma forma, tornam-se objetos de sentido para o observador. Nesta linha, para além dos ditos, incluem-se inauditos e tentativas de invisibilidade. Assim,

como os públicos (ESTEVEES, 2011), as Redes podem permanecer em estado de latência por alguns períodos, até que novos episódios desencadeiem novos processos comunicacionais vinculados ao acontecimento público.

Silenciar – como em entrevistas coletivas encerradas precocemente – pode ser interpretado como tentativa de controle do acontecimento, no sentido de não permitir conhecer. Neste sentido, estão as críticas dirigidas a atores da Rede de Comunicação Política, após o vazamento do áudio da conversa de três vereadores que compunham a CPI da Kiss, que sugeria a tentativa de blindagem da imagem do prefeito municipal de Santa Maria. Tal fato, que culminou na ocupação do plenário da Câmara de Vereadores, paradoxalmente, coloca em lados opostos Comissão e sociedade, cujas divergências são expressas, sobretudo, pela Rede de Comunicação Social e Rede Política, com a mediação principal da Rede Midiática.

Assim, por exemplo, no debate desencadeado, o (s) ator (es) de “quem se fala” tem os limites do privado tensionados, por meio da exposição involuntária. As tensões desencadeadas pela visibilidade indesejada, nos jogos óticos entre os atores, transcendem às relações escópicas, situando-se em uma dimensão cognitiva, “do fazer crer”. Nos sentidos acionados sobre a conduta dos atores, a função escópica do emissor torna-se estratégica para “manobras” cognitivas com o objetivo de “fazer ver” e de “fazer crer”, em fluxos que se destinam a receptores que podem ser múltiplos.

Estes, que podem, se tornam emissores em novos processos comunicacionais, mantendo-se a dinâmica da Rede de Comunicação do acontecimento. O esforço passa a ser, neste cenário, apoderar-se e fechá-lo o mais depressa possível e, “*neste jogo, alguns actores são mais fortes ou mais autorizados do que outros*” (ARQUEMBOURG, 2011, p. 114). E as autoridades Estatais, quando se trata de problemas públicos, assumem este protagonismo, mas é uma tarefa que nunca se completa.

Finalmente, à compreensão da relevância das Redes, poder-se-ia ainda acrescentar que as marcas produzidas pelo emissor podem engendrar contextos, ter a sua transcendência para além do momento presente, bem como servir de subsídio à produção de novos conhecimentos através de processos a visibilidade e do debate público, que incidem sobre a permanência do acontecimento público Tragédia Kiss. O registro material pode desaparecer, desbotar, ser deletado, mas os sentidos das relações comunicacionais permanecerão com o(s) destinatário(s). Isto se aplica às relações comunicacionais em mídias hegemônicas, digitais ou alternativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse percurso, é possível listar um conjunto de dificuldades que se apresentaram até à conclusão desta tese, novos questionamentos surgidos, pressupostos validados ou refutados. A primeira dificuldade esteve na minha relação com o próprio objeto de pesquisa. A decisão pelo estudo da Tragédia Kiss ocorreu em fevereiro de 2013, em Santa Maria, um ano após o ingresso no doutorado. De lá para cá, foram três anos e uma sucessão de novos fatos que foram constituindo o acontecimento público.

Desde março de 2013, quando ativei a ferramenta digital *Google Alerts* para receber as notícias diariamente, foram idas e vindas metodológicas e emocionais, de aproximação e de fuga do acontecimento, devido ao impacto das imagens do dia e das que sucederam o incêndio. Talvez, eu não tivesse, no início, a noção do quão complexo ele se mostraria e dos meus limites para compreendê-lo e discuti-lo, diante da carga passional que lhe é intrínseca e da rede de atores e de tensões que foram se estabelecendo durante a sua constituição. Ainda assim, por entender que este é um tema de interesse público e que esta tese poderia ter relevância social, além de científica, quis continuar com ele. Para isto, em muitos momentos, foi necessária a desconexão com pessoas conhecidas, e com o ideário que tinha da minha cidade, que já não era mais a mesma Santa Maria.

Sou santa-mariense, morei em outros municípios durante a infância e a adolescência, mas foi em Santa Maria que vivi a época da vida que passavam os jovens vitimados pelo incêndio, pois me formei na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2006. Durante os anos de estudante, participei de festas universitárias semelhantes à “Agromerados” e em locais como a Kiss. Voltei para Santa Maria em meados de 2012, após três anos, e estava em casa no dia da tragédia. Quando acordei, cedo da manhã do 27 de janeiro de 2013, soube pelo relato de um amigo, no Facebook, que estive na Kiss, o que se passara durante a madrugada. Mais tarde, entre familiares, a confirmação de que havia uma pessoa próxima entre as vítimas fatais.

O que presenciei e senti, naquele dia, jamais esquecerei. A angústia coletiva por explicações sobre o que ocorrera, o som incessante de ambulâncias e de helicópteros levando os sobreviventes a outras cidades do estado do RS. De forma um pouco paradoxal, o silêncio também se tornou perturbador, nas marchas silenciosas que participei, nos dias seguintes, a consternação e a sensação de desamparo. Aqueles momentos pareciam intermináveis e eram muito impactantes os relatos e as imagens sobre o que se passara na Rua dos Andradas, 1925.

Quinze dias depois, nasceu o meu primeiro filho, Murilo – o segundo, Otávio, está a caminho, com chegada prevista para outubro. Desde então, da descoberta desse amor incondicional, passei a compreender, com mais sensibilidade, ainda, o que sentem os pais que perderam os seus filhos.

Três anos desde a tragédia, ainda evito passar em frente ao prédio da Kiss, ainda me impressionam as imagens daquele dia, mas, também, o que viria a acontecer depois. As tensões nas relações entre os poderes envolvidos, a luta permanente dos pais e familiares e a sensação constante de desproteção por parte do Estado que as suas falas conotavam. A estrutura definida para esta tese também foi condicionada por outros questionamentos, durante as leituras e os primeiros rascunhos elaborados.

Diante desses aspectos, questionava-se: Como ser isento nesta análise? Como não se afiliar aos pais que perderam os filhos? Havia o receio de ferir, com palavras, os sentimentos das vítimas da Kiss, diretas e, também, indiretas de proferir juízos precipitados em relação à responsabilidade criminal. Por fim, as dificuldades intrínsecas a uma tese e que contém um objeto de pesquisa desta magnitude, um acontecimento que exigiu a formulação de um quadro teórico complexo e a apropriação de temas e de conceitos com os quais eu não estava familiarizado ainda. Tudo isso contribuiu para que a qualificação do projeto ocorresse com atraso, que algumas etapas posteriores fossem apressadas, recortes e ajustes fossem feitos à proposta inicial. Apesar das dificuldades e dos limites pessoais, aqui estamos.

A minha insistência deve-se, principalmente, ao desejo de abordar este tema, que penso que deve ser falado, discutido, ensejar reflexões e transformações em múltiplos campos. É o interesse público que está em discussão. Ao realizar leituras sobre a “morte”, tema do capítulo quatro, consegui o distanciamento necessário e comecei a observar a atuação dos atores sociais. Desde então, passei a compreender a força e a singularidade deste acontecimento. As crises institucionais, as dinâmicas sociais, as consequências políticas, os múltiplos atores, públicos e privados, envolvidos. Neste sentido, buscando a compreensão conceitual do acontecimento, a partir de Quéré (2005), a minha lente se ajustou – para além das causas e intencionalidades – às suas consequências, as respostas e reações daqueles que foram atingidos pela Tragédia Kiss, por meio da análise da comunicação pública e a lente ajustada à “publicidade” do acontecimento em tela.

Foi a partir daí, da conjunção entre comunicação pública, acontecimento e públicos (sociabilidade), que chegamos às Redes de Comunicação Pública e ao Acontecimento Público, conceitos estruturantes do referencial teórico desta tese, e à hipótese que norteou a investigação proposta, que acenava para a sustentação da visibilidade e a permanência do

acontecimento público Tragédia Kiss através das Redes de Comunicação Pública, pois estas potencializariam o debate sobre temas limítrofes entre o público e o privado. Compreendemos que a identificação dos atores, das Redes de Comunicação do acontecimento público Tragédia Kiss e o inventário da visibilidade do acontecimento, da atividade dos atores das sete Redes, em mídias tradicionais e alternativas, permitem-nos afirmar a validação da hipótese inicial.

No mesmo sentido, o objetivo geral, que estava na análise da configuração das Redes de Comunicação Pública do acontecimento Tragédia Kiss, foi alcançado. Assim como os específicos, que estavam em identificar os atores, os meios de comunicação e os fatos que agendam os processos comunicacionais estabelecidos entre eles. Para além disto, o diagrama que expressa a síntese da dinâmica comunicacional do acontecimento, ancorado em três eixos estruturais – de onde emergem os temas que são acionados pelos atores – e que articula a síntese do quadro teórico que orientou a nossa lente analítica, aparece como um resultado e que será desenvolvido em estudos posteriores, tanto em relação à sua operacionalização, como teoricamente. Entende-se que ele cumpre a finalidade instrumental de representar como se estabelecem os processos comunicacionais das redes de comunicação, na busca pela credibilidade e a Opinião (TARDE, 1992), através do acionamento de temas limítrofes entre o público e o privado. Inere-se, a partir daí, que são as tensões entre a sobreposição do público e a privatização do privado que sustentam a dinâmica comunicacional do acontecimento e, conseqüentemente, a visibilidade e a permanência.

Diante desses aspectos, compreende-se que a noção de redes é afeita à análise aqui empreendida, pois permite considerar a diversidade de atores e competências técnicas e profissionais, nas relações de poder estabelecidas a partir do acionamento de temas limítrofes aos domínios do público e do privado, através de jogos cognitivos destinados a fazer crer (LANDOWSKI, 1992), nas disputas por visibilidade e credibilidade. Central ou periférica, em mídias hegemônicas ou alternativas, a visibilidade das opiniões de atores diversos e a pluralidade de versões necessárias à qualificação do debate. Em razão disso, o método genealógico pareceu o mais adequado, pois permitiria idas e vindas, a constituição não linear, a pluralidade de atores, de versões, de interesses e de mídias.

Nesta direção, a linha do tempo do acontecimento permitiu a seleção de episódios de onde derivam os temas que agendaram os processos comunicacionais analisados. Orientados pelo método genealógico, a organização não seguiu uma ordem cronológica, não objetivava delinear uma sucessão objetiva de fatos, nem pretendia que abrangesse todos os fatos passíveis de serem contemplados neste estudo, diante dos objetivos estabelecidos. Buscávamos, a partir de três eixos, estabelecer diretrizes que permitissem a análise da

constituição permanente do acontecimento público em tela, por meio das Redes de Comunicação Pública. Entendemos que, através deles, foi possível o teste e a validação da hipótese de trabalho e, para além dos fatos, a imprevisibilidade relacionada à visibilidade e aos sentidos sobre os fatos, propostos pelos atores das Redes.

A partir do exame dos documentos, pôde-se perceber que algumas redes – e alguns atores – assumem diferentes níveis de protagonismo, como expresso na descrição da atividade de cada rede, no capítulo seis. Podem estar relacionados a razões diversas, como o interesse pelo tema, o envolvimento com o acontecimento, a finalidade institucional ou social, a capacidade de comunicação (meios e competências técnicas e discursivas).

Por exemplo, no âmbito da Rede de Comunicação Social, os atores são constituídos com objetivos distintos, que vão desde atividades beneficentes até as manifestações em busca de justiça. Por isto, o maior número de referências ao Movimento do Luto à Luta, por exemplo, que se destina a esta finalidade e aciona outros atores da Rede de Comunicação Política e do Judiciário quanto à responsabilidade pela tragédia. É dele a origem das charges, das camisetas, dos cartazes que provocam a visibilidade de atores destas Redes, dos quais resultam processos judiciais. Dessas ações, principalmente, que derivam os processos comunicacionais que reverberam entre os demais atores da própria Rede de Comunicação Social e nas demais.

Em contraponto, compreendemos que, mesmo sem o enfrentamento com outros atores, como as ações beneficentes e palestras de conscientização em que participam atores da Rede Social, são, também, formas de visibilidade, de reflexão e de crítica, de protesto, de constituir a continuidade do acontecimento sem a mediação das empresas de mídia, pois nem toda comunicação pública é midiática. Por suposto, a compreensão deste acontecimento passa pela observação conjunta da mídia e do jornalismo, das dinâmicas sociais e da visibilidade alternativa.

Em virtude desses aspectos, salientamos a relevância da Rede de Comunicação Social na constituição deste acontecimento público. Ademais, porque, conceitualmente, este tipo de acontecimento pressupõe a mobilização de arenas e de públicos (ESTEVEZ, 2011), pode-se indicar como caminho possível de investigação a análise pormenorizada desta rede, com métodos e técnicas que permitam compreender a mobilização e a articulação dos públicos, das inter-relações entre os atores que a compõem.

Na observação da dinâmica comunicacional das Redes, pôde-se perceber que nem tudo que ingressa na esfera de visibilidade pública (GOMES, 2008) desencadeia o debate. Ainda assim, os sentidos propostos se incorporam ao acontecimento e podem ser reinseridos

em novos processos comunicacionais. Se as materialidades se esvaem, os registros simbólicos permanecem para quem elas se tornaram objeto de sentido.

Há episódios em que, mais ou menos, Redes se manifestam e ampliam a visibilidade e a diversidade de opiniões acerca de um tema. É exemplar, neste sentido, o 1º Congresso Internacional Novos Caminhos – no qual foram criados espaços presenciais de debate sobre os temas de interesse público relacionados à Tragédia. Seria o caso em que todas as redes estariam iluminadas\coloridas, no mapa das redes disponibilizado, no capítulo seis, simbolizando a atividade plural “ideal” das redes no âmbito do espaço público (ESTEVES, 2011). Em estudos futuros, será possível aprofundar a análise do conjunto ou de redes específicas, quanto à participação de cada ator em momentos episódicos como este. Esta constatação limita quaisquer comentários excessivamente efusivos quanto à atividade das redes no acontecimento Tragédia Kiss.

Finalmente, ao cumprirmos esta jornada, temos a expectativa de estarmos mais inseridos na Rede de Comunicação Científica e de que este estudo passe a estar entre aqueles que mantêm a visibilidade e a permanência do acontecimento público Tragédia Kiss. Que os conhecimentos produzidos e questões levantadas sejam reinseridas no debate por outros atores, dinamizando a rede e o poder hermenêutico do acontecimento.

No momento em que concluímos este texto, em agosto de 2016, as últimas notícias, no âmbito da judicialização, relatam que a Justiça decidiu que os quatro réus serão julgados por um júri popular e que concedeu a reintegração de posse do prédio onde a Kiss funcionava. Em virtude disto, será feita a retirada dos últimos pertences das vítimas, que ainda permaneciam no local, desde o incêndio. Na notícia, do portal Terra<sup>188</sup>, a foto atual da fachada da boate Kiss com os dizeres “até quando a indiferença vai servir à injustiça?”, como ilustra a imagem Figura 37.

---

<sup>188</sup> Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/tragedia-em-santa-maria/ultimos-pertences-de-vitimas-da-boate-kiss-sao-retirados-do-predio-nesta-sexta,637697f5f202e115f5fdbd7bc39e1d97fu9qeac7.html>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

Figura 37 – Atual fachada da boate Kiss



Fonte: Müller (2016)

Ante a sensação de impotência frente às decisões estatais, “a ausência do reconhecimento é o desprezo, que é sempre acompanhado de uma experiência de perda de personalidade, quando o agente comunicativo vive uma tal experiência de desprezo, isto é, acompanhado de vergonha, raiva ou indignação” (PRADO, 2015, p. 115).

O silenciamento da palavra não apaga a dor do luto, apenas impede que os demais ouçam o que aquele que é desprezado tem a dizer, mas ele continua tendo o que dizer. Assim, as Redes de Comunicação mantêm a visibilidade e, o acontecimento público Tragédia Kiss, permanece.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- ARIÈS, P. **O homem perante a morte**. Portugal: Europa América, 2000.
- \_\_\_\_\_. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ARQUEMBOURG, J. Nascimento do acontecimento mediático moderno: o desastre de Lisboa. In: **Revista Comunicação e Cultura**, nº 10, jun. 2011.
- BABO-LANÇA, I. Problema público e processos de enquadramento: o caso Madaline McCann. In: **Trajectos**, Lisboa, n. 11, Outono, 2007, p. 47-66
- BABO-LANÇA, I. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos**. N. 6. Lisboa: ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), 2005.
- BARICHELLO, E. M. R.. Visibilidade midiática e legitimação. **FACOS/UFSM**, Santa Maria, 2004.
- BENETTI, M. A apropriação discursiva da morte pelo leitor. In: MAROCCO, B; BERGER, C; HENN, R. (org.). **Jornalismo e acontecimento**: diante da morte. Volume 3. Florianópolis: Insular, 2012.
- BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade, para uma Teoria Geral da Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O futuro da democracia**; uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n.6. Lisboa, ISCTE, Casa das Lestras, 2006.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. **Decreto Lei n.º 1.001**, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm)>. Acesso em: 01 maio 2016.
- BURTENSHAW, K.; MAHON, N.; BARFOOT, C. **Fundamentos de publicidade criativa**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CANDIDO, L. F. M. **Genealogia da biopolítica**: uma leitura da analítica do poder. Belo Horizonte. UFMG, 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. Informação, emoção e imaginários. A propósito do 11 de setembro de 2001. In: DAYAN, D. (org.). **O terror espetáculo**: terrorismo e televisão, 2009.

COELHO, M. P. **O Acontecimento Público Satiagraha**, entre o Estado e a Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

DANNER, F. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, nº 4, 2010.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações em movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2004

DUARTE, J. 2011. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M.M.K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011.

\_\_\_\_\_. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007.

ESTEVES, J. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FAUSTO NETO, A. **Mortes em derrapagem**: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

\_\_\_\_\_. Mídia: prática social, prática de sentido. In: **Seminário Mídia**, Bogotá, 2006.

FERRAZ, M. C. F. “Genealogia, comunicação e cultura somática”. **Revista FAMECOS**, 20/1. Porto Alegre: 2013.

FIGUEIREDO, C. **Redação Publicitária**: sedução pela palavra. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da biopolítica**. Rio de Janeiro: Graal, 2004

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**. Aracaju: UFS, 2005

FRANÇA, V.; ALMEIDA, R. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporânea**. vol. 6, nº 2. Dez. 2008.

FREUD, S. Luto e Melancolia. In: **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Obras completas, vol XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. Considerações atuais sobre a morte e a guerra. In: **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. Obras completas, vol XII. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, W. Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Jamil Almeida. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 19-46.

\_\_\_\_\_. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia: Problemas & Perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008.

\_\_\_\_\_. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMIS, L. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. V. 1, N. 1. Florianópolis: UFSC, 2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Jürgen Habermas: tradução de Flavio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASWANI, M. F. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.

JOHNSON, T. **A natureza do acontecimento público**: uma análise do caso Tancredo Neves 25 anos depois. 2010.

KEGLER, B.; WEBER, M. H. Tragédia Kiss: acontecimento público e armadilhas da imagem. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.). **Mediatização da Tragédia de Santa Maria**. Santa Maria (RS): FACOS/ UFSM, 2013, v. 1, p. 279-312.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir. Porto: Porto, 2001.

KUNSCH, M. K. (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LAPLANCHE, J. **Vida e morte em psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LÓPEZ, J. C. J. *Advocacy*: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, M.M.K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, André (org). *Mídia.br. Livro da XII Compós – 2004*. Porto Alegre, Sulina: 2004.

MACHADO, A. Contra a ibopização do pensamento (em defesa da mídia radical). In: **Mídia radical: rebeldia nas comunicações em movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2004.

MANNONI, M. **O nomeável e o inominável**. A última palavra da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUES, Â. C. S. M. Comunicação pública e constituição de cenas de dissenso em contextos institucionais. In: **ORGANICOM**, ano 12, n. 22, 1º sem. 2015.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J.; ALCIDES, S. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINO, L. C.; HOHLFELDT, A.; FRANÇA, V. V. **Teorias da Comunicação**. Conceitos, Escolas e Tendências. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARTINS, L. A. M.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Genealogia do Poder. In: **Psicologia e Sociedade**, Vol 21, dez 2009.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009. p. 47-58.

MIÉGE, B. **A sociedade tecida pela comunicação**- técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social. São Paulo: Paulus, 2009.

MIRANDA, J. B. O acontecimento como invenção necessária da história. In: **Trajectos**. Revista Comunicação, Cultura e Educação. Nº 6. Primavera, 2005.

MONTEIRO, G. F. A singularidade da comunicação pública. In: **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público / Jorge Duarte, organizador. São Paulo: Atlas, 2007.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969.

MORO, C.; BRIGNOL, L. D. **Usos do Facebook para ações coletivas no caso da Boate Kiss**. In: Anais do V SIPECOM - Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria\UFSM, Santa Maria-RS-Brasil, 2013. Disponível em <[http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wpcontent/uploads/gravity\\_forms/17169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/ARTIGOCAROLINAMORO.pdf](http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wpcontent/uploads/gravity_forms/17169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/ARTIGOCAROLINAMORO.pdf)> . Acesso em 12, janeiro, 2014

MOTTA, J.; Rublescki, A. **Cobertura ao vivo em televisão: o imprevisto e o testemunho em situações de tragédia**. In: V Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação - Sipecom, 2013, Santa Maria. Epistemologia e desafios da pesquisa no campo da Comunicação. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2013. v. 1. p. 1-15.

MÜLLER, Ananda. **Atual fachada da boate Kiss**. 2016. Fotografia, color. Especial para Terra, ago., 2016. Disponível em: <<http://www.grandefm.com.br/noticias/brasil/ultimos-pertences-de-vitimas-sao-retirados-da-boate-kiss>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MCCURRY, S. **Menina afegã**. 1984. 1 fotografia, color. Foto foi capa da edição de junho de 1985 da revista National Geographic.

NASCIMENTO, M. Soberania, poder e biopolítica: Arendt, Foucault e Negri. In: **Griot, Revista de Filosofia**, v6, n 2, dez., 2012.

NORA, P. O regresso do acontecimento. In: LE GOF, J. **Fazer história**. São Paulo: Bertrand, 1974. Vol 1. p- 243-63.

OLIVEIRA, J. A. Ética e estética na comunicação pública brasileira. **Líbero**, Ano IX, nº 17, jun., 2006.

OROZCO, G.G, Comunicação Social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de (org). **A sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

PEDEMONTE, D. F. **Connoción pública**: Los casos mediáticos y SUS públicos. Buenos Aires: La Crujía, 2010.

PRADO, J. L. A. Política do acontecimento. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 495-520, maio/ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Comunicação como epistemologia do sul: do reconhecimento à emergência do acontecimento. **Matrizes**, v.9 - nº 2 jul./dez. 2015 São Paulo – Brasil.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, nº6, 2005. .

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993. p. 27 - 33.

RODRIGUES, J. C. Quando a Morte é Festa. **Revista Comum**, FACHA, nº 9, RJ, 1985.

RS. Rio Grande do Sul. **Lei complementar nº 14.376**, de 26 de dezembro de 2013. (atualizada até a Lei Complementar n.º 14.690, de 16 de março de 2015). Estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lec%20n%C2%BA%2014.376.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

SCANNEL, P. Qual é a realidade da desgraça? In: DAYAN, D. (org.). **O terror espetáculo: terrorismo e televisão**, 2009.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVEIRA, A. C. M. (org.). **Mediatização da tragédia de Santa Maria. Facos-UFSM**, Santa Maria, 2014.

\_\_\_\_\_. Nossos corações de estudante na câmara de gás. **Observatório da Imprensa**, 05/02/2013, edição n.732.

SILVEIRA, A. C. M.; DALMOLIN, A. R. Drama, mobilização e construção de Relatos Coerentes em meio ao caos. SILVEIRA, A. C. M. (org.). **Mediatização da tragédia de Santa Maria. Santa Maria - RS: Facos**, 2014. p. 1-406.

SILVERSTONE, R. A mediatização da catástrofe: o 11 de setembro e a crise do outro. In: Daniel Dayan (org.). **O terror espetáculo: terrorismo e televisão**. (2009)

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TARDE, G. **A opinião e as massas**. Martins Fontes: São Paulo, 1992.

THIRY-CHERQUES, H. R. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova**, São Paulo, 81: 215-47, 2010.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, PJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A nova visibilidade**. Matrizes, RJ: Vozes, 2008b.

TRAQUINA, N. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRINTA, A. R.; POLISTTCHUK, I. **Teorias da Comunicação**. O pensamento e a prática da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. In: **Matrizes**. V. 8. Número 1, 2014.

WEBER, M. H. Na Comunicação Pública, a captura do voto. **LOGOS 27**, Mídia e Democracia, Rio de Janeiro, ano 14,2º semestre de 2007. (p. 21-42)

\_\_\_\_\_. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011a.

\_\_\_\_\_. Do acontecimento público ao espetáculo político-mediático. **Caleidoscópio** (Lisboa), v. 10, p. 189-204, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Consumo de paixões e poderes nacionais**: hibridação e permanência em espetáculos político-mediáticos. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999. (tese de doutorado).

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 10. ed. Lisboa: Presença, 2009.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZELIZER, B. Fotografia, jornalismo e traumatismo. In: DAYAN, D. (org.). **O terror espetáculo**: terrorismo e televisão. Lisboa: Edições 70, 2009.

**ANEXOS**

**ANEXO A – MATERIAL IMPRESSO**

**COLE UM ENVELOPE AQUI, PARA COLOCAR O CD**

## LISTAGEM DO ANEXO A

- A1 -- Capa revista Época - 04.02.2013
- A2 -- Capa revista Isto é - 06.02.2013
- A3 -- Capa Revista Veja - 06.02.2013
- A4 -- A Razão - capa - 27.01.2015
- A5 -- A Razão - capa - 28.01.2014
- A6 -- A Razão - contracapa - 28.01.2014
- A7 -- A Razão - edição completa (capa, p. 6- 8, 15) - 27.01.2015
- A8 -- A Razão - edição completa (páginas com referência à Kiss)- 01.02.2013
- A9 -- A Razão - edição completa (páginas com referência à Kiss)- 30.01.2013
- A10 -- A Razão - edição completa (páginas com referência à Kiss)-31.01.2013
- A11 -- A Razão - edição completa (páginas com referência à tragédia) - 27.01.2014
- A12 -- A Razão - edição especial - p.1-16 - 28.01.2013
- A13 -- A Razão - edição especial - p.1 a 16 - 29.01.2013
- A14 -- A Razão - especial Kiss p. 5-10 - 27.01.2015
- A15 -- A Razão - opinião - p. 4 - 27.01.2015
- A16 -- A Razão - resumo - p. 2 - 27.01.2015
- A17 -- A Razão - um ano da tragédia - p. 2-8 - 28.01.2014
- A18 -- Correio do Povo - capa - 27.01.2014
- A19 -- Correio do Povo - p. 14 e 15 - 27.01.2014
- A20 -- Diário de SM - 1 ano da tragédia - p. 8 e 9 - 28.01.2014
- A21 -- Diário de SM - 12 palavras - edição especial completa - 27.01.2014
- A22 -- Diário de SM - capa - 03.04.2013
- A23 -- Diário de SM - capa - 24 e 25.01.2015
- A24 -- Diário de SM - capa - 26.01.2015
- A25 -- Diário de SM - capa - 27.01.2014
- A26 -- Diário de SM - capa - 27.01.2015
- A27 -- Diário de SM - capa - 28.01.2014
- A28 -- Diário de SM - capa - Kiss 2 anos depois - 28.01.2015
- A29 -- Diário de SM - edição completa - 28.01.2013
- A30 -- Diário de SM - edição completa - p. 4-10 – 03.04.2013
- A31 -- Diário de SM - edição completa (páginas com referência à Kiss) - 01.02.2013
- A32 -- Diário de SM - edição completa (páginas com referência à Kiss) - 31.01.2013

- A33 -- Diário de SM - especial - Kiss 2 anos depois - p. 7-10 - 28.01.2015
- A34 -- Diário de SM - especial - Kiss, 2 anos depois - p. 8 e 9 - 26.01.2015
- A35 -- Diário de SM - especial - p. 11-13, 24 - 25.01.2015
- A36\_ Diário de SM - geral - p. 6,7 - 27.01.2014
- A37 -- Diário de SM - geral - p. 7-9 - 11.03.2013
- A38 -- Diário de SM - homenagem - esportes - p. 13 - 28.01.2014
- A39 -- Diário de SM - opinião - p. 4 - 27.01.2014
- A40 -- Diário de SM - p. 2 - 27.01.2015
- A41 -- Diário de SM - release Crea - em cartaz - p. 3 - 27.01.2014
- A42 -- Diário de SM - especial Kiss 2 anos depois - p. 7-10 - 27.01.2015
- A43 -- Diário Gaúcho - capa - 27.01.2014
- A44 -- Diário Gaúcho, p. 4, 5 - 27.01.2014
- A45 -- O Globo - capa - 23.03.2013
- A46 -- O Globo - país - p. 3 - 23.03.2013
- A47 -- O Globo - país - p. 4 - 23.03.2013
- A48 -- O Sul - Caderno Reportagem - p. 4-5 - 27.01.2014
- A49 -- O Sul - capa - 27.01.2014
- A50 -- O Sul - p. 6 - 27.01.2014
- A51 -- ZH - artigos - 26.01.2014
- A52 -- ZH - artigos e charge - 26.01.2014
- A53\_ ZH - capa - 26.01.2014
- A54 -- ZH - capa - 26.01.2015
- A55 -- ZH - edição completa (páginas com referência à tragédia) - 27.01.2014
- A56 -- ZH - geral - p. 23 - 08.04.2013
- A57 -- ZH - geral - p. 24 - 01.02.2013
- A58 -- ZH - geral - p. 29 - 20.02.2013
- A59 -- ZH - Kiss um ano - p. 1-24 - 26.01.2014
- A60 -- ZH - Kiss, 2 anos depois - p. 20 e 21 - 26.01.2015
- A61 -- ZH - notícias - Kiss, 2 anos depois - p. 16 - 26.01.2015

**ANEXO B – MATERIAL AUDIOVISUAL**

**COLE UM ENVELOPE AQUI, PARA COLOCAR O CD**

## LISTAGEM DO ANEXO B

- B1 -- D Docente entrevista Cezar Schirmer - 21-02-2014. mp4
- B2 – D Docente Especial 'Boate Kiss 1 ano- Quebrando o silêncio' (Parte II)
- B3 – D Docente Especial "Boate Kiss 1 ano - Quebrando o silêncio" (Parte I)
- B4 – Delegado explica indiciamento do Prefeito Schirmer em conclusão de inquérito da Kiss
- B5 – Entrevista com o Movimento do Luto a Luta (1)
- B6 – Especial - Tragédia de Santa Maria- 1 ano depois x
- B7 – Jornal Nacional - Tragédia em Santa Maria (RS) 1-3
- B8 – Jornal Nacional - Tragédia em Santa Maria (RS) 2-3
- B9 – Jornal Nacional - Tragédia em Santa Maria (RS) 3-3
- B10 – Presidente da Associação de Vítimas da Kiss desabafa em entrevista coletiva
- B11 – SBT Repórter - Tragédia de Santa Maria-RS - Parte 1 - 28-01-13
- B12 – SBT Repórter - Tragédia de Santa Maria-RS - Parte 2 - 28-01-13
- B13 – SBT Repórter - Tragédia de Santa Maria-RS - Parte 3 - 28-01-13
- B14 – Tragédia de Santa Maria - Discovery Channel
- B15 – Tragédia em Santa Maria Presidente Dilma em pronunciamento sobre a tragédia

## **ANEXO C – PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

**COLE UM ENVELOPE AQUI, PARA COLOCAR O CD**

### **LISTAGEM DO ANEXO C**

C1 -- BOLDRIN, M. M. - dissertação, 2015

C2 -- JÁCOMO, T. C. - dissertação, 2013

C3 -- SILVEIRA, A. C. M. (org.), 2014

C4 -- SOUSA, M. C. E. - dissertação, 2013